

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
LUCAS MASSIMO TONIAL ANTUNES DE SOUZA

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DA OLIGARQUIA NO BRASIL: UM ESTUDO  
SOBRE A ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES NA  
PRIMEIRA REPÚBLICA.**

CURITIBA

2018

LUCAS MASSIMO TONIAL ANTUNES DE SOUZA

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DA OLIGARQUIA NO BRASIL: UM ESTUDO  
SOBRE A ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES NA  
PRIMEIRA REPÚBLICA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas,  
da Universidade Federal do Paraná, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Doutor em  
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE  
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584  
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Souza, Lucas Massimo Tonial Antunes de.

A profissionalização da oligarquia no Brasil : um estudo sobre a estrutura da carreira política dos senadores na Primeira República / Lucas Massimo Tonial Antunes de Souza. – Curitiba, 2018.  
173 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná . Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.  
Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

1. Brasil – Política e governo, 1889-1930. 2. Política – Ciência política. 3. Política – Profissão. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 981.05



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA



### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LUCAS MASSIMO TONIAL ANTUNES DE SOUZA**, intitulada: **A PROFISSIONALIZAÇÃO DA OLIGARQUIA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Março de 2018.

  
RENATO MONSEFF PERISSINOTTO(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)  
  
PAOLO RICCI(USP)

  
ADRIANO NERVO CODATO(UFPR)  
  
CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA(UFPR)

  
ANTONIO JORGE PAES COSTA PINTO(ICS-UL)



*Para Cirlei Maria Tonial Antunes de Souza*

## Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, por me facultar as condições para a realização dessa tese, e pela concessão de bolsa de estudos que me subsidiou durante a maior parte da pesquisa. Foi no quadro institucional do Programa que pude participar de eventos, seminários, reuniões de trabalho com pesquisadores nacionais e estrangeiros, que muito favoreceram as investigações em curso pelos estudantes de doutorado. Durante o engajamento no Núcleo de Pesquisas em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR) tive a oportunidade de participar de um empreendimento coletivo de pesquisa, atuando nas diversas etapas de um projeto de pesquisa, desde a coleta dos dados, os seminários metodológicos, até a submissão de artigos. Nem sempre durante a passagem pela Pós-Graduação podemos tomar em conta o valor do trabalho em equipe. Por essa experiência, agradeço a todos os colegas com que tive o prazer de passar algumas horas em atividades do NUSP.

Ao meu orientador, professor Renato Perissinotto, agradeço pelo entusiasmo e pela diligência com que se envolveu nesse projeto. A retomada da elite política republicana jamais teria sido conduzida com êxito sem a orientação de um pesquisador com tanta experiência em um período histórico ainda pouco conhecido pelos cientistas políticos brasileiros. Beneficie-me de sua participação durante o desenho da coleta, a análise dos dados e também durante a redação das versões preliminares desse trabalho.

Agradeço aos professores Paolo Ricci e Adriano Codato pelos comentários realizados durante a minha banca de qualificação. Também tive a oportunidade de ouvir suas críticas durante a defesa da tese, quando, junto com a arguição dos professores Antonio Costa Pinto e Carlos Alberto Medeiros Lima, tive uma primeira perspectiva sobre como esse trabalho seria recebido por leitores especializados e rigorosos. Agradeço a todos pela leitura cuidadosa dessa tese.

O meu engajamento com a pesquisa sobre o recrutamento dos senadores não existiria sem a acolhida de Adriano Codato e Luiz Domingos Costa. Agradeço pela orientação, pela paciência, e pela confiança que ambos depositaram em um neófito nos estudos das elites. A incursão sobre a Primeira República se desenvolveu em um projeto mais ambicioso, que muito me ajudou nos esforços realizados para essa tese.

Gostaria de registrar um singelo agradecimento aos arquivistas e aos bibliotecários da Coordenação de Arquivo do Senado Federal. O trabalho de compilação das informações

em uma base de dados só foi possível devido ao fornecimento de informações sobre a biografia dos senadores. Agradecemos em particular à atenciosa recepção de Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos, que nos apresentou os arquivos com as fontes primárias que alimentaram as fichas biográficas utilizadas nessa tese.

Agradeço ao apoio recebido pela equipe de professores do Centro Universitário Uninter. Primeiro com Pedro Medeiros, Caroline Cordeiro e Andrea Benetti, e um pouco depois com meu colega André Ziegmann, com todos pude compartilhar muitas ideias sobre essa pesquisa, e sempre foram colegas muito solidários com a dificuldade que todos encontramos na fase final da tese. Pelo apoio incondicional serei sempre grato.

Duas mulheres me acompanharam desde o início do doutorado. Minha mãe, Cirlei, garantiu a infraestrutura (material e imaterial) para a realização dessa pesquisa. Desde a aquisição de livros até o auxílio com viagens nacionais e internacionais, minha mãe nunca deixou de confiar no meu trabalho, mesmo quando, em algumas vezes, nem para mim mesmo essa tese fazia muito sentido. Ela sempre esteve ao meu lado. Dedico a ela essa tese, pois espero que o trabalho realizado nesses últimos quatro anos, por ocasião da produção dessa tese, reflita alguns dos valores fundamentais que aprendi com ela e com meu pai, Nilo Antunes de Souza.

Bruna Tays dividiu os momentos mais angustiantes da elaboração dessa tese com tanta calma e paciência que faltam palavras para expressar a minha gratidão. Estivemos juntos desde o início do doutoramento, e ela viveu de perto algumas dificuldades que todos enfrentamos em uma pesquisa com um recorte temporal mais distante. Quando precisei abrir uma nova frente para a coleta de dados, quando o trabalho de uniformização e de correção na planilha parecia ser realmente interminável, quando precisei me isolar para redigir a versão final, quando a incerteza sobre quais seriam os comentários da banca se transformou em irritação, em todos esses momentos Bruna foi muito mais do que uma namorada. Foi coautora, foi companheira, foi pesquisadora, foi a especialista em estatística, um pouco de tudo isso. Muito obrigado meu amor.

*Il est devenu évident d'effectuer de manière systématique des études sociographiques sur les agents efficients d'un champ, d'un secteur; ici le personnel politique. C'est une opération routinisée, appartenant à la science normale. Qu'il s'agisse des dizaines de ministres, des centaines de députés ou de sénateurs, des milliers de conseillers régionaux ou généraux ou de congressistes de partis politiques, des dizaines de milliers de maires. On compte, on compte.*

Michel Offerlé

## RESUMO

A pesquisa analisa o recrutamento político dos senadores brasileiros durante a Primeira República (1889-1930), com vistas a examinar o problema da profissionalização política, concebida em dimensão diacrônica, como uma qualidade adquirida de modo gradual por um segmento da elite política. O fenômeno descrito pela categoria “profissionalização política” é observado por meio de duas baterias de indicadores, uma sobre o perfil social e outra sobre os padrões de carreira dos senadores, mensurados por meio de uma análise sistemática dos dados biográficos disponibilizados pelo arquivo do Senado Federal. Entre os achados mais relevantes, deve-se destacar o predomínio de advogados, jornalistas e magistrados sobre os proprietários de terras e os agropecuaristas. Um senador eleito em meados de 1920 ingressou na vida política por volta de 1895, e boa parte de sua experiência foi obtida em cargos eletivos. Esses resultados são explicados pela permanência da estrutura de oportunidades políticas durante cerca de quatro décadas. Ao compreender esses padrões como indícios de uma elite política profissionalizada, a pesquisa procura descrever uma dimensão do processo de autonomização da esfera política em face das demais, ao mesmo tempo em que trata da racionalização dos cálculos e das estratégias de ocupação de cargos públicos (eletivos ou não eletivos) pelos indivíduos que compuseram a elite senatorial no Brasil.

Palavras-chave: Primeira República. Senadores brasileiros. Padrões de carreira política. Oligarquia. Profissionalização política.



## **ABSTRACT**

The research analyzes the political recruitment of Brazilian senators during the First Republic (1889-1930), in order to examine the problem of political professionalism, conceived in diachronic dimension, as a quality acquired gradually by a segment of the political elite. The phenomenon described by the category "political professionalization" is observed by two battery indicators, one on the social profile and the other on career patterns of senators, measured through a systematic analysis of the biographical information provided by the Senate Archive. Among the most significant findings, it should be noted the predominance of lawyers, journalists and judges on the landowners and ranchers. A senator elected in the mid-1920s began his political life around 1895, and much of his experience was obtained in elective office. These results are explained by the permanence of a structure of political opportunities for about four decades. Understanding these standards as evidence of a professionalized political elite, the research seeks to describe a dimension of the process of autonomization of the political sphere vis-à-vis others, while at the same time rationalizing calculations and strategies of occupying public or non-elective positions) by individuals who composed the senatorial elite in Brazil.

**Keywords:** First Republic. Brazilian senators. Political career patterns. Oligarchy, Political professionalism.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I.1 Crescimento do eleitorado e da população brasileira (1894-1960).....	p.07
Gráfico 1.2 Quantidade de senadores empossados por legislatura.....	p.14
Gráfico 1.3 Quantidade de senadores empossados por Estado .....	p.15
Gráfico 3.4 Quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados, por ano de legislatura .....	p.51
Gráfico 3.5 Distribuição dos senadores vinculados a Partidos Republicanos Estaduais, por ano da legislatura .....	p.56
Gráfico 3.6 Distribuição dos senadores com cargos de direção partidária, por ano da legislatura .....	p.58
Gráfico 3.7 Idade dos senadores no início e no final da carreira política, média por legislatura .....	p.62
Gráfico 3.8. Comparação entre total de cargos ocupados e tempo de carreira.....	p.66

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 Fac-símile das cédulas eleitorais .....	p.33
Figura AM.1. Captura de tela do arquivo com a parte superior da ficha biográfica do “Senador Ruy Barbosa” .....	p.136
Figura AM.2. Captura de tela do arquivo com a parte inferior da ficha biográfica do “Senador Ruy Barbosa” .....	p.138
Figura AM.3. Pasta com os arquivos do Senador Rui Barbosa.....	p.140
Figura AM.4. Primeira lauda dos documentos arquivados na pasta .....	p.141
Figura AM.5. Primeira lauda da ficha de controle dos dados biográficos .....	p.142
Figura AM.6. Segunda lauda da ficha de controle dos dados biográficos .....	p.143
Figura AM.7. Fonte primária arquivada na pasta de Rui Barbosa .....	p.144
Figura AM.8. Primeira lauda de verbete arquivado na pasta de Rui Barbosa.....	p.145
Figura AM.9. Segunda lauda de verbete arquivado na pasta de Rui Barbosa.....	p.146
Figura AM.10. Controle manuscrito realizado pelos arquivistas do Senado Federal	p.148
Figura AM.11. Controle manuscrito realizado pelos arquivistas do Senado Federal	p.149
Figura AM.12. Controle manuscrito realizado pelos arquivistas do Senado Federal	p.150
Figura AM.13. Ficha impressa em 1985 obtida a partir da base digitalizada .....	p.151

## LISTA DE MAPAS

Mapa 3.1 Limite superior na variável ‘quantidade de partidos’ aos quais o senador foi vinculado, por Estado .....	p.54
Mapa 3.2 Tempo de carreira por Estado.....	p.68
Mapa 3.3 Total de cargos ocupados por Estado .....	p.69
Mapa 4.4 Comparação entre o tempo de carreira médio dos senadores, por Estado nas décadas de 1890 e 1920 .....	p.98

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 2.1 Todas as ocupações prévias de todos os senadores brasileiros.....	p.34
Tabela 2.2 Ocupação prévia dos senadores – comparação Brasil e Argentina .....	p.39
Tabela 2.3 Área de formação no ensino superior .....	p.41
Tabela 2.4 Cruzamento entre a área de formação com o local de formação universitária .....	p.44
Tabela 2.5 Ano da conclusão do ensino superior agregado por épocas .....	p.45
Tabela 2.6 Cruzamento entre o período de formação universitária e local da universidade .....	p.46
Tabela 2.7 Formação Universitária dos senadores brasileiros e argentinos .....	p.47
Tabela 3.8 Quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados .....	p.50
Tabela 3.9 Quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados, por tamanho do colégio eleitoral .....	p.53
Tabela 3.10 Distribuição dos dirigentes partidários por período.....	p.59
Tabela 3.11 Âmbito de influência dos antepassados detentores de cargos públicos....	p.61
Tabela 3.12 Perfil etário dos senadores brasileiros ao estrear em cargos eletivos na capital do Estado.....	p.63
Tabela 3.13 Perfil etário dos senadores brasileiros ao estrear em cargos eletivos na capital federal .....	p.64
Tabela 3.14 Comparação da idade de entrada na política entre senadores brasileiros e argentinos .....	p.64
Tabela 3.15 Distribuição dos senadores nos dez primeiros cargos públicos, por esfera de governo .....	p.71
Tabela 3.16 Comparação da intensidade da carreira (mensurada pela quantidade de cargos eletivos) entre senadores brasileiros e argentinos .....	p.74
Tabela 3.17 Comparação de perfis etários dos senadores mais jovens entre Brasil e Argentina .....	p.75
Tabela 4.18 Evolução do tempo de carreira e da quantidade de cargos ocupados antes da chegada ao Senado, por período .....	p.96



Tabela 4.19 Classificação dos níveis em que o senador obteve experiência antes de chegar ao Senado.....	p.99
Tabela 4.20 Cruzamento da variável ‘tempo de carreira’ ( <i>dummy</i> ) com os níveis de experiência política.....	p.101
Tabela 4.21 Classificação dos tipos de trajetórias por período .....	p.102
Tabela 4.22 Distribuição de todos os cargos que foram ocupados por todos os senadores brasileiros entre 1890 e 1934.....	p.103
Tabela 4.23 Aquisição de experiência em cargos eletivos ao longo dos períodos.....	p.105
Tabela 4.24 Classificação dos tipos de trajetórias segundo a quantidade de partidos aos quais o senador foi vinculado .....	p.107
Tabela 4.25 Carreiras especializadas em cargos eletivos, entre dirigentes partidários e não dirigentes partidários .....	p.108
Tabela 5.26 Cruzamento dos tipos elaborados a partir de Éric Phélippeau .....	p.117
Tabela 5.27 Classificação das trajetórias dos tipos elaborados a partir de Éric Phélippeau (Resíduos Padronizados Ajustados) .....	p.123
Tabela 5.28 Distribuição do “super político” elaborado a partir de Éric Phélippeau pelo tamanho do colégio eleitoral em 1910.....	p.124
Quadro 5.1 Características dos indivíduos classificados de acordo com a posse dos dois atributos da tipologia construída com base em Phélippeau .....	p.118

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O DESENHO DA PESQUISA .....</b>	<b>10</b>
<i>1.1 MANDATO X INDIVÍDUOS: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO EM PERSPECTIVA DIACRÔNICA .....</i>	<i>10</i>
<i>1.2 ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE ELITES NA PRIMEIRA REPÚBLICA .....</i>	<i>23</i>
<b>CAPÍTULO 2 – BACKGROUND SOCIAL .....</b>	<b>31</b>
2.1 PERFIL OCUPACIONAL .....	32
2.2 A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA .....	40
<b>CAPÍTULO 3 – PADRÕES DE CARREIRA POLÍTICA .....</b>	<b>49</b>
3.1 VIDA PARTIDÁRIA .....	49
3.2 CARREIRA PÚBLICA .....	60
<b>CAPÍTULO 4 – PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: CONCEITO E INDICADORES</b>	<b>78</b>
4.1 ELITE POLÍTICA E CLASSE DOMINANTE .....	78
4.2 O CONCEITO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA .....	83
4.3 HIPÓTESES E INDICADORES DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA .....	93
<b>CAPÍTULO 5 – A TIPOLOGIA DOS RECURSOS CONTROLADOS POR POLÍTICOS PROFISSIONAIS.....</b>	<b>110</b>
5.1 NOTA SOBRE OS INDICADORES EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA	111
5.2 A TIPOLOGIA CONSTRUÍDA COM BASE NA TRAJETÓRIA DO BARÃO ARMAND DE MACKAU .....	113
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE METODOLÓGICO .....</b>	<b>130</b>
AM.1 A ELABORAÇÃO DE MATRIZES COM DADOS BIOGRÁFICOS .....	130
AM.2 O REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS FONTES DA PESQUISA .....	134
<b>APÊNDICE BIOGRÁFICO.....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

Essa tese é um estudo sobre o recrutamento político de um segmento da elite política brasileira durante a primeira experiência republicana, os senadores eleitos entre 1890 e 1934. O objetivo dessa introdução é estipular os termos do problema teórico que orientou a pesquisa. Qual é, afinal, o rendimento teórico de um estudo sobre recrutamento político?

Um estudo de recrutamento político produz pelo menos três ganhos analíticos, e esses ganhos podem ser diferenciados por ordem de abrangência, em que o primeiro abarca os dois últimos: a) O primeiro ganho analítico propiciado pelo estudo do recrutamento político consiste em analisá-lo como um filtro político e social que define o modo de articulação entre as esferas políticas e sociais. Assim, o estudo do recrutamento nos revela o processo por meio do qual se produz a divisão do trabalho social entre, de um lado, elites e massas e, de outro, entre elites políticas e elites não políticas. Esse tema é o mais abrangente porque se trata, no fundo, de analisar pela via do recrutamento as conexões entre sistema político e sistema social; b) Uma dimensão reduzida desse processo abrangente pode ser analisada pelo estudo de recrutamento, a saber: a identificação da realização de metas não políticas por parte daqueles que se lançam na vida política, algo que pode variar de acordo com o tipo de regime político existente<sup>1</sup>; c) Por fim, um outro ganho teórico propiciado pelo estudo do recrutamento político, e que também se insere no amplo processo de produção da divisão do trabalho social acima referido, reside na análise do processo de profissionalização política que caracteriza as democracias ocidentais. Feito diacronicamente, o estudo do recrutamento político permite captar a formação de um grupo essencial ao funcionamento dos regimes democráticos

---

<sup>1</sup> Para Czudnowski, “O estudo do recrutamento político procura informações sobre o processo através do qual indivíduos ou grupos de indivíduos são impulsionados para funções políticas ativas. Esta definição ou o assunto em questão discerne o estudo das elites políticas em [alguns] aspectos fundamentais: tendo em vista que estudos de elites políticas se reportam aos detentores de posições de influência política ou ao estrato social no qual eles são mais frequentemente recrutados, estudos de recrutamento dizem respeito ao processo político e social através dos quais tais posições são atingidas (...) Assim definido, o estudo do recrutamento político é relativamente recente para a ciência política empiricamente orientada, ainda que nele possa ser rastreada a ênfase colocada sobre a circulação das elites e da política como uma profissão” (Czudnowski 1975, p.155). Tradução livre. No original lê-se: “The study of political recruitment inquiries into the process through which individuals or groups of individuals are induced into active political roles. This definition or our subject matter distinguishes it from the study of political elites in [some] major respects: Whereas political-elites studies refer to the holders of influential positions in politics or to social strata from which they have been recruited most frequently, recruitment studies are concerned with the social and political processes through which positions have been attained (...) Thus defined, the study of political recruitment is a relative newcomer to empirical political science, although it can be traced back to the emphasis placed on the circulation of elites and on politics as a profession.”

(Best & Cotta 2000b). Esse estudo se encaixa nesta última modalidade, e esse é o *pano de fundo teórico* da tese<sup>2</sup>.

Nosso estudo tratará de uma parte da elite política, a elite parlamentar<sup>3</sup> (e, dentro desta, do segmento senatorial em um período determinado), portanto, o passo seguinte para explorar as oportunidades teóricas deste trabalho deve começar resgatando a interpretação que Henrich Best e Mauricio Cotta propuseram acerca dos achados empíricos obtidos em uma pesquisa sobre o perfil dos parlamentares em 11 países europeus entre 1850 e 1990.

Segundo esses autores, “O quadro geral delineado por esses dados é a clara predominância entre os representantes europeus de um político profissional com um *background* de classe média, níveis de educação médios para altos, significativa experiência política e a possibilidade de extenso serviço no parlamento. Representação política agora parece ser uma profissão em si mesma, requisitando muito mais do que o simples espelhamento das características daqueles que eles estão a ser representados, a fim de ser eleito e agir como representante.”<sup>4</sup> (Best & Cotta 2000b, p.505)

Os achados aos quais esses autores se referem dizem respeito ao perfil do parlamentar europeu que se consolidou ao longo dos 150 anos da pesquisa. A questão teórica começa a ganhar contornos mais definidos quando se interroga sobre o seguinte: como países com históricos tão diferentes<sup>5</sup> foram capazes de produzir um parlamentar típico da classe média, e com traços tão homogêneos? Entre 1970 e 1990 o parlamentar europeu se define como alguém que tem diploma universitário, é formado em disciplina de humanidades, é um trabalhador de colarinho branco ou azul (se vinculado à iniciativa privada), ou empregado no setor público (boa parte como professores), iniciando sua carreira política em cargos eletivos (ou na administração local) por volta dos 40 anos.

---

<sup>2</sup> Essa observação é importante pois em rigor, um estudo sobre recrutamento político requer uma comparação entre os indivíduos que compõem o universo de elites com os indivíduos que não integram esse universo. Como veremos, as evidências que subsidiam esse estudo foram obtidas apenas com os indivíduos que chegaram ao Senado da República.

<sup>3</sup> Valemo-nos portanto do método posicional para definir o conceito de *elite política*, ou seja, com essa expressão referimo-nos aos indivíduos que ocupam as posições formais disponíveis na estrutura de oportunidades políticas republicana. O debate entre os cientistas políticos norte-americanos acerca de como definir a elite ocorreu nos anos 1960 (Dahl 1958; Wright Mills 1968). Para um síntese das fórmulas para identificar posições de elite a partir desse debate ver Codato (2015).

<sup>4</sup> Tradução livre. No original lê-se: “The overall picture delineated by these data is the clear predominance among European representatives of a professional politician with a middle-class background, medium to high levels of education, significant political experience, and the likelihood of extended parliamentary service. Political representation now appears to be a profession in itself, requiring much more than a simple mirroring of the features of those who are to be represented in order to be elected and act as representative.”

<sup>5</sup> Considerando-se que estão presentes no estudo Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha e Reino Unido

Para responder a essa questão os autores propõem analisar três blocos indicadores (*background* social, carreira política e setor econômico de origem) em três períodos antes da fase de consolidação (1970-1990). O primeiro período seria o intervalo de 1848 a 1880, quando há um claro predomínio dos notáveis (sujeitos com um perfil social aristocrático, eleitos em regime de voto censitário, e ligados majoritariamente ao setor primário). O segundo período (1880-1920) seria um período de renovação da elite parlamentar, marcado pelo aumento da mobilidade social das classes mais baixas, elevação dos tempos de mandato parlamentar e uma desvinculação das atividades econômicas para o poder público. De acordo com os autores “O declínio da nobreza como meio de acesso à carreira parlamentar é uma clara tendência neste período em todos os países onde ela desempenhou um papel formalmente relevante. Após muitos séculos, um dos tradicionalmente mais importantes (e peculiares) atores da vida política europeia deixa a cena”<sup>6</sup> (Best & Cotta 2000b, p.513). O terceiro período (1920-1960), revela o aparecimento das democracias de massa. Os representantes têm um perfil social mais diversificado (refletindo a pluralidade da sociedade), fazem sua carreira política nos partidos (agora grandes filtros para o acesso à arena parlamentar) e têm experiência prévia no setor público, um traço que pode estar a exhibir o retorno do Estado.

A transformação no perfil da elite parlamentar ao longo desse processo revela que a modernização da sociedade não tem uma conexão direta com a transformação da classe política, uma vez que os padrões de representação parlamentar resistem às modificações do seu ambiente. As diferenças entre as trajetórias percorridas pelos parlamentares são salientes, e elas revelam a coexistência de dois vetores que não são exatamente antagônicos, mas certamente são contraditórios: por um lado, há a ampliação dos nichos sociais de onde partem os eleitos (mas também os eleitores, se considerarmos a ampliação do sufrágio); por outro lado, e em um sentido oposto a esse, a representação parlamentar se “tecnicizou”, pois a autonomização do campo de ação política reforçou a necessidade de dominar regras e saberes próprios desse campo de ação política. Isso deve ser pensado como um efeito da própria ampliação do universo de eleitores, pois os partidos de massa eles mesmos se convertem em complexas organizações, capazes de coordenar um processo de agregação de interesses de modo mais sofisticado.

---

<sup>6</sup> Tradução livre. No original lê-se: “The decline of nobility as a means of access to a parliamentary career is one of the clearest trends of this period in all those countries where it had formerly played an important role. After many centuries, one of the traditionally most important (and peculiar) actors of European political life leaves the scene.”



Essas tendências gerais assumem características muito diferentes conforme cada país, mas elas podem ser visualizadas globalmente com a transformação de um tipo de *político notável* (predominante em um período de baixa profissionalização e baixa democratização políticas) em um *político profissional* (que é característico da situação inversa).

Como se vê, a mútua interação entre democratização e profissionalização parece ser a síntese de um movimento desencadeado pelo aprofundamento da representação parlamentar, porque o que se ganha em termos de qualidade da representação (basicamente devido a um melhor desempenho nas condições em que ele é recrutado), perde-se em termos do estrangulamento das bases de recrutamento, pois a política parlamentar deixa, cada vez menos, de ser manejada por amadores<sup>7</sup>.

Se essa linha de raciocínio for verdadeira (e os dados que a amparam são bastante sólidos) *não deveriam existir políticos profissionais como uma categoria universal em regimes políticos de participação restrita, chamados por Robert Dahl de oligarquias competitivas*, ou pelo menos, onde o contingente de eleitores engajados no processo eleitoral fosse precário face ao conjunto da população. São exatamente essas condições que se encontram no Brasil durante as primeiras décadas do século XX.

Parte das razões da baixa audiência dos estudos sobre as elites políticas no período se deve ao baixo índice de participação eleitoral até a primeira metade do século XX. As informações produzidas nos primeiros censos brasileiros revelam com clareza o descompasso entre as transformações socioeconômicas e a participação política na Primeira República.

Trabalhando com dados censitários de 1872 a 1933, Maria Antonieta Leopoldi faz um cruzamento entre as variáveis de participação social e a participação política. Por participação social compreende-se a participação na vida social da comunidade, cujos indicadores são as taxas de alfabetização, urbanização, ocupação profissional, industrialização e ocupação em atividades urbanas ou rurais. A participação política foi

---

<sup>7</sup> “Há uma extensa literatura que estabelece forte relação entre o advento da democracia representativa de massa e o surgimento do político profissional. Nessa literatura, o argumento, na maioria das vezes, segue o seguinte raciocínio: a expansão da democracia ampliaria e tornaria mais acirrada a competição política pelo voto popular ao autorizar um novo e amplo contingente de pessoas a se candidatar aos cargos públicos; a ampliação e o acirramento da competição política, por sua vez, exigiriam daqueles que almejam ocupar um cargo eletivo se dedicar cada vez mais às lides políticas e às organizações partidárias; por conseguinte, seria cada vez mais difícil conjugar a política com outras ocupações o que, por fim, forçaria os interessados a se decidirem pela dedicação integral e continuada à política, transformando essa atividade na sua única fonte de renda. O resultado final desse processo teria sido o surgimento dos políticos profissionais.” (Perissinotto et al. 2017, p.80). As referências a esse respeito são Putnan (1976), Czudnowski (1982), Panebianco (2005), Bourdieu (1989), Daalder e Berg (1982), Fleischer (1976), Best e Cotta (2000a), Polsby (2008) e Black (1970; 1972).

mensurada de acordo com o percentual da população apta a votar em relação ao total da população.

Os dados obtidos no censo revelam que há um incremento nos indicadores de alfabetização (de 19 para 29 pontos percentuais entre 1872 e 1920) e de urbanização, pois o percentual da população que vivia em cidades com mais de 30 mil habitantes sobe de 31% para 51% neste período. Os demais indicadores têm tendência de queda neste período, mas o dado mais impressionante é a queda da proporção dos eleitores inscritos em relação à população: esse indicador cai de 11% em 1872 para 4% em 1933. Isso é surpreendente, porque entre os dois períodos desaparece o pré-requisito de comprovação de renda para a participação nas eleições, portanto o contingente de eleitores na Primeira República deveria aumentar e não diminuir.

Contudo, esta queda acentuada em um universo já restrito de indivíduos aptos a votar se modifica bastante se adotarmos outro ano como parâmetro para o ponto de partida. Trabalhando com dados da participação política, Joseph Love afirma que a imediata substituição das regras eleitorais entre o Império e a República causaram um aumento bastante elevado na quantidade de indivíduos aptos a votar – o aumento seria de 400% entre as últimas eleições do Império e as primeiras no regime republicano, em 1886. Este aumento deve ser ponderado perante a pequena proporção entre eleitores diante da população<sup>8</sup>, mas ainda assim, a aparente confusão desaparece se levarmos em conta as modificações que estão em curso na transição entre os dois regimes (Love 1970).

Segundo Jairo Nicolau, no Império, além das eleições para cargos locais (juiz de paz e vereadores), “votava-se para Assembleia Provincial (Poder Legislativo das Províncias), para a Câmara dos Deputados e para o Senado. Neste último caso, os três nomes mais votados eram submetidos ao imperador, que escolhia um. O cargo de senador era vitalício. Os responsáveis pela administração das províncias (presidentes) eram também nomeados pelo imperador. As eleições para cargos locais eram diretas. Já para o Senado, a Câmara dos deputados e as Assembleias Provinciais foram indiretas (em dois graus como se dizia na época): os votantes escolhiam os eleitores (primeiro grau), que por sua vez elegiam os ocupantes dos cargos públicos (segundo grau).” (Nicolau 2004, p.10).

---

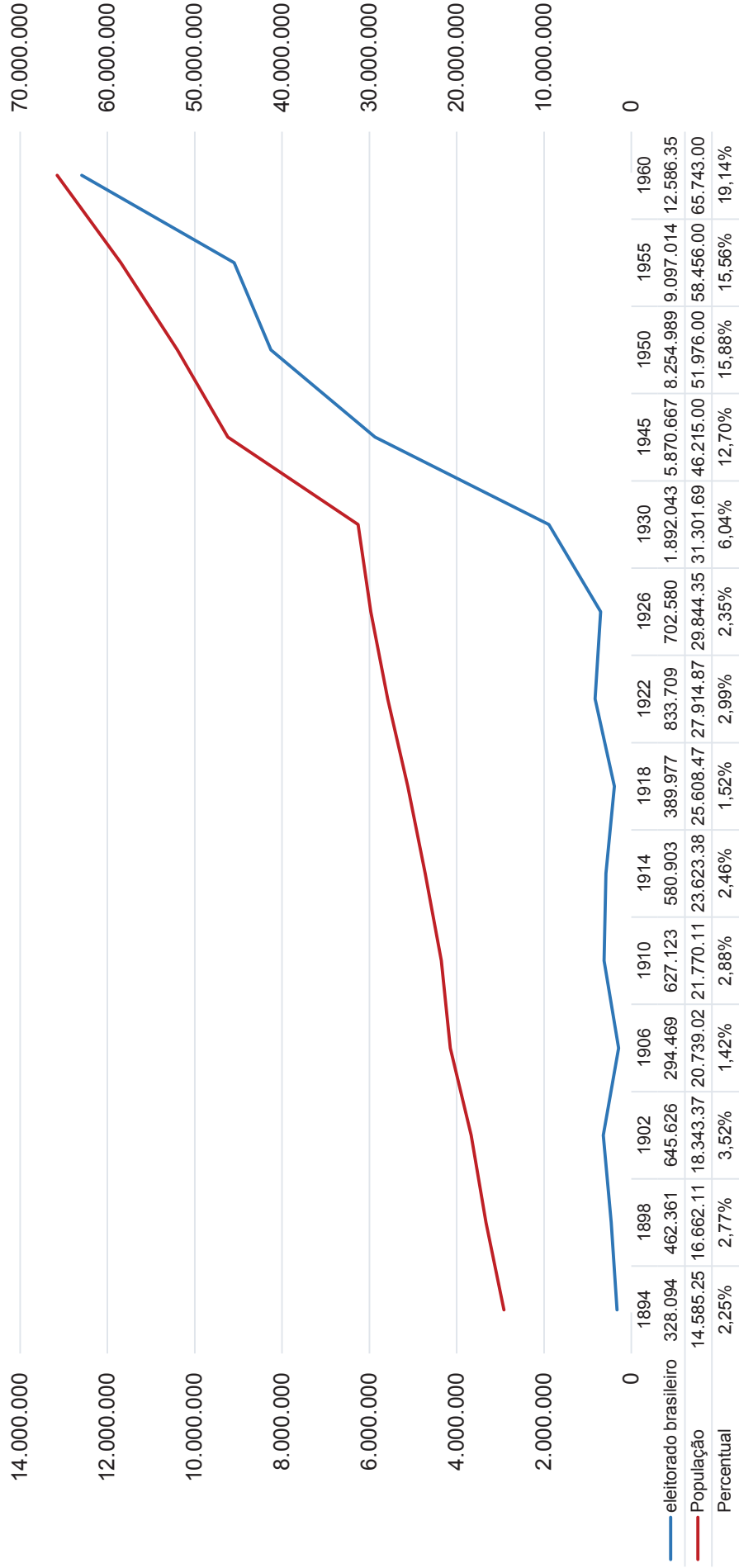
<sup>8</sup> Os dados censitários citados por Joseph Love são os seguintes: “We get 117.7 thousand voters in 1886 out of a population of 13.2 million, or 0.89%. In 1898 there were 462.2 thousand voters in a population of 17.1 million, or 2.70%. Modest as these gains are, the second election year still represents an increase of almost 300% over the first, relative to population.” (Love 1970, p.7)

Ao longo de todo período imperial foram incontáveis as reformas do sistema eleitoral, ora com o objetivo de assegurar a lisura, ora com o fim de aperfeiçoar o sistema de representação, em particular para as minorias. Uma das modificações mais profundas no sistema foi a Lei nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, que aboliu o sistema indireto de votação, mantendo o critério de renda de 200 mil réis ao ano.

Joseph Love sugere que o processo de modernização política no Brasil começa em 1881, com a aprovação da Lei Saraiva – sob a qual se realizariam “as eleições mais honestas do Império”, segundo Vitor Nunes Leal (2012). Entretanto (e talvez por este motivo), ela reduzia muito o contingente de indivíduos aptos a votar. “Quando se compara o número de votantes do começo da década (1873) com o de eleitores após a promulgação da lei (1882), observa-se um declínio acentuado (87%): o eleitorado inscrito passou de 1,1 milhão para 142 mil eleitores. (...) Por outro lado, quando se toma como base para comparação os antigos eleitores de segundo grau, observa-se que houve um crescimento de 614%, passando de 20 mil para 140 mil. Os únicos dados existentes sobre o comparecimento são das últimas eleições. Calculado como proporção da população total, o comparecimento [*sic*] é baixo: 1% (1881), 1% (1885) e 0,9%(1886).” (Nicolau 2004, p.24). O percentual da última eleição (1886), de Jairo Nicolau coincide com o de Joseph Love (0,89%), mas o aspecto mais relevante a ser destacado é a precariedade dos dados no final do Império e a pequena proporção do universo de indivíduos aptos a votar em relação à população.

Para efeito de mera ilustração, comparamos o tamanho da população com o eleitorado, a partir da quantidade de votos computados nas eleições majoritárias para todos os presidentes eleitos entre 1894 e 1960. Os resultados das eleições presidenciais foram extraídos dos relatórios presentes na obra de Walter Costa Porto. Os resultados seguem abaixo, no Gráfico I.1.

Gráfico I.1 Crescimento do eleitorado e da população brasileira (1894-1960)



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto (1989) e Love (1970).

O gráfico I.1 revela com clareza a diferença nas dimensões do eleitorado em face da população. A média de 2,6% para todo o período só reforça o que já foi consolidado em todos os textos que se produzem sobre a Primeira República: o sistema representativo brasileiro se baseava numa participação bastante restrita no processo eleitoral.

Isto posto, retomamos a nossa questão central, sobre o recrutamento da elite senatorial, só que agora sob outro prisma: tomando-se a tese hegemônica na literatura de que a profissionalização política ocorre com o advento dos regimes poliárquicos, seria possível encontrar esse fenômeno em regimes de participação e competição restrita, como o Brasil da Primeira República? A resposta a essa questão passa necessariamente por uma análise da carreira dos indivíduos. Nossa proposta consiste em relevar a inexistência de vínculos entre os representantes e os representados, em favor da observação *da trajetória percorrida pelos indivíduos que chegaram ao Senado Federal*, por menos identificado que fosse o universo de senadores com a competição política dos sistemas poliárquicos.

Parece-nos lícito imaginar que em um país de dimensões continentais, com uma malha de comunicação precária, com a maioria de sua população vivendo no campo, a extensão da franquia eleitoral (causada pelo desaparecimento dos critérios censitários) não fez mais do que reforçar as condições para o fortalecimento das oligarquias locais.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, “a vantagem de sistemas oligárquicos consiste no reduzido número de competidores pelo poder, minimizando a imprevisibilidade do futuro, enquanto sua vulnerabilidade decorre do baixo custo de provocar “desordem”. A concentração e a relativa equivalência de recursos entre poucos atores se revelam no axioma de tipo dahlsiano, mas contrário a ele, de que os custos da coerção, para qualquer um dos oligarcas, serão sempre inferiores aos custos de tolerar os adversários (quando se transformam em real ameaça)” (Santos 2013, p.29).

A partir do exposto, é bastante razoável considerar que os indivíduos que consigam êxito na carreira política possam ser caracterizados como oligarcas. Muitos deles podem ter alcançado postos eletivos por influência de seus familiares (Balmori et al. 1990). A formação universitária, a concentração em profissões jurídicas (Eulau & Sprague 1964), ou o exercício de outras atividades propícias à carreira política (Dogan 1999), podem ser atributos compartilhados por aqueles que compuseram o universo da elite. A posição de entrada na carreira política pode nos indicar como começa uma trajetória de sucesso (King 1981), e esse pode ser um fator de uniformidade (ou de variação) nos mecanismos de socialização da elite política (Prewitt et al. 1966). Todos



esses aspectos podem ser empregados para caracterizar traços mais ou menos oligárquicos da elite, sejam eles examinados a partir de observações sistemáticas, seja através de estudos monográficos.

A questão mais geral que procuramos investigar nessa tese não é se os indivíduos que chegaram ao cargo de senador na Primeira República eram ou não oligarcas. De fato, há uma série de achados que indicam um grupo extremamente homogêneo do ponto de vista do seu *background* social. Contudo, as diferenças encontradas nos padrões de carreira política sugerem que nem todos seguiram o mesmo caminho. A nossa tese é que os políticos profissionais não deixaram de ser oligarcas, eles são oligarcas que se profissionalizam na política<sup>9</sup>. Portanto, para sustentar empiricamente essa tese, as duas questões que organizam o nosso trabalho podem ser enunciadas assim:

1. Quem são os indivíduos que chegaram ao senado na Primeira República?
2. Por que eles são profissionais?

A tese está organizada em cinco capítulos, além dessa Introdução e da Conclusão. O Capítulo 1 discute o desenho da pesquisa e a delimitação do universo empírico. Os Capítulos 2 e 3 apresentam uma espécie de radiografia dos senadores brasileiros no período analisado, reportando-se diretamente à primeira pergunta que foi apresentada acima. O Capítulo 4 discute conceitos e indicadores acerca do processo de profissionalização política, com vistas a ressaltar os padrões detectados na elite, e o Capítulo 5 discute uma tipologia que frisa as diferenças entre esses perfis de políticos profissionais. A Conclusão retoma em linhas gerais o problema do caráter oligárquico da elite política, que está presente no título do trabalho.

---

<sup>9</sup> Com essa expressão procuramos resumir de que maneira essa tese pode vir a somar aos resultados das recentes publicações que estão revisitando a Primeira República no Brasil (Ricci & Porto Zulini 2012; Ricci & Zulini 2013; Ricci & Zulini 2014; Massimo & Costa 2015; Viscardi 2017; Perissinotto et al. 2017; Codato, Massimo, et al. 2017).

## CAPÍTULO 1 – O DESENHO DA PESQUISA

O objetivo desse capítulo é discutir a maneira como foi constituído o universo empírico da pesquisa. O nosso estudo resulta de uma investigação sistemática acerca dos padrões encontrados na estrutura da carreira dos senadores brasileiros, e essa discussão é importante para que possamos extrair conclusões substantivas dos valores numéricos que serão analisados, mas também para que os nossos resultados possam ser comparados com outros casos ou replicados no futuro. O capítulo está organizado em duas partes: primeiro vamos nos dirigir aos problemas encontrados na definição das unidades de análise da pesquisa, e depois vamos discutir essas decisões à luz das pesquisas já realizadas sobre a elite política brasileira na Primeira República.

### *1.1 MANDATO X INDIVÍDUOS: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO EM PERSPECTIVA DIACRÔNICA*

No regime imperial, o cargo de Senador era um mecanismo dentre tantos outros de premiar ou cooptar aliados políticos das regiões diretamente ao topo da estrutura política. Segundo Beatriz Cerqueira Leite, “o cargo de senador representava o coroamento de uma carreira brilhante [...]. Era preciso que o futuro senador já tivesse ultrapassado importantes degraus na arte da política, tivesse uma aprendizagem prática e a escola só poderia ser, então, a ocupação de alguns cargos como Deputado, Presidente de Província, Ministro, Diplomata e Conselheiro de Estado” (Cerqueira Leite 1978, p.44).

Na verdade, o Senado se aproximava mais da União do que da província e seu elo estava sob o crivo da Coroa. No regime monárquico os senadores eram nomeados pelo Imperador a partir de uma lista tríplice elaborada pelas províncias. Não existiam eleições regulares porque o cargo era vitalício: o Senador compunha um mecanismo privilegiado através do qual o imperador premiava ou cooptava aliados políticos regionais com um canal de acesso ao topo da estrutura política.

Essa característica do mandato senatorial era bastante coerente com uma estrutura política centralizada como a do regime imperial. De acordo com José Murilo de Carvalho, a burocracia imperial brasileira tinha a forma de uma pirâmide invertida, na qual o volume de cargos e salários estava fortemente concentrado no topo do sistema, em uma configuração oposta à estrutura norte-americana que mantinha forte concentração no nível local. Assim “a consequência dessa estrutura centralizada era o acúmulo de

funcionários e atividades administrativas no nível do governo central, sua reduzida presença no nível provincial e quase ausência no nível local.”(Carvalho 1996, p.137)<sup>10</sup>.

Neste contexto, percebemos que a implantação de uma estrutura federada de poder continha uma mudança essencial na forma de exercício do poder político. A descentralização da estrutura política forjada pelos constituintes de 1891 estipulou normas que alçavam o jogo político subnacional a outro patamar, no qual os Estados funcionariam como os fiéis da balança na política nacional. Um dos principais fatores que unificaram os artífices do novo regime era exatamente o papel da política estadual: “era na questão da autonomia política que todas as províncias, sem exceção, se uniram em prol do projeto federalista, porque só neste aspecto poderia haver uma “equalização” dos benefícios a todas as unidades da federação. Autonomia política significava acabar com o controle que o Poder Central tinha sobre as eleições locais e, sobretudo, garantir a eletividade dos antigos presidentes de província, transformados em governadores de estado” (Abrucio 1998, p.33).

Se até 1889 era possível politicamente que as carreiras dos senadores fossem *pautadas por uma lógica exclusivamente nacional* (tendo em vista que a condição de senador era uma prerrogativa do Poder Moderador), após essa data a carreira desses representantes teria, necessariamente, que passar pelas “contas” das elites que se sobressaíam nos Estados da federação.

Portanto, com a República, os atributos dos senadores seriam postos à prova, já que o mandato senatorial passaria pela transformação essencial da urna. Além do mais, seria o segundo mais alto cargo eletivo da União que passaria a ser decidido na esfera estadual e não seria mais produto das estratégias centrais. Portanto, o Senado da Primeira República representa uma instituição especialmente útil para o exame da transição entre os regimes e seus efeitos sobre a elite política, pois mantém forte conotação nacional, ao passo que seus membros serão designados na esfera estadual. Essas características fazem dos senadores eleitos durante o período um objeto privilegiado para explorar como o novo ambiente institucional, federalizado e eletivo altera o perfil dos eleitos.

---

<sup>10</sup> Ainda que Carvalho se refira à estrutura burocrática do Estado imperial brasileiro, é legítimo estender essa noção também à estrutura política do Império. Simon Schwartzman faz essa mesma avaliação do período imperial a partir do livro de Francisco Iglésias: “O primeiro elemento que ressalta neste trabalho é o sistema hierárquico e centralizado de autoridade em nível nacional. Os presidentes de província eram nomeados pelo Imperador e tinham sua lealdade e fidelidade totalmente orientadas para o governo central.” (Schwartzman 1988, p.176).

Com a Proclamação da República passaram a ser eleitos pelo voto direto<sup>11</sup> os candidatos a prefeitos<sup>12</sup>, deputados federais, governadores, senadores, presidente e vice-presidente da República. Os mandatos parlamentares tinham duração de três anos na Câmara, e nove no Senado (com renovação de um terço a cada três anos)<sup>13</sup>. Some-se a isso os postos de deputados e senadores estaduais – eles existiam em alguns Estados – e teremos um sistema que previa uma intensa atividade eleitoral nas bases<sup>14</sup>.

As informações com que trabalharemos nessa tese dizem respeito a uma população composta por 359 indivíduos que foram empossados para 851 mandatos entre a 21ª legislatura (1890-1891) até a 37ª (1934-1937). Para a definição do início da legislatura utilizamos o ano registrado no site do Senado Federal. Em rigor este contingente inclui os senadores na Segunda República (1934-1937), mas por se tratar de apenas uma legislatura, que nem seria concluída devido ao encerramento do regime representativo no país, em 1937, decidimos manter os 44 titulares de 1934 na base. Os senadores da constituinte de 1934 permitirão constatar como a alteração no regime se reflete nos padrões da elite senatorial no período imediatamente posterior à ruptura de 1930.

O critério utilizado para a composição do nosso universo são os nomes dos senadores empossados tal como informado no site do Senado Federal. Consideramos todos os nomes listados no site do senado, seja quando o indivíduo toma posse no mesmo ano em que se inicia a legislatura, seja quando ele toma posse no meio da legislatura. A

---

<sup>11</sup> Os cargos eletivos no Império eram: Senador, Deputado Geral, Membro das Assembleias Provinciais, Juiz de Paz e Vereador. Juizes de Paz e Vereadores eram eleitos por voto direto, no município. Para os demais cargos (Senadores e Deputados gerais ou membros das assembleias provinciais) a eleição era feita de forma indireta (ou em dois graus). A primeira norma eleitoral brasileira, a Lei nº 387 de 19 de agosto de 1846, “chamaria de **eleitor** apenas aquele que votasse nas eleições de deputados, senadores (para a formação das listras tríplexes submetidas ao imperador) e membros das assembleias provinciais” (Cavalcanti 1975, p.65). Essa norma acompanha o que prescreve o capítulo VI da constituição de 1824, segundo a qual os “eleitores” eram designados pelos “votantes”, que deveriam ser homens, brasileiros natos, não escravos, maiores de 25 anos, não religiosos, e com renda líquida anual superior a 100 mil réis. A eleição indireta só foi abolida na reforma eleitoral de 1881 (conforme o artigo 1º do decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também conhecida como Lei Saraiva). As condições para ser elegível eram as mesmas (com exceção dos critérios censitários, que eram mais restritivos)

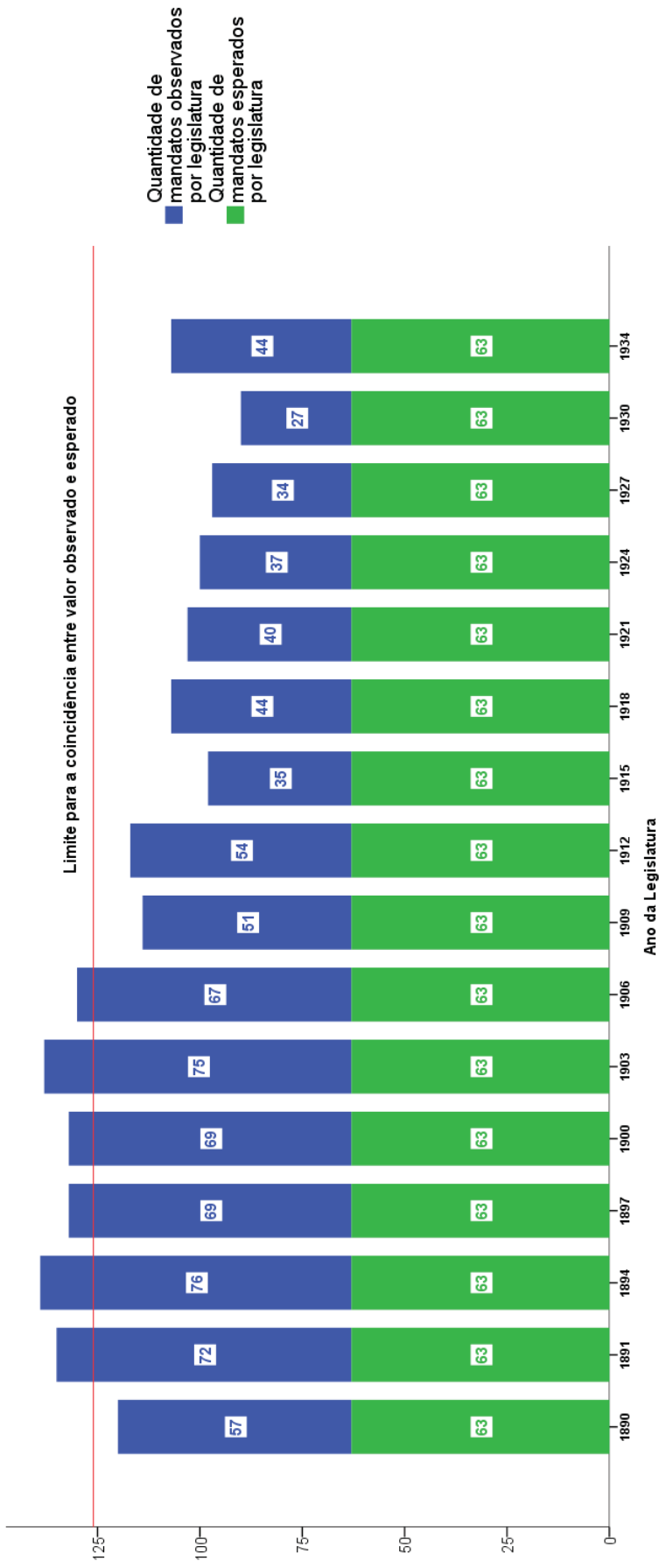
<sup>12</sup> Havia casos em que o chefe do Executivo municipal era indicado pelo governador do Estado.

<sup>13</sup> Rodolpho Telarolli informa que “O mandato de deputado tinha a duração de 3 anos e o de senador de 9 anos. Sendo 3 os senadores de cada estado e renovando-se a representação com a substituição pelo terço, ou seja, de um dos senadores de 3 em 3 anos, compreende-se como as eleições se procediam trienal e simultaneamente: elegiam-se as representações de deputados e um senador em cada estado” (Telarolli 1982, p.60). De acordo com Zulini, “Como as legislaturas das duas Casas do Congresso findavam a cada três anos, as eleições para Câmara e Senado corriam casadas, também a cada três anos, com a diferença que se abria para o pleito apenas a terça parte das cadeiras do Senado em cada triênio.” (Zulini 2016, p.29). No nosso estudo a definição do calendário segue o que é informado no site das legislaturas anteriores do Senado Federal (<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antiores>).

<sup>14</sup> “No estado de São Paulo, por exemplo, durante o período de fevereiro de 1927 a janeiro de 1928, foram realizadas nada menos de 26 eleições, a maioria parcial, por vagas nas câmaras federal, estadual e municipais e pela criação de municípios e distritos de paz.” (Telarolli 1982, p.60).

relação da quantidade de senadores empossados por legislatura e por Estados estão dispostas nos Gráficos 1.2 e 1.3.

Gráfico 1.2 Quantidade de senadores empossados por legislatura

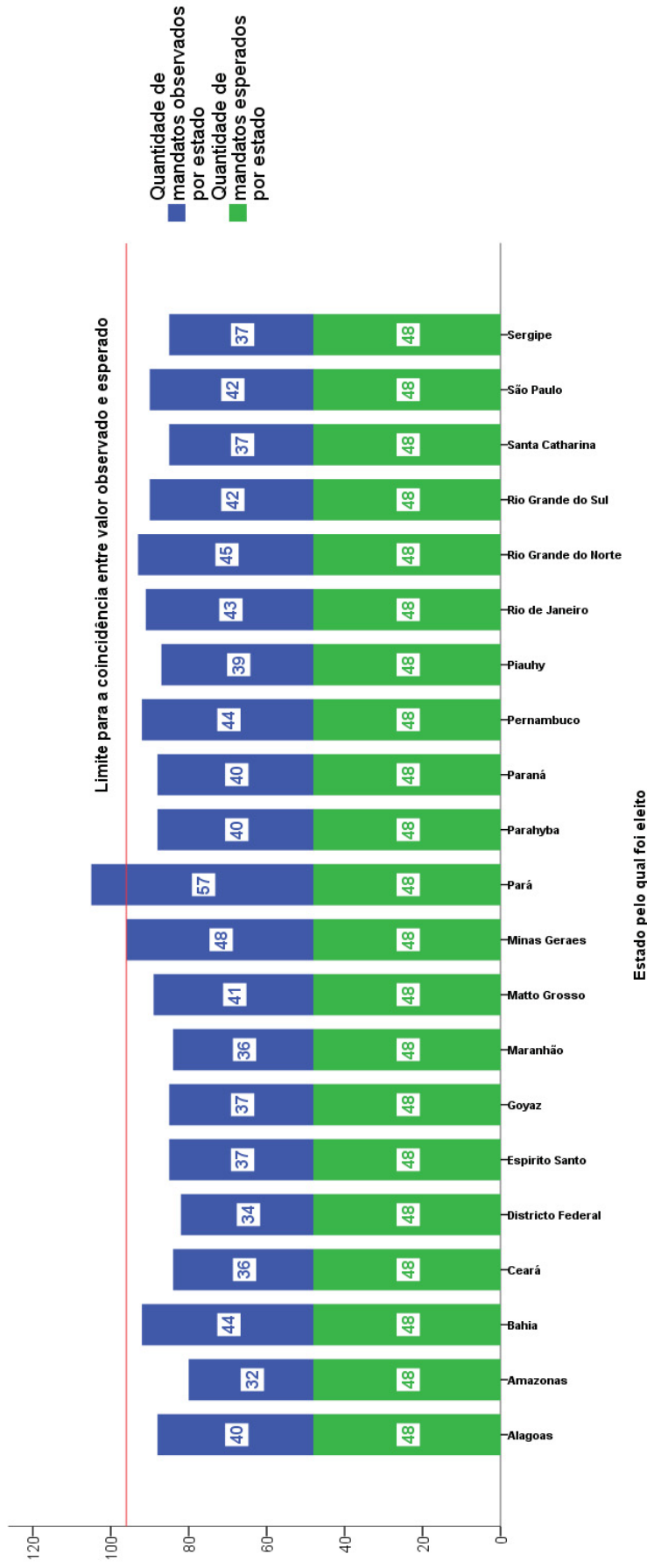


Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Valor observado: quantidade verificada no site do Senado Federal.

Valor esperado: quantidade prevista na constituição.

Gráfico 1.3 Quantidade de senadores empossados por estado



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Valor observado: quantidade verificada no site do Senado Federal.

Valor esperado: quantidade prevista na constituição.

Como se pode observar nos gráficos 1.2 e 1.3, em nenhuma legislatura e em nenhum Estado o valor observado coincide com o valor esperado. Essa foi uma das principais dificuldades com as quais nos deparamos logo no início da pesquisa, a diferença entre o que se constatou no site do Senado Federal, e aquilo que se lê no capítulo três da constituição de 1891<sup>15</sup>. A diferença entre valor esperado<sup>16</sup> e valor observado se deve ao parágrafo único do artigo 31, que foi o dispositivo empregado por 94 dos 359 indivíduos que tomaram posse em anos diferentes daquele em que se inicia a legislatura. Ou sejam cerca de  $\frac{1}{4}$  do universo é constituído por indivíduos que tomaram posse no meio do mandato.

Em rigor não se pode classificar tais indivíduos como suplentes, uma vez que essa categoria não existia no período. Segundo Rodolpho Telarolli, “O número incalculável de pleitos no país, milhares certamente, se deveu especificamente ao dispositivo da estrutura de poder vigente, que não reconhecia a existência de suplentes para os cargos eletivos. Em caso de vaga, a realização de eleição para o seu preenchimento representava a segura reposição de um representante da maioria, que direcionava todos os votos ao novo escolhido. Essa a razão pela qual o sistema de suplências nunca foi adotado.” (Telarolli 1982, p.64).

Esses esclarecimentos são importantes para explicar que estamos lidando com toda a população de indivíduos que tomou posse no Senado. Esse grupo foi constituído a partir da nominata que consta no site do Senado, e não se refere diretamente aos resultados do processo eleitoral.

Talvez, em um estudo específico sobre os resultados das eleições fosse possível encontrar nomes diferentes. Tais variações não devem ser consideradas como simples erros, mas sim uma imprecisão que se justifica por algumas particularidades do processo eleitoral da época. Por ora, a esse respeito é suficiente considerar três pontos: 1. Não havia naquele período um mecanismo responsável pela condução do processo eleitoral. Até a promulgação do código eleitoral em 1932, as eleições eram supervisionadas pelos juízes de paz, uma instância do poder judiciário estreitamente vinculada às redes de influência

---

<sup>15</sup> Art. 30 - O Senado compõe-se de cidadãos elegíveis nos termos do art. 26 e maiores de 35 anos, em número de três Senadores por Estado e três pelo Distrito Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os Deputados. Art. 31 - O mandato do Senador durará nove anos, renovando-se o Senado pelo terço trienalmente. Parágrafo único - O Senador eleito em substituição de outro exercerá o mandato pelo tempo que restava ao substituído.

<sup>16</sup> Como a constituição fixava o valor de três senadores para cada um dos 21 Estados, cada unidade da federação deveria ter empossado 63 senadores em cada legislatura. Sendo dezesseis legislaturas, cada estado deveria ter empossado 48 senadores ao longo de todo o período.



locais; 2. O sistema eleitoral majoritário era um fator de severa dispersão dos registros eleitorais, pois o que atestava os resultados das eleições era a ata produzida pelas mesas. Assim, era possível que mais de um candidato se arrogasse a condição de vencedor, bastando para isso que possuísse uma ata comprovando sua condição de eleito<sup>17</sup>; 3. A prática generalizada das fraudes durante o processo de alistamento, votação e contagem dos votos fazia da comissão de verificação de poderes<sup>18</sup> uma arena de intensa disputa política, a tal ponto que a certificação dos resultados que embasam os registros apresentados nos gráficos 1.2 e 1.3 devam ser considerados em sua ambivalência perante o processo político<sup>19</sup>, cujo significado não pode ser simplificado na fragmentação e na dispersão dos registros (ainda que esta se mantenha como uma dificuldade incontornável).

Todos esses problemas não foram examinados, uma vez que nosso trabalho é apenas sobre um segmento da elite política do período. Ao examinar as biografias dos senadores percebemos que as trocas ocorridas no meio do mandato eram a ocasião para a entrada de indivíduos com perfis diferentes. Entre esses indivíduos que tomam posse no meio de um mandato, há alguns que aparecem nas legislaturas seguintes, e parecem percorrer um trajeto razoavelmente estruturado, e também há indivíduos que terminam sua carreira política no Senado.

A troca do representante no Senado poderia ocorrer devido às mais diversas razões, mas em várias biografias percebe-se que tais trocas são determinadas por intempéries na conjuntura política estadual. Como veremos no capítulo 4, a aquisição de experiência em diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) foi um atributo importante para a profissionalização dos senadores.

Finalmente, é preciso considerar que os nove anos previstos pela constituição para o mandato de senador fez com que esse posto fosse, na Primeira República, a posição mais segura dentre todos os cargos eletivos disponíveis na estrutura de oportunidades políticas republicana. Claudia Viscardi afirma, em um levantamento realizado nas

---

<sup>17</sup> O próprio site do Senado Federal informa existirem quatro senadores tomando posse pela Bahia em 1891. São eles: Luiz Vianna, Ruy Barbosa de Oliveira (que aparece duas vezes), José Antônio Saraiva e Virgílio Damásio.

<sup>18</sup> Os eleitos se apresentavam na capital federal munidos dos documentos que comprovavam sua eleição (um dossiê composto pela ata das juntas apuradoras, que, por sua vez, somavam os votos computados nas atas das mesas eleitorais de cada distrito) perante uma comissão parlamentar chamada de “comissão de reconhecimento de poderes”. Ela era a responsável por reconhecer a autenticidade dos documentos e reconhecer quem seriam os parlamentares da próxima legislatura. As negativas emitidas nessa instância ficaram conhecidas como “degola” (Ricci & Zulini 2014).

<sup>19</sup> As recentes publicações de Paolo Ricci e Jaqueline Zulini exploram exatamente esse ponto: analisando os dados sobre as fraudes e sobre as contestações acerca dos resultados das eleições (Ricci & Porto Zulini 2012; Ricci & Zulini 2013; Ricci & Zulini 2014), eles produzem achados inovadores sobre a competição político-partidária na Primeira República.

constituições estaduais, que “em relação à duração dos mandatos parlamentares, predominou a fórmula de três anos para os mandatos de deputados (12 unidades federadas), seis anos para o cargo de senador estadual (cinco Estados entre os oito bicamerais que estabeleceram número) e quatro anos para o governo do estado (14 entre os 20). Em Minas Gerais, o senador teria oito anos de mandato.” (Viscardi 2017, p.85). Não havia mandato mais longo do que o no senado, e, portanto, é razoável imaginar que em situações de crise na política estadual o cargo no Senado Federal fosse utilizado como espaço de acomodação de interesses locais.

As informações presentes nos dois gráficos servem para esclarecer que nossos achados não devem ser interpretados como “provas factuais” no plano individual. A análise de dados agregados sobre um período com registros precários serve para a identificação de padrões e tendências, e é com base nessa aproximação da realidade que se fundamenta nosso trabalho. Como qualquer mensuração, a nossa também é precária. Ao dimensionar essa zona cinzenta temos condições de ponderar com mais cautela sobre o alcance analítico do levantamento empírico proposto.

Essa severa oscilação na quantidade de senadores observada em cada legislatura nos conduziu a utilizar simultaneamente duas unidades de análise. Não havia obstáculos para a reeleição ao Senado Federal. O mesmo indivíduo poderia ser eleito em 1900, abandonar o mandato antes do final da legislatura para assumir a governadoria do seu Estado, retornar ao senado e se reeleger na legislatura de 1909. Todas essas movimentações foram registradas na base de dados. Isso é importante pois podemos captar, com as ressalvas acima relatadas, como a passagem por vários cargos altera o perfil da carreira de cada senador ao longo do tempo.

Essas interrupções no mandato de senador serão contabilizadas no universo de 851 senadores empossados, visto que o mesmo indivíduo aparece novamente na base sempre que ele for empossado para uma nova legislatura no Senado Federal. Com isso, contando duas vezes o mesmo sujeito, podemos mensurar de que modo a carreira do mesmo indivíduo se altera entre a primeira e a segunda posse no Senado Federal.

Contudo, há uma série de atributos individuais que não se alteram ao longo dos anos. A profissão que era exercida antes, ou em muitos casos paralelamente à carreira política, não é alterada. A formação no ensino superior, a profissão dos pais, esses são atributos que precedem a carreira política, e não devem ser contabilizados duas vezes caso o mesmo indivíduo tome posse em mais de um mandato. Assim, quando considerada

a população em todo o período analisado, o universo será formado por 359 casos, e aqui sim, cada indivíduo é contabilizado uma vez só. Para a análise dos indivíduos consideramos apenas a linha da base de dados relativa à última posse no mandato de senador, aquela que possui toda a sua carreira prévia, de modo que todos os movimentos de cargos tenham sido registrados até sua última passagem pelo Senado Federal.

A variação nas unidades de análise é um expediente comum em estudos sobre elites. No próximo subitem desse capítulo vamos repassar alguns dos mais importantes estudos realizados sobre as elites políticas na Primeira República, para verificar como essa decisão de caráter metodológico permitiu um desenho de pesquisa mais ambicioso, do ponto de vista empírico, em relação às pesquisas já realizadas com essa mesma abordagem<sup>20</sup> sobre um objeto semelhante.

Antes de discutir esses trabalhos convém tratar rapidamente das três fontes que foram combinadas para a coleta dos dados. A primeira delas são as fichas biográficas produzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal, órgão responsável pela manutenção, atualização e processamento de bancos de dados do Senado – PRODASEN. Cada indivíduo que tenha passado pelo Senado contém uma ficha biográfica, que traz como informações: a identificação individual, cônjuges, profissões, filiação, mas sobretudo, os cargos públicos e os mandatos eletivos. Por se tratar de uma ficha resumida, não é raro faltar informações muito relevantes, como as datas dos cargos. Por isso a segunda fonte mobilizada foram os verbetes do Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, elaborados pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Até meados de 2013 eram biografados apenas os políticos posteriores a 1930, mas no último semestre o CPDOC tornou pública uma relação com os verbetes dos políticos da Primeira República. A terceira fonte mobilizada na coleta foi a página das legislaturas anteriores do Senado Federal<sup>21</sup>, que nos auxiliou a determinar com precisão quem eram os senadores empossados em cada legislatura.

O banco de dados privilegia as informações sobre carreira política, que registra todos os cargos públicos (eletivos e não eletivos), o ano de entrada e o ano de saída. A coleta dispõe os cargos em ordem cronológica, e cada linha do banco se encerra no mandato de senador. Os principais indicadores manuseados neste trabalho se referem aos

---

<sup>20</sup> Excluídos, portanto, os estudos de caráter monográfico, que não são menos importantes, pelo contrário, só que devem ser considerados em um desenho de pesquisa bastante diferente.

<sup>21</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteriores>

cargos percorridos até o Senado e o tempo de carreira, que é obtido com a subtração entre o ano que o senador foi eleito e o ano em que foi registrado o seu primeiro cargo na vida pública. No apêndice metodológico da tese fazemos uma descrição minuciosa de todas as variáveis que foram utilizadas na base dados e da principal fonte utilizada na pesquisa, que são as fichas biográficas do Prodasen.

O último esclarecimento que convém realizar nessa seção é sobre os critérios de periodização empregados nas análises diacrônicas. Basicamente, dispomos de duas formas os senadores ao longo do tempo. O primeiro critério de periodização, como já foi explicado acima, são as legislaturas. Elas possuem a vantagem de representar de modo mais desagregado informações obtidas em variáveis numéricas, como tempo de carreira e a quantidade de cargos ocupados ao longo da vida pública.

Contudo, para os cruzamentos com variáveis categóricas, as dezesseis legislaturas poderiam inviabilizar a análise de tabelas de contingência, já que a quantidade de células obtidas com 16 legislaturas seria de pelo menos trinta e duas caselas (se o cruzamento for feito com uma variável dicotômica), e essa quantidade de combinações seria ainda maior se a variável for politômica. Por esse motivo agregamos as dezesseis legislaturas em cinco períodos determinados com base em alguns acontecimentos políticos.

Período 1, *Instabilidade* (1891-1894): esse é um período marcado por uma profunda instabilidade na política nacional, cujos eventos marcantes podem ser identificados com a Revolta da Armada e com a Revolução Federalista. São as primeiras eleições republicanas, e aqui é razoável encontrar no Senado indivíduos com características mais semelhantes aos parlamentares imperiais. São três legislaturas que compõem esse período, 1890, 1891 e 1894, quando Deodoro, Floriano e Prudente de Moraes assumiram a presidência.

Período 2, *Estabilidade*, (1897-1909): Esse período se inicia com a crise do Partido Republicano Federal e vai até a eleição de Hermes da Fonseca. A característica mais marcante desse período é a estabilidade na conjuntura política, marcada pelo domínio da política dos Estados (como a denominou Campos Salles), e vai até a campanha civilista, quando Rui Barbosa e Hermes da Fonseca protagonizaram o primeiro pleito competitivo da Primeira República, que dividiu as oligarquias de todo o país em dois campos claramente opostos. As cinco legislaturas agregadas nesse período são 1897, 1900, 1903, 1906 e 1909, e por essa época a presidência da República foi ocupada por Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha.

Período 3, *Acomodação* (1912-1921): agregamos no terceiro período as quatro legislaturas que começaram em 1912, 1915, 1918 e 1921. Esse é um período em que o recrutamento da elite política deve sofrer um efeito de acomodação imediatamente após uma conjuntura crítica como a campanha civilista. Esse período também deve ser marcado pelo desaparecimento de Pinheiro Machado em 1915, um ator muito importante dentro do Senado, cuja saída da cena política deve ter repercutido sobre a formação das bancadas estaduais na casa. Os líderes do poder executivo nesses anos foram Hermes da Fonseca, Venceslau Brás e Epitácio Pessoa (que assumiu após o mandato interino de Delfim Moreira, vice do presidente eleito, Rodrigues Alves, que faleceu antes de tomar posse, em janeiro de 1919).

Período 4, *Consolidação* (1924-1930): Agregamos nesse quarto período as legislaturas de 1924, 1927 e 1930. O acontecimento mais importante nesse período foi a primeira (e única no regime) emenda constitucional aprovada em 1926, na administração de Arthur Bernardes, além das revoltas tenentistas, das greves, do avanço da industrialização. A década de 1920 é período de profundas transformações econômicas e políticas, e como esse período precede o fim do regime em 1930, é razoável imaginar que, por essa altura, tenha ocorrido um processo de consolidação da profissionalização dos senadores, quando políticos muito experimentados na função dirigem o Senado na constituinte de Arthur Bernardes, que foi sucedido por Washington Luís, o último presidente eleito a completar o mandato, já que o eleito em 1930, Júlio Prestes, não tomou posse.

Período 5, *Renovação* (pós-1930): Nesse período está separada a constituinte de 1934, quando ocorre uma clara renovação nos quadros da elite senatorial. É interessante que quase todos os padrões identificados até 1930 são invertidos para os eleitos em 1934, o que nos leva a crer que os esquemas de recrutamento desse segmento da elite política foram de fato desarticulados com o fim do regime. A chefia do poder executivo nesse período foi ocupada por Getúlio Vargas.

Como se vê, essa periodização tem um viés claramente indutivo. Procuramos analisar a diferença nos padrões de carreira dos senadores à luz de acontecimentos que aparecem como divisores de águas na biografia de muitos senadores. O emprego de elementos da conjuntura política como marco temporal para a profissionalização política foi o terceiro critério empregado ao longo de toda a pesquisa para agregar as legislaturas. A primeira maneira com a qual se realizou a agregação foi a separação por décadas. Esse

critério tem a vantagem de adotar marcadores exclusivamente temporais. Contudo, por outro lado, com essa classificação um senador eleito em 1900 estaria posicionado junto aos de 1891, quando seu perfil muito mais provavelmente se aproximaria de um eleito em 1903.

A segunda agregação proposta visava superar esse aspecto, e as legislaturas foram agregadas por outro critério, a quantidade de eleições. Essa agregação foi empregada em outro trabalho (Massimo & Costa 2015), quando separamos as legislaturas em cinco intervalos temporais: 1890/1900 (que reúne quatro legislaturas), 1903/1909 (três legislaturas), 1912/1918 (três legislaturas), 1921/1930 (quatro legislaturas) e separaremos no período 1934/1937 a última legislatura. A objeção a essa disposição é que ela faz sentido do ponto de vista formal, já que agrega de modo equivalente as unidades do calendário eleitoral, mas os intervalos não nos ajudam a visualizar diferenças marcantes, do ponto de vista historiográfico, entre os períodos. Apenas no início (que compreende os primeiros anos do regime republicano) e no final (que se refere ao período posterior à 1930) da série histórica podemos vislumbrar com clareza as diferenças no contexto político.

A agregação por acontecimentos políticos, que empregamos nessa tese, também tem algum aspecto de arbitrariedade. A vantagem dessa classificação é colocar em primeiro plano elementos de ordem contextual, que podem ter efeito direto sobre o que entendemos como profissionalização política. Como veremos no Capítulo 4 da tese, entendemos a profissionalização política como um processo, e por meio da agregação realizada com base em acontecimentos políticos, temos condições de analisar as modificações de padrões de carreira política à luz de eventos marcantes na conjuntura política.

Contudo, é difícil estabelecer um consenso sobre quais elementos devem ser empregados para delimitar os intervalos temporais. Seja qual for a solução adotada, o que mais importa para um estudo como o nosso, quer dizer, uma pesquisa que possui um caráter predominantemente quantitativo, é que são bastante sutis as diferenças nos padrões de carreira obtidos com essas três classificações. Seja quando agregamos as legislaturas por décadas, por quantidade de eleições, ou seja quando os períodos são formados com base nesses acontecimentos políticos, as tendências se mantiveram bastante semelhantes.

Essas diversas formas de agregar a unidade de análise são possíveis devido à maneira como se constituiu o objeto empírico. No levantamento realizado por Joseph Love, que examinaremos a seguir, o universo de elites é tão ampliado que as únicas evidências de variação diacrônica nos atributos da elite foram obtidas com base na separação por gerações<sup>22</sup>. Essa medida não é suficiente para examinar como atributos específicos (como a profissionalização política) podem ter se desenvolvido em diferentes tipos de políticos. Nos próximos capítulos da tese esperamos demonstrar o rendimento analítico de se analisar apenas um segmento da elite (no caso, um dos postos mais elevados da estrutura política republicana).

## *1.2 ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE ELITES NA PRIMEIRA REPÚBLICA*

Nessa seção vamos discutir um dos primeiros estudos realizados sobre elites no Brasil que foi realizado por David Fleischer somente com os deputados federais mineiros eleitos entre no início da Primeira República (o levantamento se encerra com os eleitos em 1918). O segundo trabalho sobre as elites políticas na Primeira República foi levado a termo pelos regionalistas, que examinaram a elite de três Estados brasileiros (Love 1982; Wirth 1982; Levine 1980). Vamos nos concentrar em como estão estruturadas as duas pesquisas, passaremos por alguns aspectos metodológicos da pesquisa de elites parlamentares e vamos sumariar as principais conclusões dos dois estudos. Esperamos com isso demonstrar por que tomamos a decisão de trabalhar simultaneamente com duas unidades de análise, e esclarecer por que nossos resultados não podem ser comparados diretamente com os achados dessas pesquisas.

A delimitação nestas referências se deve ao emprego de levantamentos sistemáticos de informação acerca de um segmento da população identificado como “a elite política”. Trata-se, portanto, de estudos de caráter quantitativo, com recortes longitudinais, e orientados para o rendimento analítico dos perfis e padrões encontrados entre os membros das classes dirigentes brasileiras. Esses textos são considerados como

---

<sup>22</sup> Segundo Love “A geração constitui a variável mais interessante para o estudo da dinâmica da elite ao longo do tempo. São as seguintes gerações consideradas na presente análise: 1) o grupo de pessoas nascidas em 1868 ou antes, cuja maturidade foi atingida antes do fim do império; 2) os nascidos entre 1869 e 1888, que chegaram à maioria pelos meados da Primeira República; 3) os nascidos já no período republicano (1889 e após). Quarenta e seis por cento dos membros da elite pertenciam à primeira geração, 34% à segunda e 20% à terceira.”(Love 1982, p.224). Essa classificação tem a vantagem de captar alterações em um contingente bastante heterogêneo de pessoas, mas ela é obtida com base em apenas um atributo compartilhado por todos os casos, que é o ano de nascimento.



referência para as pesquisas de elites políticas brasileiras pois definiram os parâmetros para as investigações ocorridas a partir da década de 1980.

Portanto, não temos como objetivo fazer de um levantamento exaustivo da bibliografia<sup>23</sup>, mas caracterizar brevemente os precursores do campo de elites políticas brasileiras, e que também delimitaram seus recortes temporais no período compreendido entre 1889 e 1930.

O esforço de retomar o objeto empírico desses autores (as elites políticas na Primeira República) procura se alinhar ao movimento de retomada da política parlamentar na primeira experiência republicana. Algumas publicações surgidas nos últimos dois anos parecem caracterizar um movimento de revisionismo sobre as instituições políticas na Primeira República. A contribuição mais importante a esse respeito tem sido realizada nas análises de Paolo Ricci e Jaqueline Zullini acerca do processo de depuração de diplomas pela comissão verificadora de poderes na câmara dos deputados (Ricci & Zullini 2013; Ricci & Porto Zullini 2012). O sistema de representação de interesses neste período também foi abordado por Fernando Limongi e por Wanderley Guilherme dos Santos em dois artigos recentes (Santos 2013; Limongi 2012).

Dentre os trabalhos que apareceram nessa retomada à política parlamentar brasileira na Primeira República, aquele que dialoga de forma mais direta com o objeto deste artigo resultou da pesquisa que Paolo Ricci e Jaqueline Zullini (2014) conduziram acerca da dinâmica do processo eleitoral na primeira república. O trabalho faz uma apresentação minuciosa sobre a evolução do quadro institucional que regulamentava o processo eleitoral<sup>24</sup>, com vistas a compreender a função política dos pedidos de contestação formal aos resultados das eleições. A pergunta central do trabalho indaga sobre por que se contestavam os resultados eleitorais na Primeira República, e o problema de fundo é sobre qual o sentido da competição política dentro do processo eleitoral.

Os resultados mais relevantes do trabalho indicam que a ocorrência de contestações é uma constante em todos os Estados, mas ela será mais amena onde as máquinas partidárias eram mais bem organizadas. A partir disso os autores sugerem que

<sup>23</sup> Considerando como exaustivos os mapeamentos bibliográficos realizados primeiro por Stanley Stein, e, depois, por Thomas Skidmore, acerca da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX (Fleischer 1982, p.14). Para outros trabalhos específicos sobre elites políticas ver (Fleischer 1971). O levantamento bibliográfico mais recente sobre a literatura de elites no Brasil foi organizado por Codato, Perissinotto *et alli* (2017), em um volume dedicado a esse campo de estudos no cone sul da América Latina.

<sup>24</sup> Fazendo ver como que os primeiros passos para a criação do código eleitoral de 1932 estavam presentes na reforma eleitoral de 1916 (Lei no 3.208/1916), mas também, como já em 1904 a Lei Rosa e Silva aperfeiçoaria as atribuições dos juízes eleitorais (Ricci & Zullini 2014).



a fraude deva ser examinada como um indicador de competição político (inter e intra) partidária, pois a posição dos litigantes dentro de um partido mais ou menos organizado aumenta os custos para pleitear o processo de contestação (Ricci & Zulini 2014).

Uma das principais conclusões deste trabalho é suficiente para esclarecer a diferença entre esse artigo e a nossa proposta. Segundo os autores, “a prática da fraude deve ser entendida por além do tema do desvirtuamento da verdade eleitoral. É fato que a literatura dedicada ao exame da Primeira República se empenhou em tornar pejorativa a forma de competição em época republicana. Neste artigo, entretanto, mostramos que a importância das práticas de deturpação do voto deveriam ser repensadas, enquadrando-as num modo de competir em voga naquele momento.” (Ricci & Zulini 2014).

Procuramos nos alinhar com essa perspectiva ao recuperar aspectos obscurecidos pelas interpretações convencionais acerca da política parlamentar na Primeira República. Porém, o nosso trabalho se situa no campo dos estudos de recrutamento político, já que estudamos a carreira política dos senadores brasileiros com ênfase na profissionalização política. As recentes publicações que estão revitalizando a agenda de estudos sobre a Primeira República serão uma importante bibliografia de apoio, pois, como vimos acima, e devido ao modo como entendem o sentido as contestações, tais trabalhos nos permitem repensar algumas características bastante conhecidas entre os estudos que se detiveram especificamente sobre as elites políticas nesse período.

Assim sendo, privilegiamos nesse levantamento os estudos que tratam de elite política. Nosso foco recai sobre as semelhanças e diferenças entre alguns elementos dos desenhos de pesquisa (objeto empírico, abordagem e questões teóricas), bem como sobre os limites dos achados, mas também sobre oportunidade das suas conclusões mais relevantes.

Uma breve caracterização do desenho da pesquisa realizada em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco é suficiente para entender por que esse trabalho é uma referência importante para quem estuda a elite política na Primeira República. Joseph Love, John Wirth e Robert Levine elaboraram um banco de dados sobre toda elite política destes três Estados entre 1889 e 1937. O universo inclui os ocupantes de 17 cargos na política

estadual<sup>25</sup>, e mais 17 postos na esfera federal<sup>26</sup>. Entre posições não governamentais foram admitidos todos os membros da comissão executiva do Partido Republicano nos três Estados. Com esse critério foram examinadas as biografias de 263 pessoas em São Paulo, 214 em Minas Gerais e 276 em Pernambuco. A seleção dos 753 biografados inclui os indivíduos que foram eleitos ou indicados para os postos por no mínimo 90 dias, sobre os quais foram coletadas informações para 71 variáveis.

A pesquisa em cada Estado foi publicada nos três livros, mas a estrutura do trabalho é a mesma. As evidências que resultaram da análise quantitativa são organizadas em cada livro a partir de seis blocos: relações de parentesco, região onde se concentravam as bases políticas, profissões e ocupações, formação universitária, distribuição em gerações, e padrões de carreira política.

De um modo geral os resultados revelam que, do ponto de vista do *background social*, as elites dos três Estados são extremamente homogêneas. Todas elas se revelaram refratárias a indivíduos egressos da classe trabalhadora, os três grupos manifestaram taxas de formação universitária bastante superiores face à taxa de alfabetização dos seus Estados, e nos três grupos os bacharéis em Direito são a maioria, ultrapassando a faixa dos 70%.

As constantes, todavia, não ocorrem quando os autores analisam os padrões de carreira das três elites. O primeiro fator de diferenciação aparece na análise geracional, sensível às diferenças no perfil da elite política ao longo do tempo. À medida em que mudaram as gerações, a elite paulista se revelou mais provincializada, aumentando progressivamente o recrutamento dentro do próprio Estado. Outro aspecto que chama muito a atenção é o percentual de indivíduos que possuíram somente um cargo em todo o período coberto pela pesquisa: eles são 75% em Pernambuco, contra 58% em Minas e 54% em São Paulo. A análise das carreiras revela diferenças importantes entre os Estados, pois entre os 25% dos pernambucanos que tiveram mais de um cargo não se verifica um “percurso” de funções políticas bem definido, ao passo que “dados semelhantes de Minas

---

<sup>25</sup> Segundo o apêndice A que se repete nos três livros, a relação de cargos era a seguinte: Governador; Vice-governador; Secretário de justiça; Secretário de finanças; Secretário de agricultura; Secretário de viação e obras públicas; Secretário de educação e saúde; Secretário de segurança e interior; Chefe de polícia estadual; Presidente do banco do estado; Prefeito da capital; Principais administradores das agências; Presidentes das câmaras e senados estaduais; Líderes da maioria na câmara; Presidente do tribunal superior do Estado; Presidente do banco do Estado; Líderes dos partidos.

<sup>26</sup> Presidente da República; Vice-presidente (que também presidia o Senado Federal); Ministro da justiça; Ministro da fazenda; Ministro da agricultura; Ministro da viação e obras públicas; Ministro da educação; Ministro do trabalho; Ministro das relações exteriores; Presidente do Banco do Brasil; Prefeito do Distrito Federal; Presidente do Departamento Nacional do Café; Presidente da câmara; Vice-presidente do senado; Líder da maioria na câmara; Líder da bancada estadual; Membros do Supremo Tribunal Federal.

e de São Paulo indicam que, nos dois lugares, secretários de governo se não passavam, em seguida, ao palácio como presidentes (governadores) iam para o serviço federal. Já em Pernambuco um cargo no secretariado estadual era como que um fim em si mesmo”(Levine 1980, p.173).

A estrutura de ocupações privadas menos diversificada em Pernambuco pode explicar a busca dos postos públicos como sinecuras, segundo Levine; e também ajuda a entender por que a elite deste Estado era mais aberta aos jovens (17% ocupavam as altas posições antes dos 30 anos em Pernambuco, ao passo que em Minas e São Paulo esses valores eram de 5 e 4%, respectivamente).

Os padrões de carreira revelam que os mineiros e os pernambucanos eram mais inclinados aos mandatos legislativos na capital federal do que os paulistas. Cerca de 50% das duas elites exibiram experiência legislativa em nível federal, ao passo que entre os paulistas, somente 31,7% o fizeram. Por outro lado, a experiência no *legislativo estadual* é mais saliente entre os paulistas (48,6%) do que entre os mineiros (47,4%) e do que os pernambucanos (30,9%). Os dados dos membros da comissão executiva do Partido Republicano Paulista (PRP) confirmam o imobilismo da elite paulista, pois, segundo Love, “dos 64 membros da chefia do PRP entre 1889 e 1936, a respeito dos quais se dispõe de informação, 70% pertenciam à primeira geração, 28% à segunda e somente 2% (ou seja, uma única pessoa) à terceira” (Love 1982, p.228).

São Paulo possuía o sistema mais burocratizado, no qual a principal via de acesso era, segundo Love, a carreira no PRP. Não raro, ela supunha alguns anos de serviço em cidades do interior como condição para aceder aos postos mais elevados na hierarquia peerrepistas. Wirth deixa bem nítida a divisão das funções dentro do universo de elites mineiro, o que permitiria a renovação dos jovens bacharéis, através do segundo escalão, na mesma medida em que aprofundou o vínculo dos supercoronéis com as pequenas cidades do interior – caracterizando a elevada insularidade dos mineiros. Como síntese, notamos que a via de acesso ao universo de elite em Pernambuco passava pela universidade e pelas conexões com as famílias mais influentes da capital – os dois atributos acabavam sendo mais importantes do que o pertencimento à elite econômica, já que “numa sociedade predominantemente agrícola e orientada para a exportação, a imensa maioria dos líderes políticos provinha das profissões liberais, não dos grupos de interesse do Estado” (Levine 1980, p.172).

Como se vê, esses são os resultados obtidos com a análise de todos os indivíduos que compuseram o universo de elites nos três Estados. Uma lacuna importante deste trabalho é que nestes segmentos os eleitos *para mandatos parlamentares* se dispersam como parte da elite política em geral. Como consequência, a unidade de análise e a unidade de observação acabam se confundindo no indivíduo. Assim, se dois indivíduos exercem apenas um mandato parlamentar, mas um tem uma rápida passagem pelo congresso, e outro permanece por uma ou por muitas legislaturas, os dois aparecem no estudo como possuindo somente um posto do universo pesquisado.

Portanto, o estudo do recrutamento das *elites parlamentares* não pode tomar como unidade de análise apenas o indivíduo, mas sim o titular do mandato na câmara ou no senado. Esta distinção é realizada naquele que pode ser considerado o primeiro estudo de recrutamento político entre elites parlamentares brasileiras, e que resultou na dissertação de mestrado de David Fleisher sobre os 151 deputados federais que se elegeram por Minas Gerais entre 1890 e 1918, quando o estado tinha direito a 37 deputados para cada legislatura (Fleischer 1971)<sup>27</sup>.

O principal ganho em termos metodológicos que o desenho da pesquisa de Fleisher oferece *vis-à-vis* às pesquisas coordenadas por Love é colocar o recrutamento parlamentar em primeiro plano. Isso implica em dar muito mais ênfase aos elementos que compõem os padrões de carreira, alternando análises bi e multivariadas com indicadores básicos (como a idade, por exemplo), mas também propondo variáveis novas, referidas especificamente ao processo de recrutamento político.

Uma informação simples como o ano de nascimento do parlamentar entra de diversas formas no desenho de pesquisa de Fleisher. Ela serve para o cálculo do tempo de carreira do deputado, a idade que ele tinha ao debutar na política, por que época da vida ele inicia a sua carreira pós-parlamentar, e quantos anos ele dispensou a outras atividades antes de iniciar o mandato. Tais indicadores, conjugados com os parâmetros do perfil social utilizados por Love, propiciam uma análise bastante mais sofisticada do estrato parlamentar da elite política. Ademais, como uma variável contínua, os indicadores oferecem um nível mais refinado de mensuração estatística e um modelo analítico mais arrojado.

---

<sup>27</sup> Catalogando as variáveis com os primeiros computadores existentes na década de 1970 (o trabalho foi publicado em 1971), Fleisher adverte: “Cartões sucessivos foram usados quando um deputado serviu mais de um mandato na Câmara. Logicamente deveria haver 333 cartões para as nove legislaturas; porém, devido a mortes, renúncias, e substituições, o conjunto final continha 363 cartões” (Fleischer 1971, p.24). Os cartões, no caso, correspondem às entradas analisadas pelo banco de dados.

Os principais blocos de variáveis da pesquisa de David Fleisher incluem: a idade, a região de origem, escolaridade, ocupação, laços familiares e a sequência de cargos ocupados pelo parlamentar (antes e depois do exercício do mandato). As variações diacrônicas são mensuradas com as frequências de cada variável por legislatura. Elas também são captadas com o recurso do cruzamento das variáveis com as coortes, que separam em cada legislatura os deputados que estão exercendo o primeiro mandato dos que já se reelegeram.

Os resultados da análise revelam consistentes padrões de recrutamento. Segundo o autor, com o passar do tempo os deputados mineiros chegam à Câmara Federal mais maduros, com experiência em mais cargos. De forma mais específica, “o mandato em legislatura estadual (assembleia ou senado) foi o mais frequente cargo pré-câmara com as administrações estadual e federal em seguida. Além de terem as frequências mais altas de “saídas” *para* a posição de deputado federal, as posições de legislatura estadual e administração estadual têm as mais altas frequências de “entradas” *de* outras posições políticas. Isto dá mais força ao argumento de que o serviço na legislatura estadual e/ou na administração estadual foi um grande canal de recrutamento para os futuros deputados federais” (Fleischer 1971, p.70).

A principal lacuna deixada em aberto pelo estudo de Fleischer é a dimensão nacional. Trata-se sem dúvida de um trabalho pioneiro, mas os seus resultados se restringem aos deputados mineiros eleitos até 1918. Muitos dos indicadores que empregamos para essa tese foram elaborados pela primeira vez em Fleischer – particularmente os indicadores de idade – mas como nosso projeto inclui a elite em âmbito nacional, poderemos explorar outras dimensões, como tamanho do eleitorado, diferenças de níveis entre esferas de governo, além de outros dados que poderiam ser pouco rentáveis para estudos realizados sobre apenas um estado.

Considerando as lacunas expostas sobre os mais importantes trabalhos sobre elites políticas no Brasil, o parâmetro de comparação que utilizaremos nessa tese são os dados obtidos por Dario Canton (1966) em seu estudo sobre os parlamentares argentinos em três legislaturas, 1889, 1916 e 1946. Em primeiro lugar por que a unidade de observação é a mesma: em Canton podemos encontrar dados apenas sobre os senadores argentinos. Em segundo lugar por que Brasil e Argentina apresentam mais semelhanças do que diferenças no que diz respeito ao processo eleitoral. Em que pese a enorme diferença que os dois países ocupam na economia política mundial, tanto a Argentina como o Brasil eram países

exportadores de bens primários. No panorama histórico que o autor realiza acerca da evolução política da Argentina na passagem do século XIX para o XX, vê-se que no país vizinho, tanto quanto no Brasil, a fraude nas eleições era um aspecto central na produção de representantes para o poder legislativo<sup>28</sup>. Mas a terceira (e mais importante) razão pela qual nossos dados serão comparados com os de Canton é que os dois estudos partem de um mesmo quadro de referências teóricas. Ao discutir a correspondência entre Carlos Pellegrinni e Leandro Alem, Dario Canton se pergunta: “Por acaso não temos aqui, fielmente registrado, o começo da transição do velho político de tipo “gentleman”, nascido para governar, e para quem os cargos públicos eram um dever, a esse novo tipo incipiente, representante de grupos emergentes na sociedade, que, na falta de outros meios, deve recorrer a profissionalização? Não está claro que ambos apelam a públicos diferentes?”<sup>29</sup> (Canton 1966, p.26).

---

<sup>28</sup> A fala do ex-presidente Carlos Pellegrinni no Senado argentino em 1902 poderia ser utilizada para caracterizar as eleições no Brasil: “Recuerdo que, cuando niño, las primeras veces que acudí a un atrio, aun antes de tener edad de votar, la práctica era que toda lucha se circunscribiera a apoderarse de la mesa; era el acto preliminar de la elección, y una vez apoderado de la mesa un partido, quedaba concluída de hecho la elección: todos sabían ya que ese partido triunfaría. ¿En que se fundaba esta afirmación? Simplemente en el fraude consentido y admitido como un hecho regular.” (Canton 1966, p.23)

<sup>29</sup> Tradução livre. No original lê-se: “¿Acaso no tenemos aquí, fielmente registrado, el comienzo de la transición del viejo político tipo “gentleman”, nacido para gobernar, y para quien los cargos públicos eran un “deber”, a ese nuevo tipo incipiente, representante de grupos emergentes en la sociedad, quien, falto de medios, debe recurrir a la “profesionalización”? ¿No está claro que ambos apelan a públicos diferentes?”

## CAPÍTULO 2 – *BACKGROUND SOCIAL*

Esse capítulo trata do *background social* dos indivíduos que chegaram ao Senado Federal na Primeira República. O objetivo desse capítulo é revelar por que esse grupo de indivíduos é bastante homogêneo do ponto de vista do seu recrutamento, ou seja, traremos alguns indicadores do perfil social dos senadores com vistas a fazer uma radiografia de um segmento quase desconhecido pela comunidade científica. Além disso esperamos poder concluir com segurança que também entre os senadores vale a proposição de que “a elite brasileira era, em geral, recrutada dentro das mesmas camadas sociais, cuja identidade era dada por experiências e valores partilhados em comum e por padrões de carreira muito semelhantes” (Love 1982, p.215). Essa conclusão será importante para polemizarmos com a tese de que a elite seria o comitê executivo da classe dominante, mas também para discutir a antinomia “oligarquia-profissionalização”, pois como oligarcas, eles são grupo reduzido de pessoas extraídas de um mesmo universo social.

As evidências que reunimos neste capítulo apresentam quais eram suas ocupações prévias (ou concomitante) à atividade política, qual a área de formação superior, em que universidade e em que período eles se diplomaram. Por se tratarem de atributos da população, a maior parte dos dados que analisaremos aqui reporta-se ao universo formado por 359 indivíduos. O primeiro item trata dos dados relacionados às ocupações, e o segundo analisa os dados da formação universitária. Esses são dois aspectos que poderão nos ajudar a determinar por que tais indivíduos podem ser considerados como membros da elite social antes (ou ao mesmo tempo) em que se constituem como parte da elite política, de modo semelhante ao modo como Pareto compreende a elite governante<sup>30</sup>. O grande risco da tese da profissionalização política é perder de vista o caráter oligárquico da elite política republicana, e esse capítulo tem como finalidade apresentar evidências que permitam entender por que a elite política coincide, em boa medida, com a elite social.

---

<sup>30</sup> Segundo Perissinotto, com a expressão ‘elite governante’ Pareto “se refere ao conjunto de indivíduos que, embora sejam os melhores na sua atividade, não exercem o comando político. A classe eleita governante é formada por aqueles que, ‘direta ou indiretamente, participam de modo considerável do governo’. [Nesse sentido] a elite não é formada apenas por aqueles que participam diretamente do governo, mas também por aqueles que conseguem influenciá-lo graças aos importantes recursos sociais que controlam (dinheiro, cultura, religião, saber, etc.)” (Perissinotto 2012, p.65)



## 2.1 PERFIL OCUPACIONAL

O primeiro atributo que vamos analisar é a ocupação desempenhada prévia ou paralelamente à atividade política. As ocupações de origem são um importante elemento a ser considerado para vincular os indivíduos que compõem o universo de elite aos grupos que existem fora desse universo (Gaxie 1980). Segundo José Murilo de Carvalho, a “ocupação (...) pode constituir importante elemento unificador mediante a transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia.”(1996, p.83). A tabulação dos dados coletados nas biografias dos senadores apresenta, porém, o problema da ocupação múltipla, que ocorre quando a mesma pessoa possui mais de uma ocupação. As fontes não apresentam maiores detalhes e é difícil estabelecer uma hierarquia entre o que seria a ocupação principal e a secundária.

O problema é complexo, e não deve ser simplificado apenas pela maneira como os dados são registrados (ou em como eles podem ser codificados), por duas razões: em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o fenômeno da ocupação múltipla está ligado com as características da estrutura socioeconômica, em que as alternativas ocupacionais na passagem do século XIX para o XX pareciam ser bastante rarefeitas<sup>31</sup>. Em um estudo sobre a estrutura ocupacional na Primeira República, Nancy Alessio constata que a maioria da população está engajada em atividades do setor primário (que reunia 70% no censo de 1872 e 73% no censo de 1920), então é possível que a observação de Carvalho sobre a elite imperial também se aplique aos senadores no período que estamos analisando.

A segunda razão pela qual devemos ter cautela ao extrair conclusões de dados ocupacionais se deve ao valor que se atribui a essa informação no contexto das disputas eleitorais<sup>32</sup>. O *fac-símile* das cédulas eleitorais reproduzidas por Rodolpho Telaaroli revela o destaque que se atribuía às profissões, como se vê na figura 2.1, a seguir<sup>33</sup>.

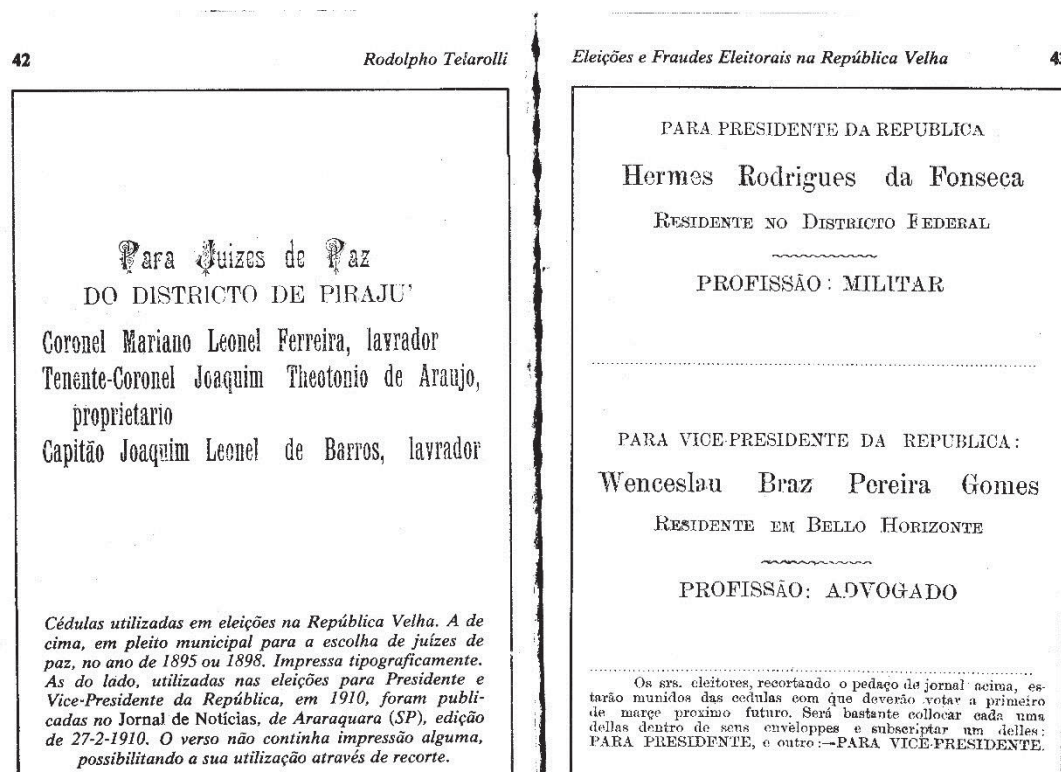
<sup>31</sup> Referindo-se ao Império, José Murilo de Carvalho afirma que “a economia agrário-exportadora escravista propiciava um sistema bastante simplificado da divisão do trabalho, em que não só as alternativas ocupacionais eram poucas como também insuficientes para, isoladamente, permitir a sobrevivência dos indivíduos” (1999)

<sup>32</sup> “Interesting elements for the study of parliamentarians may thus be found under the heading ‘previous occupation’. But there are also a number of pitfalls which cannot always be avoided. In the first place, there is the problem of incorrect or embellished statements (a big landowner who, though once called to the Bar, does not actually practise, will put himself down as ‘barrister’). As B. Akzin notes, a member of parliament’s description of his profession is frequently the picture of his activities he would like to put before the public. (In Israel, for example, great prestige attaches to ‘pioneer’ activities such as agriculture, teaching and engineering.)” (Meynaud 1961, p.521)

<sup>33</sup> Vale chamar a atenção para as instruções relacionadas ao recorte ‘uso da cédula’, segundo a análise do autor (p. 42 na figura 2.1 a seguir), e nas orientações ao eleitor que eram impressas ao final da cédula (p.43 na figura 2.1 a seguir). Esse aspecto será mencionado no Capítulo 5, para justificar os critérios utilizados para a tipologia dos senadores.



Figura 2.1 Fac-símile das cédulas eleitorais



Fonte: Telarolli (1982, pp.42-43)

Em que pese a natureza polissêmica do termo, profissão, segundo Edmundo Coelho, “significava originalmente ‘declaração pública’ ou ‘confissão’, mas ao longo do tempo adquiriu o sentido de adesão pública a um credo religioso (...) ‘Declaração pública’, ‘voto’ e ‘ofício’ são os significados para profissão em todas as edições no século XIX do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio Moraes Silva.” (Coelho 1999, p.20). Essa pode ser uma razão pela qual os candidatos à Presidência da República eram identificados por meio de suas profissões nas cédulas.

Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho, “o problema mais sério das fontes disponíveis de informação é o privilegiamento de ocupações que envolvam a posse de estudos superiores. Assim, por exemplo, um magistrado ou médico que fosse ao mesmo tempo proprietário rural, aparece quase sempre classificado nas primeiras ocupações e não na última. Mas mesmo entre ocupações letradas há dificuldades, uma vez que a mesma pessoa podia ser ao mesmo tempo jornalista e advogado, professor e funcionário público, ou professor e advogado” (Carvalho 1996, p.86).

Essa é exatamente a situação com a qual nos deparamos na descrição das ocupações dos senadores, seja nas fichas biográficas do arquivo do Senado Federal, seja

nas entradas do DHBB. Na maior parte dos casos há informações para o exercício simultâneo de duas ocupações. Assim sendo, a maneira mais adequada com que esperamos solucionar o problema da ocupação múltipla é contar cada profissão separadamente, e verificar quais eram as profissões mais comuns no conjunto da população. Assim, se um indivíduo era advogado e professor, e outro fosse advogado e jornalista, a profissão de advogado aparece duas vezes. O resultado dessa conta está apresentado na tabela 2.1

Tabela 2.1 Todas as ocupações prévias de todos os senadores brasileiros

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Advogado	161	23,4	23,4
Jornalista	123	17,9	41,2
Professor	98	14,2	55,4
Médico	65	9,4	64,9
Militar	59	8,6	73,4
Magistrado	40	5,8	79,2
Engenheiro	34	4,9	84,2
Agropecuarista	27	3,9	88,1
Industrial	23	3,3	91,4
Proprietário rural	19	2,8	94,2
Comerciante	17	2,5	96,7
Empresário	13	1,9	98,5
Banqueiro	7	1	99,6
Sacerdote	3	0,4	100
Total	689	100	

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

A tabela 2.1 contém, portanto, a distribuição das 689 ocupações observadas nos 359 indivíduos que formam a população de senadores analisada. A informação se apresenta de modo bastante desagregado, mas é possível ver que apenas três categorias (Advogado, Jornalista e Professor) reúnem praticamente metade das observações, somando 55,4% das ocupações. No limite inferior nota-se que a atividade de Sacerdote aparece apenas 3 vezes, assim como há poucos banqueiros (sete casos) e empresários (13 casos).

O contraste com a ocupação da elite “ampliada” examinada pelos regionalistas é muito claro. Comparando esses achados entre São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, Joseph Love e Bert Barickman afirmam que “a elite de São Paulo levou a elite dos outros Estados a terem as maiores partes de fazendeiros, industriais, comerciantes, banqueiros, revendedores de terrenos rurais, comissários e credores de curto prazo em ferrovias. Das ocupações associadas à propriedade, Minas gerais e Pernambuco ultrapassaram São Paulo

apenas na categoria de proprietários de minas (São Paulo não tinha nenhum). Os paulistas lideraram os outros dois grupos nas variáveis compostas *HOMEM DE NEGÓCIOS* (41 por cento da elite paulista) e *PROPRIETÁRIO* (56 por cento); São Paulo também liderou a participação de sua elite associada ao complexo de exportação agrícola (40 por cento)” (Love & Barickman 1986, p.747)<sup>34</sup>.

É importante salientar a baixa quantidade de agropecuaristas e proprietários rurais registrados na tabela 2.1, porque mesmo que muitos advogados também fossem proprietários, é oportuno (para nosso argumento) que essa atividade não apareça nem como segunda, nem como terceira ocupação mais frequente entre os senadores. As categorias “proprietário rural” e “agropecuarista” reúnem juntas apenas 6,7% de todas as profissões registradas para todos os senadores, e mesmo sem entrar nas difíceis questões envolvidas com essa informação<sup>35</sup>, ainda assim é necessário colocar em xeque, ao menos no que diz respeito aos senadores, a associação imediata entre ser dono de terras e exercer um alto posto na estrutura política republicana.

Não temos informações para afirmar que as demais ocupações (93,3%) não foram exercidas junto com a posse de terras. Se consideramos todas as ocupações listadas abaixo da categoria professor, e descontando as categorias minoritárias “proprietário rural” e “agropecuarista”, verificamos que as outras profissões somam 37,8% de todas as ocupações observadas na carreira dos senadores. Entre essas atividades aparecem o *métier* do médico, (9,4%), magistrado (5,8%), engenheiro (4,9%), entre outras. A partir do que foi lido em suas biografias, é pouco provável que indivíduos que desempenhassem tais atividades não fossem relacionados com a posse de terras, quer seja pela propriedade jurídica, que seja por laços de outra natureza, como os de parentela (Pereira de Queiroz 1975).

Essas observações são importantes para não descartar a centralidade de um recurso como a propriedade rural em um país como o Brasil no início do século XX. Concordamos com Maria Antonieta Leopoldi, sobre não haver “dúvida de que os

<sup>34</sup> Tradução livre. No original lê-se: “The elite of São Paulo led those of the two other states in having the largest shares of *fazendeiros* (owners of market- oriented estates), industrialists, merchants, bankers, rural land dealers, *comissários* (short-term lenders to *fazendeiros*), and investors in railroads. Of the occupations associated with property ownership, Minas and Pernambuco outpaced São Paulo only in the category of mine owners (São Paulo had none). The Paulistas led the other two groups in the composite variables *BUSINESSMAN* (41 percent of the Paulista elite), and *PROPRIETOR* (56 percent); São Paulo also led in the share of its elite associated with the agricultural export complex (40 percent).”

<sup>35</sup> Estamos utilizando os termos ocupação e profissão de modo intercambiável, pois o nosso estudo é sobre os padrões de carreira política dos senadores. Para uma discussão específica sobre as dificuldades terminológicas (e conceituais) ao tratar das diferenças entre profissões e ocupações ver Coelho (1999).

proprietários agrícolas passam a desempenhar o papel de verdadeiros atores no cenário político do começo do século. São eles que fazem os presidentes, os deputados, os senadores.” (Parahyba 1970, p.89). Para o efeito do nosso argumento na tese, devemos esclarecer que esse pode ser um aspecto muito relevante para caracterizar a elite social de modo geral; contudo, quando nos dirigimos apenas ao grupo dos senadores, então é preciso reconhecer que nesse segmento há um claro predomínio de advogados e jornalistas sobre os donos de terra, e que esse predicado (a posse da terra) pode não ser assim tão importante para o sucesso de uma carreira no senado. Os fazendeiros podem até “fazer os senadores”, mas considerando o conjunto da população, somos obrigados a concluir que não foram eles mesmos que chegaram a um dos mais elevados postos na estrutura de oportunidades da Primeira República – ou ao menos, se os senadores também eram fazendeiros, esse atributo foi negligenciado de modo sistemático em suas biografias.

Entre as biografias analisadas, aquela que melhor se encaixa no perfil de um representante do grande capital cafeeiro, defendendo diretamente seus interesses de classe no Parlamento é a do Senador Alfredo Ellis. Esse sujeito reúne uma série de atributos que caracterizam o perfil de um “membro da elite econômica e política de São Paulo que transitava com desenvoltura entre palácios – presidencial e estadual”. Vale a pena recuperar outros detalhes informados no seu verbete:

“**Alfredo Ellis** nasceu em São Paulo no dia 19 de março de 1850, filho de William Ellis, médico inglês, e de Maria do Carmo da Cunha Bueno Ellis. Coursou o secundário em São Paulo e formou-se em medicina pela Universidade de Filadélfia, na Pensilvânia, EUA, em 1869. Ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal do Império em 1870. Casou-se em 1874, na cidade de Campinas (SP), com Sebastiana Eudóxia Cunha Bueno, sua prima. Seu casamento com uma descendente da tradicional família Cunha Bueno – produtora de café e proprietária de fazenda Santa Eudóxia, em São Carlos (SP) – teve como desdobramento a sociedade comercial entre as famílias Ellis e Cunha Bueno nos empreendimentos do café. Ainda no Império, Alfredo Ellis tornou-se abolicionista, tendo libertado todos os seus escravos um pouco antes da Abolição em 1888. *Com o advento da República, em setembro de 1890 foi eleito deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte. Foi reeleito deputado federal em 1894, 1897 e 1900. Exerceu seu mandato até dezembro de 1902, quando se encerrou a legislatura. No pleito de 1903 foi eleito senador por São Paulo.* Assumiu no mesmo ano sua cadeira no Senado Federal e passou a integrar as comissões de Instituição Pública e de Finanças. Cumpriu seu mandato até 1908 e foi reeleito no ano seguinte. Membro da elite econômica e política de São Paulo, transitava com desenvoltura entre palácios – presidencial e estadual –, assim como simbolizava tanto a liderança política do Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual se filiou em 1913, como a articulação familiar e política da elite da Primeira República, em seu veio republicano. Além de médico e político, foi grande produtor de café, tendo travado renhidas disputas com os produtores dos sacos de juta que eram utilizados para o

ensacamento do produto. Foi um dos principais políticos a lutar contra os empreendimentos da família Guinle, monopolista de sacaria de juta (das fábricas de Jorge Street), assim como a denunciar abusos nas taxas portuárias da companhia Docas de Santos, cuja concessão era controlada por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle. Voltou a ser reeleito senador em 1918. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 30 de junho de 1925, no exercício do mandato de Senador.” *Fonte: DHBB. (Excertos)*

O verbete no DHBB não deixa dúvidas de que Alfredo Ellis valeu-se de uma posição social bastante privilegiada. Mas mesmo um indivíduo que acumulou tantos tipos de recursos teve que se eleger quatro vezes para o cargo de deputado federal antes de alcançar a vaga no Senado, por onde permaneceria pelos próximos 22 anos. Outro aspecto importante nesse relato é a filiação tardia no PRP. Por ora o que devemos ressaltar para deixar claro nosso argumento em favor da profissionalização política é que entre os vários fatores de homogeneidade da elite senatorial, a posse de terras deve ser colocada em segundo plano, pois outros fatores podem ter sido mais importantes para se alcançar (e manter) uma carreira política exitosa. Para visualizar com mais clareza esse ponto é oportuno visualizar um caso de um senador que perfilou uma carreira política de sucesso sem ter tido vínculo direto com a grande propriedade rural. Esse é o caso do Senador Francisco Azeredo.

“**Antônio Francisco de Azeredo** nasceu em Cuiabá (MT) no dia 22 de agosto de 1861, filho de Ozeias Francisco de Azeredo e de Blandina de Figueiredo Azeredo. *Oriundo de família sem posses*, ainda jovem colaborou em jornais de Cuiabá. Iniciou os estudos no Liceu da capital mato-grossense e posteriormente seguiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar. Abandonou, porém, a formação militar, ingressou na Escola Politécnica, e a partir de então vinculou-se definitivamente ao jornalismo. Era republicano e abolicionista. O início de sua trajetória política coincidiu com a instalação da República. Eleito em 15 de setembro de 1890 deputado constituinte pelo Partido Republicano criado em Mato Grosso por Generoso Ponce, tomou posse quando da instalação do Congresso Nacional Constituinte, em 15 de novembro seguinte, e participou dos trabalhos de elaboração da Constituição de 1891. Após encerrar o mandato em 1893, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1895. Ao ser eleito senador em 1897, iniciou uma longa permanência no Senado, que se estenderia por três décadas. Durante as crises políticas mais graves ocorridas em Mato Grosso, utilizou-se da tribuna do Senado com o claro objetivo de defender seus correligionários, entre os quais se destacava Generoso Ponce. De modo geral, lançava mão de seu prestígio político, dos periódicos sob seu controle e das relações com o Poder Executivo federal para manter e ampliar sua base política no estado. Era amigo do líder político gaúcho Pinheiro Machado, com quem fundou em 1910 o Partido Republicano Conservador (PRC). Tornou-se membro da comissão executiva do partido e uma de suas figuras mais importantes. Em Mato Grosso, o partido foi criado em 1911. *Antônio Azeredo tipifica exemplarmente o representante político que utilizava com frequência sua capacidade de influir nas questões internas de seu estado agindo a partir do Rio de Janeiro. Não sem*

*razão foi durante a Primeira República o único parlamentar de Mato Grosso a participar do restrito grupo responsável pela discussão e a indicação de possíveis nomes para a presidência da República. Tendo perdido o mandato com a vitória da Revolução de 1930, que dissolveu os órgãos legislativos do país, partiu para o exílio na Europa. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de março de 1936". Fonte: DHBB. (Excertos)*

Há dois aspectos que devemos destacar na biografia do Senador Azeredo. Com nada mais nada menos dos 40 anos de tempo de carreira (ele inicia sua trajetória em 1890 e o último mandato senatorial para o qual ele foi eleito foi na legislatura natimorta de 1930), possivelmente esse seja o caso de um indivíduo “oriundo de família sem posses” que não se catapultou para a política nacional por meio da carreira militar. A maior parte dos indivíduos que, por sua biografia, parecem ter sido recrutados em estratos sociais menos privilegiados, se cacifam para o cargo no Senado Federal a partir dos feitos alcançados como militar.

Além disso, o verbete do senador Azeredo destaca um dos aspectos mais importantes a se considerar na carreira de um político profissional na Primeira República, *que é o êxito na articulação entre a política nacional e a política estadual*. Como veremos no Capítulo 4, um político profissional na Primeira República deve ter experiência em mais de um nível de governo, e, ao mesmo tempo, saber como se ganha uma eleição. Esses são componentes de uma carreira política de sucesso que ficam ofuscados pela associação imediata entre a elite política e os proprietários de terra, e por ora devemos ressaltar que a posse terras é uma informação pouco relevante para entender como se estrutura uma carreira política de sucesso.

Essa proposição pode ser melhor visualizada se pusermos lado a lado atributos dos senadores brasileiros com os senadores de outros países no mesmo período. Devido à maneira como a informação foi tabulada, foi possível aplicar a nossa base o mesmo critério de classificação empregado por Dario Canton no seu estudo sobre os parlamentares argentinos. O trabalho de Canton se refere a somente três legislaturas, e é com base nelas que foi realizada a comparação presente na tabela 2.2.



Tabela 2.2 Ocupação dos senadores – comparação Brasil e Argentina

	<b>Brasil (1891)</b>	<b>Argentina (1889)</b>	<b>Brasil (1915)</b>	<b>Argentina (1916)</b>	<b>Brasil (1934)</b>	<b>Argentina (1946)</b>
Somente profissional	20,8%	48%	25,0%	62%	34,1%	43%
Profissional e proprietário	16,7%	21%	6,3%	24%	18,2%	18%
Somente proprietário	-	3%	-	-	-	4%
Militar	12,5%	7%	6,3%	-	4,5%	14%
Trabalhador	-	-	-	-	-	11%
Professor	16,7%	3%	31,3%	-	25,0%	-
Não informado	33,3%	17%	31,3%	14%	18,2%	10%
Totais	24	29	16	26	44	28

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal, e Canton (1966, p.40, tabela 3).

A agregação das ocupações de Dario Canton é oportuna principalmente por que ela se dirige à mesma dificuldade que nós encontramos em nossas fontes: a ocupação múltipla. Os indivíduos que eram simultaneamente profissionais e proprietários compunham pouco menos de  $\frac{1}{4}$  dos senadores argentinos em 1889 e 1891. Esse contingente cai de 16,7 para 6,3 pontos percentuais quando observamos os dados dos senadores brasileiros. Outro aspecto importante são as diferenças no tamanho dos contingentes formados pelos professores nos dois países: a diferença é de 16,7 para 3% no início do período, e fica ainda mais nítida quando eles desaparecem do Senado Argentino (em 1916 e 1946) e se consolidam entre um terço e um quarto dos senadores Brasileiros em 1916 e 1934.

A tabela 2.2 revela que a categoria “somente proprietário” não é marginal apenas no caso brasileiro, pois entre os argentinos também percebemos como poucos proprietários chegaram ao senado. A comparação mais frágil<sup>36</sup> ocorre no final da série temporal, que no estudo de Canton se encerra em 1946, quando os primeiros trabalhadores aparecem no Senado – algo que, no caso brasileiro, pode ter ocorrido somente após 1946, com os 5,6% de senadores ocupados em profissões técnicas (Cf. Codato et al. 2016, p.53. tabela 2) em todo o regime democrático-populista (1946 a 1964).

Além da baixa incidência de indivíduos ligados diretamente à terra, o aspecto que deve ser ressaltado é a homogeneidade da elite senatorial nos dois países, mesmo se levarmos em conta a possibilidade de subnotificação dos casos em que um profissional também foi proprietário rural. Para Canton “um espectro ocupacional mais amplo aparece somente em 1946 ainda que haja vislumbres em 1916. Em todos os casos o Senado

<sup>36</sup> É frágil primeiro por que há uma diferença de 12 anos entre as duas datas, segundo porque em 1946 temos o início de um novo regime no Brasil, e também porque nesse intervalo temos o Estado Novo, que suprimiu as atividades legislativas no Brasil entre 1937 e 1945, com todos os impactos que disso decorrem para o recrutamento da elite política.

parecer ser mais homogêneo. Com respeito à relativa importância dos três primeiros grupos ocupacionais, deve se dizer que sabemos com certeza que os membros estudados possuem um título profissional. Mas se são também proprietários, geralmente de uma fazenda, ou não, é impossível afirmá-lo, a menos que se mencione expressamente nas fontes. A nossa impressão é que o número de proprietários deve ser algo maior, diminuindo portanto o tamanho da categorias ‘somente profissionais’” (Canton 1966, p.41)<sup>37</sup>.

## 2.2 A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O segundo indicador que revela uma elite bastante coesa do ponto de vista do seu *background social* é a educação superior. Esse dado pode nos ajudar a contornar as dificuldades apontadas previamente com a ocupação. Em um dos poucos momentos em que se reporta aos atributos de agentes políticos na Primeira República, Vitor Nunes Leal afirma que “A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidade de comando e dedicação, os habilita à chefia” (Leal 2012, p.44). Esse aspecto também é ressaltado em um estudo específico sobre elites políticas. Reportando-se ao caso de São Paulo, Joseph Love afirma que “os membros das elites estaduais frequentemente vinham a se conhecer no Congresso mas as relações entre muitos deles datavam de momentos anteriores, quer no desempenho de atividades profissionais quer partilhando os bancos das mesmas faculdades” (Love 1982, p.222). E, de fato, ao compilar os dados sobre a formação superior, nota-se que a elite senatorial é altamente escolarizada, como veremos na tabela a 2.3 a seguir:

---

<sup>37</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Un espectro ocupacional más amplio aparece sólo en 1946 aunque hay atisbos en 1916. En todos los casos el Senado parece ser más homogéneo. Con respecto a la relativa importancia de los tres primeros grupos ocupacionales, debe decirse que sabemos con certeza si los miembros estudiados tienen un título profesional. Pero si son también propietarios, generalmente de una estancia, o no, es imposible afirmarlo a menos que se mencione expresamente en las fuentes. Nuestra impresión es que el número de propietarios debe ser algo mayor, disminuyendo por consiguiente el tamaño de la categoría ‘sólo profesionales’”.



Tabela 2.3 Área de formação no ensino superior

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válidos	Direito	185	51,5	58,5	58,5
	Medicina	66	18,4	20,9	79,4
	Engenharias, Matemática e Ciências Físicas	33	9,2	10,4	89,9
	Formação Militar	26	7,2	8,2	98,1
	Humanidades ou Formação Religiosa	6	1,7	1,9	100
	Total	316	88	100	
Missing	Não se aplica	29	8,1		
	Não informado	14	3,9		
	Total	43	12		
Total		359	100		

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Apenas 12% dos senadores brasileiros na Primeira República não possuíram ensino superior, e isso inclui os 14 casos para os quais não encontramos informação. A elite senatorial era em sua maioria formada nas áreas de Medicina e Direito (juntas essas duas graduações respondem por 79,4% do universo). Dos 359 senadores, apenas 59 se formaram em Engenharia ou em Ciências Militares, e somente seis indivíduos possuem formação na área de Humanidades.

A formação no ensino superior é uma característica que revela a distância que separa esses indivíduos da população de um modo geral. Trabalhando com os dados censitários, Maria Antonieta Leopoldi encontra uma tendência ascendente na taxa de alfabetização, mas os valores ainda ficam no patamar de um terço da população nacional: em 1890 a taxa de alfabetização da população brasileira era de 18%, em 1900 era de 31%, e em 1920 era de 29 % (Parahyba 1970, p.93). Ao analisarmos todos os indivíduos que foram senadores na Primeira República descobrimos que 88% (316 em 359) deles passaram por universidades.

O contingente mais expressivo é sem dúvida o de formados em Direito, são 185 casos, mais da metade de toda a população. Esse achado confirma que o recrutamento da elite senatorial acompanha uma tendência documentada para outros casos nacionais, que é o predomínio de advogados entre aqueles que tomam um assento no Poder Legislativo. Contudo, mais importante do que constatar o tamanho do contingente de senadores formados em Direito, é perceber como a diplomação em Direito afetou a composição da elite entre o final do Império e início da República. Vale portanto retomar alguns dos achados obtidos no trabalho de Roderick Barman e Jean Barman (1976), que analisam os papéis desempenhados pelos indivíduos que obtiveram um diploma de Direito durante o Império (1822-1889).

O artigo apresenta os resultados de uma análise dos indivíduos formados nas universidades de Direito de Coimbra, São Paulo e Olinda<sup>38</sup>. O modelo de análise adotado no artigo separou as posições políticas em três círculos concêntricos, sobrepostos por ordem de influência (Barman & Barman 1976, p.432). O mais restrito é composto pela família imperial, conselho de Estado, Senado e Conselho de Ministros. O segundo círculo seria constituído por uma elite intermediária, formada pelos deputados gerais, alto comando das forças armadas e presidentes das principais províncias. O terceiro círculo agrupa os segmentos periféricos da elite, identificados nos cargos de desembargadores, suplentes de deputados e presidentes das províncias menos importantes<sup>39</sup>. O artigo examina como os formados em Direito se integraram a esses diversos segmentos da elite política.

Uma primeira distinção importante realizada neste trabalho são as diferenças entre os formados em Portugal e os formados no Brasil. Segundo os autores, a geração de homens formados em Coimbra durante a década de 1820 exerceu um papel chave na política imperial desde 1831 até o final da Guerra do Paraguai, em 1870. Sua influência se deve ao controle de praticamente todas as posições no Poder Judiciário. De modo complementar, sua trajetória comum durante o processo de socialização universitária lhes conferiu uma profunda coesão ideológica em torno da ideia de um país unificado: “Ali, portanto, emergiu entre os estudantes um sentimento muito forte de identificação com o Brasil, previamente ausente ou inativo. A esse nacionalismo estava igualmente vinculado um ódio ao Absolutismo, em todas suas manifestações. A experiência compartilhada da adversidade entre a geração de Coimbra de 1820 forjou não apenas essa perspectiva comum, mas também um senso de unidade e identidade de grupo que permaneceria até sua morte”<sup>40</sup> (Barman & Barman 1976, p.444)

A uniformidade da geração de Coimbra passa a ser um dos fatores de sua erosão, uma vez que, devido a sua coesão, esse pessoal não seria renovado até a década de 1870, quando muitos já havia desaparecido. O aumento de formados nas faculdades brasileiras passou a ser motivo de atritos com a velha geração, por duas razões: do ponto de vista

---

<sup>38</sup> Os autores publicaram dois anos mais tarde um artigo para discutir somente como foi a elaboração dessa base de dados (Barman & Barman 1978).

<sup>39</sup> O critério para distinguir as províncias mais ou menos importantes é o decreto imperial n.1305 de 13 agosto de 1852, que determinava três classes para distinguir os vencimentos dos presidentes das províncias.

<sup>40</sup> Tradução livre. No original lê-se: “There thus emerged among the students a very strong identification with Brazil, previously absent or dormant. To this nationalism was linked an equally strong hatred of absolutism in all its forms. The common experience of adversity among the Coimbra generation of the 1820s forged not only this common outlook but also a sense of group unity and identity which was to last until death”

objetivo, a oferta de bacharéis passou a ser superior à capacidade de admissão no serviço público. O segundo motivo é de ordem subjetiva, pois o sentido da identidade dos estudantes das faculdades de Olinda e São Paulo está orientado para as necessidades e as dificuldades das províncias, cujas estruturas socioeconômicas vão se tornando cada vez mais heterogêneas.

O diploma de Direito continuava sendo um importantíssimo fator de distinção social, que se converteu em elemento de instabilidade pela incapacidade de absorção dos seus titulares no setor público. Essa situação ficou ainda mais grave após a Guerra do Paraguai: cerca de 8% dos formados entre 1874 e 1876 conseguiram entrar no terceiro círculo da elite, indicando um afunilamento em relação aos egressos das classes de 1849 a 1851, quando esse valor era de 14%.

A distância entre a geração de Coimbra é ainda mais saliente: 48% dos formados entre 1824 e 1826 acessaram o terceiro círculo da elite. De acordo com os autores, “No final do Império o número de graduados em Direito era tão grande que o grau acadêmico, ainda que mantivesse seu prestígio, era praticamente sem valor em si mesmo. A seleção dos membros da elite, agora totalmente divorciada do ato da graduação, era determinada por outros métodos”<sup>41</sup>

O ensino superior foi um importante fator de homogeneidade no treinamento dos senadores, e a concentração nos locais onde se fazia o ensino superior pode ajudar a fortalecer a ideia de um treinamento mais ou menos uniforme. Os resultados do cruzamento entre a área e o local de formação universitária estão apresentados na Tabela 2.4.

---

<sup>41</sup> Tradução livre. No original lê-se: “By the end of the Empire, the number of law graduates was so great that the degree, while still prestigious, was almost valueless of itself. The selection of elite members, now totally divorced from the act of graduation, was determined by other methods”

Tabela 2.4 Cruzamento entre a área de formação com o local de formação universitária

Área de formação no ensino superior		Local da Universidade				Total
		Recife <sup>a</sup>	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo	
Direito	Contagem	80	12	6	64	162
	%	30,2%	4,5%	2,3%	24,2%	61,1%
	Resíduos padronizados ajustados	8,3	-12,2	-3,4	6,9	
Engenharias, Matemática e Ciências Físicas	Contagem	0	22	1	0	23
	%	-	8,3%	0,4%	-	8,7%
	Resíduos padronizados ajustados	-3,3	6,2	-0,7	-2,9	
Formação Militar	Contagem	0	21	0	0	21
	%	-	7,9%	-	-	7,9%
	Resíduos padronizados ajustados	-3,2	6,3	-1,4	-2,8	
Humanidades ou Formação Religiosa	Contagem	1	1	0	1	3
	%	0,4%	0,4%	-	0,4%	1,1%
	Resíduos padronizados ajustados	0,1	-0,1	-0,5	0,3	
Medicina	Contagem	0	40	15	1	56
	%	-	15,1%	5,7%	0,4%	21,1%
	Resíduos padronizados ajustados	-5,6	6,2	5,6	-4,5	
Total	Contagem	81	96	22	66	265
	%	30,6%	36,2%	8,3%	24,9%	100%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 218,166 | df 20 | *p value* 0,000

<sup>a</sup> Aqui estão reunidos os senadores que se formaram em Olinda.

Há informação sobre o nome da universidade para 282 dos 316 indivíduos que obtiveram ensino superior. Desses 282 indivíduos, 265 (ou sejam 94%) se formaram em apenas quatro universidades, de Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo<sup>42</sup>. O principal local de formação dos bacharéis em Direito foram as Faculdade de Recife e de Olinda. Os senadores com formação na área de Engenharias ou com formação militar obtiveram o grau no Rio de Janeiro, que, junto com Salvador, concentra os casos dos senadores formados em Medicina.

Essa concentração espacial das universidades é importante para o argumento que estamos elaborando, pois ela ressalta a homogeneidade da elite senatorial sob o ponto de vista do seu *background social* (de um modo genérico) e, em específico, a uniformidade da elite do ponto de vista do seu treinamento para a vida política, se consideramos as experiências adquiridas durante a passagem pela universidade. Segundo Sérgio Adorno, “a vida acadêmica e a formação cultural e profissional do bacharel, em São Paulo<sup>43</sup>,

<sup>42</sup> Os outros 17 senadores que foram excluídos da tabela 2.4 se formaram no exterior (8 casos), em Fortaleza (3 casos), em Belém (2 casos), Ouro Preto (2 casos), Goiás e Porto Alegre (1 caso cada).

<sup>43</sup> Não há por que imaginar que a observação do autor para o caso da Faculdade de Direito de São Paulo também não se estenda a Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

durante a vigência da monarquia<sup>44</sup>, nunca se circunscreveram às atividades curriculares e sequer se sustentaram às expensas das relações didáticas entre alunos e professores. A interferência das doutrinas difundidas no curso jurídico sobre a profissionalização do bacharel não residiu no processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, essa formação foi tecida nos interstícios dos institutos acadêmicos e do jornalismo literário e político. Nos institutos e associações acadêmicos os estudantes não só participavam de debates sobre assuntos nacionais, locais e mesmo cotidianos, além daqueles pertinentes à academia, como também articulavam alianças entre grupos partidários e promoviam campanhas” (Adorno 1988, p.157).

Acompanhando a análise de Barman e Barman (1976), os anos em que os senadores obtiveram seus diplomas no ensino superior foram agregados tomando como referência a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a Proclamação da República (1889). Como se constata na tabela 2.5, a maior parte dos senadores obteve o ensino superior entre esses dois marcos temporais: são 150 casos (51,2%) dos 293 indivíduos em cuja biografia se especifica o ano de graduação. Esse dado é importante visto que é por essa época que se constitui na política brasileira um polo ideológico alinhado em torno do ideal republicano, ainda durante o Império.

Tabela 2.5 Ano da conclusão do ensino superior agregado por épocas

	Época em que se bacharelou	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válidos	Antes da Guerra do Paraguai	41	11,4	14,0	14,0
	Entre a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República	150	41,8	51,2	65,2
	Após a Proclamação da República	102	28,4	34,8	100,0
	Subtotal	293	81,6	100,0	
Missing	Não se aplica (sem curso superior ou sem dado)	43	12,0		
	Sem informação para o ano de diplomação	23	6,4		
	Subtotal	66	18,4		
Total		359	100,0		

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Os dados que levantamos tratam de apenas um segmento da elite política, e devemos evitar extrapolar a partir deles conclusões sobre a elite política em geral. Isto posto, e considerando que no período compreendido entre a Guerra do Paraguai (1865-

<sup>44</sup> Como veremos a seguir, a maioria dos senadores da Primeira República graduou-se ainda no Império.

1870) e a Proclamação (1889) houve uma intensa agitação republicana, podemos compreender melhor por que tantos senadores foram vinculados a partidos republicanos estaduais (esse dado será discutido no capítulo 3).

Assim, ao examinarmos esses primeiros anos da socialização política dos senadores podemos entender por que é tão difícil estipular uma clivagem ideológica entre os políticos que chegam ao Senado Federal: talvez a hegemonia de ideais republicanos tenha se estabelecido uniformemente entre os Senadores nesse período<sup>45</sup>.

Seguindo essa mesma linha de investigação, a tabela 2.6 compara as épocas em que os Senadores se formaram com o local de suas universidades. Os dados revelam que a distribuição dos senadores formados nas quatro cidades é bem equilibrada, pois nenhuma delas concentra a maioria dos casos em nenhum período. Mas considerando esses dois marcos temporais, a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a Proclamação da República (1889), podemos perceber algumas variações.

Tabela 2.6 Cruzamento entre o período de formação universitária e local da universidade

	Época em que se bacharelou					
	Antes da Guerra do Paraguai		Entre a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República		Após a Proclamação da República	
	Contagem	Percentual válido	Contagem	Percentual válido	Contagem	Percentual válido
Recife	10	27,8%	49	36,8%	19	23,2%
Rio de Janeiro	10	27,8%	47	35,3%	30	36,6%
São Paulo	15	41,7%	29	21,8%	20	24,4%
Salvador	1	2,8%	8	6%	13	15,9%
Total	36 <sup>a</sup>	100%	133 <sup>b</sup>	100%	82 <sup>c</sup>	100%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 15,588 | df 6 | *p value* 0,016

<sup>a</sup> Missing = 5 casos

<sup>b</sup> Missing = 17 casos

<sup>c</sup> Missing = 20 casos

A tabela 2.6 revela que São Paulo diplomou a maioria dos senadores que se graduaram antes da Guerra do Paraguai (dos 36 indivíduos que se graduaram antes do conflito, 15 deles se formam em São Paulo). No período entre a Guerra e a Proclamação da República a cidade que mais diplomou os futuros senadores da Primeira República foi Recife. Quando consideramos os 82 senadores que obtiveram o título superior após 1889, vemos que a maioria deles (36,6%) se formou no Rio de Janeiro.

<sup>45</sup> Um traço que pode ter sido herdado da elite imperial examinada por José Murilo de Carvalho, que também foi formada praticamente em três universidades (primeiro em Coimbra e posteriormente em Recife e São Paulo).

Os dados levantados acerca da formação universitária nos indicam que os senadores brasileiros na Primeira República são um grupo extremante educado em relação ao restante da população, e que eles obtêm seus graus majoritariamente em Medicina e Direito, mas que outras áreas do conhecimento também foram o celeiro de futuros senadores<sup>46</sup>. Comparando com seus pares na Argentina vemos que essa diversificação das carreiras acadêmicas é menos acentuada, como se observa na tabela 2.7 a seguir.

Tabela 2.7 Formação Universitária dos senadores brasileiros e argentinos

Área de Formação Superior	Brasil (1891)	Argentina (1889)	Brasil (1915)	Argentina (1916)	Brasil (1934)	Argentina (1946)
Direito	59,1%	85%	85,7%	86%	52,6%	60%
Medicina	18,2%	10%	-	10%	31,6%	30%
Engenharia	9,1%	-	7,1%	-	10,5%	5%
Outras	13,6%	5%	7,1%	4%	5,3%	5%
Totais	22	20	14	21	38	17

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal, e Canton (1966, p.40, cf. tabela 2).

A tabela 2.7 revela que a maioria dos senadores são formados em Direito nos dois países, mas a outra metade não se distribui da mesma maneira no primeiro e no terceiro período. Ao final do século XIX, 95% dos eleitos para o Senado na Argentina haviam se formado apenas em Direito ou em Medicina, ao passo que no Brasil, outras áreas do conhecimento chegam a atingir 22,7% entre os senadores cujas biografias registram a área de ensino superior. Em meados da década de 1910 a situação é distinta, quando nos dois países cerca de quatro em cinco senadores eram formados em Direito e Medicina. Mesmo sem levar em conta as diferenças encontradas no terceiro período, que compara observações com doze anos de diferença, podemos concluir que essas variações revelam que as oportunidades de carreira diferem, mesmo em um grupo altamente escolarizado. Essa informação nos permite retomar um ponto importante para o argumento da tese, e para isso vale sumariar os achados discutidos nesse capítulo.

Procuramos nesse capítulo apresentar dados das ocupações e da formação universitária para mensurar indicadores de homogeneidade no que concerne ao *background social* dos indivíduos que chegaram ao Senado Federal no Brasil. Como vimos, a maior parte das ocupações eram vinculadas a carreiras acadêmicas, pois, mesmo

<sup>46</sup> No caso dos senadores eleitos após 1945 as oportunidades de ensino superior foram mais diversificadas (Cf. Codato et al. 2016, p.54).

levando em conta o fenômeno da ocupação múltipla, metade das ocupações informada nas biografias de todos os senadores foram “advogado”, “jornalista” e “professor”, em um período em que 70% da população era analfabeta. Nessas condições, não nos parece haver dúvida de que se tratava de uma “oligarquia”, no sentido que Robert Dahl emprega ao termo, em seu estudo sobre a elite política de New Haven.

De acordo com Dahl (1989), uma das características que distinguem os sistemas políticos oligárquicos dos pluralistas é a ocorrência de desigualdades *cumulativas* em contextos oligárquicos, que se convertem em desigualdades *dispersas*, quando as sociedades passam por processos de modernização de sua estrutura socioeconômica. A ideia é que a diferença na distribuição de recursos econômicos (como renda ou propriedade) seja acentuada com a concentração de ativos decisivos para o sucesso no jogo político eleitoral, como por exemplo fazer parte de uma família com tradição política. Além da família, o acesso ao ensino superior também funciona no sentido de concentrar as desigualdades entre “patrícios” e “plebeus”, pois se a universidade oferece uma primeira oportunidade de socialização no mundo da política, e se ela era frequentada apenas pelos filhos da oligarquia, então é esperado que esse ativo se acumule com os demais, aumentando o fosso social que separa o estrato dos indivíduos que governam dos demais membros de uma comunidade política.

Nesse caso, por mais extensiva que fosse a consulta popular nas eleições, e por mais intensiva que fosse a disputa intra grupos oligárquicos, o perfil da classe dos indivíduos que governam acabaria por refletir a exclusividade das hierarquias de poder político e prestígio social. Esta exclusividade pode ou não estar amparada pela posse da terra, mas certamente esse atributo sozinho não é suficiente para definir o grupo como oligárquico, ou não ao menos no sentido em que estamos empregando o termo.



## CAPÍTULO 3 – PADRÕES DE CARREIRA POLÍTICA

O Capítulo 3 está separado em duas seções: uma para discutir dados da vida partidária dos indivíduos, e outra para discutir informações acerca de sua carreira pública. No primeiro item (3.1) analisamos os vínculos partidários e a distribuição de um atributo importante, a passagem do Senador por cargos de direção em partidos políticos. Levantamos informações sobre a quantidade de senadores vinculados a partidos republicanos estaduais, e preparamos um mapa para apresentar como se distribui (por Estado) o limite superior na variável ‘quantidade de partidos’, para verificar em quais Estados houve mais agremiações. No segundo item (3.2) discutimos os resultados acerca da estrutura da carreira política, como a idade dos senadores no início e no final da carreira, os dez primeiros cargos que foram ocupados, e, finalmente, trazemos informações que permitem comparar o padrão de carreira dos senadores brasileiros e argentinos nas mesmas épocas.

O objetivo desse capítulo é demonstrar que mesmo indivíduos recrutados em nichos sociais parecidos percorreram trajetórias políticas distintas. Essa conclusão é importante pois o processo de profissionalização política, entendido como resultado de carreiras longas e especializadas, não se observa da mesma maneira, e de modo indiscriminado, em todos os senadores.

### 3.1 VIDA PARTIDÁRIA

A vida partidária da elite política em nível nacional<sup>47</sup> na Primeira República é talvez um dos aspectos mais desconhecidos pela historiografia que trata do período. Isso pode estar ligado, em primeiro lugar, à incipiência das agremiações surgidas *em âmbito nacional*. De acordo com Maria do Carmo Campello de Souza, “os partidos surgidos até então pautavam-se por ser congregações de forças estaduais sob a égide do governo central, tendo como porta-vozes um Pinheiro Machado no governo Hermes ou um Glicério na gestão Prudente de Moraes. Assim como Prudente sufocara o P.R.F. [*Partido Republicano Federal*] ao se desligar de Glicério, Wenceslau anulou o P.R.C. [*Partido*

---

<sup>47</sup> Para um estudo monográfico sobre o Partido Republicano Paulista ver o trabalho de José Enio Casalecchi (1987).

*Republicano Conservador*] ao romper com a orientação de seu dirigente. As correntes que formavam tais partidos poderiam reagrupar-se em outra agremiação, sob outra legenda, mas sempre unidas pelo laço essencial de solidariedade ao poder presidencial ou à política dos Estados de Minas e São Paulo que o incorporavam”(Souza 2001, p.213).

Essa reorganização das agremiações deve ter efeito sobre a biografia dos senadores que estamos analisando. Quando contabilizamos a quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados descobrimos que a metade deles manteve-se relacionada com apenas um partido. O dado aparece na tabela 3.8, a seguir:

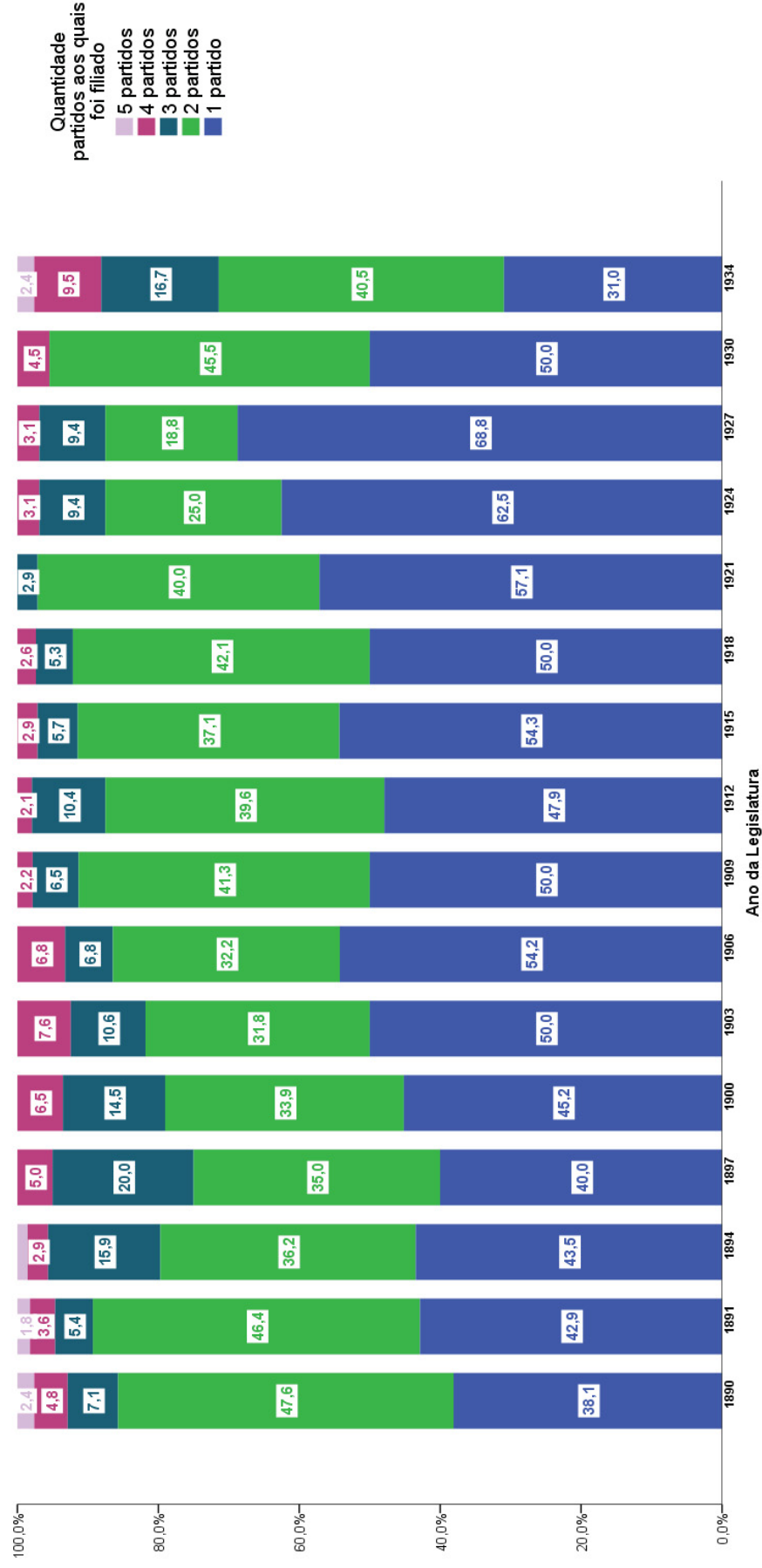
Tabela 3.8 Quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válido	1 partido	157	43,7	52,3	52,3
	2 partidos	102	28,4	34,0	86,3
	3 partidos	29	8,1	9,7	96,0
	4 partidos	10	2,8	3,3	99,3
	5 partidos	2	0,6	0,7	100,0
	Total	300	83,6	100,0	
Missing	Não informado	59	16,4		
Total		359	100,0		

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Dos 300 senadores em cujas biografias informa-se a vinculação com partidos, metade foi vinculado a mais de uma agremiação. Esse é um aspecto que divide a população de senadores em dois grupos ao longo de todo o período analisado, como se pode visualizar pelo gráfico 3.4, a seguir:

Gráfico 3.4 Quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados, valores percentuais, por ano de legislatura



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

As barras azuis e verdes no gráfico 3.4 revelam que os senadores vinculados a um ou dois partidos predominam no Senado em todas as legislaturas. Esse achado pode nos ajudar a compreender o quadro partidário delineado por Maria do Carmo Campello de Souza. Segundo a autora, “a disciplina partidária permitia ainda que os republicanos desfrutassem de posição invejável no cenário federal. Possuíam uma bancada unida em torno de um representante de todo o partido, o qual não era vulnerável a possíveis lutas intrapartidárias (comuns em São Paulo e Minas). Os líderes paulistas e mineiros, embora o fossem em nome da situação estadual na sua totalidade, estavam sujeitos, enquanto filiados a uma facção específica dentro do partido, aos sabores da luta interna intrapartidária em seus Estados. Assim, eles se sucediam uns aos outros, de acordo com o setor que assumisse a direção da Comissão Executiva. As bancadas paulista e mineira tinham líderes diferentes em cada novo quadriênio presidencial. O Senador Pinheiro Machado, na condição de representante do situacionismo gaúcho, permaneceu como líder incontestável do Rio Grande do Sul até sua morte (...). Em consequência, pode-se apontar como pilares da política federal: o P.R.M. [*Partido Republicano Mineiro*], P.R.P [*Partido Republicano Paulista*] e Pinheiro Machado” (Souza 2001, p.187).

Por essa linha de interpretação, os Estados de maior relevância na política nacional deveriam ter sido dominados por poucos partidos fortes e organizados, ao passo que os Estados periféricos podem ter tido uma maior quantidade de partidos, um efeito provável à luz da inexistência de lideranças incontestes, que evitassem conversão das facções locais em novas agremiações.

Esse quadro pode até ser verdadeiro para a política brasileira de um modo geral, mas quando nos dirigimos para a biografia dos senadores, percebemos uma diferença importante: a tendência à concentração dos casos vinculados a três ou quatro partidos em Estados com grandes colégios eleitorais. Essa é a conclusão que se pode extrair dos resíduos padronizados ajustados exibidos na tabela 3.9 a seguir:

Tabela 3.9 Quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados, por tamanho do colégio eleitoral

		Tamanho do colégio eleitoral em 1910		Total
		Grandes colégios (acima de 60 mil eleitores)	Pequenos e médios colégios (até 60 mil eleitores)	
1 partido	Contagem	38	119	157
	%	12,7%	39,7%	52,3%
	Resíduos padronizados ajustados	-4,0	4,0	
2 partidos	Contagem	42	60	102
	%	14,0%	20,0%	34,0%
	Resíduos padronizados ajustados	1,7	-1,7	
3 partidos	Contagem	16	13	29
	%	5,3%	4,3%	9,7%
	Resíduos padronizados ajustados	2,4	-2,4	
4 partidos	Contagem	7	3	10
	%	2,3%	1,0%	3,3%
	Resíduos padronizados ajustados	2,4	-2,4	
5 partidos	Contagem	1	1	2
	%	0,3%	0,3%	,7%
	Resíduos padronizados ajustados	0,5	-0,5	
<b>Total</b>	Contagem	104	196	300
	%	34,7%	65,3%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal. A agregação dos colégios eleitorais foi realizada com base em Zulini (2016, p.26). Os grandes colégios são Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco.

Qui-quadrado de Pearson 20,061 | df 4 | *p value* 0,000

Missing = 59 indivíduos para os quais não há informação sobre quantidade de vínculos com partidos.

O teste de associação entre as duas variáveis revela tendências muito bem delineadas: os 39 senadores vinculados a três ou quatro partidos tendem a se concentrar<sup>48</sup> nos grandes colégios eleitorais. Os senadores vinculados a apenas um partido concentram-se nos pequenos colégios eleitorais, pois na tabela de contingência essa combinação exibe resíduos padronizados ajustados com valor igual a 4,0 (positivo), bastante acima do limite crítico.

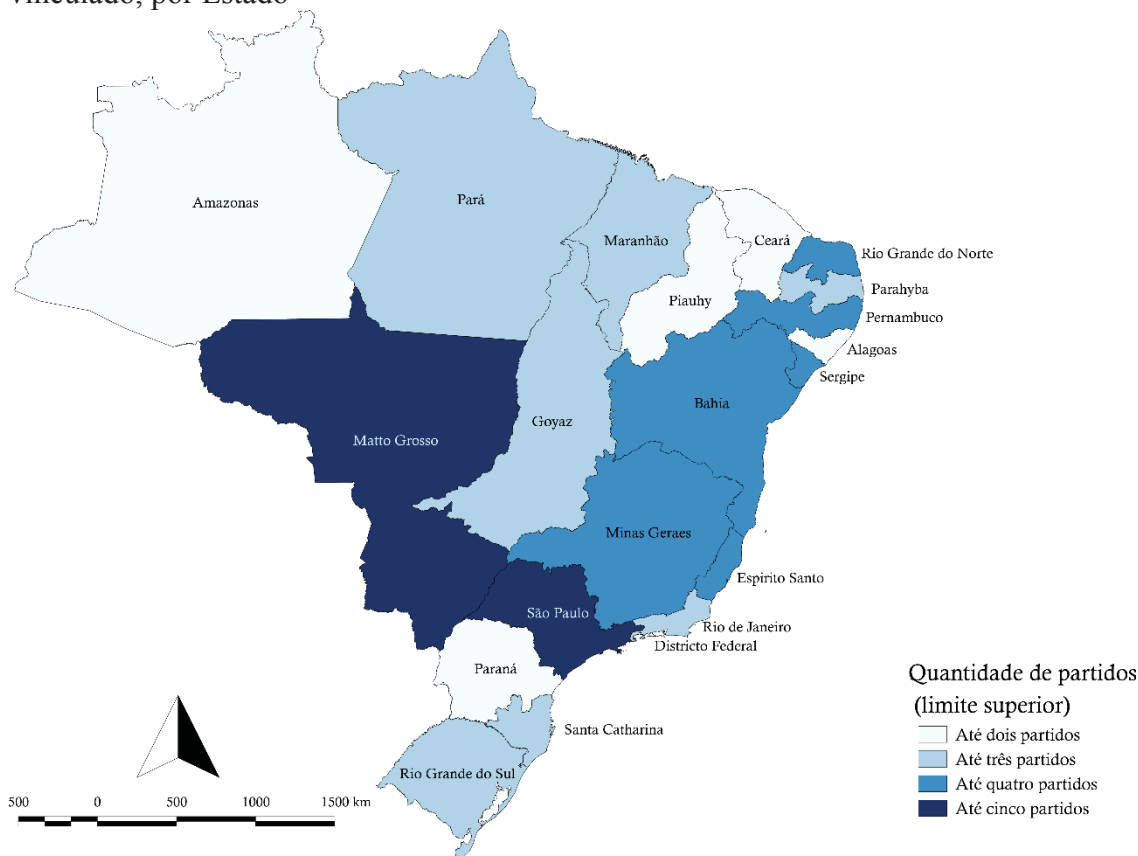
Esse achado pode ser interpretado de várias maneiras, mas para efeito do nosso argumento na tese devemos frisar o seguinte: a vinculação com mais partidos em Estados com eleitorado maior pode ter proporcionado aos senadores desses Estados uma maior experiência na agregação de interesses estritamente políticos, visto que, como observa Orlando de Carvalho, “a sigla partidária não é uma decisão de pensamento, nem uma decisão de ideias. É uma decisão de interesses a proteger em relação ao Governo, que

<sup>48</sup> A análise dos resíduos considera como significativos valores que estão acima de 1,96 (quando há tendência aos casos se concentrarem naquela combinação) e que estão abaixo de -1,96 (quando há a tendência aos casos fugirem dessa posição). (Pestana & Gageiro 2008, p.131)

quer ter o delegado, a professora, o tabelião... Então, ele adere ao partido. Se o partido não serve, muda para outro partido, sem nenhuma dificuldade” (Carvalho 1987, p.25).

A quantidade de partidos com os quais os senadores foram vinculados é a primeira variável mobilizada para caracterizar a heterogeneidade entre os senadores. O mapa 3.1 pode nos ajudar a visualizar essa diferença em termos espaciais.

Mapa 3.1 Limite superior na variável ‘quantidade de partidos’ aos quais o Senador foi vinculado, por Estado



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Segundo seu verbete no DHBB, Vespasiano Barbosa Martins, Senador pelo Mato Grosso eleito em 1935 (ele é um dos 44 senadores que agregamos na legislatura de 1934), foi candidato em 1924 a prefeito de Campo Grande na legenda do recém-fundado Centro Cívico, sendo derrotado por Antero Pais de Barros, tradicional chefe político da região, numa eleição considerada das mais fraudulentas do estado. Além do Centro Cívico, ele integrou o diretório do Partido União Liberal (segundo partido), tornou-se um dos fundadores do Partido Progressista (terceira agremiação) em Mato Grosso e participou da fundação do Partido Evolucionista (quarto partido), também no Mato Grosso. O quinto

vínculo com organização partidária deve-se ao fato desse senador ter liderado a formação da Aliança Mato-Grossense, constituída por dissidentes do Partido Liberal Mato-Grossense e do Partido Evolucionista.

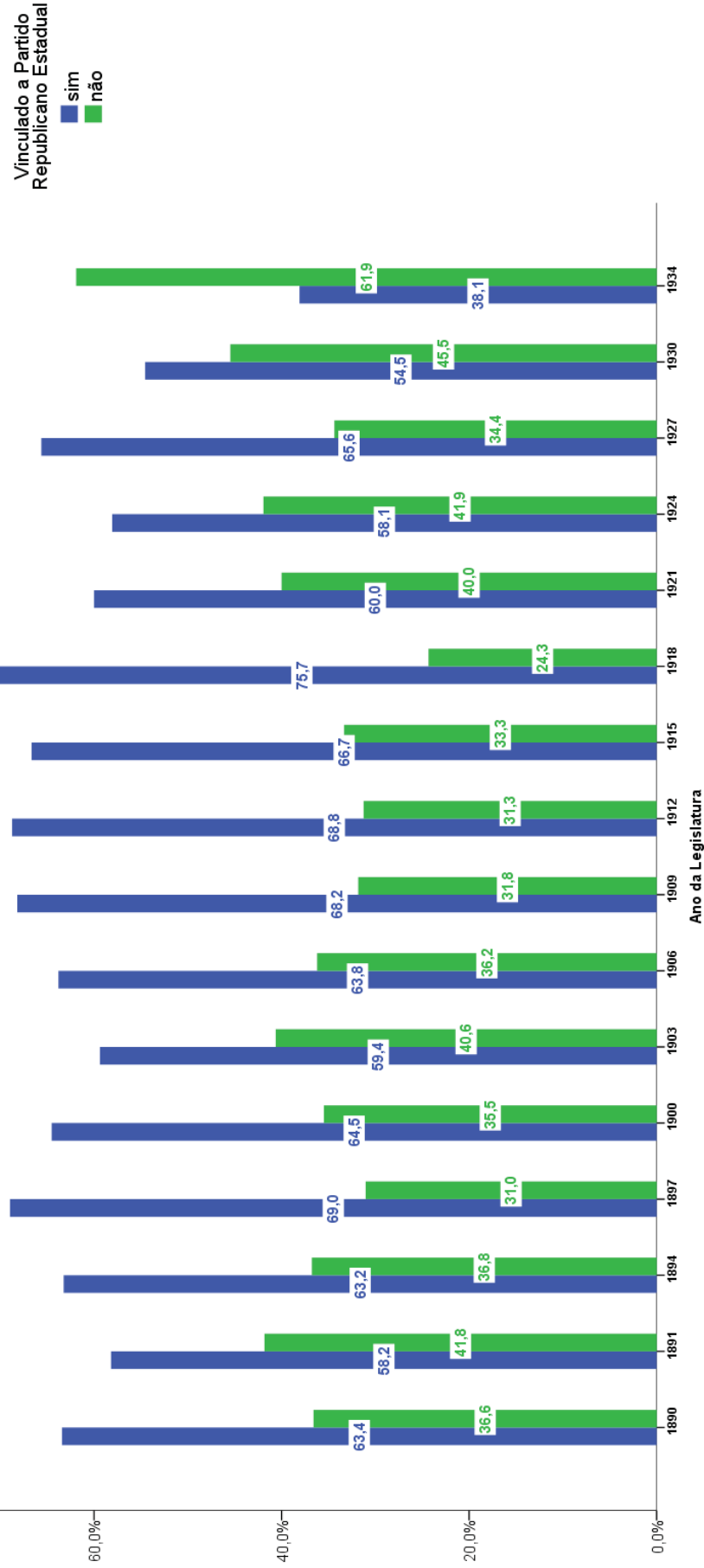
Em São Paulo o Senador que registrou vínculo com cinco partidos foi Prudente de Moraes. Seu verbete no DHBB registra que ele fez parte do Partido Liberal, do Partido Radical, do Partido Republicano Paulista, do Partido Republicano Federal, e figurou entre os signatários do Manifesto Inaugural do Partido Republicano Dissidente de São Paulo.

O mapa 3.1 revela ainda que em apenas cinco Estados (Alagoas, Amazonas, Ceará, Paraná e Piauí) o Senador com a maior quantidade de partidos foi ligado a somente duas agremiações. Excluindo esses cinco casos, e deixando de fora São Paulo e Mato Grosso, verificamos que nas outras 15 unidades da federação existiram pelo menos três ou quatro partidos aos quais pelo menos um senador desses Estados foi vinculado. Isso nos leva a concluir que, ao menos entre os senadores, houve uma vida partidária mais diversificada do que faz crer a tese da hegemonia dos partidos republicanos estaduais, ainda que metade deles (52,3%, como se viu na Tabela 3.9 tenham sido vinculados a apenas um partido).

Até agora essa proposição tem sido examinada com base apenas na quantidade de partidos aos quais o senador foi vinculado, mas como vimos acima, os verbetes informam o nome das siglas. Essa informação permite elaborar uma evidência ainda mais sólida para refutar a tese da hegemonia dos Partidos Republicanos estaduais, tão consolidada entre os poucos textos que tratam desse assunto. De acordo com Vamireh Chacon, “Ao longo da Primeira República, de 1889 a 1930, só os PRs tiveram durabilidade, principalmente em São Paulo o Partido Republicano Paulista, em Minas Gerais o Partido Republicano Mineiro, no Rio Grande do Sul o Partido Republicano Histórico, partidos únicos estaduais durante longos períodos, cruzados pela rápida irrupção de partidos nacionais efêmeros” (Chacon 1985, p.85).

Para confrontar essa tese da hegemonia dos PRs com dados empíricos separamos os senadores em dois grupos: aqueles em cuja biografia aparece a expressão “partido republicano” e aqueles em que há informações sobre partidos, mas não com essa denominação. Além disso verificamos como eles se distribuíram por legislatura. Os resultados estão apresentados no gráfico 3.5, a seguir:

Gráfico 3.5 Distribuição dos senadores vinculados a Partidos Republicanos Estaduais, por ano da legislatura



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

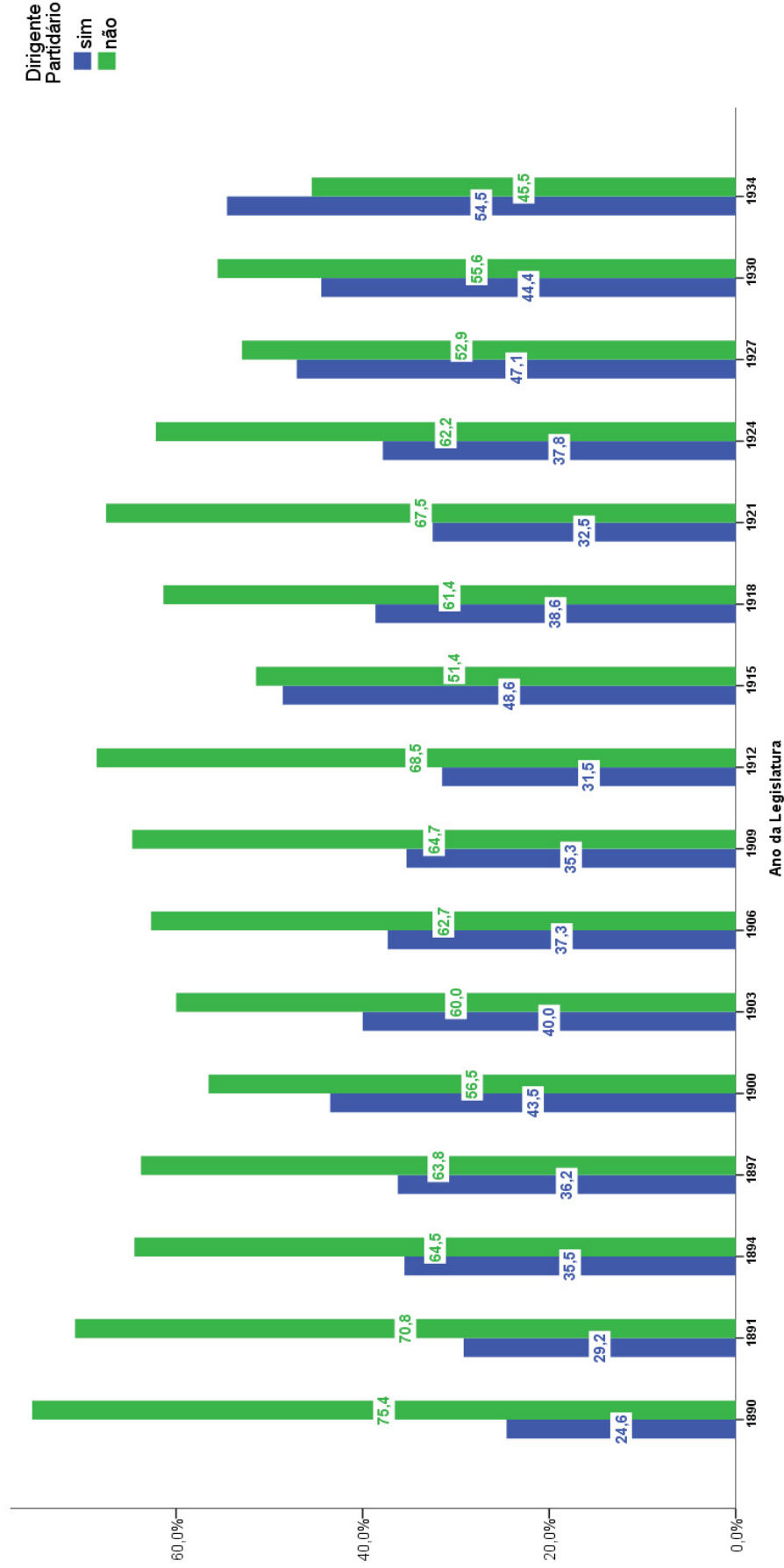


O gráfico 3.5 indica que, de fato, a maioria dos senadores foi vinculada a partidos republicanos estaduais, mas ao longo de todas as legislaturas analisadas há cerca de um terço que não possui esse atributo. Em que pese as variações nessa informação, em nenhuma legislatura o percentual de senadores vinculados aos PRs estaduais atinge a marca de 80%. Ora, se a hegemonia dessas organizações existiu na política brasileira de modo geral, é necessário reconhecer que ela não pode ser utilizada para caracterizar a trajetória dos indivíduos que chegaram ao Senado Federal. O gráfico 3.5 também revela que apenas na legislatura posterior a 1930 o percentual de senadores vinculados aos PRs estaduais foi inferior ao de senadores vinculados a outros partidos, o que confirma, para o caso dos senadores, o declínio dos partidos republicanos após o golpe de 1930.

O leitor deve ter observado que estamos empregando a expressão “vinculado” e não “filiado”. Isso não é fortuito, pois de um modo geral as fontes não apresentam informações para especificar qual é a natureza da relação que existe entre o indivíduo e o partido, exceto quando o Senador integrou órgãos de direção partidária. Nesses casos sim, aparecem expressões como “fez parte da comissão executiva”, “fundou o primeiro diretório”, “integrou a cúpula do partido”.

Essas informações não aparecem na biografia de todos os senadores, mas com base nelas pudemos estabelecer outra variável dicotômica, que separa os indivíduos que foram dirigentes partidários dos que não foram. É essa variável que examinaremos a seguir, no gráfico 3.6:

Gráfico 3.6 Distribuição dos senadores com cargos de direção partidária, por ano da legislatura



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

O gráfico 3.6 revela que ao longo de todo o período que estamos analisando a maioria dos senadores não exerceu cargos de direção partidária. As únicas legislaturas em que esse atributo separa os senadores praticamente pela metade foram as legislaturas de 1915, 1927 e 1930. Aqui também devemos dirigir a análise para a legislatura de 1934, quando, pela primeira vez, a maioria dos senadores exibiu esse atributo. Isso sugere que a experiência na direção de organizações partidárias pode ter sido um predicado muito importante no período de recomposição da elite posterior ao golpe que findou com a Primeira República. Também há que se destacar que nas primeiras legislaturas a quantidade de senadores que foram dirigentes partidários sobe de modo regular. Mas exceto pelo início e pelo final da série, as variações são menos acentuadas.

É importante para efeito do nosso argumento nesse capítulo<sup>49</sup>, salientar a baixa variação diacrônica nesse atributo. Por esse motivo realizamos o cruzamento da variável ‘ter sido dirigente partidário’ com a periodização apresentada ao final do capítulo 1. O resultado desse cruzamento está exposto na tabela 3.10, a seguir:

Tabela 3.10 Distribuição dos dirigentes partidários por período

		Dirigente Partidário		Total
		Sim	Não	
Período 1 (1891-1894) Instabilidade	Contagem	62	143	205
	%	7,3%	16,8%	24,1%
	Resíduos padronizados ajustados	-2,5	2,5	
Período 2 (1897-1909) Estabilidade	Contagem	128	203	331
	%	15%	23,9%	38,9%
	Resíduos padronizados ajustados	0,5	-0,5	
Período 3 (1912-1921) Acomodação	Contagem	64	109	173
	%	7,5%	12,8%	20,3%
	Resíduos padronizados ajustados	-0,2	0,2	
Período 4 (1924-1930) Consolidação	Contagem	42	56	98
	%	4,9%	6,6%	11,5%
	Resíduos padronizados ajustados	1,1	-1,1	
Período 5 (1934) Renovação	Contagem	24	20	44
	%	2,8%	2,4%	5,2%
	Resíduos padronizados ajustados	2,4	-2,4	
Total	Contagem	320	531	851
	%	37,6%	62,4%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.  
Qui-quadrado de Pearson 11,456 | df 4 | *p value* 0,000

<sup>49</sup> Qual seja, de que a profissionalização política não se observar da mesma maneira em todos os casos.

Os resíduos na tabela 3.10 confirmam o que foi observado na análise do gráfico 3.6, mas aqui se pode constatar a inexistência de combinações com resíduos significativos nos períodos 2, 3 e 4. Esses resultados servem para afastar a proposição de que, com o passar dos anos, os dirigentes partidários passaram a predominar sobre os senadores que não possuem esse atributo. De fato, isso não ocorre.

Considerando o período 1, há uma tendência aos casos se concentrarem na posição “não ter sido dirigente partidário”, com resíduos de 2,5 positivos. O oposto se observa no período 5, quando essa combinação na tabela de contingência apresentou resíduos positivos no valor de 2,4. É possível aventar a possibilidade de existirem poucos partidos no começo da Primeira República e muitos ao final, mas não temos informações para subsidiar essa afirmação.

Nos Capítulos 4 e 5 realizaremos outros testes com essa variável, que se revelou adequada quando consideramos aspectos importantes da profissionalização dos senadores, mas para efeito da variação diacrônica, outros atributos revelam padrões mais claros. É o que veremos no próximo subitem desse capítulo.

### 3.2 CARREIRA PÚBLICA

As informações sobre a carreira política que discutiremos nessa seção foram compostas basicamente a partir do perfil etário dos indivíduos, e a partir da estrutura de cargos públicos que eles ocuparam. Antes de examinar essas duas dimensões de sua carreira, convém desde já apresentar a frequência dos indivíduos que herdaram influência política dos seus antepassados. A evidência é obtida registrando o nível da esfera de governo (municipal, estadual ou federal) em que os antepassados dos senadores exerceram influência política, observada por meio de controle de cargos públicos. Assim, se na biografia do Senador consta que um avô ou tio foi governador ou deputado estadual, registramos que seus antepassados possuem influência em nível estadual, ao passo que se entre seus antepassados existem deputados federais ou ministros, então a rede de influência ocorre em nível federal. Os resultados dessa classificação estão na tabela 3.11, a seguir:

Tabela 3.11 Âmbito de influência dos antepassados detentores de cargos públicos

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válido	Rede de influência em nível municipal	2	0,6	0,6	0,6
	Rede de influência em nível estadual	19	5,3	5,4	6,0
	Rede de influência em nível federal	103	28,7	29,3	35,2
	Não há familiares vinculados à política	228	63,5	64,8	100,0
	Total	352	98,1	100,0	
Missing	Sem informação	7	1,9		
Total		359	100,0		

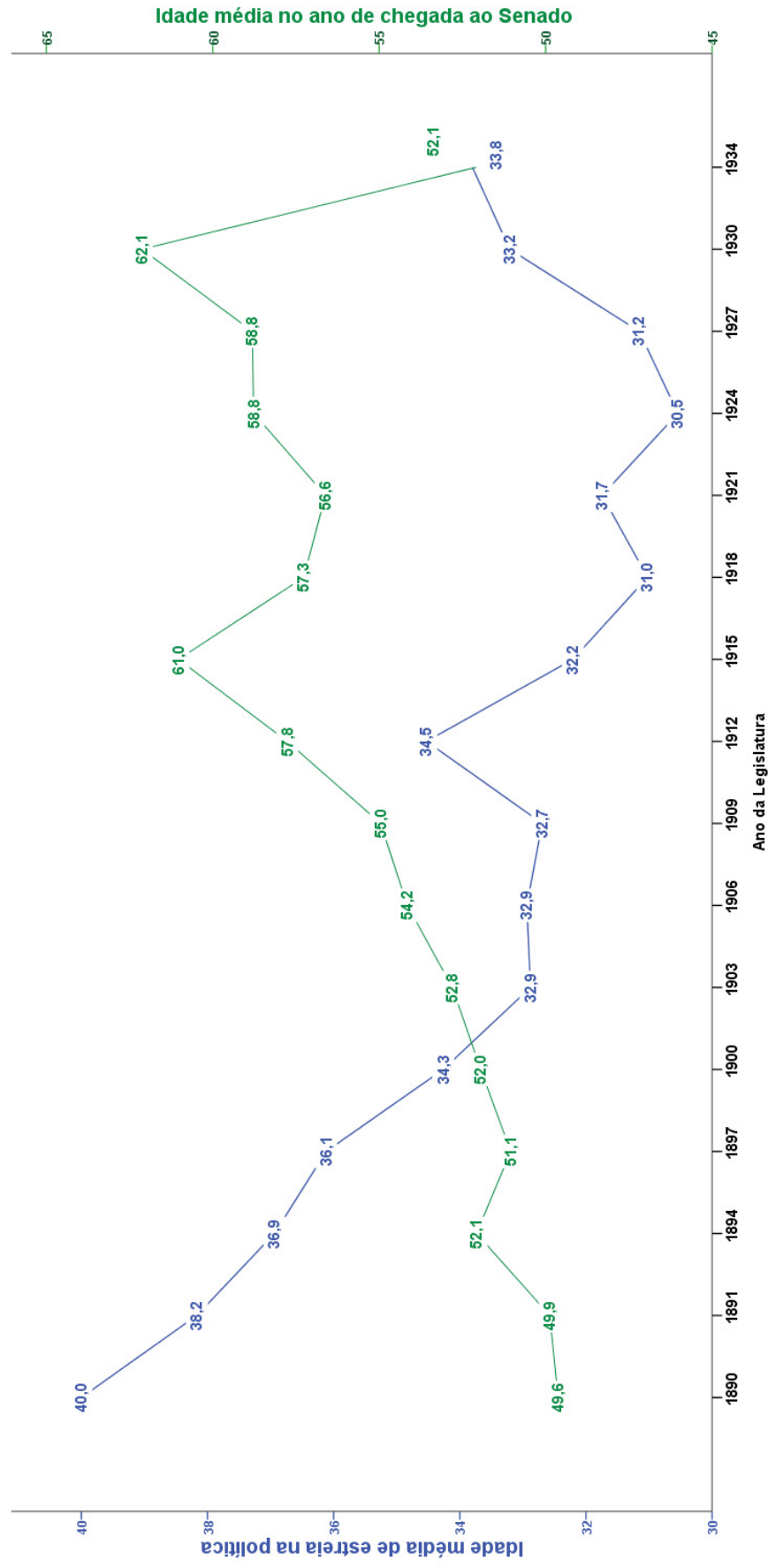
Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Como se vê, considerando a população formada pelos 359 senadores, 35,2% possuíram antepassados com cargos formais na estrutura de governo, a maior parte em nível federal. Possivelmente muitos senadores do período posterior à 1946 terão sido netos e bisnetos de políticos da Primeira República, mas com base nas fontes empregadas nessa pesquisa, de fato, a maioria (228 em 359 senadores) não herdou capital político dos antepassados, ainda que essa proposição requeira bastante cautela, visto que o fenômeno pode apenas estar sendo subnotificado<sup>50</sup>.

O gráfico 3.7, a seguir, faz uma comparação entre a idade de estreia no primeiro cargo público e a idade em que os senadores possuíam ao chegar no senado federal. Esse dado demonstra a relevância de contabilizar várias vezes o mesmo indivíduo na base, pois permite comparar a evolução de um indicador que é fixo (a idade de estreia na política) com um atributo que se altera no mesmo indivíduo com o passar dos anos (a idade de chegada ao Senado).

<sup>50</sup> Como veremos no apêndice metodológico, nas fichas biográficas do arquivo do Senado Federal há poucos detalhes a respeito dos cargos públicos dos antepassados, o que também ocorre no DHBB. Para uma discussão específica sobre a estrutura dos verbetes no DHBB ver Costa et al. (2015).

Gráfico 3.7 Idade dos senadores no início e no final da carreira política, média por legislatura



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

A comparação entre as duas curvas do gráfico 3.7 é um indício importante para a profissionalização dos senadores brasileiros na Primeira República. Vemos que com o passar dos anos, a idade em que os indivíduos iniciam sua carreira é cada vez menor. Os indivíduos que chegaram ao Senado em 1890 debutaram por volta dos 40 anos, quase dez anos mais velhos do que os eleitos em 1903, que estrearam em seu primeiro cargo público com 32,9 anos em média. A queda acentuada na curva azul indica uma alteração no perfil dos indivíduos que chegam ao Senado a partir do século XX, quando a idade de estreia na política se estabiliza na faixa dos 30 anos.

A curva verde mostra a idade no ano de posse no Senado Federal, e ela revela que há uma elevação mais gradual do que a queda na idade de estreia. Porém aqui também temos uma transformação bastante nítida, visto que com o passar dos anos os senadores passam a assumir o posto mais velhos: enquanto que em 1890 a idade média dos senadores era de 49,6 anos, a partir de 1912 os senadores tomam posse entre 55 e 60 anos.

As duas curvas se invertem de modo muito acentuado em 1934, o que indica uma severa renovação do pessoal que chega ao Senado após o golpe de 1930.

A variação diacrônica registrada no gráfico 3.7 considera a idade no início e no final da carreira, e verificamos que esse intervalo vai se tornando cada vez mais dilatado, o que indica uma elevação do tempo empenhado em funções políticas.

Vamos analisar agora em que época eles começam a ser eleitos para cargos no estado e na Capital Federal. Para realizar essa análise deixamos de lado o universo de 851 observações, e retornamos ao banco que examina a população de indivíduos.

Tabela 3.12 Perfil etário dos senadores brasileiros ao estrearem em cargos eletivos na capital do estado

Faixas etárias <sup>1</sup> dos senadores no primeiro cargo legislativo estadual		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Válido	Entre 37 e 44 anos	49	13,6	26,6	26,6
	Entre 29 e 36 anos	46	12,8	25,0	51,6
	Abaixo de 28 anos	46	12,8	25,0	76,6
	Acima de 45 anos	43	12,0	23,4	100,0
	Total	184	51,3	100,0	
Missing	Não se elegeu para posições no estado antes do Senado	160	44,6		
	Sem informação	15	4,2		
	Total de casos não contabilizados	175	48,7		
Total		359	100,0		

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

<sup>1</sup> Os valores das faixas etárias foram obtidos com os quartis da variável idade.

A tabela 3.12 analisa apenas a idade dos indivíduos que assumiram cargos eletivos no Estado: Deputado ou Senador estadual e Governador. Os 160 indivíduos que chegaram ao Senado sem terem sido eleitos para cargos no Estado e os 15 indivíduos que não possuem informações foram classificados como *Missing*. Assim, vemos que a metade dos indivíduos que adquire experiência no Estado se elege para o cargo entre os 29 e os 44 anos. Vejamos agora com que idade os senadores estreiam em cargos eletivos na Capital Federal, conforme a tabela 3.13, a seguir:

Tabela 3.13 Perfil etário dos senadores brasileiros ao estrearem em cargos eletivos na Capital Federal

<b>Faixas etárias<sup>1</sup> dos senadores no primeiro cargo eletivo em âmbito nacional</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual válido</b>	<b>Percentual acumulado</b>
Entre 45 e 52 anos	102	28,4	28,4	28,4
Entre 37 e 44 anos	90	25,1	25,1	53,5
Abaixo de 37 anos	85	23,7	23,7	77,2
Acima de 53 anos	82	22,8	22,8	100,0
Total	359	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

<sup>1</sup> Os valores das faixas etárias foram obtidos com os quartis da variável idade.

A tabela 3.13 indica que a chegada aos postos eletivos na Capital Federal é mais tardia do que a estreia nos postos eletivos estaduais, uma vez que metade dos indivíduos assumem o mandato no Senado ou na Câmara dos Deputados entre os 37 e os 52 anos. Os dados contidos no gráfico 3.7 e nas tabelas 3.13 e 3.14 indicam alguns patamares da carreira até a chegada ao Senado: estreia-se na política algum tempo depois dos 30 anos, elege-se para a capital do estado pouco depois dos 40 anos, e em meados dos 50 anos estreia-se em cargos eletivos na Capital Federal.

Nessa altura uma comparação com os vizinhos argentinos pode ajudar a entender melhor o perfil etário dos senadores brasileiros. A tabela 3.14 compara quantos senadores começaram sua carreira política antes e após os 35 anos.

Tabela 3.14 Comparação da idade de entrada na política entre senadores brasileiros e argentinos

<b>Idade de ingresso na política</b>	<b>Brasil (1891)</b>	<b>Argentina (1889)</b>	<b>Brasil (1915)</b>	<b>Argentina (1916)</b>	<b>Brasil (1934)</b>	<b>Argentina (1946)</b>
Antes dos 35 anos	38,9%	69%	60,0%	62%	45,5%	36%
Após os 35 anos	51,4%	17%	37,1%	4%	34,1%	10%
Faltam dados	9,7%	14%	2,9%	34%	20,5%	54%
Totais	(72)	(29)	(35)	(26)	(44)	(78)

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal, e Canton (1966, p.75, tabela 28).

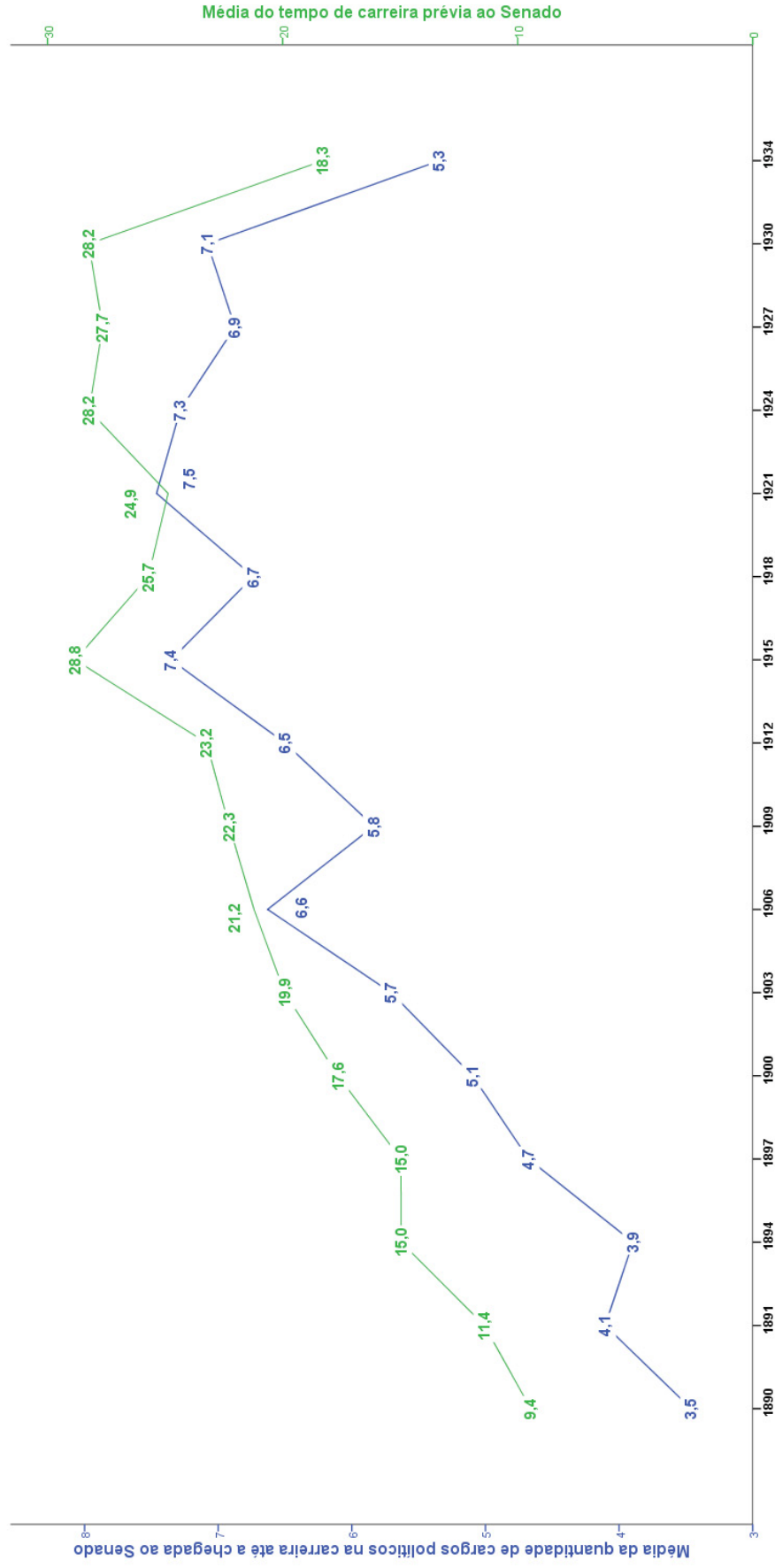


Tomando como base apenas os senadores do final do século XIX vemos que no Brasil a maioria dos senadores inicia sua trajetória pública depois dos 35 anos, enquanto que na Argentina a maioria começou mais cedo. Tomando os eleitos em meados da década de 1910, a situação se inverte, e nos dois países cerca de 60% ingressaram na política antes dos 35 anos.

Os dados discutidos até agora tomam como base o perfil etário da elite senatorial. Vamos nos reportar doravante não ao seu perfil etário, mas ao tempo em que eles dispensaram à política, e a quantidade de cargos que eles ocuparam durante esse intervalo. O tempo de carreira é obtido subtraindo o ano em que o indivíduo toma posse do ano em que ele estreia no seu primeiro cargo.

Essa comparação é mais um tipo de investigação diacrônica, para a qual devemos tomar como unidade de análise o Senador empossado, levando em conta que o mesmo indivíduo terá um tempo de carreira maior quando ele toma posse em novas legislaturas. A comparação entre essas duas informações, por ano de legislatura, aparece no gráfico 3.8, a seguir:

Gráfico 3.8. Comparação entre total de cargos ocupados e tempo de carreira



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

O gráfico 3.8 indica que tanto o tempo de carreira como a quantidade de cargos ocupados até a chegada ao Senado aumentam de modo bastante acentuado entre 1890 e 1906. A curva em verde, com a média do tempo de carreira dos eleitos em cada legislatura, cresce de modo muito mais acentuado, mas o total de cargos (em média) também se eleva de modo significativo: os senadores da legislatura de 1890 possuíam em média 3,5 cargos antes de chegar ao Senado, enquanto que no final da década de 1930 esse valor se eleva para 7,1.

Em um olhar superficial poderíamos afirmar que se o tempo de carreira se eleva, seria evidente uma elevação na quantidade de cargos. Isso é falso, por que se o mesmo indivíduo ficasse no mesmo cargo, seu tempo de carreira se elevaria e a quantidade de cargos permaneceria constante. Ainda sobre esse aspecto, vale ressaltar que a vida média no cargo de Senador<sup>51</sup> durante o Império era, segundo os dados de José Murilo de Carvalho, de 14,74 anos (1996, p.116).

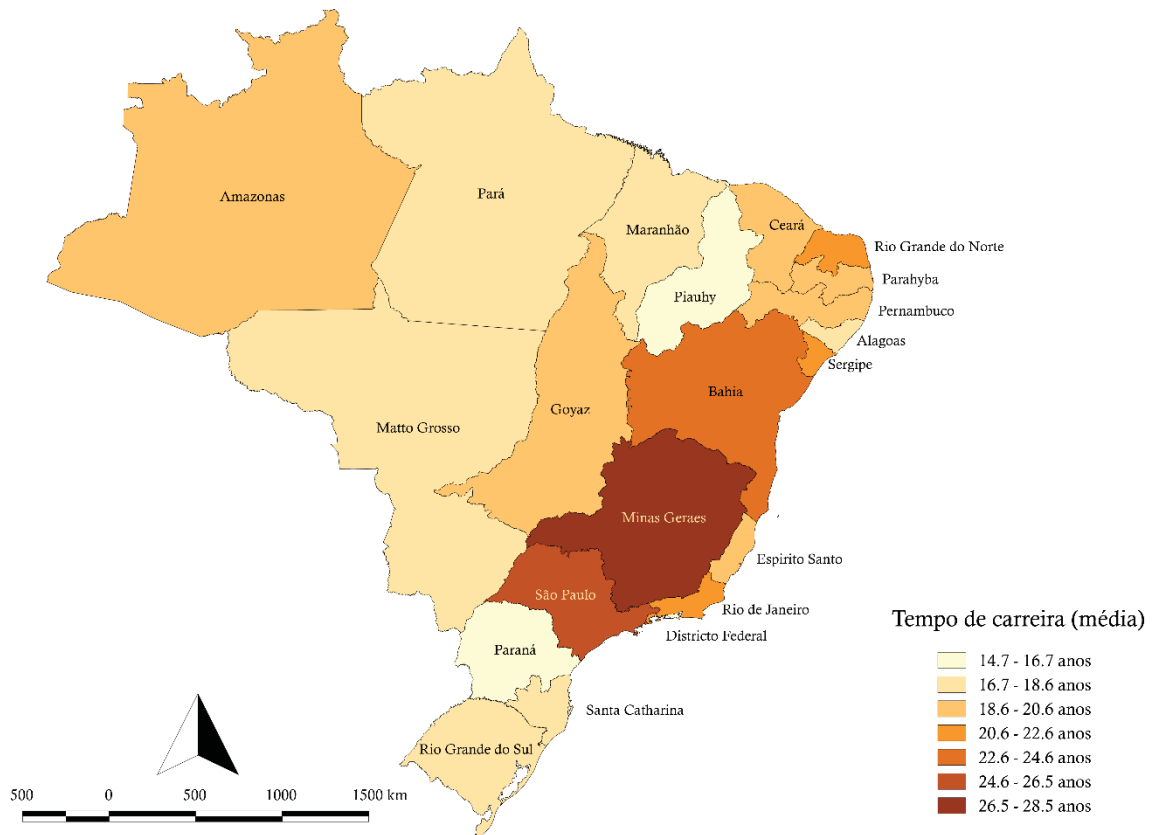
Na República o mesmo dado cai para 8,24 anos. Isso revela que o fim da vitaliciedade alterou de modo substantivo o tempo que os indivíduos tomavam um lugar no Senado. Isso pode parecer óbvio, mas é importante que seja mensurado, pois do contrário poderíamos ser levados a crer que um mesmo indivíduo passaria a maior parte da sua vida no mesmo cargo.

No gráfico 3.8 as medidas do total de cargos e do tempo de carreira são examinadas em perspectiva diacrônica, contando todas as legislaturas. Vejamos agora como ocorre a variação desses dois atributos em termos espaciais, agregando a informação pela Unidade da Federação na qual os indivíduos foram eleitos.

---

<sup>51</sup> Número de anos que durou o Senado [divido] pelo número total de senadores [multiplicado] pelo número legal de senadores em cada momento.

Mapa 3.2 Tempo de carreira por Estado



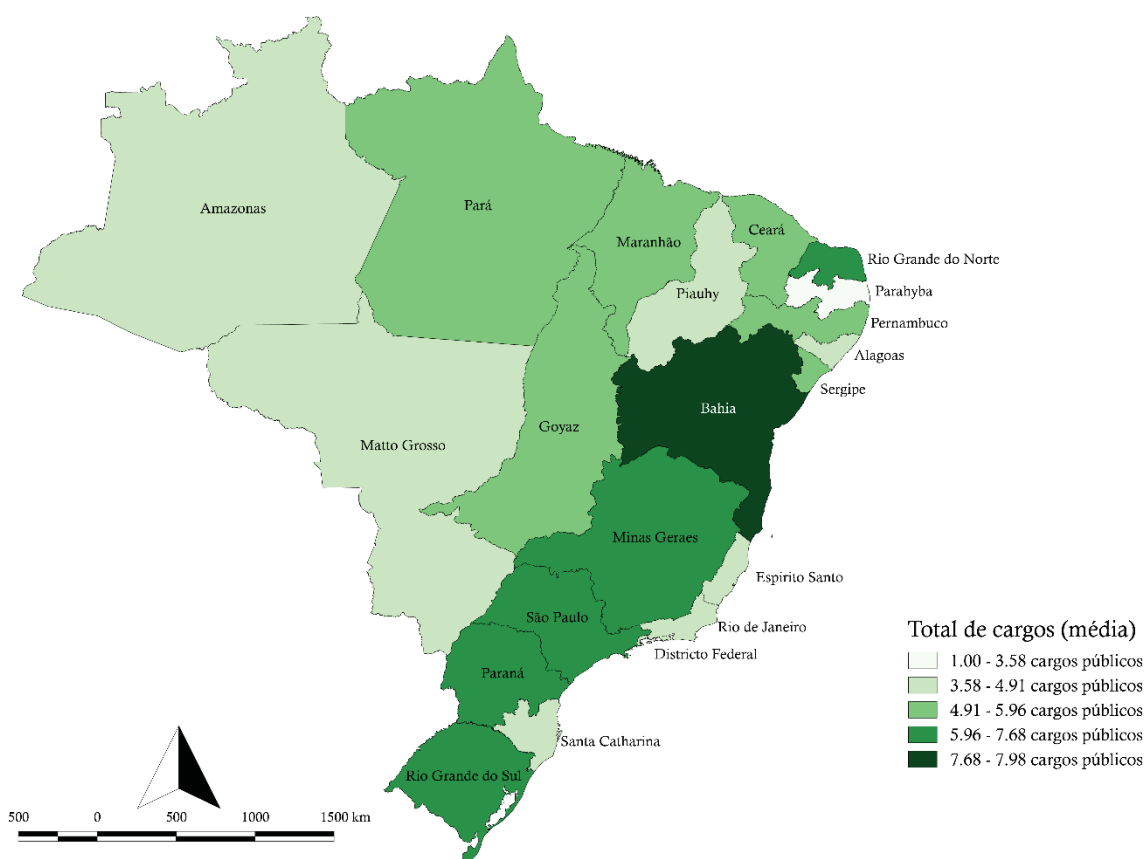
Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

O mapa 3.2 revela que os senadores com as maiores médias no tempo de carreira são os mineiros (26,5 a 28,5 anos), seguidos pelos paulistas e pelos baianos, que registram médias entre 24,6 e 26,5 anos, de acordo com a subtração entre o ano de chegada ao Senado e o ano de estreia na vida pública. Paraná e Piauí são os dois Estados em que a média do tempo de carreira fica abaixo de 16,7 anos.

Isso é interessante por duas razões: primeiro porque mesmo os Senadores com tempo de carreira menor possuíram carreiras longas (o limite inferior no mapa 3.2 é de cerca de quinze anos); segundo porque sugere que para os políticos de Minas Gerais, São Paulo e Bahia devem ter havido mais oportunidades para permanecer na carreira, pois estamos, pelos menos nos dois primeiros casos, falando Estados com partidos fortes, com capacidade de controlar o processo político. Nos outros Estados, em que, talvez, a concorrência política tenha sido mais intensa, houve espaço para entrada de políticos menos experientes, o que reduz a média no tempo de carreira.

O mapa 3.3 registra a intensidade da carreira<sup>52</sup>, medida pela quantidade de cargos públicos ocupados até a chegada ao Senado Federal. Tal como no gráfico anterior, aqui também podemos perceber que o crescimento do indicador ao longo dos anos não foi suficiente para ofuscar variações estaduais.

Mapa 3.3 Total de cargos ocupados por Estado



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

A Bahia é o estado em que os senadores possuíram mais cargos até a chegada ao Senado Federal, foram em média quase oito cargos para todos os senadores desse estado, o dobro do que se observa na Paraíba.

Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul são os Estados em que, pelas médias, os senadores ocuparam entre seis e sete cargos antes da chegada ao Senado Federal. Esses dados revelam as variações entre os Estados, mas eles têm a desvantagem de não captar a dispersão em relação à média que ocorria entre os senadores do mesmo Estado.

<sup>52</sup> A denominação é de Darion Cantón.

No próximo capítulo trabalharemos com medidas de dispersão, para examinarmos os indicadores mais específicos do que venha a ser a profissionalização política, mas por ora, para efeito de elaborar uma radiografia dos senadores, a disposição das médias observadas em cada unidade de federação (representadas nos mapas 3.2 e 3.3) é suficiente para mostrar que as elevações no tempo de carreira e no total de cargos não ocorreu de modo uniforme em todos os Estados da Federação.

As informações que reunimos até o momento nesse segundo subitem do capítulo 3 apresentam traços da carreira obtidos com o perfil etário dos senadores, e com duas variáveis numéricas, o tempo de carreira e o total de cargos. Mas que cargos eram esses? Nas duas fontes mobilizadas para a pesquisa a dimensão mais bem documentada é a estrutura de cargos políticos perfilada por cada indivíduo, e é devido a esse bloco de informações que nosso trabalho pode ir além dos principais estudos que já foram realizados sobre as elites políticas na Primeira República.

Portanto, é importante apresentar ao leitor uma visão geral dessa estrutura de cargos públicos ocupados até a chegada ao Senado Federal. A tabela 3.15 que discutiremos a seguir foi elaborada com essa finalidade. Nessa tabela estão reunidos os primeiros dez cargos públicos de todos os senadores. A base de dados registra até o vigésimo cargo, mas apenas 87 entre dos 359 indivíduos possuíram mais do que 10 cargos, e, ademais, seria bastante difícil visualizar em apenas uma tabela todos os cargos ocupados nas vinte posições designadas na planilha para a estrutura de cargos públicos. Esse é o motivo pelo qual registramos na tabela 3.15 apenas as primeiras dez posições.

Tabela 3.15 Distribuição dos senadores nos dez primeiros cargos públicos, por esfera de governo

Esfera	Cargos	1º cargo	2º cargo	3º cargo	4º cargo	5º cargo	6º cargo	7º cargo	8º cargo	9º cargo	10º cargo
Federal	Senador	16,2%	26,8%	30,9%	31,2%	22,6%	27%	20,3%	14,8%	13,6%	8,1%
	Deputado Federal	19,2%	24%	22,6%	18,4%	9,7%	10%	8,6%	5,3%	3,3%	2,2%
	Não eletivo (1º e 2º escalão)	6,7%	4,2%	3,1%	3,9%	3,1%	2,2%	0,8%	1,1%	0,6%	1,7%
Subtotal		151 casos	197 casos	203 casos	192 casos	127 casos	141 casos	107 casos	76 casos	63 casos	43 casos
Estadual	Governador	10%	8,1%	8,4%	6,4%	3,1%	4,7%	3,3%	1,9%	0,8%	1,1%
	Deputado Estadual	19,8%	15,1%	10,6%	5,8%	5,0%	3,1%	0,8%	0,8%	0,6%	0,6%
	Não eletivo (1º e 2º escalão)	15,3%	10,1%	6,4%	3,9%	0,8%	1,9%	0,8%	0,6%	-	-
Subtotal		162 casos	119 casos	91 casos	58 casos	32 casos	35 casos	18 casos	12 casos	5 casos	6 casos
Municipal	Prefeito	4,7%	2,8%	1,9%	2,2%	0,3%	1,1%	0,3%	0,8%	-	-
	Vereador	5,8%	3,1%	1,1%	0,8%	0,3%	-	-	-	-	-
	Não eletivo	2,2%	1,7%	1,1%	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		46 casos	27 casos	15 casos	11 casos	2 casos	4 casos	1 caso	3 casos	-	-
Total	Sem cargo nessa posição	-	4,2%	13,9%	27,3%	55,2%	49,9%	64,9%	74,7%	81,1%	86,4%
		(359)	(359)	(359)	(359)	(359)	(359)	(359)	(359)	(359)	(359)

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

O primeiro aspecto a se considerar na análise da tabela 3.15 é a pequena quantidade de entradas laterais, que se referem aos casos em que o indivíduo que chega ao Senado sem ter passado previamente por outros cargos: em apenas 16,2% dos casos o primeiro cargo público foi o de Senador. Esse dado é importante porque, indica o afunilamento das carreiras. De acordo com Nelson Polsby, “em uma organização indiferenciada, entrar e sair é fácil e frequente. Líderes ascendem rapidamente, a entrada lateral desde o exterior para posições de liderança é bastante comum e a constância da liderança ao longo do tempo é rara” (Polsby 2008, p.223).

Ainda de acordo com esse autor, “na medida em que uma organização se institucionaliza, ela estabiliza o seu conjunto de membros, a entrada torna-se mais difícil e a rotação de seus membros menos frequente. Sua liderança profissionaliza-se e perdura. O recrutamento de liderança tem mais chance de ocorrer a partir de dentro e o período de aprendizado alonga-se.” (Polsby 2008, p.223).

Ao observar apenas a primeira linha da tabela, a do cargo de Senador, percebe-se que a incidência desse cargo se eleva na segunda posição (26,8%) e se estabiliza na faixa de 30%, entre o terceiro e o quarto cargo, fazendo com que essa seja a função mais frequente nessas duas posições<sup>53</sup>. O alongamento do aprendizado na função mencionado por Polsby pode estar em curso entre os senadores que estamos analisando.

É importante esclarecer desde logo que não estamos afirmando com isso que houve um processo de institucionalização da Câmara alta no Brasil. No debate norteamericano sobre a institucionalização dos corpos legislativos surgiram ressalvas importantes que convém retomar na análise dos nossos dados.

John Hibbing constata que muitos estudiosos de carreiras mobilizam achados sobre tempo de carreira elevados para mensurar a institucionalização dos parlamentos. De acordo com esse autor, as variações no tempo de carreira podem ter um significado diverso em diferentes contextos: “Mais importante, em algumas legislaturas – na verdade na maioria das legislaturas no mundo – o tempo de carreira no legislativo (ou seu inverso, a taxa de renovação) pode não ser um indicador válido de institucionalização. Essa afirmação vai contra a sabedoria convencional sustentando que o aumento da extensão da carreira é fundamental para o processo de institucionalização, portanto é necessária uma explicação. *Instituições podem ter altas taxas de renovação e ainda serem institucionalizadas.*” (Hibbing 1999, p.157, grifo no original)<sup>54</sup>.

A ideia, segundo Hibbing, é que é preciso interpretar a renovação pelo seu contexto e pelas suas consequências: referindo-se às companhias privadas norte-

<sup>53</sup> A partir do quinto cargo a incidência de mandatos senatoriais começa a cair, mas isso ocorre porque também começa a se reduzir a quantidade de indivíduo que chegaram a essa posição. Quando observamos a penúltima linha da tabela, na 6ª posição, descobrimos que 49,9% dos indivíduos não assumiu o 6º cargo. Como veremos no capítulo 4, essa é a mediana da variável total de cargos, o quinto cargo é o que separa o total de observações em duas metades, e outras agregações com essa informação se revelaram bastante úteis para as medidas de profissionalização política.

<sup>54</sup> Tradução livre. No original lê-se: “More importantly, in some legislatures – indeed in most of the world’s legislatures – legislative career length (or, conversely, turnover rates) may not even be a valid indicator of institutionalization at all. This assertion goes against conventional wisdom holding that increasing career length is central to the institutionalization process, so an explanation is necessary. *Institutions Can Have High Membership Turnover and Still Be Institutionalized.*”



americanas ele observa que na maioria delas o desafio está exatamente em trocar os indivíduos com o mínimo de impacto na organização<sup>55</sup>.

A baixa ocorrência de entradas laterais serve melhor ao nosso argumento na tese se consideramos a aprendizagem obtida nos cargos prévios ao mandato senatorial. Esse é um aspecto dos mais importante no debate norte-americano para a nossa discussão sobre a profissionalização política: “a regra de senioridade, a norma de aprendizagem, a exortação repetida de Sam Rayburn aos novos membros de que eles ‘se dão bem’, são todos os costumes do moderno Congresso dos EUA que contribuem para a socialização dos membros e, por sua vez, para o abafamento da variação individual. Claro, o renegado ocasional ainda estará em evidência, mas a grande maioria dos parlamentares aprendeu como deveria se comportar e então se comporta dessa maneira. Mesmo uma leitura rápida dos estudos que seguiram a evolução dos legisladores indica como os parlamentares geralmente aprendem o que significa ser um membro do Congresso.” (Hibbing 1999, p.158)<sup>56</sup>

A partir desse ponto de vista, não podemos deixar passar despercebido na tabela 3.15 a quantidade de casos com cargos na esfera federal e estadual. Descontada a primeira linha, que reúne os cargos da Câmara alta, a maioria das funções públicas ocupadas pelos futuros senadores brasileiros foi em cargos eletivos (Governador, Deputado Federal e Estadual) disponíveis na capital dos seus Estados e no Rio de Janeiro.

Considerando a distribuição na primeira função pública, esses três cargos somam 49% das observações. Na segunda posição esses três cargos somam 47,2%, e na terceira posição a função de Governador, Deputado Estadual e Deputado Federal somam 41,6% dos casos observados. Por contraste, vemos na tabela 3.15 como os cargos públicos em

---

<sup>55</sup> O nosso debate na tese não é sobre a institucionalização, por isso não devemos nos aprofundar nesse tópico. Ainda assim, vale a pena reproduzir a passagem em que o autor discute diretamente com Polsby, apenas para mostrar para onde se pode encaminhar a discussão sobre a renovação parlamentar: “The real measure of institutionalization is not the level of membership turnover but the net impact of turnover. If the impact is minimal, regardless of the absolute number of new members, a body should be thought of as relatively institutionalized—at least with regard to this particular aspect of institutionalization. Ironically, if this formulation has merit, then long, influential, and memorable careers, far from being the indicators of institutionalization Polsby takes them to be, actually could be seen as indicators of an absence of institutionalization – an inability of the institution to quash variance in individual members.” (Hibbing 1999, p.158)

<sup>56</sup> Tradução livre. No original lê-se: “The seniority rule, the apprenticeship norm, and Sam Rayburn's oft-repeated exhortation to new members that they “get along by going along” are all mores of the modern U.S. Congress that contribute to member socialization and, relatedly, to a muffling of individual variation. Of course, the occasional renegade will still be in evidence, but the great majority of members learn how they are supposed to behave and then behave that way. Even a quick read of those studies that have followed the evolution of legislators indicates how members typically learn what it means to be a member of Congress.”

funções não eletivas e como os cargos municipais tiveram pouca incidência na estrutura da carreira dos futuros senadores.

A relevância dessas três funções na estrutura da carreira reforça a afirmação que fizemos no Capítulo 1 sobre a hierarquia das funções políticas na Primeira República. Tendo em conta sua experiência prévia podemos afirmar que os senadores são um dos estratos mais elevados na hierarquia de poder político, porque antes de se chegar nessa posição adquiriu-se experiência em postos chave da política estadual.

Por essa altura já estamos encaminhando a discussão para a nossa questão central, que é a da profissionalização. Antes de entrar nessa discussão, e para concluir essa radiografia da estrutura da carreira política, convém apresentar lado a lado indicadores de carreira entre os senadores argentinos e brasileiros. A tabela 3.16 realiza essa comparação somente com os senadores na última década do século XIX e a segunda do século XX.

Tabela 3.16 Comparação da intensidade da carreira (mensurada pela quantidade de cargos eletivos) entre senadores brasileiros e argentinos.

<b>Intensidade da carreira</b>	<b>Brasil (1891)</b>	<b>Argentina (1889)</b>	<b>Brasil (1915)</b>	<b>Argentina (1916)</b>
Acima de quatro cargos eletivos (estaduais ou nacionais)	30,6%	83%	77,1%	54%
Abaixo de quatro cargos eletivos (nacionais ou estaduais)	69,4%	17%	22,9%	46%
<b>Totais</b>	<b>(72)</b>	<b>(29)</b>	<b>(35)</b>	<b>(26)</b>

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal, e Canton (1966, p.80, cf. tabela 32).

A tabela 3.16 revela que, considerando a “intensidade da carreira” (na terminologia de Canton), os senadores argentinos são muito mais experientes do que os brasileiros ao final do século XIX. Enquanto que 83% dos senadores argentinos possuíam mais do que quatro cargos eletivos (nacionais ou estaduais), no Brasil apenas 30,6% possuíam esse mesmo atributo. O quadro se inverte de modo muito claro em meados da década de 1910, quando 77,1% dos indivíduos que chegam ao Senado brasileiro passaram por pelo menos quatro cargos eletivos. Na Argentina eles também são maioria, mas percebe-se que a distribuição é mais equilibrada, visto que 46% deles possuíam carreiras menos intensas.

Vê-se que do ponto de vista da quantidade de cargos ocupados previamente, a evolução do padrão de carreira nos dois países é bem distinta. Quando comparamos a idade e a posição de estreia na política vemos que os padrões começam diferentes e se tornam semelhantes. Para realizar essa comparação, a tabela 3.17 separa os indivíduos

entre aqueles que debutaram na política de modo mais precoce ou de modo mais tardio, em cargos de nível nacional ou estadual.

Tabela 3.17 Comparação de perfis etários e nível do primeiro cargo dos senadores mais jovens entre Brasil e Argentina.

Nível do primeiro cargo	Estratos de idades no primeiro cargo eletivo	Brasil (1891)	Argentina (1889)	Brasil (1915)	Argentina (1916)	Brasil (1934)	Argentina (1946)
Nacional	25 a 29 anos	5,6%	35%	11,4%	15%	6,8%	3%
	30 a 39 anos	16,7%	18%	34,3%	19%	18,2%	8%
Estadual	25 a 34 anos	18,1%	3%	25,7%	12%	20,5%	3%
Restante <sup>1</sup>		55,6%	10%	25,7%	23%	52,3%	32%
Sem informação		4,2%	24%	2,9%	31%	2,3%	54%
Totais		72	29	35	26	44	28

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB, no arquivo do Senado Federal, e Canton (1966, p.75, tabela 28).

<sup>1</sup>. O restante refere-se aos senadores que iniciaram sua carreira após os 40 anos em cargos nacionais (ou após os 35 anos em cargos estaduais).

Analisando as duas colunas relativas aos eleitos no final do século XIX vemos como a elite senatorial argentina iniciou sua carreira pública mais precocemente do que os futuros senadores brasileiros: 35% dos argentinos iniciam sua carreira política sendo eleitos para cargos nacionais, entre os 25 e os 29 anos, ao passo que no Brasil de 1891, somente 5,6% dos senadores possuíam simultaneamente esse atributo. Quando nos dirigimos à coluna dos senadores brasileiros nesse primeiro período vemos que a maioria (55,6%) foi enquadrada no restante, ou seja, debutaram em cargos nacionais após os 40 anos ou em cargos estaduais após os 35 anos.

Outro aspecto que chama a atenção no recrutamento senatorial ao final do século XIX é diferença no peso da política estadual entre os dois países: 18,1% dos senadores Brasileiros em 1891 iniciaram sua vida pública em cargos eletivos estaduais, quando possuíam entre 25 e 34 anos, ao passo que apenas 3% dos senadores argentinos possuem esses dois atributos.

A única combinação que apresenta valores semelhantes é o *début* na carreira política em posições eletivas nacionais, na terceira década de vida (16,7% no Brasil e 18% na Argentina).

Bastaram cerca de vinte e cinco anos para que a elite senatorial nos dois países adquirisse perfis semelhantes. Se o ponto de partida é claramente distinto nos dois países, como vimos no parágrafo acima, ao nos dirigir para os senadores de 1915 e 1916 vemos que o contingente formado pelos que estrearam em cargos eletivos nacionais antes dos 30 anos é baixo nos dois países: são 11,4% no Brasil e 15% na Argentina. Um terço dos

senadores brasileiros de 1915 ingressou na política em cargos nacionais após os 30 anos, enquanto que 19% dos argentinos reúnem os dois atributos ao mesmo tempo.

A diferença mais marcante entre os dois países em meados da década de 1910 ocorre nos senadores que debutaram no Estado, entre os 35 e os 34 anos, estes são cerca de um quarto no Brasil (25,7%) e pouco mais de um décimo na argentina (12,5%). A comparação entre os constituintes de 1934 e os senadores de 1946 fica prejudicada pela ausência informação nos nossos vizinhos (54%), mas é digno de nota que, no Brasil, no período imediatamente posterior ao golpe, a maioria dos senadores iniciou sua carreira mais tardiamente, visto que 52,3% iniciou sua carreira política após os 40 anos (em cargos nacionais) ou após os 35 anos (em cargos estaduais).

No próximo capítulo vamos nos deter no conceito e nos indicadores da profissionalização política. Para que possamos nos referir à carreira política nas próximas partes da tese é oportuno sumariar alguns dos achados que discutimos no Capítulo 3:

1. A maioria dos senadores foi vinculado a apenas um partido, mas a outra metade manteve vínculo com entre duas e cinco agremiações. Esse quadro não varia de modo consistente ao longo das legislaturas.
2. Os indivíduos em cuja biografia se observa vínculo com três ou quatro partidos se concentram nos Estados que possuíam grande colégio eleitoral em 1910 (acima de 20 mil eleitores). Os senadores que foram filiados a apenas um partido tendem a se concentrar em Estados cujo colégio eleitoral era inferior a 20 mil eleitores em 1910.
3. Cerca de um terço dos indivíduos que chegaram ao Senado Federal não foram vinculados aos Partidos Republicanos Estaduais. Analisando a distribuição dos casos por ano de posse percebemos que essa distribuição se mantém praticamente estável nas dezesseis legislaturas.
4. Algo perto de um terço dos senadores brasileiros na Primeira República exerceram cargos de liderança partidária. Esse atributo não está associado com a evolução das legislaturas, e só possui associação (negativa) com o primeiro período e último período (quando a associação é positiva).

Esses quatro achados revelam que do ponto de vista da vida partidária, há diferenças marcantes entre um grupo que, talvez, possa vir a ser caracterizado como a elite da elite dentro do Senado. Por outro lado, ao considerarmos os dados do perfil etário

e da estrutura de carreira vemos que alguns atributos dessa população variam em conjunto ao longo do tempo:

5. Com o passar dos anos, os indivíduos que chegam ao Senado começam cada vez mais cedo sua carreira política, e chegam mais tardiamente ao mandato na Câmara alta.
6. O patamar da chegada aos cargos eletivos na capital do Estado (entre 29 e 46 anos) é ligeiramente inferior ao patamar de chegada a cargos eletivos no nível da Federação (entre 37 e 42 anos).
7. Com o passar dos anos, tanto a extensão (tempo de carreira) como a intensidade (total de cargos) se incrementam de modo claro e consistente entre 1890 e 1915, se estabilizam a valores elevados nos anos 1920 e caem de modo acentuado ao final do regime. Apesar de se elevarem de modo regular, tais atributos manifestam acentuadas diferenças entre os representantes de diferentes Unidades da Federação.
8. De um modo geral, os senadores brasileiros na Primeira República adquiriam experiência em cargos eletivos de nível estadual (Deputado Estadual e Governador), e também foram Deputados Federais antes de tomarem posse no Senado.

O modelo analítico com o qual pretendemos encaixar esses achados sob a chave teórica da profissionalização procura integrar os fatores de heterogeneidade encontrados em sua vida partidária (achados 1 a 4 acima) com os fatores de uniformidade encontrados em sua carreira política (achados 5 a 8 acima).

Estes resultados confirmam que indivíduos recrutados nos mesmos nichos sociais perfilarão trajetórias políticas claramente distintas, ainda que todas elas tenham se tornado mais estruturadas com o passar dos anos. Para responder à primeira pergunta da tese (“Quem são os senadores brasileiros na Primeira República”) podemos afirmar que eles são indivíduos altamente educados, que obtiveram seus diplomas de ensino superior em quatro das principais universidades brasileiras, nas quais aprenderam a ser advogados, jornalistas ou professores. Um Senador eleito em meados de 1920 ingressou na vida política por volta de 1895, e boa parte de sua experiência foi obtida em cargos eletivos. Um terço deles foi líder partidário, e metade foi filiada a mais de um partido político.

Tendo esse quadro em mente podemos nos dirigir para a segunda grande questão da tese, a saber, por que eles são profissionais?

## **CAPÍTULO 4 – PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA: CONCEITO E INDICADORES**

Objetivo desse capítulo é demonstrar por quais razões podemos defender a tese de que houve um processo de profissionalização política entre os senadores brasileiros na Primeira República. A maior parte das variáveis que subsidiam essa tese já foram descritas nos Capítulos 2 e 3, e a finalidade específica desse capítulo é reorganizar os dados, agregar e combinar as informações coletadas nas biografias dos senadores, de modo a oferecer uma explicação substantiva e evidências empíricas para a tese da profissionalização política.

Para atender a esse objetivo, o capítulo está organizado em três subitens: na primeira seção vamos nos dirigir especificamente ao problema da distinção entre elite política e classe dominante; na segunda seção discutiremos em específico o conceito de profissionalização política que empregamos na tese, e na terceira seção enunciamos duas hipóteses de pesquisa, além de apresentar os indicadores com os quais essas duas hipóteses podem ser corroboradas.

### ***4.1 ELITE POLÍTICA E CLASSE DOMINANTE***

Como observamos no Capítulo 1 dessa tese, a maior parte do que se sabe sobre a elite política brasileira na Primeira República se deve aos estudos dos regionalistas coordenado por Joseph Love, na segunda metade da década de 1970. Os resultados mais acabados desse projeto foram publicados pela primeira vez em 1977, 1978 e 1980 (com os estudos sobre Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, respectivamente), mas o documento que melhor discute a tese com a qual polemizaremos nesse capítulo foi publicado em 1986, na revista *The Hispanic American Historical Review*, por Joseph Love e Bert Barickman. Já no título do artigo fica clara qual é a sua proposição explicativa “Rulers and Owners: A Brazilian Case Study in Comparative Perspective”.

O artigo possui três objetivos que são complementares. Logo nas primeiras páginas os autores explicam qual é a questão central desse trabalho, e como esse artigo

se relaciona com o estudo sobre as elites políticas regionais, que é realizado no Capítulo 5, aquele que trata da elite política estadual nos três livros.

O segundo intento do artigo é apresentar uma nova bateria de informação, compilada pela Câmara Britânica de Comércio (“Personalidades no Brasil: *Men of Affairs in Brazil*”), que é a base para os novos testes empíricos realizados nesse artigo, e que não aparecem nos livros sobre as elites dos três Estados. Ao final do artigo os autores retomam as teses de Mauricio Font e Steven Topik para determinar em que medida se pode compreender a elite paulista como uma classe social, e como isso se relaciona com o problema da autonomia relativa do Estado. A discussão acerca da difícil concatenação entre interesses de classe e a autonomia da burocracia pública no Estado de São Paulo já foi exaurida na tese de Renato Perissinotto. Reportando-se exatamente ao debate que aparece no final do artigo, o autor resume assim a contenda:

“Esmagadoramente recrutada na elite econômica, a elite política teria moldado o governo aos seus interesses. Como decorrência lógica desse raciocínio, conclui-se que, no caso de São Paulo, dada a coincidência entre proprietários (*owners*) e governantes (*rulers*), e entre ambos e os interesses contemplados pela política econômica, não se pode falar em autonomia do Estado perante a classe dominante. Apesar de ser um estudo quase definitivo sobre os agentes políticos paulistas, o trabalho de Love, ao estabelecer essa rígida correspondência instrumental entre elite política e elite econômica, torna impossível uma análise que procure levar em conta as instituições políticas como agentes autônomos, inclusive o Estado, elemento este quase ausente do seu estudo”(Perissinotto 1999, p.36).

Para que o contexto teórico que precede a tese da profissionalização política fique suficientemente claro, *precisamos colocar em questão se esse estudo é de fato definitivo*. Vamos nos dirigir em particular para a segunda parte do artigo, que traz evidências *aparentemente inequívocas* acerca da coincidência entre *rulers* e *owners*<sup>57</sup>. Essa coincidência tão clara pode ter sido obtida exatamente devido ao modo como a elite política foi composta, como os próprios dados de Love demonstram.

Um exercício empírico elementar para refutar essa coincidência seria estudar separadamente as profissões dos senadores paulistas, e confrontar essas informações com

<sup>57</sup> De acordo com Adriano Codato, “Os cálculos de J. Love e B. Barickman indicavam uma taxa de sobreposição entre *rulers* e *owners* de inacreditáveis 60% no início dos anos 1930, um padrão muito alto inclusive para a América Latina”. (Codato 2008, p.102)



os dados dos senadores de outros Estados, mas os problemas já discutidos no início do Capítulo 2 desaconselham esse experimento<sup>58</sup>.

A nossa crítica se reporta ao modo como se constituiu o universo de elite nesse estudo, e ao modo como foram interpretados os indicadores de sucesso político. Além dos dados já levantados sobre as elites regionais (Love 1982), nesse artigo os autores delimitam o universo de elite utilizando os dados da *Men of Affairs*<sup>59</sup>, com base nos quais eles distinguem três núcleos da elite: “1. Um grupo central composto por membros políticos de elite que são identificados como donos de propriedade em *Men of Affairs*; 2. Membros da elite política cujos parentes identificados como proprietários aparecem no livro, bem como aqueles cujos parceiros de negócios estão listados; 3. Um grupo de profissionais (principalmente advogados) constituídos por membros de elites políticas que estavam listados em *Men of Affairs* sem referência à propriedade, e aqueles cujos parentes identificados aparecem no diretório, sem menção de propriedade. *Assumimos que esses profissionais atendem aos interesses dos proprietários e que, portanto, podem ser considerados parte de uma elite econômica ampla (...)*. Estes três grupos foram comparados com o grupo relevante de membros de elite política (de uma população total de 263), ou seja, os 169 paulistas que estavam vivos em 1932”<sup>60</sup> (Love & Barickman 1986, p.752, grifo nosso).

Com presunções como a destacada acima não é difícil constatar a coincidência entre *rulers* e *owners*. A partir de operações metodológicas dessa natureza compreende-se por que “é claro que a partir do perfil da elite de São Paulo os membros não possam

<sup>58</sup> A chance de um estudo como esse se revelar inconclusivo não é pequena. Concordamos, portanto, quando os autores afirmam que “Comparison of the Paulista elite's occupations with those of elites in other countries and in Brazil in other periods is complicated by the fact that some students of political elites have used multiple codings of occupations, while others have not. Furthermore, definitions are not identical for such terms as ‘farmer’, ‘landowner’, and ‘businessman’” (Love & Barickman 1986, p.747).

<sup>59</sup> “British Chamber of Commerce of São Paulo and Southern Brazil, Personalidades no Brasil: Men of Affairs in Brazil (Sao Paulo, n.d.). Though this work purports to be national in scope, it focuses on São Paulo; São Paulo's revolt against the Vargas government in 1932 interfered with data collection in Brazil as a whole. It therefore would not be a reliable guide to business elites in other states. Like other biographical guides, Men of Affairs does not provide lists of assets for the biographees, and, necessarily, it is somewhat impressionistic. The fact that it was compiled for the local British Chamber of Commerce may also bias the list toward men associated with export activities, but this was the most lucrative sector for most of the period covered. In any event, some industrialists with no listed foreign connections appear in it” (Love & Barickman 1986, p.752, nota 28).

<sup>60</sup> Tradução livre. No original lê-se: “1. A core group consisting of political elite members who are identified as property owners in Men of Affairs; 2. Political elite members whose identifiable property-owning relatives appear in the book, as well as those whose business partners are listed; 3. A group of professionals (mostly lawyers) consisting of political elite members who were listed in Men of Affairs without reference to property, and of those whose identifiable relatives appear in the directory without mention of ownership. We assume that these professionals served the interests of property owners and that they can therefore be considered part of a broad economic elite (...) These three groups were compared to the relevant pool of political elite members (of a total population of 263), i.e., the 169 Paulistas who were alive in 1932.”



a especialização de funções características da moderna sociedade industrial, uma vez que cada pessoa teve em média três ocupações, além da de político” (Love & Barickman 1986, p.757)<sup>61</sup>.

Mas deixemos de lado essa objeção acerca da agregação, para ver como foi mensurado o sucesso político da elite proprietária de Love. Para verificar se o sucesso político está relacionado com a posse de terras os autores observaram padrões de carreira política nos três grupos de elite designados acima.

Para análise desses padrões, os postos políticos foram hierarquizados em uma variável ordinal, partindo do menor (1) ao maior (6)<sup>62</sup>. Além disso, eles também verificaram como a quantidade de postos se distribui nos três núcleos da elite paulista. Os resultados foram interpretados a partir do teste gama de associação para variáveis ordinais. Como esperado, os indivíduos situados no núcleo duro da elite (os que aparecem como proprietários de terra em *Men of Affairs*) são os que possuem os cargos mais elevados (correlação positiva de 0,32) e também os que possuem mais cargos (correlação positiva de 0,43).

Ao exibir a média da quantidade de cargos dos indivíduos dispostos nos três grupos da elite, Love e Barickman descobrem que no núcleo duro da elite proprietária a média no total de cargos foi de 2,33. No segundo grupo, formado pelos membros da elite com parentes proprietários, a média no total de cargos foi de 2,08, e no terceiro grupo, que inclui os profissionais que representam os interesses dos proprietários, a média no total de cargos foi de 1,78 (esse dado está na tabela II, na p.755).

Utilizando exatamente o mesmo indicador para mensurar o êxito político, ou seja, considerando a quantidade de postos públicos, esses três grupos da elite paulista seriam meros coadjuvantes em face da elite senatorial brasileira, pois como vimos na tabela 3.15, metade de todos os senadores possuiu entre cinco e seis cargos políticos. No terceiro subitem desse capítulo vamos realizar outras agregações com essa informação, e veremos que, pelo total de cargos públicos ocupados, os senadores brasileiros possuiriam em toda

---

<sup>61</sup> Tradução livre. No original lê-se: “It is clear from the profile of the political elite of São Paulo that its constituents lacked the specialized functions characteristic of modern industrial society, since each person had an average of three occupations, in addition to that of ‘politician’”

<sup>62</sup> As categorias são: “(1) postos legislativos e executivos de nível estadual, excluindo os secretários; (2) secretários estaduais e presidentes dos tribunais estaduais; (3) comissão executiva dos partidos; (4) postos legislativos e executivos a nível federal, excluindo-se os ministros; (5) governadores e juizes do Supremo Tribunal; (6) Presidentes e Ministros” (Love 1983, p.65; Love & Barickman 1986, p.754)

a Primeira República índices de sucesso muito mais elevados do que os membros da elite proprietária de São Paulo (cf. tabela 4.18 examinada no próximo subitem desse capítulo).

Obviamente, as diferenças na definição do universo nessa tese e nos trabalhos de Love são tais que não se deve comparar os mesmos indicadores. Além disso, não é apenas o resultado de um teste de associação que devemos contestar. Os próprios autores reconhecem que em estudos sobre elites parlamentares a quantidade de proprietários de terra é baixa<sup>63</sup>. O ponto com o qual queremos polemizar com a tese da profissionalização política, ou a conclusão com a qual queremos contrastar nossos achados, é essa coincidência entre *rulers* e *owners*. Essa proposta desautoriza desde o ponto de partida um estudo como o nosso. Ela simplifica demasiadamente na ambivalente categoria “proprietário de terras” todas as nuances que encontramos na carreira política.

Essa simplificação fica nítida quando afirmam: “três diferentes formas de evidências, portanto, suportam a asserção de uma forte relação entre posse de propriedade produtora de renda e liderança política em São Paulo. As duas primeiras mostram uma estreita associação entre os proprietários e a elite política, enquanto a segunda e a terceira, usando duas definições de ‘sucesso’, demonstram estatisticamente que a propriedade foi relacionada ao grau de sucesso, uma vez que os políticos entraram na elite. Sob tais circunstâncias, não parece exagerado chamar a elite política paulista de um ‘comitê executivo da classe dominante’ (Love & Barickman 1986, p.756).<sup>64</sup>

A elite de Love é tão ampliada que inclui desde os Presidentes da República até os Chefes de Polícia. Com um grupo tão heterogêneo não é possível examinar empiricamente os nuances da carreira política, não podemos entender nem como ela se distingue nem como ela se transforma. “Os três subconjuntos dessa elite foram definidos a partir da perspectiva dos Estados, sendo o regionalismo o foco orientador da discussão. Por conseguinte, tais subconjuntos constituem populações (e não amostras) em relação às elites estaduais tal como as definimos e, nesse sentido, são plenamente comparáveis entre

<sup>63</sup> “Two other parliamentary elites with similar characteristics are the Spanish and Dutch chambers of deputies. In seven Spanish parliaments, from 1879 to 1979, ‘businessmen’ and ‘farmers’, the only two property-holding groups identified in a study of this elite, together averaged 17.7 percent of the total membership. In the Dutch chamber for the years 1849- 1967, the average share of businessmen and farmers was approximately 13 percent”. (Love & Barickman 1986, p.748)

<sup>64</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Three different forms of evidence thus support the assertion of a strong relationship between ownership of income-producing property and political leadership in São Paulo. The first two show a close association between property owners and the political elite, while the second and third, using two definitions of “success,” demonstrate statistically that property ownership was related to the degree of success, once politicians had entered the elite. Under such circumstances, it does not seem far-fetched to call the Paulista political elite an “executive committee of the ruling class.”

si. É somente em relação à elite brasileira total, em nível nacional, ou seja, incluindo todos os Estados, que esses subconjuntos constituem uma amostra. Não pretendo, então, afirmar que os grupos dessa amostra sejam aleatórios ou típicos. Mas é difícil negar que estas tenham sido, de fato, as elites que contavam em termos de controle efetivo do poder. São Paulo e Minas, com populações e bases econômicas mais amplas, tendiam a dominar a política federal. Pernambuco, o estado mais importante do Nordeste, pode ser considerado como representativo dos vários problemas políticos, sociais e econômicos que essa região colocava para o Brasil, no mesmo período estudado.” (Love 1983, p.51).

Por mais importante que tenham sido as descobertas desse projeto de pesquisa, elas acabam se encaixando no enredo bastante disseminado acerca da Primeira República no Brasil: “O esquematismo da aliança do café com leite, da política dos governadores, da verificação dos poderes, da fraude eleitoral, entre outros, acabam por ser difundidos largamente pelos livros didáticos, o que retira da História a noção de processo. Estudos novos, que se debrucem sobre novas fontes empíricas, que se valham de novos conceitos e abordagens alternativas precisam ser realizados, sobretudo no campo da História Política.”(Viscardi 2017, p.18).

É preciso ultrapassar a perspectiva regionalista, não apenas com evidências coletadas para a elite de todos os Estados, mas sobretudo, enquadrando esses dados no problema teórico da profissionalização política. A partir do próximo subitem desse capítulo vamos nos deter sobre esse conceito, e posteriormente apresentaremos os indicadores a ele relacionados.

#### *4.2 O CONCEITO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA*

Em um levantamento preliminar de referências bibliográficas nos portais Jstor, Sage, Cairn e Persée com os termos “político profissional” e “profissionalização política” foram recuperados algumas dezenas de artigos. A lista é longa e por ter sido compilada nesses repositórios não inclui sequer um livro. Aparecem textos básicos sobre o conceito de profissionalização política na matriz weberiana (Ritzer 1975; Waters 1989), estudos que tratam da profissionalização política em movimentos sociais (Staggenborg 1988), na administração pública (Cigler 1990), entre os parlamentares europeus (Guttsman 1951;

Dogan 1953; Eliassen & Pedersen 1978; Best & Edinger 2005) e nos parlamentos norte-americanos (Matthews 1961; Squire 1992; Squire 1993; Squire 1997; Maddox 2004).

Há estudos que tratam da profissionalização em geral, e não apenas da profissionalização política (Goldner & Ritti 1967; Tréanton 1960; Epstein 1970; Goebel 1994; Neal & Morgan 2000), como também há artigos destinados a discutir a combinação de variáveis e desenhos de pesquisa relacionados ao tema da profissionalização política (Pedersen 1975; Squire 2008).

A busca também deve encontrar estudos de casos realizados sobre a profissionalização política nos Estados Unidos e Canadá (Black 1970; Black 1972; Moncrief 1994; Meinke & Hasecke 2003), nos países da Europa Ocidental (Dogan 1967; Bécarud 1973; Searing 1987; Marijnen 1996; Joana 1996; Recchi 1999; Pinto 2001), no Leste Europeu (Cohen 1980; Ragaru 2004), na União Soviética (Simirenko 1974; Hollander 1974), na América Latina (Vega & Funk 2011) e no Brasil (Dudley 1976; Delson 1995).

Essa lista poderia aumentar, e é praticamente impossível estipular até que ponto se estaria realizando um levantamento exaustivo acerca do conceito de profissionalização em meio a toda a bibliografia que trata dos líderes políticos<sup>65</sup>. Ainda assim, o caráter polissêmico e ambivalente<sup>66</sup> do termo “profissionalização” requer esclarecimentos para que se possa ao menos entender como essa categoria é empregada na tese.

Partimos nessa tese da seguinte premissa: *o problema da profissionalização política deve ser concebido em dimensão diacrônica, como uma qualidade adquirida de modo gradual por um segmento da elite política*. Nós temos então duas dimensões do fenômeno, uma conteudista (profissionalização é especialização e dedicação integral à atividade), e outra diacrônica (aquisição dessa propriedade ao longo do tempo).

O conceito que orienta esse ponto de partida está em Michell Offerlé: “A profissionalização da política é este longo movimento secular durante o qual atores

<sup>65</sup> Manuel Alcántara Sáez menciona um estudo de 1977 que “realizou uma revisão abrangente do produzido em sua época sobre liderança e encontrou que nas universidades norte-americanas, entre 1925 e 1975, haviam sido defendidas duzentos e cinquenta teses sobre o tema e que foram registrados mil e cem livros e artigos, entre 1920 e 1974, só nos Estados Unidos” (Alcántara-Sáez 2016, p.87 nota 2)

<sup>66</sup> “Although professionalization has been regarded as a central dynamic property of all political elites, and of the parliamentary elite in particular, this point of view has in one way also tended to make the concept less useful. It has been applied in many different ways and accordingly has become obtuse.” (Eliassen & Pedersen 1978, p.287)

políticos, especializados em política, dedicam tempo integral a essa atividade”<sup>67</sup> (Offerlé 1999, p.15).

O primeiro problema que essa definição levanta, a ocupação múltipla, deve ser deixado de lado, por que, como explica o autor: “A profissionalização política provoca ao mesmo tempo uma separação entre os profissionais e os profanos e o desenvolvimento de práticas, crenças, referências e interesses peculiares aos políticos. Ela conduz a um abaixamento do custo social de entrar no espaço político antes de sua autonomização e seu fechamento relacionados à institucionalização da competição política democrática.”<sup>68</sup> Como se vê, o autor apresenta o problema em termos bastante adequados às características da competição política oligárquica, tal como determinamos na introdução dessa tese. Segue o autor: “Os políticos são, portanto, profissionais no sentido de atores remunerados, de não amadores, se quisermos retomar a metáfora esportiva. Eles se opõem também aos que entram temporariamente na política, sejam eles técnicos ou (pretensamente) carismáticos. Eles são ainda profissionais na reivindicação moderna, ou até modernista, de ‘pro’: sério, competente, formado”<sup>69</sup> (Offerlé 1999, p.15).

Essa definição tem a vantagem de lançar aspectos mensuráveis em variação diacrônica, notadamente, a aprendizagem de um conhecimento específico ao longo do tempo e a estruturação de uma carreira pública de sucesso. Mas por outro lado, ela deixa claro que o profissional se distingue do amador em boa medida por conta de sua remuneração, remetendo à distinção canônica de Max Weber entre aqueles que vivem ‘da’ ou ‘para’ a política<sup>70</sup>. O critério é simples, mas apresenta um empecilho de ordem operacional: a severa variação acerca de como é realizada a remuneração em diversos casos nacionais ao longo dos anos. Como observa Jean Meynaud: “O espírito profissional também é reforçado pelo fato de que esta é uma carreira assalariada, com a promessa de recompensas e favores. Isso nos leva à delicada questão dos salários pagos aos membros

<sup>67</sup> Tradução livre. No original lê-se: “La professionnalisation de la politique est donc ce long mouvement séculaire durant lequel les acteurs politiques, se spécialisant en politique, se consacrent à plein temps à cette activité”

<sup>68</sup> Tradução livre. No original lê-se: “La professionnalisation politique entraîne tout à la fois une séparation entre les professionnels et les profanes et le développement de pratiques, de croyances, de références et d’intérêts propres à cet entre-soi des hommes politiques. Elle amène d’abord un abaissement du coût social d’entrée dans l’espace politique avant son autonomisation et sa fermeture relatives par l’institutionnalisation de la compétition politique démocratique.”

<sup>69</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Les hommes politiques sont donc des professionnels au sens d’acteurs rétribués, de non-amateurs, si l’on reprend la métaphore sportive. Ils s’opposent aussi aux entrants temporaires que sont les techniciens ou aux prétendants charismatiques. Ils sont encore professionnels dans la revendication moderne voire moderniste de «pro»: sérieux, compétent, formé”

<sup>70</sup> “There are two ways of making a vocation or profession out of politics. Either one lives ‘for’ politics or one lives ‘from’ politics. The antithesis is by no means an exclusive one.” (Weber 1994, p.318)

do Parlamento e aos outros privilégios que recebem. Em alguns casos, nenhum salário real é pago, os deputados só têm o direito de reclamar o reembolso das despesas de viagem e de férias. Em muitos países, o salário é deliberadamente reduzido ao mínimo, o que cria dificuldades para os membros que não têm outra fonte de renda” (Meynaud 1961, p.527)<sup>71</sup>. Em nossa pesquisa também não dispomos de informações discretas acerca dos rendimentos obtidos com a função de Senador, nem sobre qual é o seu montante em comparação com os rendimentos auferidos em outras atividades.

A inexistência de tais informações pode ser contornada porque há outros fatores além da remuneração que podem ser considerados para definir a uniformidade de um grupo profissional. Ainda segundo esse autor: “A profissão pode ser considerada como constituindo um tipo de vínculo de interesses, às vezes evanescente, nem sempre admitido abertamente. Tomada neste sentido, a ‘profissionalização’ influencia as relações entre homens envolvidos em tarefas idênticas ou similares e dá origem a hábitos e costumes compartilhados ou, em termos mais gerais, cria um espírito de corpo, um senso de pertencimento a um clube. (...) No caso dos deputados, o processo parece ser susceptível de afetar o seu comportamento real, tendendo a mitigar a rivalidade partidária e incentivar um certo grau de compreensão mútua e compromissos inoportunos”<sup>72</sup>(Meynaud 1961, p.527)

Aqui temos um ponto de convergência com a formulação de Robert de Jouvenel, um dos primeiros autores a associar a ideia de profissionalização com especialização: “Ser deputado não é mais um sacerdócio é uma profissão, uma profissão que tem seus usos, seus métodos, suas fileiras e quase sua hierarquia. A especialização resulta na formação de um corpo de profissionais – há menos diferenças, escreve Jouvenel, entre dois deputados, um dos quais é revolucionário e outro não, do que entre dois revolucionários, um dos quais é deputado e outro não – que goza de privilégios jurídicos (inviolabilidade) e econômicos (remuneração) com interesses específicos da carreira

<sup>71</sup> Tradução livre. No original lê-se: “The professional spirit is also strengthened by the fact that this is a salaried career, carrying the promise of rewards and favours. This brings us to the delicate question of the salaries paid to members of parliament and the other privileges they receive. In some cases, no actual salary is paid, deputies being only entitled to claim repayment of their travelling expenses and to take holidays (Switzerland). In many countries the salary is deliberately kept to a minimum, which creates difficulties for members who have no other source of income.”

<sup>72</sup> Tradução livre. No original lê-se: “The profession may be regarded as constituting a kind of bond of interests, sometimes evanescent, not always openly admitted. Taken in this sense, ‘professionalization’ influences the relations between men engaged in identical or similar tasks and gives rise to shared habits and customs or, to put it more generally, creates an esprit de corps, a sense of belonging to a club. (...) In the case of members of parliament, the process seems likely to affect their actual behaviour by tending to mitigate party rivalry and encourage some degree of mutual understanding and unostentatious compromises.”

(reeleição, mandatos múltiplos, acesso a um cargo ministerial ou a cargos públicos)” (Damamme 1999, p.58) <sup>73</sup>

O primeiro aspecto que define a profissionalização política é a constituição de um *esprit de corps*, um senso de “pertencimento ao clube” como afirma Jean Meynaud, com metas compartilhadas, como observa Dominique Damamme. Esse primeiro aspecto da profissionalização está intimamente relacionado à especialização em atividades próprias dos políticos profissionais. Esse é o conteúdo da qualidade que se adquire gradualmente com a profissionalização política. Convém, portanto, esclarecer em quais atividades se especializa um político profissional.

Dominique Damamme, faz um estudo sobre a etimologia da expressão “político profissional”, e observa que o termo surgiu nos Estados Unidos e somente no final do Século XIX começa a aparecer nos dicionários franceses. Em uma operação lexicográfica semelhante ao que se passou com o “nascimento dos intelectuais”, o termo “político profissional” (o significante) foi utilizado na França para designar um objeto antes mesmo que seu conteúdo (o significado) estivesse consolidado<sup>74</sup>.

Assim, os primeiros autores que empregam a expressão político profissional acabam auxiliando na delimitação da categoria, e obras como *The American Commonwealth* de James Bryce (1891), ou *A democracia e a organização dos partidos políticos* de Moseï Ostrogorski (1902), desempenharam uma função essencial na construção da visão de uma profissão política. De acordo com o Dominique Damamme, “o ensaio de Ostrogorski faz a descrição mais completa, oferece o esboço mais preciso – pode-se dizer sua forma típica ideal” (1999, p.42) <sup>75</sup>, acerca do que é um político profissional. No texto publicado originalmente em 1902, Ostrogorski observa que nos Estados Unidos a necessidade fez surgir os políticos profissionais: “Sua força de atração

<sup>73</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Être député, ce n’est pas (plus) un sacerdoce, c’est une profession, une profession qui a ses usages, ses méthodes, ses filières et presque sa hiérarchie. De la spécialisation découle la formation d’un corps de professionnels - «il y a moins de différence, écrit de Jouvenel, entre deux députés dont l’un est révolutionnaire et l’autre ne l’est pas qu’entre deux révolutionnaires dont l’un est député et l’autre ne l’est pas - jouissant de privilèges juridiques (inviolabilité) et économiques (indemnité), ayant des intérêts propres de carrière (réélection, cumul des mandats, accès à un poste ministériel ou à des emplois publics).”

<sup>74</sup> “La diffusion du mot refléterait l’émergence en France de cette forme d’activité politique professionnalisée et de ce type nouveau d’acteur qui fait de la politique un métier, par opposition à l’activité occasionnelle de l’amateur ou à l’activité désintéressée du notable, et traduirait l’apparition d’une professionnalisation que, par ailleurs et par un paradoxe apparent, l’opération lexicographique contribue à objectiver en la dénonçant (...) On voit par là que l’objectivation du personnage du politicien, si elle enregistre des cas ou des conduites symptomatiques, fait plus qu’accompagner la réalité du processus de professionnalisation, qu’elle le devance, qu’elle l’anticipe pour le dénoncer.” (Damamme 1999, p.41)

<sup>75</sup> Tradução livre. No original lê-se: “l’essai d’Ostrogorski donne de la professionnalisation la description la plus complète, qu’il offre du «politicien» l’épure la plus précise – on pourrait dire sa forme idéale- typique”



foi composta por um profundo conhecimento do corpo eleitoral e uma arte consumada de combinações e negociações, seja na composição das listas de candidatos, seja na distribuição de recompensas após a vitória, sob a forma de funções e empregos públicos” (Damamme 1999, p.44)<sup>76</sup>.

As habilidades específicas do político profissional, segundo Jean Meynaud, podem ser relacionadas a um processo que começa já nas atividades políticas realizadas durante a formação universitária, o primeiro espaço onde se aprende a ser, segundo esse autor, um “negociador, um mediador, um árbitro”. Para Meynaud, “É um fato que alguns deputados, quer como resultado de uma educação universitária ou de experiência prática, têm um conhecimento apreciável, às vezes até extenso, de uma série de problemas tratados nas assembleias. Esse tipo de expertise provavelmente será fortalecido, ou mesmo criado, por participação sustentada no trabalho de algum comitê de especialistas (...). Como é esclarecido em vários casos nacionais, as funções do deputado não se limitam à elaboração de contas técnicas e declarando suas opiniões sobre eles; um certo contato com o público também está envolvido. O membro do parlamento é, em muitos aspectos, um elo entre o governo e o público e ele também pode - não tenhamos medo de dizer isso - ser obrigado a defender o primeiro contra o que muitas vezes é o afastamento e o anonimato do último” (Meynaud 1961, p.528)<sup>77</sup>.

Essas habilidades do político profissional não se desenvolvem em um ambiente qualquer. Os partidos políticos são um local privilegiado para o desenvolvimento dos predicados que estamos associando ao político profissional: “Um homem que entra a serviço de um partido e permanece nesse serviço por um longo tempo acabará por perder sua capacidade para outra ocupação – assumindo que ele já a possuía. A luta partidária é doravante sua única preocupação e sua única fonte de sustento. Há, é claro, gradações

<sup>76</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Leur force d’attraction était faite d’une connaissance approfondie du corps électoral et d’un art consommé de combinaisons et de négociations, soit dans la composition des listes de candidats, soit dans la distribution des récompenses après la victoire, sous forme de fonctions et d’emplois publics”

<sup>77</sup> Tradução livre. No original lê-se: “It is a fact that some members of parliament either as the result of a university education or of practical experience, have an appreciable, sometimes even an extensive knowledge of a number of the problems dealt with in the assembly. This type of expertise is likely to be strengthened, or even created, by sustained participation in the work of some expert committee (...) As is made clear in several of the national articles, the deputy’s duties are not confined to drafting technical bills and declaring his views about them; a certain contact with the public is also involved. The member of parliament is in many respects a link between the public and the government and he may also – let us not be afraid to say this – be required to defend the former against what is often the remoteness and anonymity of the latter”



nesta ‘profissão’, que vão do líder do partido ao burocrata de base<sup>78</sup>; e quanto menor for um membro, maior será sua dependência financeira”<sup>79</sup> (Meynaud 1961, p.529).

O partido político deve compor o quadro conceitual que estamos montando, pois no ambiente partidário as habilidades associadas à experiência adquirida pelo político profissional são ainda mais intensas. Para Ostrogorski, o aspirante a político nos Estados Unidos, aquele que deseja “fazer o jogo do poder” precisa aprender a política, mas não a política de Aristóteles, ou a política que se ensina nas universidades de Ciência Política, pois “ela compreende uma parte técnica que abrange o conhecimento da maquinaria da organização do partido com seus diversos mecanismos: primárias, comitês, convenções múltiplas e o procedimento legal estabelecido para a elaboração das listas eleitorais e do voto. Ao mesmo tempo, o futuro político se aprofunda nas manobras, nos truques e nas fraudes por meio das quais uma minoria se transforma em maioria, e confere a aparência de sanção popular aos projetos de uma cabala de escroques políticos” (Damamme 1999, p.45)<sup>80</sup>.

Por ora procuramos na bibliografia as acepções de profissionalização política que nos permitam compreender duas dimensões: a especialização e o engajamento em agremiações partidárias. Esses são dois atributos que devem ser considerados ao se falar

<sup>78</sup> Ver a esse respeito os sete tipos de políticos profissionais elaborados por Angelo Panebianco, assim resumidos por Manuel Alcántara-Sáez: “[1] o empresário político que é líder partidário e pode ser o fundador do partido, proceder de sua burocracia ou simplesmente ser um líder carismático que surge à margem dos circuitos tradicionais de seleção. [2] Os burocratas do partido são os contratados pela organização e podem ser executivos ou representativos. Os primeiros são aqueles que não pertencem aos níveis de direção e desempenham funções principalmente administrativas tendentes à manutenção da organização. Os segundos encarnam o protótipo de político profissional do partido de massas e possui funções mais políticas, além de pertencer à esfera de direção. Em terceiro lugar, encontram-se os [3] funcionários especializados que prestam serviços ao partido de acordo com seu campo de especialização e não chegam a ser integrados ao aparato burocrático. Em quarto lugar, encontra-se [4] o notável, que faz referência ao protótipo de político dileitante de Weber que não vive da política, a menos que sua situação econômica lhe permita dedicar-se a ela. Depois, vem o [5] profissional do *staff*, que é o especialista e o mais técnico, é responsável por convencer o público das vantagens de uma ou outra decisão e, ao contrário dos burocratas do partido, seu trabalho é instável, razão pela qual logo abandona a política profissional. Em sexto lugar, encontra-se o [6] profissional camuflado, que trabalha em órgãos estatais ou paraestatais, mas que se dedica plenamente à política. É, em geral, o partido que o ajuda a obter seu cargo e, ao não ser nem funcionário nem voluntário, sua lealdade é mais pessoal. Finalmente, a categoria mais ambígua é a do [7] semiprofissional, situado entre o notável e o especialista, motivo pelo qual goza de certa independência econômica e tempo livre, mas dispõe de menos estabilidade que os burocratas do partido” (Alcántara-Sáez 2016, p.92).

<sup>79</sup> Tradução livre. No original lê-se: “A man who enters the service of a party and remains in that service for a long time will end by losing his capacity for another occupation— assuming he ever possessed it. The party struggle is henceforth his one concern and his only source of livelihood. There are, of course, grades in this ‘profession’, ranging from the leader of the party to the rank-and-life bureaucrat; and the lower a member’s standing the greater his financial dependence”

<sup>80</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Elle comprend une partie technique, qui embrasse la connaissance de la machinerie de l’organisation de parti avec ses nombreux rouages: primaires, comitês, conventions multiples, et de la procédure légale établie pour la confection des listes électorales et le vote. En même temps, le futur politicien approfondit les manoeuvres, les trucs et les fraudes au moyen desquels on transforme une minorité en majorité, et on confère le semblant de la sanction populaire aux desseins d’une cabale d’aigrefins politiques.”

em político profissional<sup>81</sup>. A terceira dimensão que compõe o nosso modelo analítico (ele será discutido no próximo subitem desse capítulo) é a carreira política, e é preciso, nessa discussão conceitual, associá-la ao processo de profissionalização política.

Possuir uma carreira política longa e estruturadas é um dos indícios mais frequentemente utilizados para caracterizar um político profissional, muito embora esse indicador também tenha sido empregado para mensurar outros fenômenos<sup>82</sup>. O político de carreira, segundo Anthony King, é “uma pessoa comprometida com a política. Ele considera a política como sua vocação, busca a realização na política, vê seu futuro na política, e ficaria profundamente perturbado se as circunstâncias o forçassem a se aposentar da política. Em suma, ele é viciado. A política é a sua vida, da mesma forma que exercer a medicina é a vida da maioria dos médicos, advogar é a vida da maioria dos advogados e fazer ciência política é vida da maioria (embora não de todos) dos cientistas políticos americanos” (King 1981, p.250)<sup>83</sup>.

Para esse autor, a expressão ‘político de carreira’ é até mais precisa do que o termo ‘político profissional’<sup>84</sup>, visto que “o político de carreira tem a vantagem de ser um termo que não é usado com muita frequência e não levanta nenhuma das questões difíceis levantadas pelo político profissional. Também tem a vantagem de capturar a ideia de uma carreira, um compromisso de longo prazo com uma determinada vocação ou ocupação – uma ‘perspectiva móvel em que uma pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações, e as coisas que lhe acontecem” (King 1981, p.257)<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> For convenience, I am using the terms profession, professionalism, and professionalization synonymously in this paper. To the purist, profession refers to the occupational category, professionalism to the process by which individuals become professionals and professionalization to the process by which occupations become professions (Ritzer 1975, p.628, nota 2)

<sup>82</sup> Some see lengthening careers as indicative that members have been able to carve out a situation in which the benefits of serving out-weigh the costs. Others see varying legislative career length as a response to oscillating environmental forces. And still others see the generally increasing career length (in the U.S. case, at least) as a sign of an institutionalizing body. (Hibbing 1999, p.156)

<sup>83</sup> Tradução livre. No original lê-se: “He is a person committed to politics. He regards politics as his vocation, he seeks fulfilment in politics, he sees his future in politics, he would be deeply upset if circumstances forced him to retire from politics. In short, he is hooked. Politics is his life, in the same way that doctoring is the life of most medical doctors, lawyering the life of most lawyers and political science the life of most (though not all) American political scientists.”

<sup>84</sup> “Some politicians have politics as their full-time occupation, and many have both specialized skills and a service orientation; but there is no recognized school for politicians and most politicians do not enjoy much in the way of professional autonomy. On this basis alone, ‘professional politician’ would have to be rejected as a term to describe the people we are interested in” (King 1981, p.256).

<sup>85</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Career politician’ has the advantage of being a term that is not used very often and does not raise any of the difficult issues raised by ‘professional politician’. It also has the advantage of capturing the idea of a career, a long-term commitment to a particular calling or occupation - a ‘moving perspective in which a

Objecções terminológicas à parte, o que importa para efeito de um estudo sobre a profissionalização dos senadores brasileiros na Primeira República, é que ao tentar explicar a carreira política podemos integrar as duas dimensões relatadas acima (a especialização política e o vínculo com partidos) ao *background social* encontrado entre os nossos senadores. Como vimos no Capítulo 2, as ocupações mais frequentes entre os senadores eram as de advogado, professor e jornalista. Essas são ocupações que podem, nos termos de Mattei Dogan ser “propícias à carreira política”. É importante frisar a diferença entre a definição de profissionalização política que estamos adotando (em que se destacam a especialização, a atuação partidária e a carreira estruturada), e o problema analisado por Dogan, que se refere às atividades que *facilitam a profissionalização*, como jornalismo, advocacia e a docência. As duas dimensões são diferentes, mas podem ser compreendidas de modo articulado ao se examinar os padrões de recrutamento político.

Explicando a carreira política dos senadores podemos entender por que há tão poucos indivíduos com um perfil semelhante ao de um grande cafeicultor como Alfredo Ellis (cuja biografia discutimos no Capítulo 2). A osmose de que fala Dogan<sup>86</sup> não funciona da mesma maneira para fazendeiros e empresários como para advogados e professores, para quem o êxito na carreira política pode até impulsionar suas atividades privadas.

Segundo Dogan, “O grande número de advogados entre parlamentares também é explicado pelo fato de que a profissão de advogado pode ser temporariamente abandonada e assumida em caso de falha eleitoral. Há menos incompatibilidade entre a função parlamentar e a profissão de advogado do que entre outras profissões. Pelo contrário, o sucesso político valoriza o advogado na ordem. Sua notoriedade política se reflete em sua reputação como advogado.” (Dogan 1999, p.178)<sup>87</sup>.

A carreira política longa e estruturada pode ser um obstáculo para um cirurgião (que perde a mão ao passar muito tempo longe de sua atividade) ou para um empresário de sucesso. De acordo com Offerlé, “Também deve ser observado que, embora muitos

---

person sees his life as a whole and interprets the meaning of his various attributes, actions, and the things which happen to him”

<sup>86</sup> Le recrutement s’effectue tout naturellement par emprunt à la société civile, par voie latérale, par osmose. En politique, l’osmose obéit aux mêmes lois que dans la nature: la diffusion se fait à travers des membranes perméables entre positions adjacentes. (Dogan 1999, p.173)

<sup>87</sup> Tradução livre. No original “Le grand nombre d’avocats parmi les parlementaires s’explique aussi par le fait que la profession d’avocat peut être abandonnée provisoirement et reprise en cas d’échec électoral. Il y a moins d’incompatibilité entre la fonction parlementaire et le métier d’avocat, que pour beaucoup d’autres professions. Bien au contraire, le succès politique valorise l’avocat au barreau. Sa notoriété politique se répercute sur sa notoriété d’avocat.”

líderes empresariais tenham controlado ou controlam direta ou indiretamente muitos mandatos (em nível local), as carreiras políticas nacionais de grandes industriais são raras na França, porque eles podem ser incompatíveis com a manutenção da prosperidade da empresa econômica, porque podem ser eticamente doloroso para o candidato se ver forçado a implorar votos e eventualmente ter que dar lugar a um de seus subordinados”(Offerlé 1999, p.24)<sup>88</sup>

Normalmente uma carreira política de sucesso no Parlamento está relacionada ao vínculo com uma organização partidária. Há uma afinidade entre esses dois atributos, por que “um partido, naturalmente, tenta colocar alguns de seus elementos permanentes dentro das assembleias legislativas. Se estes podem garantir eleições repetidas, eles se tornam, de fato, parlamentares de carreira; mas, em caso de falha, continuam sendo políticos profissionais – pelo menos, se, como frequentemente acontece, o partido encontra-lhes outra ocupação, seja em sua própria organização, em órgãos subsidiários ou relacionados, ou mesmo em algum ramo do serviço público (Meynaud 1961, p.529)<sup>89</sup>.

É oportuno destacar que, como no plano teórico, ou seja, em nível conceitual, o parlamentar de carreira está vinculado ao partido político. Isso é importante para especificar o sentido em que estamos empregando a ideia de profissionalização política. A evidência mais elementar desse processo é o crescimento elevado e constante do tempo de carreira, como vimos no Capítulo 3.

Contudo, é imprescindível que outros aspectos além da extensão da carreira sejam considerados ao se mensurar o processo de profissionalização. “A questão do profissionalismo não pode ser decidida, portanto, somente à luz do tempo de carreira dispensado ao Parlamento. Um grande dono da terra pode passar vinte anos de sua vida no Parlamento, mas por tudo isso, ele não será um político profissional – ao passo que um homem que só ganha uma eleição o será indubitavelmente, se seu período no

<sup>88</sup> Tradução livre. No original lê-se: “On relèvera aussi que, si nombre de chefs d’entreprise ont contrôlé ou contrôlent directement ou indirectement de nombreux mandats locaux, les carrières politiques nationales de grands industriels sont rares en France. Parce qu’elles peuvent être incompatibles avec le maintien de la prospérité de l’entreprise économique. Parce qu’elles peuvent être éthiquement douloureuses pour le candidat obligé de quémander des suffrages et de devoir éventuellement céder sa place à un de ses subordonnés.”

<sup>89</sup> Tradução livre. No original lê-se: “a party naturally tries to get some of its permanent elements into the legislative assemblies. If these can secure repeated election they become, in fact, career parliamentarians; but in the event of failure they still remain professional politicians— at least if, as frequently happens, the party finds them some other occupation either in its own organization, in subsidiary or related bodies, or even in some branch of public service.”

parlamento for precedido e seguido por alguma função burocrática ou outra atividade em nome do partido”(Meynaud 1961, p.530)<sup>90</sup>.

A partir do exposto nesse item 4.2, estamos em condições de resumir de que modo trabalhamos com a ideia de profissionalização política. Em primeiro lugar, vimos que ela deve ser observada nos padrões de recrutamento da elite política, como um processo<sup>91</sup>. Trata-se de uma qualidade adquirida gradualmente pelos indivíduos que compõem o pequeno universo dos que chegaram até a câmara alta do Parlamento.

Em segundo lugar, o conceito de profissionalização política deve ser analisado por indicadores de especialização em atividades políticas, e por indicadores de vinculação aos partidos políticos. Essas duas dimensões podem ser observadas com atributos da carreira perfilada pelos futuros parlamentares. Trata-se de uma redução de um fenômeno abstrato a um plano concreto, empírico, mensurável. Entendemos assim que: “O conceito de político profissional é, em um certo sentido, mais geral do que o parlamentar de carreira. Reduzindo a questão em termos simples, pode-se dizer que, ao menos para uma categoria de homens, o primeiro é o gênero do qual o último é a espécie”(Meynaud 1961, p.529).

Esperamos que os excertos examinados nessa seção tenham sido suficientes para esclarecer o que entendemos por profissionalização política. Tendo esses parâmetros em mente será possível elaborar duas hipóteses de pesquisa que pretendem mensurar a ocorrência desse fenômeno para o caso dos senadores brasileiros na Primeira República.

#### 4.3 HIPÓTESES E INDICADORES DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

De acordo com o nosso modelo de análise, a profissionalização política pode ser reduzida a uma dimensão observável, que é a estrutura da carreira política. Essa estrutura pode ser mensurada com o tempo de carreira (medida de extensão) e com o total de cargos

<sup>90</sup> Tradução livre. No original: “The question of professionalism cannot be decided, therefore, solely in the light of the length of time spent in parliament. A big land-owner may spend twenty years of his life in parliament, but for all that he will not be a professional politician – whereas a man who only wins one election will undoubtedly be so, if his period in parliament is preceded and followed by some bureaucratic or other activity on behalf of a party.”

<sup>91</sup> A ideia de ‘processo’ é adequada para exprimir uma transformação gradual observada nos padrões carreiras. Esse processo não pode ser visualizado de modo cristalino, como crescimento cumulativo dos mesmos indicadores ao longo do tempo. Tanto é assim que no próximo subitem (4.3) precisaremos mobilizar simultaneamente as duas unidades de análise discutidas no Capítulo 1 da tese. Essa oscilação no universo empírico utilizado (ora trabalharemos com o universo de 359 indivíduos, ora o universo será formado pelos 851 senadores empossados) foi a maneira com a qual pudemos detectar padrões de carreiras coerentes com o conceito de profissionalização política discutido na seção 4.2. Em uma formulação mais rigorosa, o fenômeno denominado como “um processo” denota diferentes indicadores, observados em diferentes unidades de análise, variando em conjunto uns em relação com os outros.

(medida de intensidade). Por se tratar de qualidade adquirida de modo gradativo, o esperado é que com o passar dos anos as carreiras se tornem mais extensas e com uma quantidade maior de cargos.

Ora, mas o que se mantém constante com o passar das legislaturas? O regime político define o ambiente institucional, e pode ser reduzido na estrutura de oportunidades políticas e no calendário eleitoral, dois aspectos que determinam as condições da disputa política, e não parecem ter sido colocados como uma controvérsia pelos agentes políticos. A estrutura de cargos e a repetição do calendário são portanto dois aspectos que convergem para a *polity* republicana<sup>92</sup>.

Os fatores decorrentes do ambiente institucional seriam a “causa” da profissionalização política. Invertendo a relação de causalidade proposta por Vitor Nunes Leal entre regime representativo e coronelismo<sup>93</sup>, nós afirmamos que a estrita manutenção do calendário eleitoral deve ter favorecido o acesso ao parlamento para políticos profissionais. Eles são, em primeiro lugar, um efeito do regime representativo.

Mas não basta, de acordo com nosso modelo, que a carreira tenha se tornado mais estruturada, no sentido descrito acima. Além disso, é necessário que com o passar dos anos essa carreira tenha se tornado mais especializada, o que pode ser observado com uma medida de experiência política. A segunda relação de “causalidade” que pode “explicar” a profissionalização política é que com o passar do tempo (ou seja, com a manutenção das regras) as carreiras tenham se tornado mais especializadas. Os indicadores dessa especialização são observados na intensificação da circulação entre os cargos disponíveis nas diferentes esferas de governo, e no predomínio de cargos eletivos ao longo da carreira.

De modo resumido, essa primeira hipótese pode ser formulada assim:

*H1: A profissionalização política é “explicada” pela (ou sofre efeito da) polity republicana. Se isso for verdadeiro, então a distribuição dos valores obtidos como indicadores relacionados ao calendário eleitoral, devem variar junto com as medidas de*

<sup>92</sup> De acordo com Claudio Couto e Rogério Arantes “A *polity* corresponde à estrutura paramétrica estável da política e que, supõe-se, deve ser a mais consensual possível entre os atores. A *politics* é o próprio jogo político; a *policy* diz respeito às políticas públicas, ao resultado do jogo disputado de acordo com as regras vigentes” (Couto & Arantes 2006, p.47).

<sup>93</sup> “A morte aparente dos ‘coronéis’ no Estado Novo não se deve, pois, aos prefeitos nomeados, mas à abolição do regime representativo em nossa terra. Convocai o povo para as urnas, como sucedeu em 1945, e o ‘coronelismo’ ressurgirá das próprias cinzas, porque a seiva que o alimenta é a estrutura agrária do país”. (Leal 2012, p.139)

*profissionalização política, quer sejam indicadores de carreiras estruturadas, quer sejam indicadores de especialização em atividades próprias de políticos profissionais.*

A segunda hipótese explicativa do processo de profissionalização em nosso modelo de análise é complementar à primeira, e ela está relacionada com o fenômeno partidário. A ideia é que o processo de profissionalização política deve se manifestar de modo distinto entre aqueles indivíduos que tiveram maior ou menor contato com partidos políticos. Isso pode ser observado em dois indicadores: a quantidade de partidos aos quais os senadores foram vinculados, e a quantidade de senadores que exerceram cargos de direção partidária.

De modo resumido, essa segunda hipótese pode ser formulada assim:

*H2: A profissionalização política deve ter sido intensificada entre os senadores que tiveram mais experiência com partidos políticos. Se isso for verdadeiro, então os padrões de carreira devem estar associados ao número de partidos e aos cargos de direção partidária.*

Antes de examinarmos os resultados, convém frisar três pontos: que nosso desenho de pesquisa não contempla nenhuma espécie de contrafactual, comparando elite com não elite (ou os Senadores com candidatos não eleitos); que o modo como a informação foi manipulada não permite a realização de testes de causalidade com significância estatística; que e o emprego de verbos como “explicar”, “causar”, “influenciar” são utilizados no sentido conotativo, para figurar com mais clareza a nossa interpretação. As variáveis mobilizadas são todas categóricas, e nesse nível de mensuração só podemos realizar testes de associação, sem demonstração literal de relações da força ou no sentido de uma causalidade determinada em termos probabilísticos.

Isso posto, passemos aos indicadores necessários para a transformação na estrutura das carreiras políticas. Para isso, a Tabela 4.18 verifica a evolução de dois indicadores: o tempo de carreira e a quantidade de cargos que foram exercidos até a chegada ao Senado Federal.



Tabela 4.18 Evolução do tempo de carreira e da quantidade de cargos ocupados antes da chegada ao Senado, por período.

	Tempo de carreira prévia ao Senado					Quantidade de cargos políticos na carreira até a chegada ao Senado				
	Média	Mediana	Desvio-padrão	CV <sup>II</sup>	Contagem	Média	Mediana	Desvio-padrão	CV	Contagem
Período 1 (1891-1894)	12,1	8,0	11,9	98,4%	186	3,9	3,0	3,0	77,3%	205
Período 2 (1897-1909)	19,1	17,0	10,2	53,6%	306	5,6	5,0	3,1	54,7%	331
Período 3 (1912-1921)	25,4	25,0	10,3	40,7%	167	6,9	6,0	3,6	51,6%	173
Período 4 (1924-1930)	28,0	31,5	13,2	47,0%	92	6,9	6,0	4,1	58,8%	98
Período 5 (1934)	18,3	19,0	13,1	71,7%	35	5,3	5,0	3,1	57,8%	44
Total	19,8	19,0	12,4	62,6%	786 <sup>I</sup>	5,6	5,0	3,5	62,5%	851

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

<sup>I</sup>. 65 casos não informados, devido à ausência de informação sobre o ano do primeiro cargo.

<sup>II</sup>. O coeficiente de variação (CV) é obtido pela razão entre o desvio padrão e a média, cujo resultado deve ser representado percentualmente.

A tabela 4.18 apresenta evidências de que, desde o início da Primeira República, as mudanças na carreira senatorial estão alicerçadas de modo nítido na passagem do tempo. O crescimento dos valores médios de tempo de carreira e número de cargos sugere que a estrutura política foi moldando aos poucos o perfil de carreira dos senadores.

Tomando o grupo dos eleitos no Período 1 (1891-1894) como aqueles mais semelhantes aos parlamentares imperiais, percebemos que os padrões exibidos nas duas tabelas se alteram significativamente com relação aos senadores eleitos no período de Acomodação (Período 3, posterior à conjuntura crítica da campanha civilista), em que o tempo de carreira médio foi de cerca de 25 anos.

Tomando apenas os eleitos no Período 4 (Consolidação), vemos que esse indicador se eleva ainda mais segundo a média (são 28 anos entre o primeiro cargo e a chegada ao Senado), muito embora nesse período a dispersão do dado também tenha sido mais pronunciada (como indica o desvio padrão no valor de 31,5).

No primeiro período considerado o tempo de carreira médio era de 12 anos, ou seja, um Senador eleito em 1890 estreou no primeiro cargo público ao final da década de 1870. Quando examinamos os senadores eleitos no terceiro período, vemos que os senadores eleitos no começo dos anos 1920 devem ter iniciado sua carreira política por volta de 1895, posterior ao período de instabilidade que marcou o início do regime republicano (Revolta da Armada e Revolução Federalista). As mesmas tendências que estamos observando com o tempo de carreira se verificam para o total de cargos.

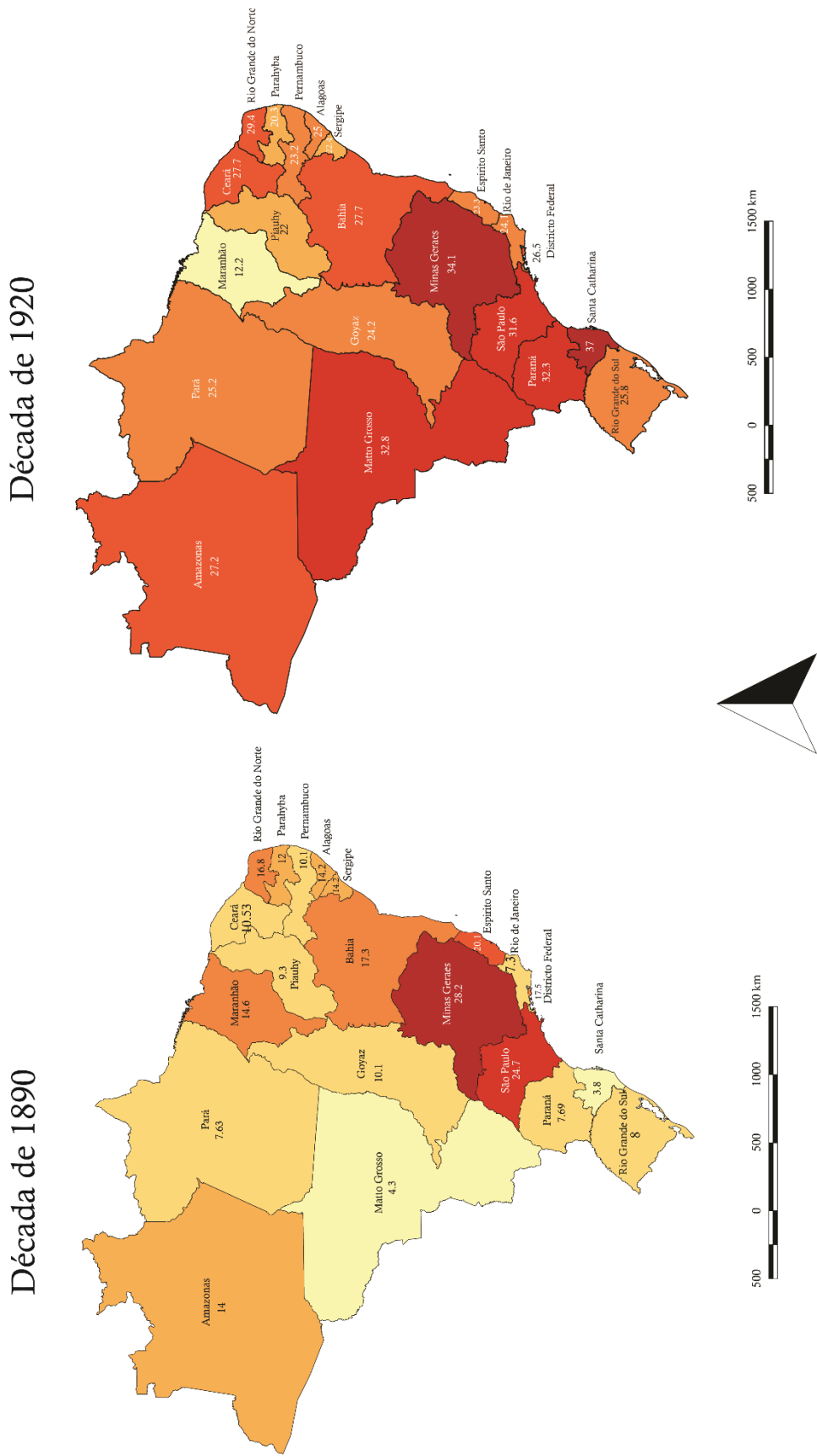
É interessante destacar que o coeficiente de variação vai se reduzindo ao mesmo tempo em que se eleva o tempo de carreira (seja pela média, seja pela mediana), o que denota um padrão bastante bem delineado acerca de uma elite bastante experiente (sob o ponto de vista do tempo de carreira em cargos públicos). Isso significa que os dois



atributos (tempo de carreira e quantidade de cargos) não apenas se elevam ao mesmo tempo, como eles também se tornam menos dispersos entre os senadores (a queda nos valores do coeficiente de variação revela essa redução na dispersão dos dois indicadores).

Para que se possa ter uma ideia melhor do que venha a ser uma elite mais longa, e na qual esse indicador é menos disperso, podemos comparar a média do tempo de carreira em cada Unidade da Federação na década de 1890 e na década de 1920. A comparação é realizada no mapa 4.4, a seguir:

Mapa 4.4 Comparação entre o tempo de carreira médio dos senadores, por Estado



Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

O que o mapa 4.4 revela pode ser examinado de duas maneiras. Em primeiro lugar, podemos ver como o tempo de carreira médio dos senadores se multiplica em todas as Unidades da Federação. A variação é tal que em Santa Catarina o tempo médio se multiplica quase dez vezes; no Mato Grosso o tempo de carreira médio passa de 4,3 para 32,8 anos.

Além dessa elevação do indicador em todos os Estados, percebemos que em 1890 existiam diferenças marcantes entre as unidades subnacionais. A elite senatorial de São Paulo e Minas Gerais em 1890 era claramente mais longeva do que nos outros Estados. Quando nos dirigimos para a década de 1920 o quadro é outro. As diferenças entre os Estados são muito menores (ou seja, a dispersão é reduzida) e apenas a bancada maranhense era formada por senadores com carreiras evidentemente mais curtas do que a de seus pares. Por mais que mineiros e paulistas tenham tempos de carreira bastante elevados em meados de 1920, nesta década eles parecem chegar em pé de igualdade com senadores de outros Estados, considerando a extensão de sua carreira prévia ao Senado.

Considerando as informações presentes nas tabelas 4.18 e no mapa 4.5, podemos corroborar a relação entre manutenção de regime e carreiras mais estruturadas entre os senadores brasileiros na Primeira República: as carreiras são simultaneamente mais extensas (tempo de carreira) e mais intensas (com mais cargos).

Vejamos agora que experiência política foi essa. A tabela 4.19 separa os níveis de governo nos quais os Senadores adquiriram sua experiência prévia ao Senado Federal.

Tabela 4.19 Classificação dos níveis em que o senador obteve experiência antes de chegar ao Senado

Níveis de experiência política	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Federal e Estadual	175	48,7	48,7	48,7
Somente Federal	110	30,6	30,6	79,4
Todos os níveis	58	16,2	16,2	95,5
Federal e Municipal	16	4,5	4,5	100,0
Total	359	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Verificamos na Tabela 4.19 que praticamente a metade dos Senadores na Primeira República adquiriu sua experiência prévia em posições estaduais e também em nível nacional. O segundo contingente (30,6%) é formado pelos indivíduos que só possuíram experiência em nível federal, e depois aparecem os que circularam pelos três níveis

(16,2%), seguidos daqueles senadores que não passaram por cargos nos seus Estados de origem (4,5%). Esse dado revela a importância da aquisição de experiência em nível estadual: apenas o segundo e o quarto contingente (que juntos somam 35,1%) não assumiram algum cargo (eletivo ou indicado) na capital do estado. Isso pode ser utilizado como um indicador da modificação dos parâmetros do cálculo para o progresso na carreira, que mencionamos na introdução deste trabalho: com o advento da República, a lógica do progresso na carreira passa pelas contas da política subnacional, visto que em 48,7% das observações o futuro Senador adquiriu experiência na esfera estadual e federal.

Esse dado aponta para um efeito da estrutura federada de oportunidades políticas, o lugar onde se adquire a expertise política. Segundo Fernando Abrucio, “é este o ponto fundamental que leva um arranjo federativo ao sucesso, uma vez que tanto a classe política como os cidadãos têm seus processos de socialização política realizados nos níveis subnacionais de governo” (Abrucio 1998, p.28).

Agora veremos se os indivíduos que possuem tempo de carreira mais elevado possuem padrões de experiência distintos dos indivíduos que possuíram carreias mais curtas. Agregamos o tempo de carreira (variável discreta) em uma variável dicotômica, que separa os indivíduos com carreiras mais extensas do que seus pares, ou seja, consideramos como “sim” os casos em que o tempo de carreira cumprido pelo Senador é superior ao dos outros senadores eleitos no *mesmo estado e na mesma década*. Para deixar a medida mais rigorosa, os casos positivos precisam cumprir essas duas condições.

Esse é o dado que está presente na Tabela 4.20, a seguir:

Tabela 4.20 Cruzamento da variável ‘tempo de carreira’ (*dummy*) com os níveis de experiência política

Níveis de experiência política		Tempo de carreira é superior aos pares (na década e no estado, simultaneamente)		Total
		Sim	Não	
Somente Federal	Contagem	24	80	104
	%	7,30%	24,30%	31,60%
Federal e Estadual	Resíduos padronizados ajustados	-5,0	5,0	
	Contagem	76	81	157
	%	23,10%	24,60%	47,70%
Federal e Municipal	Resíduos padronizados ajustados	1,8	-1,8	
	Contagem	6	7	13
	%	1,80%	2,10%	4,00%
Todos os níveis	Resíduos padronizados ajustados	0,2	-0,2	
	Contagem	36	19	55
	%	10,90%	5,80%	16,70%
Total	Resíduos padronizados ajustados	3,7	-3,7	
	Contagem	142	187	329
	%	43,20%	56,80%	100,00%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 30,052 | df 3 | *p value* 0,000

Missing = 30 indivíduos para os quais não aparece o tempo de carreira (sem data no cargo inicial)

A tabela 4.20 revela um padrão na combinação dos casos em que o indivíduo possui carreira curta e experiência apenas em nível federal (resíduo de 5,0 positivo). Estes podem ser considerados casos em que houve a entrada lateral, pois são 80 sujeitos que possuem uma carreira menor do que a de seus pares (são os casos em que o tempo de carreira se encontra abaixo da mediana dos outros senadores na década e no estado), e ao mesmo tempo orbitaram por cargos situados apenas em nível federal.

Na outra ponta encontra a tendência dos casos em que o indivíduo possui uma carreira mais extensa associados com aqueles que possuem experiência em todos os níveis de governo. Isso já pode ser utilizado para caracterizar uma carreira estruturada, pois durante os indivíduos com tempo de carreira mais dilatado passaram por funções políticas em nível municipal e estadual antes de chegar ao Senado Federal.

A próxima medida visa aprofundar esse achado, examinando a experiência política por outro ângulo. Primeiro vamos separar quatro combinações entre tempo de carreira e total de cargos, e depois classificar os quatro tipos obtidos pelos períodos, para verificar se a variação na experiência política sofre efeito da manutenção do regime republicano. As combinações revelam quatro tipos de carreira bem distintos entre si:

- a) carreiras curtas e homogêneas: até cinco cargos e com cargos públicos em apenas uma esfera de governo<sup>94</sup>;

<sup>94</sup> O critério para designar até cinco cargos na *dummy* curta/longa é que essa é a mediana revelada pela tabela 4.18 para o total de cargos em todo o período. Os cargos poderiam ser eletivos ou não eletivos, no nível municipal, estadual ou

- b) carreiras curtas e heterogêneas: até cinco cargos e com cargos públicos em mais de uma esfera de governo;
- c) carreiras longas e homogêneas: mais de cinco cargos e com cargos públicos em apenas uma esfera de governo;
- d) carreiras longas e heterogêneas: mais de cinco cargos e com cargos públicos em mais de uma esfera de governo.

A seguir cruzamos esses quatro tipos com os cinco períodos discutidos ao final do Capítulo 1. Os resultados estão expostos na Tabela 4.21, a seguir:

Tabela 4.21 Classificação dos tipos de carreira por período

		Classificação dos tipos de carreira				Total
		Carreiras curtas e heterogêneas	Carreiras longas e heterogêneas	Carreiras longas e homogêneas	Carreiras curtas e homogêneas	
Período 1 (1891-1894) Instabilidade	Contagem	85	31	5	84	205
	%	10%	3,6%	0,6%	9,9%	24,1%
Período 2 (1897-1909) Estabilidade	Resíduos padronizados ajustados	4,2	-6,3	-4	5	
	Contagem	93	113	32	93	331
Período 3 (1912-1921) Acomodação	%	10,9%	13,3%	3,8%	10,9%	38,9%
	Resíduos padronizados ajustados	-0,8	0,4	0	0,4	
Período 4 (1924-1930) Consolidação	Contagem	36	83	29	25	173
	%	4,2%	9,8%	3,4%	2,9%	20,3%
Período 5 (1934) Renovação	Resíduos padronizados ajustados	-2,9	4,6	3,6	-4,3	
	Contagem	24	39	15	20	98
Total	%	2,8%	4,6%	1,8%	2,4%	11,5%
	Resíduos padronizados ajustados	-1,2	1,5	2	-1,6	
Total	Contagem	15	17	1	11	44
	%	1,8%	2,0%	0,1%	1,3%	5,2%
Total	Resíduos padronizados ajustados	0,6	0,8	-1,7	-0,4	
	Contagem	253	283	82	233	851
	%	29,7%	33,3%	9,6%	27,4%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 101,054 | df 12 | *p value* 0,000

federal. A relação de cargos não eletivos possíveis é a seguinte: cargo não eletivo de nível municipal (secretários municipais, diretores de hospitais, etc.), cargo não eletivo de nível estadual (posições de 1º escalão: secretários estaduais), cargo não eletivo de nível estadual (posições de 2º escalão: presidente de bancos, institutos, chefes de polícia), cargo não eletivo de nível federal (1º escalão: ministros). e cargo não eletivo de nível federal (2º escalão: secretário, conselheiro, etc.). A relação de cargos eletivos também separa as carreiras pelos três níveis: vereador, prefeito, deputado estadual, governador (e vice), deputado federal, senador, presidente (e vice).

A tabela 4.21 captou tendências bem delineadas no Período 1 e no Período 3, quando há uma inversão nos padrões de experiência política entre os senadores brasileiros. Nos primeiros anos do regime, predominam indivíduos com carreiras mais curtas, ou seja, com até cinco cargos públicos (nas células destacadas em azul), fossem elas homogêneas ou heterogêneas.

Quando observamos o período de acomodação, após a campanha civilista, o perfil predominante é o de indivíduos com carreiras longas (sob o ponto de vista da quantidade de cargos), com resíduos negativos para o caso de ausência desse atributo. A variação entre os dois períodos também ocorre no caso do nível em que se obteve experiência política, visto que indivíduos com experiência em mais de um nível de governo (heterogêneas) tendem a predominar no Senado no Período 3. Essa associação pode ser uma medida ainda precária do ponto de vista estatístico, mas ela sugere que a variação no tipo de trajetória está acompanhando a modificação dos períodos.

Esse também é um achado que nos ajuda a aceitar o proposto pela primeira hipótese, mas ele pode ser melhor visualizado se as informações sobre a carreira forem examinadas através de outra classificação. A tabela 4.22 a seguir será útil para esse exercício, pois ela exhibe todos os cargos que foram ocupados por todos os indivíduos em todo o regime.

Tabela 4.22 Distribuição de todos os cargos que foram ocupados por todos os senadores brasileiros entre 1890 e 1934

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Senador	851	40,8	40,8
Deputado Federal	458	21,9	62,7
Deputado Estadual	233	11,2	73,9
Governador / Interventor / Presidente de Província	185	8,9	82,8
Cargo não eletivo de nível estadual (2º escalão – presidente de bancos, institutos, chefes de polícia)	91	4,4	87,1
Cargo não eletivo de nível federal (1º escalão – ministro)	59	2,8	89,9
Cargo não eletivo de nível estadual (1º escalão – secretários estaduais)	53	2,5	92,5
Prefeito / Intendente	53	2,5	95,0
Cargo não eletivo de nível federal (2º escalão – secretário, conselheiro, etc)	45	2,2	97,2
Vereador	40	1,9	99,1
Cargo não eletivo de nível municipal	13	0,6	99,7
Presidente da República <sup>1</sup>	6	0,3	100,0
Total	2087	100,0	

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

<sup>1</sup> Os indivíduos que foram para o Senado após terem exercido o cargo de Presidente da República são Arthur da Silva Bernardes, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Manuel Ferraz de Campos Salles e Nilo Procópio Peçanha (duas vezes).

A tabela 4.22 reúne o total de 2087 cargos políticos registrados na biografia dos 359 indivíduos, ou seja, aí estão repetidos todos os cargos que formam a carreira prévia. O que mais chama a atenção nesse quadro é que os quatro primeiros cargos reúnem pouco mais de 80% das observações. Esses cargos são Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Governador. *Todos cargos eletivos*.

A partir desse achado podemos inferir que há uma acentuada experiência em cargos cujo acesso está vinculado às eleições, e, portanto, esse pode ser um indicador mais preciso das atividades nas quais se especializa um político profissional da Primeira República.

A maneira mais adequada para mensurar essa experiência na população de senadores é dividindo o total de cargos eletivos pelo total de cargos que o sujeito possui em toda sua carreira prévia. Assim, se um Senador teve oito cargos, e cinco deles foram em cargos eletivos (mais da metade), consideramos que mais da metade de sua carreira é especializada nesses cargos. Nas situações em que a razão é menor ou igual a 0,5 consideramos que ele não manifesta esse atributo (ter se especializado em cargos eletivos). Com esse procedimento obtemos uma variável dicotômica, ter ou não ter a maioria dos cargos em funções eletivas.

Contudo, essa classificação dicotômica possui um problema. Como vimos na tabela 4.22, há 851 observações de posse no Senado Federal, praticamente 40% de todos os cargos. Todos esses casos estariam sendo classificados como possuindo experiência em cargos eletivos, mas por se tratar de uma classificação dicotômica, os casos em que o sujeito foi apenas Senador (e que podem caracterizar a entrada lateral, sem experiência prévia) estariam sendo contabilizados junto aos casos em que o indivíduo possui uma carreira com êxito em outras eleições, para outros cargos, antes de chegar ao Senado.

Como nosso objetivo é mensurar um padrão de experiência em cargos eletivos, os casos em que o indivíduo foi apenas Senador precisa ser considerado separadamente. Isso nos levou a uma variável tricotômica, que separa: os casos em que a maioria dos cargos foi obtida em posições eletivas, os casos em que não possuem esse atributo, e os casos em que o indivíduo foi apenas Senador. A Tabela 4.23 abaixo apresenta os resultados do cruzamento dessa variável com os cinco períodos.



Tabela 4.23 Aquisição de experiência em cargos eletivos ao longo dos períodos

		Carreira especializada em cargos eletivos			Total
		Sim	Não	Somente Senador	
Período 1 (1891-1894) Instabilidade	Contagem	99	52	54	205
	%	11,6%	6,1%	6,3%	24,1%
	Resíduos padronizados ajustados	-5,2	2,2	4,4	
Período 2 (1897-1909) Estabilidade	Contagem	222	51	58	331
	%	26,1%	6,0%	6,8%	38,9%
	Resíduos padronizados ajustados	1,7	-2,7	0,7	
Período 3 (1912-1921) Acomodação	Contagem	121	38	14	173
	%	14,2%	4,5%	1,6%	20,3%
	Resíduos padronizados ajustados	2,0	0,7	-3,3	
Período 4 (1924-1930) Consolidação =	Contagem	77	10	11	98
	%	9,0%	1,2%	1,3%	11,5%
	Resíduos padronizados ajustados	3,3	-2,6	-1,5	
Período 5 (1934) Renovação	Contagem	22	20	2	44
	%	2,6%	2,4%	,2%	5,2%
	Resíduos padronizados ajustados	-1,9	4,3	-2,2	
Total	Contagem	541	171	139	851
	%	63,6%	20,1%	16,3%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 64,980 | df 8 | *p value* 0,000

Agora sim temos um padrão mais consistente acerca de como o tipo de especialização sofre efeito da manutenção do regime (H1). O primeiro aspecto que deve ser observado na tabela 4.23 é que os casos de entrada lateral (somente Senador, sem experiência prévia em outros cargos) tendem a se concentrar no Período 1, o período de maior fluidez institucional (tendo em mente que nesse período ocorrem a Revolta da Armada e a Revolta Federalista, e é anterior à política dos governadores, que institucionaliza a política do período.). O resíduo positivo de 4,4 é o mais elevado, o que indica que essa combinação tende a atrair a maior parte dos casos. Ainda nesse primeiro período vemos um resíduo negativo de 5,2, o que sugere que indivíduos com carreiras especializadas em cargos eletivos tendem a se afastar dessa combinação.

Consideramos os Períodos 3 e 4 como períodos de acomodação e consolidação à luz dos acontecimentos políticos que marcaram esses anos<sup>95</sup>. É bastante oportuno para o

<sup>95</sup> Como se lê no Capítulo 1, o intervalo que existe entre 1912 e 1921 é um período em que o recrutamento da elite política deve sofrer um efeito de acomodação imediatamente após uma conjuntura crítica com a campanha civilista. Esse período também deve ser marcado pelo desaparecimento de Pinheiro Machado em 1915, um ator muito importante dentro do Senado, cujo morte deve ter repercutido sobre a formação das bancadas estaduais. Em relação ao intervalo

nosso argumento que nesses dois períodos tenham se concentrado os casos em que o Senador possuiu a maior experiência em cargos eletivos. Podemos a partir disso confirmar que, tendo se mantidas constantes as regras de acesso ao Senado, passou a predominar entre os membros da elite senatorial um sujeito mais experimentado em cargos eletivos, com toda a *expertise* é própria das disputas eleitorais.

Até agora estamos procurando informações que nos permitiam subsidiar a primeira hipótese explicativa do nosso modelo, de acordo com o qual a manutenção do regime molda as carreiras. As informações reunidas acima indicam haver relação entre os padrões de carreira e os períodos. Tomando o tempo como a *proxy* para manutenção regime, podemos corroborar hipótese de que a profissionalização política está relacionada com a manutenção da *polity* republicana.

Note-se que, nas medidas de profissionalização política empregadas até agora, não foi utilizado nenhum indicador composto com dados da vida partidária dos indivíduos. Se a manutenção das regras afeta os padrões de recrutamento da elite senatorial de um modo geral, esperamos que o vínculo com partidos políticos tenha intensificado o processo de profissionalização política. Essa é a H2 do nosso modelo, que examinaremos a seguir, na tabela 4.24, e que faz um cruzamento entre os tipos de carreira com a quantidade de partidos aos quais o senador foi vinculado.

---

compreendido entre 1924 e 1930, destacamos que o acontecimento mais importante nesse período foi a primeira (e única no regime) emenda constitucional aprovada em 1926, na administração de Arthur Bernardes. Como esse período precede o fim do regime em 1930, é razoável imaginar que por essa altura tenha ocorrido um processo de consolidação da profissionalização dos senadores, quando políticos muito experimentados na função dirigem o Senado na constituinte de Arthur Bernardes. Para mais detalhes ver p. 20 dessa tese.

Tabela 4.24 Classificação dos tipos de trajetórias segundo a quantidade de partidos aos quais o Senador foi vinculado

		Quantidade de partidos aos quais foi vinculado					Total
		1 partido	2 partidos	3 partidos	4 partidos	5 partidos	
Carreiras curtas e heterogêneas	Contagem	136	58	15	4	0	213
	%	18,3%	7,8%	2,0%	,5%	0,0%	28,6%
	Resíduos padronizados ajustados	5,5	-3,5	-1,7	-2,1	-1,3	
Carreiras longas e heterogêneas	Contagem	111	103	27	22	4	267
	%	14,9%	13,8%	3,6%	3,0%	0,5%	35,9%
	Resíduos padronizados ajustados	-2,6	0,7	0,0	3,8	2,7	
Carreiras longas e homogêneas	Contagem	19	47	7	5	0	78
	%	2,6%	6,3%	0,9%	0,7%	0,0%	10,5%
	Resíduos padronizados ajustados	-4,4	4,5	-0,3	,9	-0,7	
Carreiras curtas e homogêneas	Contagem	91	67	26	2	0	186
	%	12,2%	9,0%	3,5%	0,3%	0,0%	25,0%
	Resíduos padronizados ajustados	0,3	-0,3	2,0	-2,6	-1,2	
Total	Contagem	357	275	75	33	4	744
	%	48,0%	37,0%	10,1%	4,4%	,5%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 69,978 | df 12 | *p value* 0,000

Missing = 107 casos nos quais não há informação sobre vinculação a partidos

Aqui há uma quantidade maior de combinações, e os dados são mais fragmentados. Ainda assim, podemos ver que os casos em que os indivíduos foram vinculados a somente um partido tendem a se concentrar com o tipo de carreira curta (até cinco cargos) e heterogêneas (experiência em mais de uma esfera de governo). Nessa coluna vemos também uma tendência à fuga dos casos nas duas combinações em que as carreiras são longas, sob o ponto de vista da quantidade de cargos.

Em que pese a dispersão das informações, ao olharmos a linha dos senadores com carreiras longas e heterogêneas (aquelas mais próximas do perfil de político profissional), percebemos que a maioria tende a se concentrar nas posições onde houve quatro ou cinco partidos. Esse achado em específico, além da associação entre as duas variáveis, pode ser utilizado como uma evidência para comprovar a segunda hipótese, segundo a qual os padrões de recrutamento “sofrem efeito”<sup>96</sup> da quantidade de partidos. Aqui também podemos encontrar resultados mais robustos com outras informações, agregadas de outra maneira; é o que propomos na tabela 4.25 a seguir:

<sup>96</sup> É importante frisar que o teste do qui-quadrado não nos permite constatar nem a força nem a direção da relação entre as duas variáveis.

Tabela 4.25 Carreiras especializadas em cargos eletivos, entre dirigentes partidários e não dirigentes partidários

			Carreira concentrada em cargos eletivos			Total
			Sim	Não	Somente Senador	
Dirigente de Partido Político	Sim	Contagem	97	27	9	133
		%	27,0%	7,5%	2,5%	37,0%
		Resíduos padronizados ajustados	2,0	0,3	-3,0	
	Não	Contagem	142	43	41	226
		%	39,6%	12,0%	11,4%	63,0%
		Resíduos padronizados ajustados	-2,0	-0,3	3,0	
Total	Contagem		239	70	50	359
	%		66,6%	19,5%	13,9%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 9,131 | df 2 | *p value* 0,010

A tabela 4.25 compara um atributo da vida partidária (ter ocupados cargos de direção na organização do partido) com um atributo de carreira (a especialização em cargos eletivos), tal como descrito acima. A inversão das combinações com valores significativos revela uma tendência muito clara: os senadores que possuem cargos de direção partidária são também os senadores que realizaram suas trajetórias políticas com base em cargos eletivos. Considerando os indivíduos que não manifestam esse atributo, vemos que eles tendem a se concentrar no perfil de carreira dos senadores com entrada lateral, isto é, sem experiência prévia.

À luz do exposto, convém retomar o enunciado resumido das hipóteses, e sumarizar os principais resultados desse capítulo.

*H1: A profissionalização política é “explicada” pela (ou sofre efeito da) polity republicana. Se isso for verdadeiro, então a distribuição dos valores obtidos como indicadores relacionados ao calendário eleitoral, devem variar junto com as medidas de profissionalização política, quer sejam indicadores de carreiras estruturadas, quer sejam indicadores de especialização em atividades próprias de políticos profissionais*

Essa parece ser a melhor forma de interpretar os padrões detectados nas tabelas 18, 20 e 23 desse capítulo, com base nas quais podemos afirmar:

1. Com o passar dos anos, o tempo de carreira e a quantidade de cargos se eleva de modo consistente e regular entre os senadores

2. Indivíduos que possuem tempo de carreira mais elevados do que seus pares (na década e no estado) acumularam experiência nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal)
3. Com o passar dos anos, indivíduos que fizeram suas carreiras em postos eletivos tendem a predominar sobre aqueles que não possuem esse atributo.

*H2: A profissionalização política deve ter sido intensificada entre os senadores que tiveram mais experiência com partidos políticos. Se isso for verdadeiro, então os padrões de carreira devem estar associados ao número de partidos e aos cargos de direção partidária.*

Os dados que corroboram essa proposição foram exibidos nas tabelas 24 e 25, e apontam para a seguinte direção:

4. Indivíduos que possuem vínculos com mais partidos possuem tipos de trajetória diferentes dos indivíduos que se mantiveram vinculados a apenas uma agremiação
5. Ser dirigente de partido está associado com ter uma carreira especializada em cargos eletivos.

Como afirma John Hibbing, “Os dados de carreira podem permitir generalizações úteis sobre a evolução legislativa, mas para que isso aconteça, precisamos estar dispostos a conceituar e operacionalizar recursos de carreira mais sutis e ser mais sensíveis às idiossincrasias das políticas em que as carreiras estão se desenrolando” (Hibbing 1999, p.166)<sup>97</sup>.

Considerando os padrões encontrados na carreira dos senadores brasileiros, em nosso entender, o que está em curso aqui é a profissionalização política desse segmento da elite política, tomado em conjunto. As diferenças encontradas sugerem que nem todos os senadores se profissionalizaram, ou ao menos, nem todos exibem os atributos aos quais associamos esse conceito. No próximo capítulo vamos nos deter sobre esses diferentes tipos de políticos profissionais, por meio de uma abordagem orientada para explicitar as diferenças, e não as regularidades.

---

<sup>97</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Career data can permit useful generalizations about legislative evolution, but in order for this to happen we need to be willing to conceptualize and operationalize more subtle career features and to be more sensitive to the idiosyncrasies of the politics in which careers are unfolding”

## CAPÍTULO 5 – A TIPOLOGIA DOS RECURSOS CONTROLADOS POR POLÍTICOS PROFISSIONAIS

Ao final da discussão realizada nos Capítulos 3 e 4 dessa tese reunimos uma quantidade expressiva de informações acerca dos padrões de carreira dos senadores brasileiros na Primeira República. Vimos que, considerando os padrões observados na população de senadores, a estrutura da trajetória percorrida até o Senado se alterou de modo bastante coerente com o processo de profissionalização política, de acordo com os indicadores examinados. Vimos também que considerando os indicadores obtidos a partir da vida partidária, existem diferenças marcantes dentre os senadores. Após discutir os achados obtidos com essa pesquisa nesses dois capítulos nos encontramos em uma posição bastante parecida com a de Donald Matthews ao concluir seu retrato coletivo dos 180 homens e mulheres norte-americanos que exerceram o cargo de senador naquele país entre 1947 e 1957; Após verificar que nos Estados Unidos os senadores são recrutados em estratos sociais muito privilegiados – eles “falam a mesma língua”, “possuem o mesmo estilo de vida” e compartilham as mesmas experiências no treinamento – o autor constata que “ao mesmo tempo em que nosso retrato de grupo fornece uma visão dessas questões, ele é uma abstração que *ofusca deliberadamente muita diversidade em favor da tendência central*. Provavelmente esse retrato não será de grande ajuda para entender as grandes diferenças de comportamento encontradas entre os senadores”(Matthews 1961, p.632, grifo nosso)<sup>98</sup>.

O nosso objetivo nesse capítulo cinco é nos deter mais sobre as diferenças do que sobre as tendências que podemos encontrar nos perfis de políticos profissionais entre os senadores brasileiros na Primeira República. O procedimento mais indicado para examinar essas diferenças é elaborar tipologias capazes de contrastar na biografia de alguns indivíduos os atributos que utilizamos para compor o quadro da profissionalização política. No primeiro subitem vamos abordar algumas dificuldades encontradas durante a classificação dos senadores, e na segunda seção apresentamos a tipologia que foi construída para identificar quem são os super políticos dentre todos os que passaram pelo Senado Federal.

<sup>98</sup> Tradução livre. No original lê-se: “At the same time that our group portrait furnishes insight into these matters it is an abstraction which deliberately blurs over much diversity in favour of the central tendency. It is not likely to be of much assistance in understanding the wide differences in behaviour found among senators”

### 5.1 NOTA SOBRE OS INDICADORES EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA

Tendo como base os resultados discutidos no Capítulo 4, os tipos mais adequados ao nosso modelo de análise seriam primeiro um (a) profissional típico, com carreira longa e especializada e cargos de direção partidária; seguido de um (b) semiprofissional, com carreiras nem tão longas, nem tão especializadas, vinculados a partidos, mas sem cargos de direção partidária; e finalmente um tipo (c) amador, que entra lateralmente e permanece pouco tempo no Senado. Essa seria uma classificação ideal à luz do modelo de análise que foi discutido previamente; Contudo, com base nos indicadores que estavam à nossa disposição, a operacionalização dessa classificação se deparou com alguns empecilhos de ordem lógica.

A primeira dificuldade é que os indicadores listados acima foram utilizados para mensurar um processo que varia em dimensão diacrônica, no conjunto da população. Esses atributos não se observam simultaneamente nos mesmos indivíduos, são traços que aparecem nos padrões e nas regularidades da população, e podem ser visualizados combinando os achados obtidos a partir de várias tabelas. Talvez fosse possível ajustar melhor o modelo, trocar de indicadores, mas seria difícil retirar uma nominata dos indivíduos que fosse bem distribuída nesses três tipos.

Com base no modelo de análise proposto no Capítulo 4, um mesmo indivíduo poderia ser classificado em diferentes tipos, a depender do momento da sua carreira que estivesse sendo considerado na classificação. Isso é coerente com a proposta de identificar a transformação nos padrões de carreira ao longo do tempo, mas esse modelo não nos ajuda a identificar quem são os senadores que se destacaram entre os seus pares sob o ponto de vista da profissionalização política.

Isso nos leva ao problema de como se selecionam os indicadores que vão discernir os contingentes de cada tipo. Ao final do seu artigo, depois que Matthews apresenta o seu retrato coletivo dos senadores norte-americanos no imediato pós-segunda guerra mundial, o autor apresenta quatro perfis de senadores norte-americanos, que combinam os atributos de *background social* e carreira política utilizados naquele trabalho. Por se tratar de um recorte temporal bastante diferente do nosso (1947-1957) os dados de Matthews não podem ser comparados diretamente como os nossos resultados<sup>99</sup>. Apesar disso, ao final

---

<sup>99</sup> A explicação sobre por que comparamos os nossos achados com os dados de Dario Cantón foi realizada ao final do Capítulo 1. Para mais detalhes ver p. 29-30 dessa tese.



desse artigo o autor discute rapidamente características de quatro tipos de senadores norte-americanos: os patrícios<sup>100</sup>, os amadores<sup>101</sup>, os profissionais<sup>102</sup> e os agitadores<sup>103</sup>. Ainda que bastante úteis para entender as diferenças observadas no caso dos senadores norte-americanos, tais tipos não foram criados a partir de uma mensuração sistemática. Eles não servem para discernir perfis elaborados com base em critérios simultaneamente “exaustivos e abrangentes, mutuamente excludentes e significativamente correlacionados”(Codato et al. n.d. no prelo).

A bem da verdade, um dos aspectos que dificulta a operacionalização da tipologia de Donald Matthews é a grande quantidade de indicadores que são mobilizados para discernir os tipos. Para replicar essa tipologia seria necessário possuir informações como ter pertencido a famílias aristocráticas, ter tido sucesso em carreiras privadas, ter tido experiência na governadoria, entre outras variáveis que são mencionadas pelo autor<sup>104</sup>. Em uma classificação que combina apenas dois atributos podemos visualizar as diferenças entre os perfis de modo mais claro, mas isso levanta o delicado problema de quais atributos dos senadores devem ser comparados<sup>105</sup>.

Como podemos selecionar na população dos 359 senadores um grupo que se destacou sobre os seus pares? Com base em que critérios seu índice de profissionalização seria definido? Ou ainda, quais são os atributos que melhor delineiam as diferenças entre

<sup>100</sup> “Patrician politicians came from America’s relatively few ‘old families’, with the assured wealth and prestige which this position provides. At the same time, they are highly experienced politicians before they become senators. Usually, they begin their political careers by running for a relatively minor elective office while still in their twenties, and rise to the Senate while still in their thirties or forties” (Matthews 1961, p.632)

<sup>101</sup> “Amateur politicians are sharply differentiated from the Patricians by their far lower level of pre-Senate political activity and accomplishment. Usually successful businessmen, lawyers, or professors, they tend to start a political career relatively late in life – usually when appointed to an important executive position – and are elected to (or frequently appointed to a vacancy in) the Senate in their fifties.” (Matthews 1961, p.633)

<sup>102</sup> “Professional politicians are as politically involved and experienced as the Patricians, but do not possess ‘old family’ origins. Most often lawyers, the Professionals enter politics early in life, rise to the Senate through the House of Representatives or state governorships, and arrive at the Senate considerably later in life than the Patricians but earlier than the Amateurs.” (Matthews 1961, p.633)

<sup>103</sup> “Agitators are the men elected to the Senate without the inherited prestige of the Patricians, the solid record of business and professional accomplishment of the Amateurs, or the political accomplishments of the Professionals. Normally, becoming a senator is a time-consuming and difficult task. The merits of those who aspire to the office are tested, in a rough and ready way, by the necessity for a fairly distinguished career either in or out of politics. Agitators have ‘beaten the game’. Sometimes this may have been because of fantastic good luck, but more often it would seem to have been the result of a willingness to resort to demagoguery and unscrupulous methods, to ignore ‘the rules of the game’” (Matthews 1961, p.633)

<sup>104</sup> Em versões preliminares desse capítulo utilizamos algumas variáveis que se aproximavam aos predicados mencionados nos quatro tipos de Matthews. Contudo, quando todos os indicadores são considerados simultaneamente, a separação entre os grupos ficou bastante precária, apenas 13 indivíduos foram classificados com os atributos dos ‘patrícios’ (o tipo mais rigoroso), ao passo que 212 foram classificados como ‘agitadores’ (esse é o tipo menos rigoroso, que reúne os casos excluídos das combinações que levam às outras três categorias da tipologia de Matthews).

<sup>105</sup> Deixando de lado os indicadores de profissionalização política (carreira longa e especializada) em que variação é diacrônica, pelos motivos abordados acima.



os políticos profissionais? Como se vê, as dificuldades não se referem apenas aos indicadores que se empregam, mas no conceito que orienta a combinação dessas informações. Segundo Dominique Damamme, “adotar uma definição frouxa do profissional faz correr o risco de anacronismo. Por outro lado, manter uma definição muito estreita leva a superestimar a especificidade das práticas notáveis e, conseqüentemente, esconder a gênese efetiva do empreendedor político especializado.” (Damamme 1999, p.47)<sup>106</sup>.

Para contornar essa dificuldade, procuramos compor a nossa tipologia combinando atributos que já foram empregados em estudos sobre profissionalização política em outros países, mas que também pudessem ser relevantes à luz do que sabemos sobre os nossos senadores.

## *5.2 A TIPOLOGIA CONSTRUÍDA COM BASE NA TRAJETÓRIA DO BARÃO ARMAND DE MACKAU*

Um dos aspectos que fragilizam a tipologia de Donald Matthews é a grande quantidade de indicadores que são mobilizados para discernir os tipos. Em uma classificação que combina apenas dois atributos podemos visualizar as diferenças entre os perfis de modo mais claro, e para esse propósito a trajetória do Barão Armand de Mackau foi bastante sugestiva.

A transformação desse aristocrata francês em um político profissional na passagem do século XIX para o século XX foi a oportunidade para que Éric Phélippeau pudesse verificar algumas hipóteses acerca dos caminhos da profissionalização entre os parlamentares europeus. A biografia do Barão Armand de Mackau é examinada para testar a proposição de que o famoso “fim dos notáveis” nos parlamentos europeus não foi um processo natural, uma reação espontânea à ampliação do sufrágio.

Armand de Mackau é um personagem que “parece encarnar de maneira típica ideal a figura do grande notável que se converte à política, e cujo engajamento, junto com aquele de seus colegas e concorrentes, participa para a construção de um espaço político mais autônomo” (Phélippeau 1999, p.73)<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> No original lê-se “Adopter une définition relâchée du professionnel fait courir un risque d’anachronisme. À l’inverse, retenir une définition trop étroite conduit à surestimer la spécificité des pratiques notablières et, par conséquent, à brouiller la genèse effective de l’entrepreneur politique spécialisé.”

<sup>107</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Si le personnage d’Armand de Mackau peut en effet tout particulièrement retenir l’attention, c’est parce qu’il semble incarner de manière idéale-typique la figure du grand notable qui se convertit à la politique et dont l’engagement participe, comme celui de certains de ses collègues ou concurrents, à l’édification graduelle d’un espace politique de plus en plus autonome.”

Ao descrever o início da trajetória desse sujeito, dois aspectos foram especificamente importantes para a tipologia que apresentaremos nesse trabalho. Em primeiro lugar, ao constatar as circunstâncias em que se deram os primeiros reveses eleitorais do Barão, é interessante verificar que a constituição de um político profissional é um empreendimento coletivo, visto que “para se fazer eleger não seria suficiente se apoiar em uma rede controlada por outros, era necessário, ao contrário, criar sua própria estrutura de influência” (Phélippeau 1999, p.75)<sup>108</sup>.

Posteriormente, vê-se que o êxito nas eleições esteve diretamente relacionado à construção de uma estrutura de influência, o que inclui a constituição de um *staff*, uma equipe que permitiu a racionalização do controle das clientelas do Barão.

Um comentador escreve no final dos anos 1890 que o Barão “foi um prefeito incomparável na arte de reunir votos. Pode não haver em toda a França um deputado que teve como ele o talento da organização: ele conhece cantão por cantão de sua circunscrição, comuna por comuna e possui o registro de todos os eleitores, com anotações especiais que lhe permitem de repente recolher a simpatia das multidões onde quer que vá. Sua mansão é como um vasto ministério, contendo um número imenso de registros que podem informá-lo instantaneamente sobre cada um dos seus eleitores” (Phélippeau 1999, p.78)<sup>109</sup>

O segundo aspecto que chamou nossa atenção foi o papel desempenhado pelos meios de comunicação controlados pelo Barão. Dentro de uma organização jornalística é mais fácil acumular de modo organizado dados sobre resultados das eleições, que podem ser utilizados para a elaboração de estatísticas eleitorais, painéis, enquetes, material de propaganda, contabilidades de campanhas. O jornal seria, segundo Phélippeau, uma verdadeira extensão da máquina eleitoral do barão: “Ele funciona como uma agência de informação política. Fatos e ações dos candidatos, boatos circulando sobre os adversários republicanos, movimentos dos legitimistas do departamento, seguidos pelo Prefeito, estes são alguns dos centros de interesse que mantêm constantemente a atenção da direção. A

<sup>108</sup> Tradução livre. No original lê-se: “pour se faire élire, il ne suffisait plus de s’en remettre au concours d’un réseau contrôlé par d’autres; il importait au contraire de se créer sa propre structure d’influence.”

<sup>109</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Un article paru en avril 1898 dans La Dépêche de l’Orne reviendra ainsi comme suit sur cette habileté politique consommée du baron: «Il fut un maître incomparable dans l’art de cueillir les suffrages et de conserver toujours et quand même la population. Il n’existe peut-être pas dans la France entière un député qui ait eu comme lui le talent de l’organisation. Il connaît sa circonscription par le menu, canton par canton, commune par commune. Il possède le casier politique de tous ses électeurs avec des annotations spéciales qui lui permettent à coup sûr de recueillir la sympathie des foules partout où il passe. Sa demeure est comme un vaste ministère, contenant un nombre immense de fiches qui peuvent le renseigner instantanément sur chacun de ses électeurs».”

equipe editorial coordena os trabalhos de pesquisa, do levantamento das estatísticas dos resultados eleitorais até a classificação política dos indivíduos. O jornal coloca seus gerentes diretamente ao serviço dos candidatos que desejam, e os mais desprovidos se beneficiam mesmo de uma assistência total: os editores preparam suas profissões, enquanto trabalham para construir sua reputação através de artigos de imprensa, não se omite nem mesmo para aconselhá-los, ou às vezes para assumir uma grande parte dos custos de sua campanha.”(Phélippeau 1999, p.85)<sup>110</sup>

Essas longas citações são suficientes para justificar o que considerar em nossa tipologia. Separamos os padrões de carreira dos senadores brasileiros na Primeira República em uma tipologia que combina a posse de dois atributos que podem ser observados na biografia dos senadores brasileiros durante a Primeira República<sup>111</sup>: ter sido fundador de jornal e ter sido dirigente de organizações partidárias.

Essa informação é nova, ela ainda não foi discutida em nenhum capítulo da tese, por isso é importante frisar que nem todos os jornalistas foram classificados como donos de jornais. A variável dicotômica foi elaborada para distinguir os indivíduos que controlavam os jornais dos indivíduos que desempenharam funções como redator, colaborador, etc. A classificação de um indivíduo como fundador de jornal ocorre quando nas fontes estão presentes verbos como “fundar”, “adquirir”, “constituir”.

O mesmo cuidado se aplica para a segunda variável dicotômica que constitui a tipologia, pois a classificação dos indivíduos como dirigentes partidários ocorre apenas quando a fonte informa expressamente que houve a constituição de partidos, ou a participação do Senador em instâncias formais das organizações partidárias (como diretórios, comissão executiva, etc.).

A combinação desses dois atributos poderia ser bastante importante se levarmos em conta que na Primeira República Brasileira não haviam instituições de caráter nacional responsáveis pelas organizações dos pleitos, que eram viabilizados pelos candidatos, com

<sup>110</sup> Tradução livre. No original lê-se: “Véritable extension de la machine électorale du baron, celui-ci fonctionne en effet sur le mode d’une agence de renseignement politique. Faits et gestes des candidats, rumeurs colportables sur les adversaires républicains, mouvements des légitimistes du département, suivi des Préfets, tels sont quelques uns des centres d’intérêts retenants constamment l’attention de la direction. L’équipe rédactionnelle coordonne des travaux d’enquête, du rassemblement de la statistique des résultats électoraux à la classification politique des individus. Insensiblement, elle en vient à se poser en véritable centre d’investiture des candidatures que son noyau directeur juge opportunes de présenter dans l’Ome. Le journal place ensuite ses cadres directement au service des candidats qui le souhaitent, les plus démunis bénéficiant même d’une totale assistance: la rédaction prépare leurs professions de foi tout en travaillant à fabriquer leur notoriété par articles de presse interposés; elle n’omet ni de les seconder sur le terrain, ni de les conseiller, ni de prendre par-fois une part importante de leurs frais de champagne”

<sup>111</sup> Em rigor o recorte temporal compreende a Segunda República, visto que nossa base de dados inclui os eleitos para a constituinte de 1934.

os recursos que estavam à sua disposição. A impressão das cédulas eleitorais, não raro, era realizada pelos jornais locais (Telarolli 1982, p.40).

Como vimos na figura 2.1, discutida no início do Capítulo 2 (p. 33), os eleitores recortavam as cédulas antes de se dirigir aos locais de votação, portanto, é possível especular que, se algum dispositivo de imprensa nas redondezas não fosse necessário, ao menos os candidatos indicados pelo partido precisariam de alguma infraestrutura básica para viabilizar sua participação nos pleitos.

Assim, se imaginarmos que no âmbito das organizações responsáveis pela informação política (seja de modo mais organizado como um jornal, ou de modo mais informal dentro dos diretórios partidários) acumularam-se conhecimentos importantes para as eleições, podemos estar em face de um processo de controle da oferta de candidatos similar ao que foi descoberto por Phélippeau no processo de conversão de um nobre em um político profissional, a partir da trajetória do Barão de Mackau. É possível que os indivíduos que possuam simultaneamente esses dois atributos, fundador de jornal e cargos de direção partidária, tenham sido aqueles que o processo de profissionalização política foi mais intenso. *Esses dois predicados são muito bem documentados, e podem ser utilizados para destacar dentre todos os senadores quais seriam os super políticos, ou seja, os senadores que mais se destacaram entre seus pares sob o ponto de vista da projeção conferida pela carreira política (seja em nível estadual seja em nível nacional).*

Essa tipologia importa dois atributos da trajetória do Barão, e é possível que ela se distribuisse de modo aleatório entre os senadores. Em rigor, o que essa tipologia distingue são duas espécies de recursos políticos, ativos que podem ter sido muito importantes para perfilar uma carreira de sucesso. Ao ler as biografias percebemos que indivíduos que controlavam jornais se destacavam em relação aos demais, mas essa era apenas uma vaga impressão. Para confirmar se esses dois atributos estão de fato relacionados, realizamos um teste de associação, e o valor encontrado para o qui-quadrado ficou acima do limite crítico. Os valores desse cruzamento estão dispostos na Tabela 5.26, abaixo:

Tabela 5.26 Cruzamento dos tipos elaborados a partir de Éric Phélippeau

			Dirigente de Partido Político		Total
			Sim	Não	
Fundador de Jornal	Sim	Contagem	51	29	80
		%	14,2%	8,1%	22,3%
		Resíduos padronizados ajustados	5,6	-5,6	
	Não	Contagem	82	197	279
		%	22,8%	54,9%	77,7%
		Resíduos padronizados ajustados	-5,6	5,6	
Total		Contagem	133	226	359
		%	37,0%	63,0%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 31,472 | df 1 | *p value* 0,000

Os resíduos padronizados ajustados revelam que as duas variáveis dicotômicas estão claramente associadas. Há uma tendência a ter sido simultaneamente dirigente de partido e fundador de jornal (podemos afirmá-lo, seja pelos resíduos positivos como pelos negativos, no valor de 5,6).

Além disso, em combinações que separam a população em grupos bem distribuídos, somente 51 senadores manifestam simultaneamente os dois atributos (51 em 359 casos, ou 14,2% da população).

As situações em que manifestam apenas um dos dois atributos está presente em 30,9% dos casos. A outra metade da população que não possui nenhum dos dois atributos, são 197 casos, ou seja, 54,9% de todos os indivíduos. A partir desse cruzamento construímos uma tipologia que separa as quatro combinações:

Tipo 1: Fundador de jornal (+) e dirigente partidário (+)

Tipo 2: Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)

Tipo 3: Não foi fundador de jornal (-) mas foi dirigente partidário (+)

Tipo 4: Não fundou jornal (-) nem foi dirigente partidário (-)

Os 359 indivíduos que exerceram o cargo de Senador no Brasil entre 1890 e 1934 foram separados nesses quatro tipos, e suas informações básicas estão reunidas no Quadro 5.1, a seguir:

Quadro 5.1 Características dos indivíduos classificados de acordo com a posse dos dois atributos da tipologia construída com base em Phélippeau

Atributo	Medida	Tipo 1		Tipo 2		Tipo 3		Tipo 4	
		Fundador de jornal (+) e dirigente partidário (+)		Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)		Não foi fundador de jornal (-) mas foi dirigente partidário (+)		Não fundou jornal nem foi dirigente partidário	
Frequência	Contagem	14,2% (51 casos)		8,2% (29 casos)		22,8% (82 casos)		54,8% (197 casos)	
Ocupação	Moda	Advogado		Jornalista		Advogado		Advogado	
Formação Superior	Moda	Direito		Direito		Direito		Direito	
Cargo de début	Moda	Deputado estadual		Deputado estadual		Deputado federal		Deputado federal	
Tempo de carreira	Média	15,51		14,48		12,73		13,98	
Idade de début	Média	33,4		30,5		34,0		34,7	
Idade no primeiro cargo eletivo estadual	Média	37,0		31,8		37,6		37,9	
Idade no primeiro cargo eletivo nacional	Média	45,0		45,1		45,0		45,2	
Idade no ano de chegada ao senado	Média	58,2		54,6		56,2		55,9	

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Tal como verificado no Quadro 5.1, sob o ponto de vista da ocupação e da formação superior não existem diferenças claras entre os senadores agrupados em cada Tipo. Quando consideramos os dados da carreira, vemos que entre os Tipos 1 e 2 (que reúne os fundadores de jornal) a posição de saída na carreira mais frequente é a de Deputado Estadual. O cargo de *début* mais comum nos Tipos 3 e 4 é o de Deputado Federal. O Tipo 1 é aquele em que a média do tempo de carreira foi mais elevado, mas pelas médias não há muita diferença entre os quatro tipos, todos com perto de 15 anos, exceto pelos senadores do Tipo 3, com pouco mais de 12. Tomando a idade na chegada em cargos eletivos estaduais nota-se que os senadores do Tipo 2 são ligeiramente mais precoces que os demais. Os senadores dos três tipos alcançam postos eletivos no capital da República por volta dos 45 anos, e mais ou menos sete anos mais tarde chegam ao Senado.

Vejamos agora quais são as diferenças mais marcantes nas biografias dos sujeitos agregados nos quatro tipos.



**Caso Ilustrativo do Tipo 1 - Fundador de Jornal (+) e Dirigente partidário (+)**

**“Francisco de Assis Rosa e Silva** nasceu em Recife no dia 4 de outubro de 1847, filho de Albino José da Silva e de Joana Francisca da Rosa e Silva. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1878 e obteve o título de Doutor, pela mesma faculdade, em 1879. Ainda no Império ingressou na política, filiando-se ao Partido Conservador, e iniciou-se no jornalismo, colaborando no jornal *O Tempo*. Foi Deputado Provincial por três legislaturas consecutivas, entre 1882 e 1887, e deputado geral por Pernambuco na última legislatura imperial, de 1886 a 1889. Ocupou também a pasta da Justiça entre 4 de janeiro e 7 de junho de 1889, no gabinete conservador presidido pelo conselheiro João Alfredo. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. A partir de então iria tornar-se um político cada vez mais influente, tanto na esfera federal quanto em Pernambuco. Foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, tomou posse em 15 de novembro seguinte e foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Iniciada a legislatura ordinária em junho seguinte, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em 1893 participou da fundação do Partido Republicano Federal (PRF), iniciativa do deputado paulista Francisco Glicério, que desejava fundar uma agremiação de âmbito nacional, coesa e disciplinada, que respeitasse e defendesse a Constituição da República. O PRF defendeu a candidatura presidencial de Prudente de Moraes, que foi eleito em março de 1894. Na mesma ocasião Rosa e Silva foi reeleito Deputado Federal para a legislatura 1894-1896, e em seguida foi escolhido presidente da Câmara dos Deputados. Em maio de 1896, ainda antes do fim da legislatura, deixou a Câmara ao ser eleito para o Senado na vaga aberta com a eleição de seu aliado Joaquim Correia de Araújo para o governo de Pernambuco. Seu mandato iria até 1902, mas foi convidado a participar, como candidato a vice-presidente da República, da chapa de Campos Sales nas eleições de março de 1898. Eleito, renunciou à cadeira no Senado e tomou posse em 15 de novembro. Manteve, porém, o vínculo com o Senado, já que, segundo a Constituição, a presidência da Casa cabia ao vice-presidente da República. Também como vice-presidente assumiu o interinamente o governo por 20 dias, em 1900, em virtude de uma viagem realizada por Campos Sales à Argentina. Em 1901, adquiriu o Diário de Pernambuco, tradicional jornal fundado em 1825, e entregou sua direção ao jornalista Artur Orlando. Findo o governo Campos Sales em 15 de novembro de 1902, foi mais uma vez eleito senador, agora para um mandato de nove anos (1903-1911). Pelo estreito vínculo com a candidatura Rosa e Silva, o Diário de Pernambuco teve sua sede apedrejada e invadida e, por isso, não circulou durante 14 dias. Voltou a 25 de novembro para em seguida fechar suas portas até janeiro de 1912. Mas seu período oposicionista durou pouco, pois em fevereiro acabou sendo empastelado em definitivo pelo novo governo e foi fechado. Em janeiro de 1913 foi comprado pelo coronel Carlos Benigno Pereira de Lira. No entanto, a ligação do jornal com Rosa e Silva ainda parecia tão forte aos olhos do povo que, nas eleições para o Senado em 1915, sua sede foi novamente apedrejada por pessoas revoltadas com o fato de o Congresso ter reconhecido a eleição do antigo líder e não a de José Bezerra Cavalcanti. Rosa e Silva retornou ao cenário político como Senador por Pernambuco de 1915 a 1917 e de 1924 a 1929. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 1º de julho de 1929.” Fonte: DHBB. (Excertos).

Essa passagem pela biografia do senador Rosa e Silva nos ajuda visualizar alguns aspectos da carreira de um “super político”. Em primeiro lugar vemos uma carreira bastante diversificada sob o ponto de vista dos cargos públicos ocupados. O Senado é um posto seguro a partir do qual Rosa e Silva comanda o jogo político seja em nível estadual, seja em nível nacional. A carreira de Rosa e Silva ilustra como a quantidade de cargos

pode ser denotada pela ideia de “intensidade” que encontramos em Darío Canton<sup>112</sup>. Outro aspecto que deve ser frisado nessa biografia é a importância dos dispositivos de imprensa. Ela joga tanto a favor, quanto contra o senador pernambucano, o que nos faz crer que esse era um recurso muito importante na carreira de um político profissional.

**Caso Ilustrativo do Tipo 2** - Fundador de Jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)

**“Rivadavia da Cunha Correia** nasceu em Livramento (RS) em 9 de julho de 1866, filho de José Bento Correia e de Ana da Cunha Correia. Fez os estudos preparatórios em Porto Alegre e São Paulo e nessa última cidade formou-se pela Faculdade de Direito em 1887. Como estudante redigiu, ao lado de Raul Pompéia e Coelho Neto, o periódico A Onda. Ainda durante o Império defendeu as causas abolicionista e republicana e foi membro do Clube Republicano 20 de Setembro no Rio Grande do Sul. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual constituinte em São Paulo em 1891. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tomou posse em maio e, duas vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1902. Não disputou a reeleição em 1903 porque rompeu politicamente com Júlio de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul (1891; 1892; 1893-1898) e principal líder do PRR. Contudo, em 24 de outubro de 1903, com a morte de Castilhos, o PRR passou por uma reformulação em suas lideranças. Rivadavia Correia candidatou-se então, em eleição especial realizada em 1904 para preencher a vaga de Xavier do Vale, que falecera, e foi eleito. Reeito em 1906 e 1909, permaneceu na Câmara até 1910, quando renunciou para assumir o Ministério do Interior e Justiça, nomeado pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914). Permaneceu na pasta de novembro de 1910 até agosto de 1913, quando foi nomeado ministro da Fazenda, depois da renúncia de Francisco Sales (1910-1913). Com o final do governo de Hermes da Fonseca, deixou o Ministério da Fazenda, mas o novo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) o nomeou prefeito do Distrito Federal. Em 1916 renunciou à prefeitura para assumir a cadeira de senador pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com o falecimento do Senador gaúcho Pinheiro Machado, para a qual foi eleito. *No campo jornalístico, foi redator do Correio Paulistano e de República, e fundou e dirigiu o periódico Ganganelli, todos em São Paulo. Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 9 de fevereiro de 1920.*”  
Fonte: DHBB. (Excertos).

A biografia de Rivadavia Correia é útil para verificar a distinção entre ser vinculado a partidos, e exercer cargos de direção dentro das agremiações. O senador gaúcho tem uma carreira muito bem estruturada: ele possui bastante experiência em nível estadual antes de se lançar na política nacional, um salto que, como vimos, foi possível graças a janela aberta pelo desaparecimento de Julio de Castilhos.

Essa é apenas uma manifestação de como os padrões de carreira são afetados pelas intempéries da política estadual, uma dificuldade à qual fizemos alusão no Capítulo 1. A

<sup>112</sup> Como se vê, a escolha dos casos selecionados para ilustrar os quatro tipos foi realizada de modo a examinar não apenas as diferenças de cada tipo, mas também para caracterizar de modo mais substantivo alguns elementos que aparecem nos padrões de carreira estudados nos outros capítulos da tese. A seleção dos casos foi realizada de modo arbitrário, pois destacamos dentre todas os senadores estudados aqueles cujas biografias contivessem os elementos que melhor atenderiam a esse intento.



biografia também especifica como se informa a fundação de um jornal, que aparece ao final do verbete.

**Caso Ilustrativo do Tipo 3** - Não foi fundador de Jornal (-) mas foi dirigente partidário (+)

“**Lauro Severiano Müller** nasceu em Itajaí (SC) no dia 8 de novembro de 1863, filho dos imigrantes alemães Peter Müller e de Ana Michels Müller. Seu pai chegou a Santa Catarina em 1829 junto com as primeiras famílias alemãs que se estabeleceram na província. Seu irmão Eugênio Luís Müller foi deputado estadual (1907-1910), vice-governador (1910-1914) e deputado federal por Santa Catarina (1915-1920). Seu primo Filipe Schmidt foi deputado federal por Santa Catarina (1891-1893), duas vezes governador do estado (1898-1902 e 1914-1918) e senador (1903-1914 e 1918-1926). Educado em escolas particulares alemãs de Itajaí e Blumenau (SC), aos 16 anos mudou-se para Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1882, assentou praça no corpo de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Após concluir os cursos de artilharia e estado-maior de primeira classe, formou-se engenheiro em 1888. Participou do movimento de 15 de novembro de 1889 que derrubou a monarquia e desempenhou papel relevante na implantação da nova ordem política no país. Deodoro da Fonseca assumiu a chefia do governo provisório e, por recomendação de Benjamin Constant e do líder republicano catarinense Antônio Justiniano Esteves Júnior, Lauro Müller foi nomeado governador de Santa Catarina, tomando posse do cargo de governador em 2 de dezembro de 1889. Em 12 de junho de 1891, foi eleito governador de Santa Catarina pelos constituintes estaduais. Chegou a assumir o governo, mas optou por exercer o mandato de deputado federal, transmitindo a chefia do Executivo ao vice-governador Gustavo Richard em 29 de junho. Lauro Müller retomou o mandato de deputado em abril de 1892. Reeito deputado federal, Lauro Müller retomou a atividade parlamentar em outubro de 1894. Tornou-se a figura de maior prestígio da política catarinense no cenário nacional, ao mesmo tempo em que Hercílio Luz se consagrava como principal chefe político no nível estadual. Na Câmara dos Deputados, integrou o grupo de parlamentares florianistas do Partido Republicano Federal (PRF) que, sob a liderança do deputado paulista Francisco Glicério, tentou, sem êxito, tutelar as ações do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Reeito deputado em 1896, renunciou à Comissão de Orçamento em junho seguinte, em solidariedade a Francisco Glicério, derrotado na eleição para a presidência da Câmara pelo deputado baiano Artur Rios. *Também em 1897, cuidou da organização do Partido Republicano Catarinense (PRC)*, juntamente com o governador Hercílio Luz, com quem acertou a composição dos principais diretórios municipais. Ao mesmo tempo em que encerrou seu mandato de deputado federal, Lauro Müller foi eleito Senador por Santa Catarina, derrotando o general Alexandre Bayma. Em 1901, atuou como mediador da crise no PRC entre a ala dissidente de Hercílio Luz, defensor da reconciliação com os federalistas, e o grupo do governador Filipe Schmidt, contrário à aproximação com a oposição estadual. Müller apoiou a ideia da reconciliação e conseguiu reunificar o partido. *Proclamado chefe supremo do PRC, foi eleito governador de Santa Catarina em agosto de 1902*. Empossado no mês seguinte, já em novembro passou a chefia da administração estadual ao vice-governador Vidal Ramos, acedendo ao convite do presidente eleito Rodrigues Alves (1902-1906) para integrar seu ministério. Assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em novembro de 1902, destacando-se como um dos principais responsáveis pela remodelação do porto do Rio de Janeiro, obra prioritária do programa de governo do presidente Rodrigues Alves. Lauro Müller participou discretamente dos entendimentos para a sucessão do presidente Rodrigues Alves. A discussão em torno do problema sucessório começou em meados de 1904 e se prolongou até setembro de 1905, quando o vice-presidente Afonso Pena foi consagrado candidato oficial. *Em março de 1907, foi mais uma vez eleito Senador, ocupando a vaga de Gustavo Richard, que fora eleito governador de Santa Catarina no ano anterior*. Tomou posse do mandato em maio e viajou à Europa para um prolongado tratamento de saúde. Durante sua ausência, o senador Hercílio Luz entrou em conflito com Gustavo Richard, rompendo publicamente com o governador catarinense em fevereiro de

1908. Dois meses depois, Lauro Müller reuniu a bancada federal catarinense no Rio de Janeiro e renunciou à chefia do PRC. *Tudo indica que sua renúncia era uma manobra calculada para ganhar tempo, fortalecer sua liderança e isolar Hercílio Luz. Seis meses depois, sem a participação do senador dissidente, uma assembleia do PRC reconduziu-o ao cargo de presidente do partido.* Considerado um político astucioso, militar de formação, mas diplomata por temperamento, Lauro Müller ganhou na época o apelido de “Raposa de espada à cinta” que lhe teria sido dado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado.” Fonte: DHBB. (Excertos).

“Raposa de espada à cinta”, como foi apelidado por Pinheiro Machado, Lauro Mueller aparece entre os senadores que tiveram uma carreira de sucesso mesmo sem ter controlado um jornal. Essa biografia é especialmente importante para visualizar como a interrupção dos mandatos deve ser compreendida a partir do que ocorre simultaneamente na Capital Federal e na capital do estado, e é um componente importante na estrutura da carreira. Os políticos na Primeira República circulavam por muitos cargos para poder manter sua posição de liderança, tal como se vê na contenda entre Lauro Muller e Hercílio Luz. Eles jogam com e a partir da posição de Senador.

**Caso Ilustrativo do Tipo 4** - Não foi fundador de Jornal (-) nem foi dirigente partidário (-):

**“José Joaquim Domingues Carneiro** nasceu em São Mateus, atual Jucás (CE), em setembro de 1836, filho do vigário José Joaquim Domingues Carneiro. Iniciou os estudos com o auxílio do pai. Mudou-se para Russas (CE) e daí para Fortaleza, matriculando-se no Liceu do Ceará em 1854. Seguiu para o Colégio das Artes do Recife, onde concluiu os preparatórios. Cursos a Faculdade de Direito do Recife, formou-se em 1863 e retornou a Russas. Foi membro do Partido Liberal do Império e, com o fim da Monarquia e a instalação da República em 15 de novembro de 1889, em 1891, logo após a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil (24/02/1891), foi eleito Senador pelo Ceará. Assumiu, em 6 de maio daquele ano, sua cadeira no Senado Federal no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e cumpriu seu mandato até 1º de outubro de 1892. Também em 1891 foi eleito deputado à Constituinte estadual cearense, a qual também presidiu. *Aposentou-se da magistratura em julho de 1909 e no mesmo ano assumiu uma cadeira no Senado Federal no lugar de Francisco Sá, que havia renunciado ao mandato por ter sido nomeado ministro da Viação. Permaneceu no Senado até 1910, quando renunciou ao mandato para favorecer a volta de Francisco Sá, eleito em janeiro de 1911.* Foi o candidato da oligarquia comandada pela família Acióli nas eleições de 1912, mas acabou sendo derrotado por Franco Rabelo. Faleceu em Fortaleza no dia 9 de setembro de 1915.” Fonte: DHBB. (Excertos).

José Joaquim Domingues Carneiro é o Senador cuja biografia ilustra o Tipo 4, dos indivíduos que não possuem nenhum dos dois atributos com os quais se elaborou a tipologia. Esse é um exemplar do que venha a ser um indivíduo com entrada lateral no Senado Federal, e sua biografia revela como esse tipo desempenha um papel importante no modo como a oligarquia joga com a estrutura de oportunidades políticas republicana. A troca de cargos que ele promove com Francisco Sá reforça a conclusão que estamos

ressaltando nas biografias, sobre a importância de compreender a circulação entre os cargos como um expediente normal na evolução das carreiras.

Vimos nessas quatro biografias que as carreiras dos senadores dispostos nos quatro tipos podem ser mais ou menos estruturadas, de acordo o critério de carreiras curtas ou longas e homogêneas ou heterogêneas. Os resultados dessa classificação aparecem na tabela 5.27. Ela demonstra que os indivíduos agregados nos Tipos 2 e 3, ou seja, os que possuem apenas um dos dois atributos com os quais compusemos a tipologia, possuem carreiras longas (acima de cinco cargos) e heterogêneas (com experiência em mais de uma esfera de governo). Já a grande maioria dos indivíduos agregados no Tipo 4 (como mostra o quadro 5.1, eles são 54,8% do universo) possuem carreiras curtas e homogêneas, em conformidade com os senadores em que a profissionalização política se manifesta de maneira mais esparsa.

Tabela 5.27 Classificação das trajetórias dos tipos elaborados a partir de Éric Phélippeau (Resíduos Padronizados Ajustados)

	<b>Tipo 1</b> Fundador de jornal (+) e dirigente partidário (+)	<b>Tipo 2</b> Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)	<b>Tipo 3</b> Não foi fundador de jornal (-) mas foi dirigente partidário (+)	<b>Tipo 4</b> Não fundou jornal nem foi dirigente partidário
Carreiras curtas e heterogêneas	<b>-2,6</b>	0,3	1,5	0,6
Carreiras longas e heterogêneas	-0,8	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>-3,4</b>
Carreiras longas e homogêneas	<b>5,9</b>	<b>-2,3</b>	-1,1	<b>-2,3</b>
Carreiras curtas e homogêneas	-0,3	-1,9	<b>-4,0</b>	<b>4,5</b>

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.  
Qui-quadrado de Pearson 71,116 | df 9 | *p value* 0,000

Feitas essas observações podemos nos dirigir aos casos em que ocorre a combinação simultânea dos dois atributos, isto é, examinando a coluna dos fundadores de jornal que foram dirigentes partidários (Tipo 1, ++), percebe-se que esses 51 indivíduos possuem carreiras longas (ou seja, com muitos cargos) e homogêneas, (experiência em apenas um nível de governo). Em um primeiro olhar poderíamos interpretar esse perfil como o de um oligarca local, que exerce influência em uma clientela estadual, visto que ele pouco circula pela diversificada estrutura de cargos disponíveis.

Esse perfil poderia muito bem ilustrar os políticos da bancada baiana e fluminense durante a escolha do candidato da situação à sucessão de Prudente de Moraes em 1897 – essa foi a convenção na qual Campos Salles foi escolhido candidato à presidência da República. Ao descrever o cálculo para a composição da maioria com as bancadas alinhada ao governo, um observador da época, Dunshee de Abranches, observa: “Dividas

como estavam as deputações de São Paulo e Pernambuco, Rosa e Silva só contava de fato dois votos com valor numérico nas questões a resolver e difícil se tornava a Prudente reter muitos dias seguidos nesta capital certos representantes de sua terra, acostumados a sair de suas fazendas apenas nas ocasiões solenes” (Abranches 1973, p.95).

Essa linha de interpretação certamente enfraqueceria a tese da profissionalização política, tal como a definimos no Capítulo 4. Para refutar de modo definitivo essa linha de argumentação, separamos dos demais os 51 “super políticos”<sup>113</sup> que controlaram simultaneamente partidos e jornais, e cruzamos com o tamanho do colégio eleitoral 1910. Os resultados estão na Tabela 5.28, a seguir:

Tabela 5.28 Distribuição do “super político” elaborado a partir de Éric Phélippeau pelo tamanho do colégio eleitoral em 1910

		Tamanho do colégio eleitoral em 1910			Total
		Grandes colégios (acima de 60 mil eleitores)	Médios colégios (entre 20 mil e 60 mil eleitores)	Pequenos colégios eleitorais (até 20 mil eleitores)	
Foi um super político	Contagem	28	10	13	51
	Sim %	7,8%	2,8%	3,6%	14,2%
Fundador de jornal (+) e dirigente partidário (+)	Resíduos padronizados ajustados	3,9	-3,7	,0	
	Contagem	84	146	78	308
	Não %	23,4%	40,7%	21,7%	85,8%
	Resíduos padronizados ajustados	-3,9	3,7	,0	
Total	Contagem	112	156	91	359
	%	31,2%	43,5%	25,3%	100,0 %

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal. A agregação dos colégios eleitorais foi realizada com base em Zulini (2016, p.26). Os grandes colégios são Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco.

Qui-quadrado de Pearson 18,486 | df 2 | *p value* 0,000

Como se pode constatar pela distribuição dos resíduos, há uma tendência de os 51 “super políticos” classificados no Tipo 1 se concentrarem nos Estados que possuíam colégios eleitorais acima de 60 mil eleitores em 1910.

Os resíduos negativos de 3,7 na combinação desses casos com os médios colégio eleitorais revela que a tendência é de os casos fugirem dessa combinação. E se

<sup>113</sup> A nominata com esses 51 senadores está no apêndice biográfico.

examinarmos o comportamento na linha que reúne os outros 308 casos, tendem a se concentrar nos Estados com colégio eleitoral médio (entre 20 e 60 mil eleitores).

Se esses são os indivíduos nos quais o processo de profissionalização política foi mais acentuado, então é importante que eles tenham saído exatamente dos Estados mais importantes na política nacional. Essa associação nos permite reforçar a principal conclusão que se pode extrair com a profissionalização política da elite senatorial, que é a progressiva separação da arena política em face da esfera social e econômica de um modo geral. A tese da profissionalização aponta para a racionalização dos cálculos e das estratégias de ocupação de cargos públicos (eletivos ou não eletivos) pelos indivíduos que compuseram a elite senatorial no Brasil. Esse aspecto será retomado na conclusão da tese.

## CONCLUSÃO

A formulação que resume nossa tese é simples, os políticos profissionais não deixaram de ser oligarcas, eles são oligarcas que se profissionalizam na política. Nosso objetivo na conclusão é retomar rapidamente os principais resultados discutidos nos Capítulos 2, 3, 4 e 5 à partir da questão teórica enunciada na introdução.

Como vimos no início desse documento, existem para Moshe Czumowski dois elementos que justificam a relevância de um estudo sobre o recrutamento político. O primeiro deles já está posto na definição do fenômeno, e diz respeito à delicada vinculação entre um determinado arranjo de instituições políticas e uma dada sociedade. Isso implica em abordar três dilemas relativos à mudança social, quais sejam: a permanência de instituições com a renovação do pessoal político, a produção de políticas em um contexto de permanente mudança social, e a conjugação de autoridade política com legitimidade.

O segundo aspecto que justifica para este autor um estudo de recrutamento político tem a ver com a relevância da política para a obtenção de metas não políticas. A ideia, resumidamente, é que através da carreira política os atores ranqueiam suas metas públicas e seus desígnios pessoais, uma vez que ambas estão ligadas a suas escalas de prioridades. O recrutamento mostra os bônus oferecidos pelo sistema político ao mesmo tempo em que funciona como uma base de consideração sobre (e medida para) o grau de intercâmbio entre meios políticos e não políticos na busca de metas não políticas.

O autor ilustra essa proposição da seguinte maneira: “O grau desta permutabilidade é um importante indicador da localização de um sistema em *continuum*, variando do totalitarismo, onde a permutabilidade é zero, ao liberalismo, onde a permutabilidade é elevada.”<sup>114</sup> (Czumowski 1975, p.157). Portanto, em um sistema totalitário, que não prevê espaço para a singularidade do indivíduo, não existirá intercâmbio entre meios políticos e não políticos na obtenção de metas individuais, ao passo que em sistemas pautados pelo princípio do liberalismo essa troca é intensa e constante.

É a partir desse grande quadro de referências que a questão da profissionalização política aparece como a chave teórica com a qual procuramos justificar o nosso trabalho.

---

<sup>114</sup> Tradução livre. No original lê-se: “The degree of this interchangeability is an important indicator of the system’s location on a dimension ranging from totalitarianism, where interchangeability is zero, to liberalism, where interchangeability is high”

A profissionalização dos agentes políticos, de acordo com a perspectiva dominante, é associada aos padrões de competição política poliárquica, e nesse sentido o fenômeno da profissionalização parece indissociável da ampliação do sufrágio. É por esse motivo que o estudo mais abrangente dos parlamentares nos países europeus associa essa categoria ao tipo de representante que chega aos parlamentos a partir dos anos 70 do século XX.

Desse ponto de vista, os padrões de recrutamento político em um país como o Brasil no início do século seria um dos casos menos prováveis para se encontrar políticos profissionais. Em um contexto marcado pela baixíssima participação eleitoral, em que menos de 5% da população participava dos pleitos, o esperado seria encontrar nos postos políticos mais prestigiados indivíduos que fossem membros da elite social, determinada em boa medida pela concentração de recursos econômicos.

A tese da profissionalização política é a oportunidade teórica para rejeitar simultaneamente dois consensos bastantes consolidados na bibliografia especializada, um que associa políticos profissionais às democracias de massa, e outro que vincula o êxito na política à grande propriedade de terras. Vejamos como podemos contrapor nossos resultados a cada um desses grandes consensos, começando pelo segundo.

Como vimos no Capítulo 2, as ocupações mais frequentes entre os senadores brasileiros eram atividades ligadas às letras, e não ao campo. Esse é um segmento da elite política altamente escolarizado em um país formado por pessoas analfabetas. Considerando suas ocupações e sua formação universitária, parece claro que se trata de uma oligarquia, na acepção dahlsiano do termo, tal como descrito na p. 48 dessa tese. Os achados discutidos no Capítulo 3 revelam que esses oligarcas perfilaram o que talvez sejam as carreiras mais longas e estruturadas de todo o período republicano. Ao interpretar esses resultados com a ideia de profissionalização política apontamos para o que talvez possa ser denominado como uma eventual marginalidade da posse da terra entre os fatores que determinam o êxito de uma carreira política. É muito provável que a maioria dos professores, advogados e jornalistas fossem também proprietários de terra, e as evidências reunidas nessa tese não servem para afirmar peremptoriamente que eles não estavam vinculados direta ou indiretamente a esse importante recurso de prestígio social. Contudo, mesmo quando se considera a segunda e a terceira ocupação disponível nas fichas biográficas, vimos que ao considerar todas as ocupações de todos os senadores, as atividades relacionadas com a posse da terra foram marginais se consideramos todas as ocupações observada na população de senadores.



A desvinculação entre carreiras políticas e propriedades rurais é necessária para entender o processo de autonomização de uma esfera estritamente política, que cada vez mais se diferencia das demais, em um “um processo contínuo que atravessa o século XIX e que é um corolário do que Karl Polanyi poderia ter chamado o processo de desencanto da política do ponto de vista social; A atividade política se torna uma atividade autônoma dentro de um universo de regras, crenças e papéis” (Offerlé 1999, p.10)<sup>115</sup>. Essa autonomização de um campo de atuação próprio de políticos profissionais é a maneira como podemos explicar os resultados mobilizados para responder a primeira grande pergunta da tese, “quem são os senadores brasileiros”.

O primeiro consenso, que associa o surgimento políticos profissionais à universalização do sufrágio, e toda a dinâmica que disso decorre nas democracias de massa, foi refutado com o modelo de análise discutido no Capítulo 4. De acordo com a nossa tese é possível existir políticos profissionais fora dessas condições. O que explica a profissionalização, ao nosso entender, é permanência do regime representativo. Os políticos profissionais são aqueles que otimizam suas chances de sucesso a partir de uma estrutura formal que, sendo fixa ao longo dos anos, premia aqueles racionalizam os cálculos e as estratégias para a ocupação de cargos públicos.

Ora, mas será que todos os senadores se profissionalizam da mesma maneira? É certo que não. De acordo com a nossa tese, para poder diferenciar os amadores dos profissionais, é preciso atentar para os recursos que estão à disposição para quem se lança em uma carreira parlamentar no Brasil, durante o início do século XX. Em um país de dimensões continentais, sem uma malha ferroviária abrangente, e com precários mecanismos de integração nacional, com diferenças marcantes entre cada unidade da federação, a maneira mais adequada para se distinguir na vida política em relação aos seus pares é controlando uma rede de influência própria. No nosso caso, a denominação dos campeões pode ser realizada por meio de dois atributos documentados de modo muito estrito nas fontes, a participação em instâncias de direção partidárias (como diretórios e comitês executivos) e o controle de dispositivos de imprensa. Essas foram as bases para classificar os super políticos a partir de indicadores robustos seja do ponto de vista factual, por que são bem documentados, seja do ponto de vista sociológico, devido à tendência obtida estatisticamente de acúmulo dos dois recursos.

---

<sup>115</sup> Tradução livre. No original lê-se: “processus continu qui traverse le xixe siècle et qui est corollaire de ce que Ton a pu appeler à la suite de Karl Polanyi le processus de désen- castrement du politique par rapport au social; Tactivité politique deve- nant une activité autonome relevant d’un univers de regies, de croyances et de rôles propres”



Contrapondo-se aos dois consensos acima resumidos esperamos esclarecer qual é o rendimento teórico do nosso trabalho. Para que essa tese possa de fato contribuir para um aumento do conhecimento teórico disponível no campo de estudos sobre recrutamento político outras investigações são necessárias. Esperamos ter apresentado de modo suficientemente claro no Capítulo 1 quais foram as principais decisões metodológicas tomadas nesse trabalho, para que as evidências empíricas construídas para esse trabalho possam ser replicadas em outros estudos. Assim, com a tese da profissionalização da oligarquia no Brasil, esperamos contribuir com o movimento de revitalização da política brasileira na Primeira República, para colaborar com outros trabalhos que de fato iniciaram a retomada dessa agenda de pesquisa – nomeadamente, reportamo-nos à tese de Jaqueline Zulini (2016), que se trata do trabalho mais integrado dentre as recentes publicações que estão revisitando a Primeira República.

## APÊNDICE METODOLÓGICO

Nesse apêndice metodológico reunimos informações detalhadas acerca dos procedimentos empregados nessa pesquisa. Esse item está separado em duas partes. Na primeira seção (AM.1) apresentaremos como foram elaborados os instrumentos de coleta dos dados, e na seção posterior (AM.2) apresentaremos um registro sobre as fontes da nossa pesquisa.

### *AM.1 A ELABORAÇÃO DE MATRIZES COM DADOS BIOGRÁFICOS*

Os bancos de dados utilizados nessa tese fazem parte de uma pesquisa que está mapeando a carreira política e o *background* social da classe política brasileira. Essa expressão se refere a todos os indivíduos que foram parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal do Brasil, desde a proclamação da República em 1889. A coleta tem sido realizada retrospectivamente, e em três etapas, que fazem cortes temporais a partir das fontes disponíveis em diferentes períodos.

Na primeira etapa coletamos os dados para os senadores eleitos durante a democracia recente, entre 1986 e 2010, e a principal fonte foi o DHBB – CPDOC/FGV, mas que precisou ser complementada pelos “Dados biográficos dos senadores”, acessado no site do Senado Federal do Brasil.

Na segunda etapa coletamos os dados dos senadores eleitos entre o primeiro ciclo pluripartidário (1945-1964) e a Ditadura Militar (1964-1982) e a fonte utilizada foi o Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro (DHBB – CPDOC/FGV). Os verbetes do dicionário também foram acessados pela internet.

A terceira etapa da coleta se refere aos senadores eleitos entre 1890 e 1934, e nesta etapa a principal fonte consultada foram as fichas biográficas do PRODASEN, que nos foram enviadas por e-mail pela Secretaria de Arquivo do Senado Federal. Como foi mencionado no item 1.4 desse documento (Objeto empírico, unidades de análise e fontes da pesquisa), posteriormente foram publicados os verbetes do DHBB da Primeira República, e isso nos permitiu retificar boa parte das omissões presentes nas fichas do PRODASEN.

Os bancos são instrumentos de coleta de dados. Eles têm como objetivo sistematizar em uma matriz sujeita à manipulação estatística as informações biográficas presentes em uma determinada fonte. No entanto, cada fonte organiza essas informações

de uma determinada maneira. A função do banco é padronizar essas diferenças. Portanto, toda vez que se altera a fontes dos dados, espera-se que sejam feitos ajustes na matriz, tendo em vista aperfeiçoar o trabalho de coleta de dados. Por isso, para cada uma das fontes acima referida (DHBB e PRODASEN) foi elaborada uma matriz.

Cada coluna da matriz registra uma determinada informação do titular do mandato (logo, cada linha se refere ao titular). Os indivíduos que se reelegem possuem mais de uma entrada, isto é, ele é titular de dois mandatos. Nestes casos, as informações básicas (como nome, data de nascimento) são repetidas, mas o bloco de colunas que registram as informações sobre a carreira política do mesmo indivíduo será mais extenso, pois estamos registrando no banco que, com a reeleição, o mesmo político ocupou mais de uma vez o mesmo cargo.

Na primeira fase da coleta (1986/2010) levantamos os dados sobre 240 indivíduos, que foram titulares em 296 mandatos. Na segunda fase (1946/1982) temos 289 indivíduos ocupando 358 mandatos. Na terceira fase da coleta (1890/1937) coletamos dados de 359 indivíduos, que foram titulares em 851 mandatos senatoriais. Apresentaremos nesse apêndice metodológico apenas as colunas utilizadas na terceira fase da coleta de dados.

Na terceira fase coletamos os dados dos senadores eleitos entre 1890 e 1934. A principal fonte consultada foram as fichas biográficas do PRODASEN. O banco de dados precisou ser reconfigurado, de modo que o coletador registrasse as informações na ordem em que elas apareciam nas fichas biográficas. As fichas biográficas estão organizadas por legislaturas. Assim, para o total de 16 legislaturas no período, recebemos da secretaria do arquivo 16 arquivos PDF, cada um deles com cerca de 80 laudas – existem fichas mais detalhadas, que chegam a ocupar uma inteira, ao passo que outras contém menos informações, e ocupam um espaço menor no arquivo.

A matriz que elaboramos nesta terceira fase da coleta possui três colunas para a identificação da fonte e do coletador, e oito blocos de informação com dados do titular do mandato.

- Coluna “ID”. Essa coluna faz a lista numérica das entradas no banco.
  - Coluna “Nome do digitador”. Quem fez a coleta desta linha.
  - Coluna “Número do arquivo PDF”. Esse número indica de qual arquivo PDF as informações desta linha foram extraídas.
1. Identificação – 11 colunas [Identificação do Senador]. Esse bloco contém dados como: nome completo, local e data de nascimento e óbito, etc.

2. Filiação partidária – 19 colunas. [Descrição dos partidos aos quais o Senador foi filiado]. Registramos a sigla de cada partido, o ano de entrada e o ano de saída. Reservamos espaço para até seis partidos, e na última coluna o coletador anota o total de partidos pelo qual passou aquele Senador.
3. Carreira política – 81 colunas [Descrição dos cargos públicos ocupados pelo Senador]. Reservamos espaço para até 20 cargos públicos. A coleta registra quatro informações sobre cada um deles: nome do cargo, cargo categorizado, ano de entrada e ano de saída. Por último é feito o registro do total de cargos.
4. Síntese da carreira – 5 colunas [síntese da carreira do Senador]. Registramos o ano do primeiro cargo público e do último cargo público até a sua chegada ao Senado. A diferença entre esses dois anos é a terceira coluna, que nos informa o seu tempo de carreira. A seguir a matriz registra o total de cargos, e, depois anotamos qual o perfil da carreira (ver a codificação abaixo).
5. Dados Familiares – 4 colunas [caracterização da pertença do Senador a uma família política]. Registramos nessas colunas se o indivíduo possui antepassados vinculados à política, qual é o grau de parentesco (pai, tio, avô, etc.), quais os seus cargos e sua profissão.
6. Informações ocupacionais – 6 colunas [informações sobre a ocupação do Senador, formação universitária, ocupações, etc.]. Uma coluna registra se ele teve formação superior, outra registra o nome do curso e outra o ano de diplomação. As três colunas restantes são preenchidas com as profissões exercidas antes da atividade política.
7. Direção partidária – 6 colunas [caracterização de direção partidária desempenhada pelo Senador]. Reservamos espaço para três partidos, registrando no banco a sigla e o âmbito de influência do Senador dentro do partido.

Abaixo relacionamos os códigos utilizados em cada bloco de colunas. Em todos os casos onde não encontramos informação o código utilizado é 99.

#### Bloco 1 – Identificação

##### Coluna Sexo

1 - Masculino

2 - Feminino

#### Bloco 2 – Filiação partidária

Sem informações codificadas. Todos os dados foram inseridos exatamente como discriminados na fonte.

#### Bloco 3 – Carreira política

##### Coluna Cargo categorizado

1 - Cargo não eletivo de nível municipal

2 - Cargo não eletivo de nível estadual (1º escalão – secretários estaduais)

3 - Cargo não eletivo de nível estadual (2º escalão – presidente de bancos, institutos, chefes de polícia)

4 - Cargo não eletivo de nível federal (1º escalão – ministro)

5 - Cargo não eletivo de nível federal (2º escalão – secretário, conselheiro, etc.)

6 - Vereador

7 - Prefeito / Intendente

8 - Deputado Estadual

9 - Deputado Federal

10 - Governador / Interventor / Presidente de Província

11 - Senador

12 - Presidente

#### Bloco 4 – Síntese da carreira

##### Coluna Perfil de carreira

1 - Parlamentar puro (nunca ocupou um cargo indicado)

2 - Burocrático puro (nunca foi eleito para um mandato)

3 - Misto com início na parlamentar

4 - Misto com início na burocrática

#### Bloco 5 – Dados familiares

##### Coluna Família Política

1 - Sim

0 - Não

As demais informações foram registradas no banco como estavam informadas na fonte. Por exemplo, se a ficha indica que o pai Senador foi deputado e fazendeiro, o coletador anota exatamente essas palavras na matriz.

Bloco 6 – Informações ocupacionais

Coluna Formação Superior

1 - Sim

0 - Não

As demais informações foram registradas no banco como estavam informadas na fonte. Por exemplo, se a ficha indica que o senador foi advogado, jurista e Senador, o coletador anota exatamente essas palavras na matriz.

Bloco 7 – Direção partidária

Coluna Nível

0 - Não foi dirigente partidário

101 - Foi dirigente partidário em nível municipal

102 - Foi dirigente partidário em nível estadual

103 - Foi dirigente partidário em nível federal

## *AM.2 O REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS FONTES DA PESQUISA*

O primeiro contato que tivemos com os dados biográficos dos senadores brasileiros ocorreu no segundo semestre de 2013, quando recebemos os arquivos da Coordenação de Arquivo do Senado Federal. A partir dessa data teve início o trabalho de elaboração da base de dados, que foi feita pelos pesquisadores<sup>116</sup> do Núcleo de Pesquisas em Sociologia Política Brasileira da UFPR. Em agosto de 2014 ocorreu em Brasília o IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, e nessa ocasião fizemos duas visitas às dependências da Coordenação de Arquivo do Senado Federal. Nessa ocasião tivemos a oportunidade de visualizar como as informações eram arquivadas, e fizemos

---

<sup>116</sup> A construção da matriz, a elaboração dos blocos de variáveis, e a finalização da base de dados foi realizada pelo autor dessa tese. A primeira fase da coleta dos dados, que incluiu a manipulação dos dados ainda quando o universo não estava devidamente delimitado, foi realizada por Paula Buttore e Ana Paula Lopes, a quem registramos nossos singelos agradecimentos.

um registro fotográfico dessas fontes. É esse registro que apresentamos nessa seção. O nosso objetivo é apresentar por meio dessas imagens o percurso da informação que subsidiou a construção da nossa base de dados.

Iniciamos pelo principal insumo da nossa base de dados, que são as fichas biográficas da BSEN.

Figura AM.1. Captura de tela do arquivo com a parte superior da ficha biográfica do “Senador Ruy Barbosa”

21 legis.pdf - Adobe Acrobat Pro  
File Edit View Window Help

Identificação

Nome completo: Ruy Barbosa de Oliveira

Nome parlamentar: Ruy Barbosa

Estado Civil: Casado(a)

Data falecimento: 01/03/1923

Pai: João José Barbosa de Oliveira

Filiação Partidária

Partido: PLIB

Escritor

Diplomata

Advogado

Jurista

Jornalista

Sexo: Masculino

Nascimento: 05/11/1849

País: Brasil

Local: Salvador-BA

Local: Petrópolis-RJ

Mãe: Maria Adélia Barbosa de Oliveira

Filiação: Desfiliação:

Conjuge

Nome: Maria Augusta Viana Bandeira

Nascimento:

Cargos Públicos

Cargo: Conselheiro do Império

Local: Início: 1889 Fim:

Cargo: Ministro dos Negócios da Justiça - Interino

Local: Início: 15/11/1889 Fim: 18/11/1889

Cargo: Ministro da Fazenda

Local: Início: 15/11/1889 Fim: 21/01/1891

Cargo: Vice-chefe da Delegação Brasileira à Conferência de Haia

Local: Início: 1907 Fim:

Cargo: Representante do Brasil no I Centenário do Congresso

Local: Tucumán Início: 1916 Fim:

Mandatos eletivos

Tipo: Deputado Provincial

Início: 1878 Fim: Local: BA

Tipo: Deputado Geral

Início: 1878 Fim: 1881 Local: BA

Tipo: Deputado Geral

Início: 1882 Fim: 1884 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 18/11/1890 Fim: 24/02/1891 Local: BA

Senado Federal

Secretaria de Arquivo

Biografias pesquisadas

Usuário: LEGIS

Data: 02/08/2013 09:16:30

Página: 57 / 60

Dados Familiares

Tipo: Senador

Início: 15/06/1891 Fim: 20/01/1892 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 25/08/1892 Fim: 25/09/1893 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 07/05/1894 Fim: 10/12/1896 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 05/05/1897 Fim: 22/11/1899 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1900 Fim: 30/12/1902 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1903 Fim: 30/12/1905 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1906 Fim: 31/12/1908 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1909 Fim: 31/12/1911 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1912 Fim: 10/02/1915 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1915 Fim: 31/12/1917 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1918 Fim: 31/12/1920 Local: BA

Tipo: Senador

Início: 03/05/1921 Fim: 1922 Local: BA



Na figura AM.1 podemos observar quão minuciosas são as informações presentes na ficha biográfica elaborada pelo PRODASEN. O leitor pode verificar que a ficha contém algumas seções bem definidas: nessa imagem podemos ver os seguintes blocos de informação: “Identificação”, “Filiação Partidária”, “Profissões”, “Cônjuge”, “Cargos Públicos”. Ao final da imagem AM.1 aparece o bloco “Dados Familiares”, que aparece no início da próxima captura de tela (figura AM.2).

A figura AM.2 (a seguir) apresenta os últimos dois blocos de informação que formam a ficha. Ali estão listados o campo “Dados Familiares”, “Trabalhos Publicados” e finalmente aparece o bloco “Outras Informações”.

Figura AM.2. Captura de tela do arquivo com a parte inferior da ficha biográfica do “Senador Ruy Barbosa”



Fonte: Coordenação do Arquivo do Senado Federal.

Essas informações foram compiladas originariamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen), órgão responsável pela manutenção, atualização e processamento de bancos de dados do Senado brasileiro. O Prodasen foi criado em 1972, durante o regime ditatorial, a fim de atingir três propósitos: fornecer assistência ao governo, possibilitar o controle do Congresso e transformar o modo de estruturação e organização das ações governamentais. De acordo com Abdo Baaklini (1994), o Prodasen fornecia assistência ao governo para controle da memória legislativa e legal do País, permitindo que essas informações não só estivessem disponíveis ao Executivo como possibilitando, com a devida manipulação, que o governo controlasse o Congresso.

A periodização proposta por Baaklini separa a história do Prodasen em quatro fases distintas: a primeira corresponde à *fase tecnológica* (1970-1975), quando houve a compra dos primeiros materiais físicos e a formação de uma equipe técnica, conferindo as bases para o início dos trabalhos na Secretaria; a segunda é a *fase integrativa* (1975-1982), quando as bases de dados são expandidas – os dois sistemas existentes até 1975<sup>117</sup> se ampliaram para mais de dez bases de dados integrados no segundo momento. A terceira fase é a *fase de consolidação* (1982- 1985), período em que os trabalhos da Secretaria ganham visibilidade na cena política nacional e sua autonomia operacional é posta em xeque, devido às pressões exercidas pela Mesa Diretora para a nomeação de técnicos e diretores da Secretaria. O quarto período histórico do Prodasen é a *fase política*, que para Baaklini (Baaklini 1994, p.180) se inicia em 1985 e persiste até a década de 90. Esse é o momento em que os recursos de processamento de dados do Prodasen passam a ser ostensivamente utilizados pelos parlamentares. Eles tiveram um papel determinante nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988<sup>118</sup>.

Iniciando com o auxílio da IBM, com a ajuda de pessoal qualificado e com autonomia administrativa, foi na fase integrativa que a BSEN “*Biografia dos Senadores Brasileiros (BSEN) - 1826-2013*” foi criada. Ao descrever a base que serviria de insumo

---

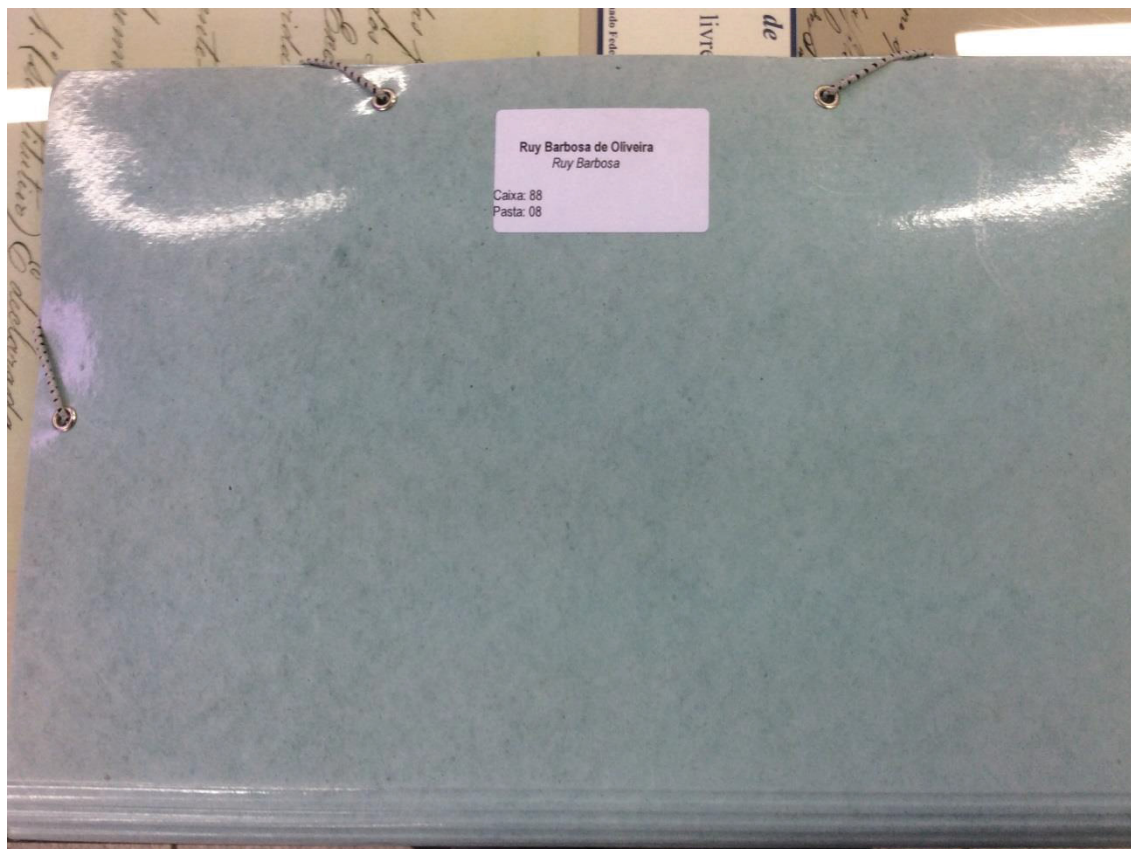
<sup>117</sup> Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON) e Sistema Administrativo Integrado (SAI).

<sup>118</sup> Baaklini afirma que o Prodasen forneceu aos parlamentares as condições técnicas fundamentais para os rascunhos da nova Carta. Coube ao Prodasen elaborar o sistema que reunia dados de 35 constituições (brasileiras e estrangeiras), além do questionário que coletou sugestões oriundas de iniciativas populares sobre o texto final. De acordo com o autor: “Por dois anos forneceu o suporte tecnológico e informacional que permitiu à Assembleia Nacional Constituinte considerar milhares de alterações e produzir milhares de votos em centenas de horas de debates. Sem a capacidade tecnológica do Prodasen, o trabalho da Constituinte teria se desacelerado para um ritmo de caracol.” (1994, p.185). Tradução livre. No original lê-se: Constituent Assembly (NCA) was a notable technological achievement. For two years, it provided the technological and informational support that enabled the NCA to consider thousands of amendments and record and produce thousands of votes and hundreds of hours of debates. Without Prodasen’s technological capability, the work of the NCA would have been slowed to a snail’s pace.”

para essa tese, Baaklini afirma: “BSEN. O sistema *Biografia dos Senadores* continha importantes informações biográficas sobre aqueles que haviam servido no Senado federal desde o período imperial brasileiro. Foi atualizado pela equipe da biblioteca do Senado.” (Baaklini 1994, p.180)<sup>119</sup>. As imagens que veremos a seguir são o resultado do trabalho desses bibliotecários e arquivistas.

As imagens AM.3, AM.4 e AM.5 são um registro de uma ficha de controle que foi utilizada para padronizar as informações na base BSEN. Os dados eram manuscritos em campos específicos, que seguem uma ordem semelhante aos blocos de informação que podemos ver nas capturas de tela (figuras AM.1 e AM.2).

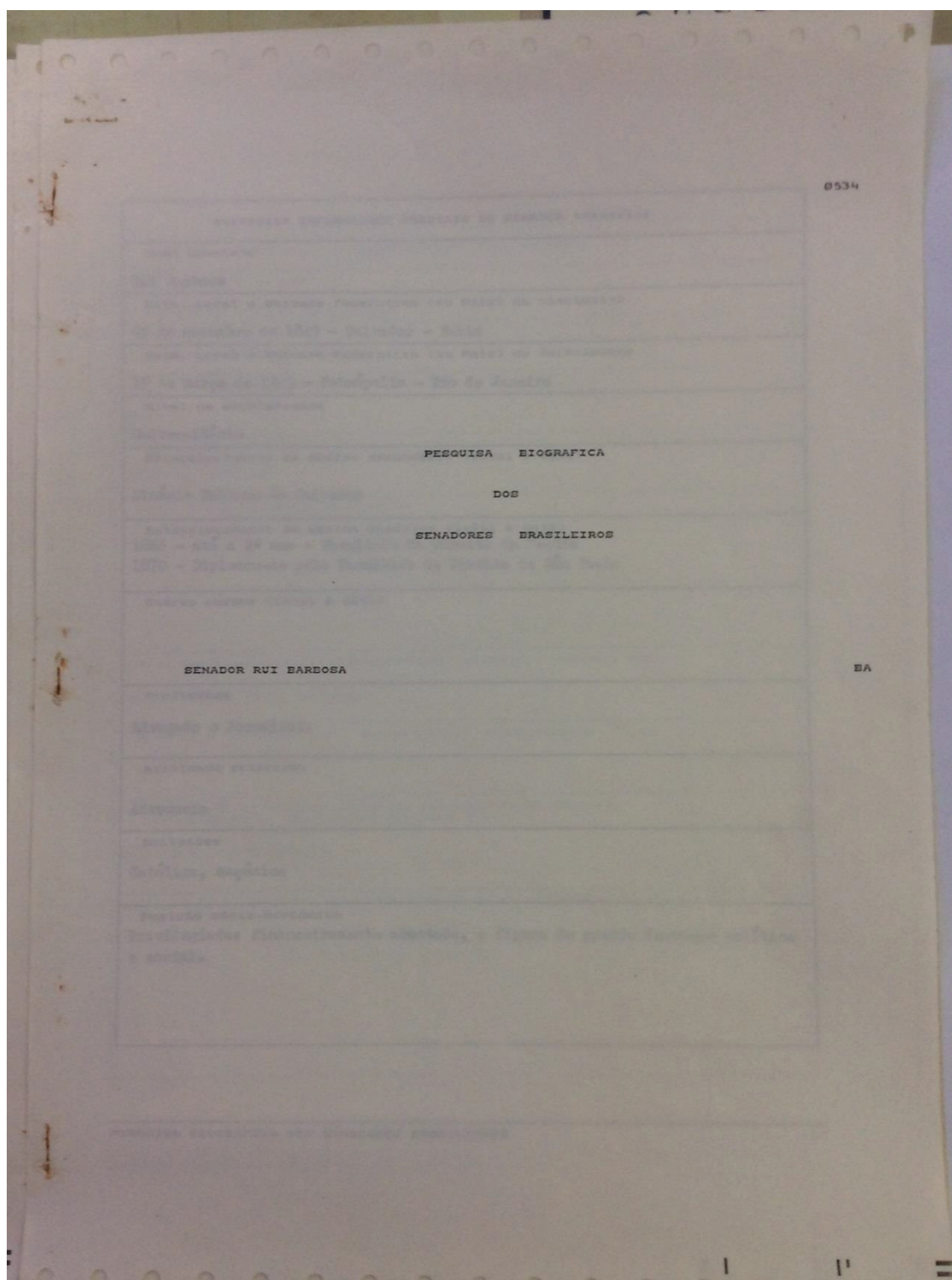
Figura AM.3. Pasta com os arquivos do Senador Rui Barbosa



Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.

<sup>119</sup> Tradução livre. No original lê-se “BSEN. The *Biografia dos Senadores* system contained important biographic information on those who had served in the federal Senate since Brazil’s Imperial period. It was updated by the Senate library staff.”

Figura AM.4. Primeira lauda dos documentos arquivados na pasta



Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.



Figura AM.5. Primeira lauda da ficha de controle dos dados biográficos

01 nome completo RUI BARBOSA		02 letra B	
03 título		04 sexo M	05 UF BA
07 data/nasc. 05/11/1849	08 local/nasc. SALVADOR	UF: BA	
09 data/fal. 01/03/1923	10 local/falecimento PETROPOLIS	UF: RJ	
11 nome da mãe MARIA ADELIA BARBOSA DE OLIVEIRA			
12 nome do pai JOÃO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA			
13 local/nasc./pai		UF: BA	
14 profissão/pai			
<input checked="" type="checkbox"/> 07 médico <input type="checkbox"/> 01 militar <input type="checkbox"/> 04 func. público <input type="checkbox"/> 08 engenheiro <input type="checkbox"/> 02 prop. rural <input type="checkbox"/> 05 comerciante <input type="checkbox"/> 09 advogado <input type="checkbox"/> 03 industrial <input type="checkbox"/> 06    outro <input type="checkbox"/> 10 outra prof. liberal			
15 família proeminente?		16 fortuna pessoal	
<input type="checkbox"/> 01 sim <input type="checkbox"/> 02 não <input type="checkbox"/> 01 opulento <input type="checkbox"/> 03 sem fortuna <input type="checkbox"/> 02 abastado <input type="checkbox"/> 04 indeterminado		<input type="checkbox"/> 01 sim <input type="checkbox"/> 02 não 17 recebeu herança?	
18 estado civil:			
<input type="checkbox"/> 01 solteiro <input checked="" type="checkbox"/> 02 casado <input checked="" type="checkbox"/> 03 casamento proem.			
nome/cônjuge		05 prima    06 sobrinha	
04 MARIA AUGUSTA VIANA BANDEIRA		07 cunhada	
nome/família/cônjuge		09 pai    11 irmão	
08 ALFREDO FERREIRA BANDEIRA		10 tio    12 filho	
data/casamento		local/casamento	
13 23/11/1896		14 Salvador - BA	
19 religião:		20 nível de escolaridade:	
<input checked="" type="checkbox"/> 01 cat. <input type="checkbox"/> 02 prot. <input type="checkbox"/> 03 jud. <input type="checkbox"/> 04 outra <input type="checkbox"/> 05 ind. <input checked="" type="checkbox"/> 06 maçom?		<input type="checkbox"/> 01 primário <input checked="" type="checkbox"/> 03 univers. <input type="checkbox"/> 05 pós-graduação outro: <input type="checkbox"/> 02 secundário <input type="checkbox"/> 04 indeter. <input type="checkbox"/> 06	
21 estabelecimento/local de ensino:			
secundário		superior	
01 GINÁSIO BAIANO - SALVADOR		02 FAC. DIREITO SÃO PAULO	
22 atividade principal antes da eleição p/Senador:			
ADVOCACIA			

Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.

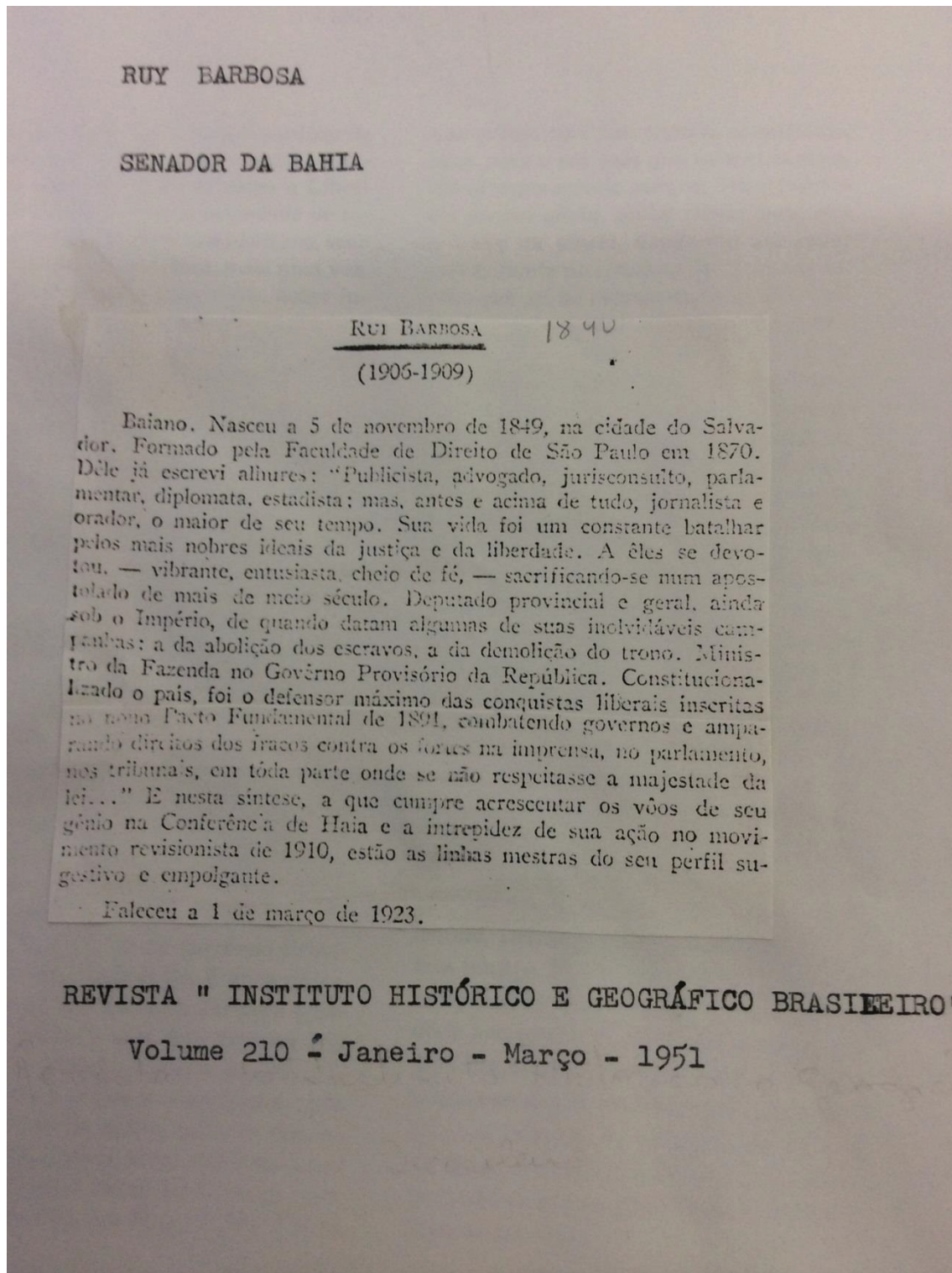
Figura AM.6. Segunda lauda da ficha de controle dos dados biográficos

23 profissão do Senador			07 <input type="checkbox"/> médico		
01 <input type="checkbox"/> militar	04 <input type="checkbox"/> func. público	08 <input type="checkbox"/> engenheiro			
02 <input type="checkbox"/> prop. rural	05 <input type="checkbox"/> comerciante	09 <input checked="" type="checkbox"/> advogado			
03 <input type="checkbox"/> industrial	06 <input type="checkbox"/> outra	10 <input type="checkbox"/> outra prof. liberal			
24 cargos públicos exercidos					
01 <input type="checkbox"/> vereador	05 <input type="checkbox"/> sec. estadual/equiv.	09 <input checked="" type="checkbox"/> ministro de estado			
02 <input type="checkbox"/> prefeito/equiv.	06 <input checked="" type="checkbox"/> dep. Prov. / estadual	10 <input type="checkbox"/> conselheiro de estado			
03 <input type="checkbox"/> magistrado	07 <input checked="" type="checkbox"/> dep. geral/ federal	11 <input type="checkbox"/> presid. da república			
04 <input type="checkbox"/> diplomata	08 <input type="checkbox"/> governador/equiv.				
12 <input type="checkbox"/> outros:					
25 número/mandatos/deputado:		26 mandato senatorial		27 idade/Sen.	
01 <input type="checkbox"/> provincial	02 <input checked="" type="checkbox"/> geral	01 <input checked="" type="checkbox"/> república	02 <input type="checkbox"/> império	01 <input checked="" type="checkbox"/> posse	
estadual	federal	(nº mandatos)	(nº anos)	02 <input checked="" type="checkbox"/> término	mandato
28 período senatorial:					
01 18/11/1890	02 20/01/1892	07 25/04/1906	08 04/05/1915	13 <input type="checkbox"/>	
03 25/08/1892	04 06/05/1897	09 04/05/1915	10 10/03/1921	não tomou posse	
05 06/05/1897	06 25/04/1906	11 30/07/1921	12 01/03/1922		
data/posse	data/término	data/posse	data/término		
29 partidos políticos a que pertenceu - épocas respectivas:					
PARTIDO LIBERAL (IMPERIO)					
30 Observações:					
- SEU PAI FOI DEPUTADO GERAL PELA BAHIA: 1864-66; 1866-68 - DEPUTADO PROVINCIAL: 1878 - DEPUTADO GERAL: 1878-81; 1882-84 (REFORMA ELEITORAL SARAIVA QUE AJUDOU A ELABORAR); FOI RELATOR SOBRE A REFORMA DO ENSINO (1882); PROTECTOR DO ELEMENTO FLORIANO; FOI RELATOR SOBRE A REFORMA DO IMPERIO; DEFENSOR DO FEDERALISMO - RECEBEU O TITULO DE CONSELHEIRO DO IMPERIO; DEFENSOR DO FEDERALISMO - MEM DE RECURSAR SER DO GABINETE OURO PRETO (1889) COMBATEU O MESMO PELO S.M. - DIARIO DE NOTICIAS - A favor da separação da Bahia e Estado - OCUPOU A VASTA DA FAZENDA DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA PRESIDIDO POR DEODORO DE MATTOS JUNTO COM TUDO O MINISTERIO EM 1891. Assinou a Constituição (1891) - SENADOR COM MANDATO DE 6 ANOS POR SER O 2º MAIS VOTADO DOS 3 ELEITOS PELA BA. EM 1890 - RENUNCIOU EM 1892 E FOI NOUAMENTE ELEITO EM 1892 EM VAGA DA SUA PROPRIA RENUNCIA - FOI Opositor de Floriano e com a revolta da PRIMA EXILOU-SE (BUENOSAIRES, LISBOA, LONDRES) - COMBATEU A POLITICA FINANCEIRA DE JOAQUIM MORTINHO CHEGOU A DELEGACAO BRASILEIRA A CONFERENCIA DE HAIA (1907). FOI CANDIDATO A PRESIDENCIA EM 1910 (CAMPANHA CIVILISTA) - FOI DEFENSOR DA ENTRADA DO BRASIL NA 1ª GUERRA MUNDIAL - FOI CANDIDATO A PRESIDENCIA DA REPUBLICA EM OPOSICAO A EPITACIO PESSOA. RENUNCIOU SENADO 10.03.1921 - ELEITO JUIZ DA CORTE PERMANENTE DE JUSTICA EM HAIA NAO CHEGOU A TOMAR POSSE - NO SENADO FOI MEMBRO DA COMISSAO DE FINANÇAS. SUA OBRA EDITADA E VASTA E DE GRANDE VALOR.					

Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.



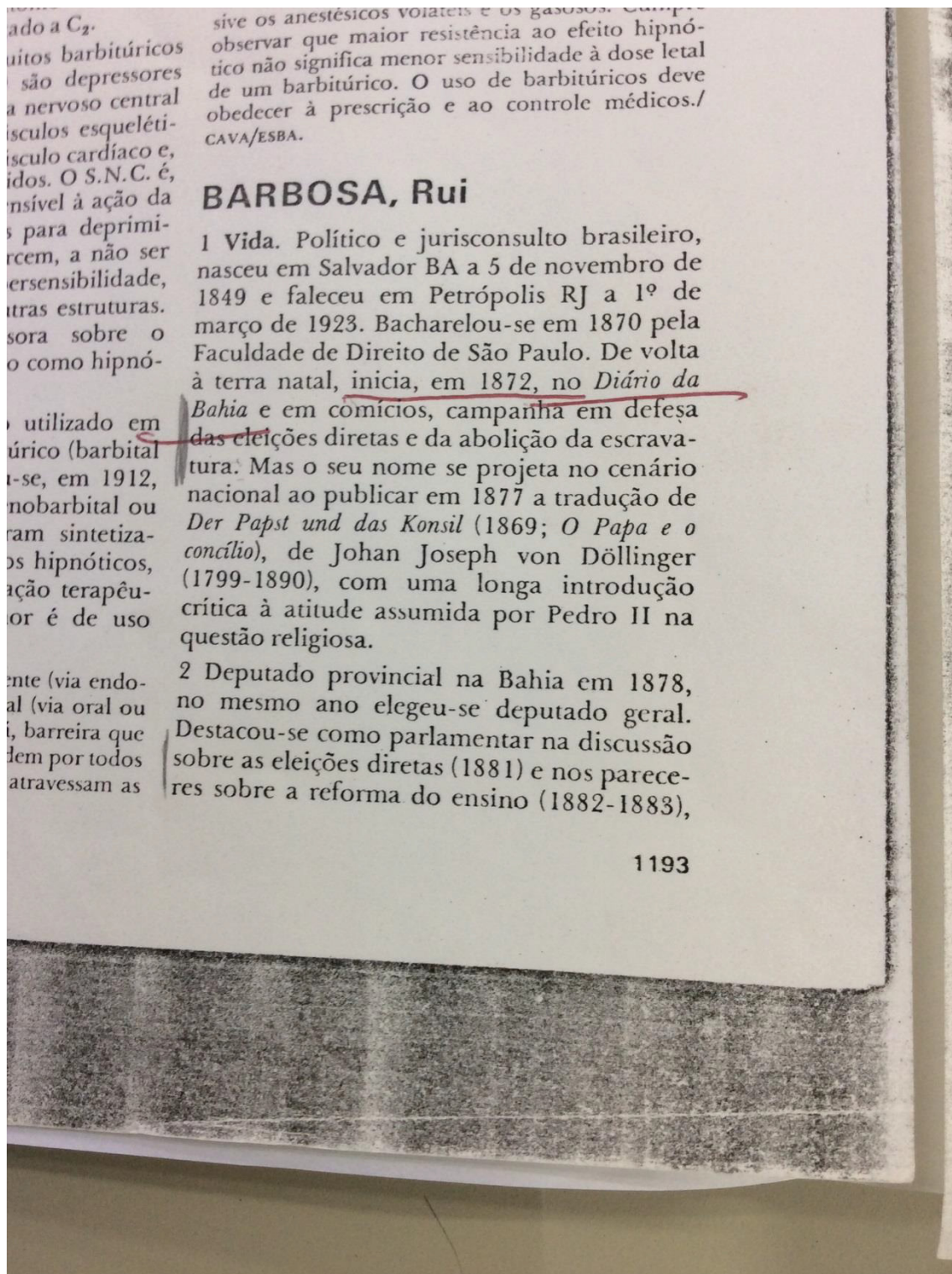
Figura AM.7. Fonte primária arquivada na pasta de Rui Barbosa



Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.



Figura AM.8. Primeira lauda de verbete arquivado na pasta de Rui Barbosa



Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.



Figura AM.9. Segunda lauda de verbete arquivado na pasta de Rui Barbosa

**BARCA, conde da**

pelos quais recebeu o título de conselheiro. Notável foi ainda na mesma época o seu parecer sobre a emancipação do elemento servil (1884). Defensor do federalismo no último congresso do Partido Liberal, recusou-se a participar do gabinete presidido pelo visconde de Ouro Preto, o último da monarquia, a que deu combate no *Diário de Notícias* em uma série de artigos depois reunidos em volume, sob o título *A Queda do império* (1889).

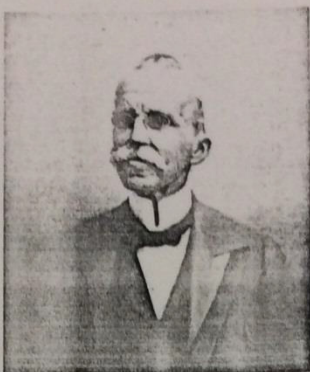
**3 Atuação na república.** Com a proclamação da república, em 1889, ocupou a pasta da Fazenda. Imprimiu à política financeira orientação fortemente industrialista, prosseguindo, aliás, a mesma linha dos dois últimos gabinetes monárquicos, em ritmo mais acelerado, mas o seu programa de reformas, apenas iniciado, teve que ser interrompido com a demissão coletiva do ministério (1891). No mesmo ano, foi eleito senador pela Bahia, mandato que desempenhou até o seu falecimento (1923).

**4 Coube a Rui Barbosa a tarefa de relatar os projetos de constituição apresentados por uma comissão de juristas nomeada pelo governo provisório. Modificou-os radicalmente, e o substitutivo da sua autoria encaminhado ao congresso constituinte rompeu por completo a tradição parlamentarista imperial e consagrou o regime presidencialista, nos moldes norte-americanos, inclusive quanto ao papel do poder judiciário. O substitutivo de Rui Barbosa foi combatido por Júlio de Castilhos, à frente da representação do Rio Grande do Sul, no capítulo relativo à discriminação de rendas.**

**5 Com a ascensão de Floriano Peixoto, passou a integrar a oposição na tribuna parlamentar e no *Jornal do Brasil*. Processado e perseguido como rebelde, por ocasião da revolta da armada, exilou-se em Buenos Aires, depois em Lisboa e Londres. Da capital britânica, enviou para o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a série de artigos onde se insere a primeira defesa de que há notícia do capitão Alfred Dreyfus (1859-1935), artigos que formariam os capítulos do volume *Cartas de Inglaterra* (1896; 3. ed., de 1946, com prefácio de Lúcia Miguel Pereira).**

**6 Retorna à pátria em 1895. Tenta em vão organizar o Partido Republicano Conservador (1897). No senado é no jornal *A Imprensa*, combate a política financeira de Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda de Campos Sales (1898-1902). Em 1902, provoca grande celeuma o seu parecer, no senado, sobre a redação do projeto do código civil, com restrições mais gramaticais que jurídicas ao texto da autoria de Clóvis Beviláqua. O projeto só seria transformado em lei 15 anos depois (1916).**

**7 Nomeado pelo presidente Afonso Pena chefe da delegação brasileira à II Conferência da Paz, reunida em Haia (1907), onde defendeu o princípio da igualdade das nações, voltou como candidato potencial à presidência da república. Em disputa contra o marechal Hermes da Fonseca (1910), contou com o apoio das situações dominantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, mas o resultado das eleições não lhe foi favorável. Hermes da Fonseca obteve 403.867, contra 222.822 votos computados a Rui. Sobre o**



Rui Barbosa, de Timóteo da Costa  
Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio

volumes), adquirida pelo governo, que instalou a Casa de Rui Barbosa, hoje fundação, encarregada da publicação de suas obras completas, em edição sistemática, discursos, conferências, pareceres, de que já se publicaram mais de cem volumes.

**12 Rui Barbosa foi um dos ideólogos mais representativos do período inicial da república, contribuindo para a implantação do federalismo e a separação entre a Igreja e o Estado, mediante concessões de princípios em ambos os casos, primeiro com o estadualismo, segundo com o clero. Sua atuação como constitucionalista teve alta significação, por outro lado, na luta constante junto ao Supremo Tribunal Federal para que este exercesse de fato as suas funções de guardião das franquias constitucionais, sobretudo na limitação do estado de sítio, na aplicação do recurso do *habeas corpus* e na interpretação do famoso art. 6º da Constituição de 1891, acerca da intervenção federal nos Estados, artigo sempre desrespeitado na primeira república.**

**13 Obras.** Da edição das obras completas, promovida pela Casa de Rui Barbosa, merecem destaque os seguintes volumes: v. 9, t. 1, de 1882, *Reforma do ensino secundário e superior*, com prefácio e revisão de Thiers Martins Moreira, editado em 1942; v. 10, t. 1-4, de 1883, *Reforma do ensino primário*, com prefácio de Américo Jacobina Lacombe, editado em 1947; v. 11, t. 1, de 1884, *Discursos parlamentares*; *Emancipação dos escravos*, com prefácio e revisão de Astorjildo Pereira, editado em 1945; v. 14, de 1887, *Questão militar*; *Abolicionismo*; *Trabalhos jurídicos*; *Suflor*, com prefácio e revisão de Hélio Viana, editado em 1955; v. 16, t. 1-3, de 1889, *Queda do império*; *Diário de Notícias*, com prefácio de Hermes Lima, editado em 1947; v. 17, de 1890, *A Constituição de 1891*, com prefácio e revisão de Pedro Calmon, editado em 1946 e t. 2 e 3, *Relatório do ministro da Fazenda*, com prefácio e revisão de Oscar Bormann, editado em 1949; v. 23, t. 1, 1896, *Cartas de Inglaterra*, com prefácio e revisão de Lúcia Miguel Pereira, editado em 1946; v. 29, de 1902, t. 1, *Parecer sobre a redação do código civil*, com prefácio, revisão e índices do padre Augusto Magne S. J., editado em 1949 e t. 2 e 3, *Réplica* (1. e 2. partes) com prefácio e revisão do padre Augusto Magne S. J., editado em 1953; v. 46, de 1919, *Campagna presidencial*, com prefácio de José Maria Belo, editado em 1956 e t. 2, *Campagna presidencial*, com prefácio de José Maria Belo, editado em 1956.

**14 Bibliografia.** Viana Filho, Luís. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo, 1941. / Mangabeira, João. *Rui, o estadista da república*. 2. ed. São Paulo, 1946. / Dantas, Francisco Clementino de San Tiago. *Dois momentos de Rui Barbosa, conferências* [Rio de Janeiro, 1949]. / Baleeiro, Aliomar. *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda* [Rio de Janeiro] 1952. / BARB/LACO.

**BARCA, conde da**

**1 Vida.** Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca, político e diplomata português, nasceu em Ponte de Lima em 14 de maio de 1754 e faleceu no Rio de Janeiro GB em 21 de junho de 1817. Iniciou os estudos de humanidades no Porto, seguindo depois para Coimbra, onde não chegou a concluir o curso de filosofia.

**2 O político.** Depois de exercer missões diplomáticas no exterior, foi nomeado ministro da Guerra e Estrangeiros e conselheiro de Estado em 1804. Sua atuação favorável a uma aproximação maior com a França napoleônica, como forma de contrabalançar a hegemonia inglesa em Portugal, valeu-lhe a hostilidade do partido anglófilo, no qual se destacava o conde de Linhares (1755-1812). Quando da transferência da família real portuguesa para o Brasil, Araújo de Aze-

Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.

As figuras AM.5 e AM.6 podemos ver os blocos de informações similares aos presentes nos PDFs que manipulamos ao coletar os dados (figuras AM.1 e AM. 2). As figuras AM.7, AM.8 e AM.9 mostram quais eram as fontes primárias utilizadas pelos arquivistas que compuseram as primeiras fichas biográficas do Prodasen. Nas imagens AM.10, AM.11 e AM.12, a seguir, podemos ver manuscritas as datas em que tais fichas foram concluídas, o que ocorre entre 1984 e 1985, convergindo com a fase de “Consolidação” da Secretaria, segundo a periodização de Abdo Baaklini. A figura AM.13 revela que a base já tinha digitalizada em 1985, quando foi impressa (em uma impressora matricial) a ficha retratada nessa figura.

Figura AM.10. Controle manuscrito realizado pelos arquivistas do Senado Federal

BIOGRAFIAS SELECIONADAS

SENADOR: Rui Barbosa de Oliveira

Nome Parlamentar: RUI BARBOSA

Título Nobiliárquico: —

IDENTIFICAÇÃO:

- Estado Rep. (Sigla) BA

- Período Histórico: 2º Império e 1ª República

MANDATOS ELETIVOS:

Mandato	Posse	Término	UF.	Município
dep. Provincial	1878		BA	
dep. geral	1878	1881	BA	
dep. geral	1882	1884	BA	
Senador Constituinte	18.11.1890	20.01.1892	BA	
Senador	25.08.1892	06.05.1897	BA	
Senador	06.05.1897	25.04.1906	BA	
Senador	25.04.1906	04.05.1915	BA	
Senador	04.05.1915	10.03.1921	BA	

Nº de Mandatos: 08 Total/Anos: 36

PARTIDOS POLÍTICOS:

Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.



Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.

Figura AM.12. Controle manuscrito realizado pelos arquivistas do Senado Federal

fls. 04

OUTROS DADOS FAMILIARES:

sem pai foi deputado geral

PUBLICAÇÕES:

Obras Publicadas:

Ver ANEXO ficha do PRODASEN

Referências Bibliográficas:

Baptista Pereira - Rui Barbosa em Santos: Em 1868  
e em 1912 - RJ, Casa de Rui Barbosa, 1956, 44p.

- VER ANEXO ficha do PRODASEN

Brasília, DF., 03/07/1984


Rodrigo Sílvel Roldenberg  
 Ass. Pesquisador

Olivia  
 Ass. Revisor.

Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.



Figura AM.13. Ficha impressa em 1985 obtida a partir da base digitalizada

 SENADO FEDERAL

SICON  
PRODASEN

B I O G R A F I A S D E S E N A D O R E S

MODALIDADE: ALTERAÇÃO

DATA: 04/06/85  
HORA: 17:14:39

BIOG.: 0670

SENADOR: RUI BARBOSA DE OLIVEIRA

OBRAS PUBLICADAS

BARBOSA, RUY - 'CONTRA O MILITARISMO' - CAMPANHA ELEITORAL DE 1909 A 1910

TIPOGRAFIA RIO DE JANEIRO-133 P IL -PRIMEIRA SERIE

BARBOSA, RUY - 'CONTRA O MILITARISMO' - DISCURSOS EM SÃO PAULO, SANTOS

E CAMPINAS - CAMPANHA ELEITORAL DE 1909 A 1910-SEGUNDA SERIE - TIPO-

GRAFIA RIO DE JANEIRO - J. RIBEIRO DOS SANTOS -182 P

BARBOSA, RUY - 'A IGREJA E O ESTADO' - S ED 1876- 1 V- 'CONFERENCIA

TECLE:

(ENTER) - CONSISTE

(PF7) - TELA ANTERIOR E GRAVA

(PF10) - MENU DE FUNÇÕES DO BSEN

(PA1) - ENCERRA TRANSAÇÃO BSEN

(PF8) - TELA POSTERIOR E GRAVA

(PF11) - NOVO DOCUMENTO

SICON

PRODASEN

B I O G R A F I A S D E S E N A D O R E S

MODALIDADE: ALTERAÇÃO

DATA: 04/06/85  
HORA: 17:14:39

BIOG.: 0670

SENADOR: RUI BARBOSA DE OLIVEIRA

OBRAS PUBLICADAS

BARBOSA, RUY - 'CONTRA O MILITARISMO' - CAMPANHA ELEITORAL DE 1909 A 1910

TIPOGRAFIA RIO DE JANEIRO-133 P IL -PRIMEIRA SERIE

BARBOSA, RUY - 'CONTRA O MILITARISMO' - DISCURSOS EM SÃO PAULO, SANTOS

E CAMPINAS - CAMPANHA ELEITORAL DE 1909 A 1910-SEGUNDA SERIE - TIPO-

GRAFIA RIO DE JANEIRO - J. RIBEIRO DOS SANTOS -182 P

BARBOSA, RUY - 'A IGREJA E O ESTADO' - S ED 1876- 1 V- 'CONFERENCIA

TECLE:

(ENTER) - CONSISTE

(PF7) - TELA ANTERIOR E GRAVA

(PF10) - MENU DE FUNÇÕES DO BSEN

(PA1) - ENCERRA TRANSAÇÃO BSEN

(PF8) - TELA POSTERIOR E GRAVA

(PF11) - NOVO DOCUMENTO

SICON

PRODASEN

B I O G R A F I A S D E S E N A D O R E S

MODALIDADE: ALTERAÇÃO

DATA: 04/06/85  
HORA: 17:18:44

BIOG.: 0670

SENADOR: RUI BARBOSA DE OLIVEIRA

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, RIO DE JANEIRO - 'RUI, SUA CASA E SEUS LI-

VROS' - TIPOGRAFIA RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA -1980 -

212 P - IL - EDIÇÃO COMEMORATIVA DO CINQUENTENARIO DE INAUGURAÇÃO DA

CASA DE RUI BARBOSA (1930/1980) (SENADO)

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - 'HOMENAGEM A RUI BARBOSA' - TIPOGRAFIA

RIO DE JANEIRO - 1967-50 P IL (SENADO)

TECLE:

(ENTER) - CONSISTE

(PF7) - TELA ANTERIOR E GRAVA

(PF10) - MENU DE FUNÇÕES DO BSEN

(PA1) - ENCERRA TRANSAÇÃO BSEN

(PF8) - TELA POSTERIOR E GRAVA

(PF11) - NOVO DOCUMENTO

SICON

PRODASEN

B I O G R A F I A S D E S E N A D O R E S

MODALIDADE: ALTERAÇÃO

DATA: 04/06/85  
HORA: 17:18:44

BIOG.: 0670

SENADOR: RUI BARBOSA DE OLIVEIRA

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - 'TEXTOS CONSTITUCIONAIS NA BIBLIOTECA

*871 copiar*

Créditos da Imagem: Lucas Massimo. Foto tirada em 05 de agosto de 2014.

## APÊNDICE BIOGRÁFICO

Relação dos 51 indivíduos (e seus respectivos Estados) classificados como super políticos segundo a tipologia dos recursos políticos proposta no Capítulo 5 (dirigentes partidários e fundadores de jornais).

Abdon Batista (Santa Catarina)	Delfim Moreira da Costa Ribeiro (Minas Gerais)	José Leopoldo Bulhões Jardim (Goiás)
Abel de Abrel Chermont (Pará)	Edgar Cavalcanti de Arruda (Ceará)	José Monteiro Ribeiro Junqueira (Minas Gerais)
Abelardo Leão Condurú (Pará)	Firmino Paim Filho (Rio Grande do Sul)	Júlio Bueno Brandão (Minas Gerais)
Adolpho Afonso da Silva Gordo (São Paulo)	Francisco de Assis Rosa e Silva (Pernambuco)	Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (Sergipe)
Alfredo Augusto Backer (Rio de Janeiro)	Francisco Rangel Pestana (Rio de Janeiro)	Manoel de Matos Duarte Silva (Rio de Janeiro)
Antônio Coelho Rodrigues (Piauí)	Francisco Portela (Rio de Janeiro)	Manoel Victorino Pereira (Bahia)
Antonio de Lacerda Franco (São Paulo)	Generoso Pais Leme de Souza Ponce (Mato Grosso)	Mário D'Alencastro Caiado (Goiás)
Antonio Francisco Azeredo (Mato Grosso)	João Cordeiro (Ceará)	Martinho Cézar da Silveira Garcez (Sergipe)
Antonio Jorge Machado Lima (Paraná)	João de Lyra Tavares (Rio Grande do Norte)	Pedro Francisco Rodrigues do Lago (Bahia)
Antonio José Caiado (Goiás)	João Francisco de Paula e Souza (São Paulo)	Pedro Velho Maranhão (Rio Grande do Norte)
Antônio Muniz Sodré De Aragão (Bahia)	João Mangabeira (Bahia)	Quintino Antonio Ferreira de Souza (Rio de Janeiro)
Antônio Ramos Caiado (Goiás)	João Pacheco De Oliveira (Bahia)	Ruy Barbosa de Oliveira (Bahia)
Arthur da Silva Bernardes (Minas Gerais)	Joaquim Felício Dos Santos (Minas Gerais)	Severino dos Santos Vieira (Bahia)
Augusto Simões Lopes (Rio Grande do Sul)	Joaquim Francisco Moreira (Rio de Janeiro)	Thomaz Delphino dos Santos (Distrito Federal)
Benedicto Pereira Leite (Maranhão)	Joaquim Saldanha Marinho (Distrito Federal)	Vespasiano Barbosa Martins (Mato Grosso)
Bernardino José de Campos Júnior (São Paulo)	José de Mello Muniz Freire (Espírito Santo)	
Carlos Vaz de Melo (Minas Gerais)	José Eduardo de Macedo Soares (Rio de Janeiro)	
Cleto Nunes Pereira (Espírito Santo)	José Gomes Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul)	



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abranches, D. de, 1973. *Como se faziam presidentes: homens e fatos do início da República*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- Abrucio, F., 1998. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*, Hucitec/DCP-USP.
- Adorno, S., 1988. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*, São Paulo: Paz e Terra.
- Alcântara-Sáez, M., 2016. *A profissionalização da política*, Curitiba: CPOP-UFPR/PRPPG.
- Baaklini, A.I., 1994. Prodasen: The congressional information system of the Federal Senate of Brazil. *Government Information Quarterly*, 11(2), pp.171–190.
- Balmori, D., Voss, S.F. & Wortman, M., 1990. *Las Alianzas de Familias y la Formacion del País en America Latina*, Fondo de Cultura Económica.
- Barman, R. & Barman, J., 1978. The Prosopography of the Brazilian Empire. *Latin American Research Review*, 13(2), pp.78–97.
- Barman, R. & Barman, J., 1976. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 18(4), pp.423–450.
- Bécarud, J., 1973. Noblesse et représentation parlementaire : les députés nobles de 1871 à 1968. *Revue Française de Science Politique*, 23(5), pp.972–993.
- Best, H. & Cotta, M., 2000a. Elite Transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations. In H. Best & M. Cotta, eds. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford, England: Oxford University Press, pp. 1–28.
- Best, H. & Cotta, M., 2000b. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries.*, Oxford, England: Oxford University Press.
- Best, H. & Edinger, M., 2005. Converging Representative Elites in Europe ? An Introduction to the EurElite Project. *Czech Sociological Review*, 41(3), pp.499–510.
- Black, G.S., 1972. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. *The American Political Science Review*, 66(1), pp.144–159.
- Black, G.S., 1970. A theory of professionalization in politics. *The American Political Science Review*, 64(3), pp.865–878.
- Bourdieu, P., 1989. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, pp. 163–208.
- Canton, D., 1966. *El Parlamento Argentino en épocas de cambio: 1890, 1916 y 1946*, Buenos Aires: Editorial del Instituto.
- Carvalho, J.M. de, 1996. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sobras: a política imperial* 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. Relume-Dumará.
- Carvalho, O.M., 1987. Os Partidos Políticos na Primeira e na Segunda República. In J. P. M. Peixoto, ed. *Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, pp. 19–33.

- Casalecchi, J.Ê., 1987. *O Partido Republicano Paulista. Política e Poder (1889-1926)*, São Paulo: Brasiliense.
- Cavalcanti, T.B., 1975. *O voto distrital no Brasil. Estudo em torno da conveniência e da viabilidade de sua adoção.*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Cerqueira Leite, B.W. de, 1978. *O senado nos anos finais do Império (1870-1889)*, Brasília: Senado Federal.
- Chacon, V., 1985. *História dos partidos brasileiros: discurso e prática dos seus programas*, Editora da Universidade de Brasília.
- Cigler, B.A., 1990. Public Administration and the Paradox of Professionalization. *Public Administration Review*, 50(6), pp.637–653.
- Codato, A., 2008. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), pp.89–105.
- Codato, A., Perissinotto, R., et al., 2017. La sociología política de las elites políticas y estatales de Brasil: un balance de cincuenta años de estudios. In G. Vommaro & M. Gené, eds. *Las élites políticas en el Sur. Un estado de la cuestión de los estudios sobre Argentina, Brasil y Chile*. Buenos Aires: Ediciones UNGS.
- Codato, A., 2015. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In R. Perissinotto & A. Codato, eds. *Como estudar elites*. Curitiba: Editora da UFPR, pp. 15–30.
- Codato, A. et al., 2016. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. *Revista de Sociologia e Política*, 24(60), pp.47–68.
- Codato, A., Berlatto, F. & Bolognesi, B., Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social (no prelo)*.
- Codato, A., Massimo, L. & Costa, L.D., 2017. Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators. *Tempo Social*, 29(3), p.111.
- Coelho, E.C., 1999. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*, Rio de Janeiro: Record.
- Cohen, L.J., 1980. Politics as an Avocation: Legislative Professionalization and Participation in Yugoslavia. *Legislative Studies Quarterly*, 5(2), pp.175–209.
- Costa, L.D. et al., 2015. O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In R. Perissinotto & A. Codato, eds. *Como estudar elites*. Curitiba: Editora da UFPR, pp. 63–92.
- Couto, C.G. & Arantes, R.B., 2006. Constituição, governo e democracia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(61), pp.41–62.
- Czudnowski, M.M., 1982. Introduction: A Statement of the Issues. In M. M. Czudnowski, ed. *Does Who Governs Matter?*. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 3–12.
- Czudnowski, M.M., 1975. “Political Recruitment.” In F. I. Greenstein & N. W. Polsby, eds. *Handbook of Political Science: Micro-political Theory*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, pp. 155–242.
- Daalder, H. & Berg, J.T.J. van., 1982. Members of the Dutch Lower: Pluralism and Democratization. In M. M. Czudnowski, ed. *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 55–66.
- Dahl, R.A., 1958. A Critique of the Ruling Elite Model. *The American Political Science Review*,

- 52(2), pp.463–469.
- Dahl, R.A., 1989. *Who governs? Democracy and Power in a American City*, Yale University Press.
- Damamme, D., 1999. Professionnel de la politique, um métier peu avouable. In M. Offerlé, ed. *La profession politique: XIXe-XXe siècles I*. Paris: Belin, pp. 37–67.
- Delson, R.M., 1995. The Beginnings of Professionalization in the Brazilian Military: The Eighteenth Century Corps of Engineers. *The Americas*, 51(4), pp.555–574.
- Dogan, M., 1953. La stabilité du personnel parlementaire sous la Troisième République. *Revue française de science politique*, 3(2), pp.319–348.
- Dogan, M., 1967. Les filières de la carrière politique en France. *Revue française de sociologie*, 8(4), pp.468–492.
- Dogan, M., 1999. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In M. Offerlé, ed. *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, pp. 171–199.
- Dudley, W.S., 1976. Professionalization and Politicization as Motivational Factors in the Brazilian Army Coup of 15 November , 1889. *Journal of Latin American Studies*, 8(1), pp.101–125.
- Eliassen, K.A. & Pedersen, M.N., 1978. Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmark and Norway. *Comparative Studies in Society and History*, 20(2), pp.286–318.
- Epstein, I., 1970. Professionalization, professionalism, and social-worker radicalism. *Journal of Health and Social Behavior*, 11(1), pp.67–77.
- Eulau, H. & Sprague, J.D., 1964. *Lawyers in Politics: A Study in Professional Convergence*, Indianapolis: Bobbs-Merrill.
- Fleischer, D., 1982. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes e de deputados federais. In N. de G. Monteiro, ed. *V Seminários de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, pp. 11–61.
- Fleischer, D., 1971. *O recrutamento político em Minas Gerais, 1890-1918*, RBEP-UFMG.
- Fleischer, D., 1976. *Thirty Years of Legislative Recruitment in Brazil*, Washington, DC: Center of Brazilian Studies, Johns Hopkins University Press.
- Gaxie, D., 1980. Les logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*, 30(1), pp.5–45.
- Goebel, T., 1994. Professionalization and State Building: The State and the Professions in Illinois, 1870-1920. *Social Science History*, 18(2), pp.309–337.
- Goldner, F.H. & Ritti, R.R., 1967. Professionalization as Career Immobility. *American Journal of Sociology*, 72(5), pp.489–502.
- Guttsman, W.L., 1951. The Changing Social Structure of the British Political Élite, 1886-1935. *The British Journal of Sociology*, 2(2), pp.122–134.
- Hibbing, J.R., 1999. Legislative Careers: Why and How We Should Study Them. *Legislative Studies Quarterly*, 24(2), pp.149–171.
- Hollander, P., 1974. The Persisting Limitations of and Obstacles to the “Professionalization” of Politics in the Soviet Union: A Comment on Simirenko’s “Professionalization of Politics and Tension Management.” *The Sociological Quarterly*, 15(1), pp.32–34.

- Joana, J., 1996. L'invention du député. Réunions parlementaires et spécialisation de l'activité politique au XIXe siècle. *Politix*, 9(35), pp.23–42.
- King, A., 1981. The Rise of the Career Politician in Britain - And Its Consequences'. *British Journal of Political Science*, 11(3), pp.249–285.
- Leal, V.N., 2012. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* 7ª edição., São Paulo: Companhia das Letras.
- Levine, R.M., 1980. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Limongi, F., 2012. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. *Dados*, 55(1), pp.37–69.
- Love, J., 1982. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889/1937*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Love, J., 1983. Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa. In CPDOC, ed. *A revolução de 1930: Seminário Internacional*. Editora da Universidade de Brasília, pp. 47–92.
- Love, J.L., 1970. Political Participation in Brazil, 1881-1969. *Luso-Brazilian Review*, 7(2), pp.3–24.
- Love, J.L. & Barickman, B.J., 1986. Rulers and Owners: A Brazilian Case Study in Comparative Perspective. *The Hispanic American Historical Review*, 66(4), pp.743–765.
- Maddox, H.W.J., 2004. Working Outside of the State House (and Senate): Outside Careers as an Indicator of Professionalism in American State Legislatures. *State Politics & Policy Quarterly*, 4(2), pp.211–226.
- Marijnén, A., 1996. Entrée en politique et professionnalisation d'appareil. Les écoles centrales de cadres du Parti communiste italien (1945-1950). *Politix*, 9(35), pp.89–108.
- Massimo, L. & Costa, L.D., 2015. Enlarging the Playing Field: Political Circulation of Brazilian Senators in the First Republic. *Brazilian Political Science Review*, 9(3), pp.116–142.
- Matthews, D.R., 1961. United States Senators: A Collective Portrait. *International Social Science Journal*, 13(4), pp.620–634.
- Meinke, S.R. & Hasecke, E.B., 2003. Term limits, professionalization, and partisan control in US state legislatures. *The Journal of Politics*, 65(3), pp.898–908.
- Meynaud, J., 1961. Introduction: general study of parliamentarians. *International Social Science Journal*, 13(4), pp.513–543.
- Moncrief, G.F., 1994. Professionalization and careerism in Canadian provincial assemblies: Comparison to US state legislatures. *Legislative Studies Quarterly*, 19(1), pp.33–48.
- Neal, M. & Morgan, J., 2000. The Professionalization of Everyone?: A Comparative Study of the Development of the Professions in the United Kingdom and Germany. *European Sociological Review*, 16(1), pp.9–26.
- Nicolau, J., 2004. *História do voto no Brasil*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Offerlé, M., 1999. Professions et profession politique. In M. Offerlé, ed. *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin, pp. 7–35.
- Panebianco, A., 2005. Profissionalismo político e burocracia. In *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 435–464.

- Parahyba, M.A. de A.G., 1970. Abertura Social e Participação Política no Brasil (1870 a 1920). *Dados*, s/v(7), pp.89–117.
- Pedersen, M.N., 1975. the Geographical Matrix of Parliamentary Representation: a Spatial Model of Political Recruitment\*. *European Journal of Political Research*, 3(1), pp.1–19.
- Pereira de Queiroz, M.I., 1975. O coronelismo numa interpretação sociológica. In B. Fausto, ed. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, pp. 153–190.
- Perissinotto, R., 2012. *As elites políticas: questões de teoria e método* 1ª Edição., Curitiba: Intersaberes.
- Perissinotto, R., 1999. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1899-1930)*, Fapesp.
- Perissinotto, R.M., Massimo, L. & Costa, L.D., 2017. Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, 60(1), pp.79–110.
- Pestana, M.H. & Gageiro, J.N., 2008. *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* 5th ed., Lisboa: Sílabo.
- Phélippeau, É., 1999. La fin des Notablés revisitée. In M. Offerlé, ed. *La profession politique, XIXe-XXe siècle*. Paris: Belin, pp. 69–91.
- Pinto, A.C., 2001. O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, XXXV(157), pp.1–22.
- Polsby, N.W., 2008. A institucionalização da câmara dos deputados dos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), pp.221–251.
- Porto, W.C., 1989. *O Voto no Brasil: Da colônia à 5ª República* História E., Brasília: Gráfica do Senado Federal.
- Prewitt, K., Eulau, H. & Zisk, B.H., 1966. Political Socialization and Political Roles. *Public Opinion Quarterly*, 30(4), pp.569–582.
- Putnam, R.D., 1976. *The Comparative Study of Political Elites*, New Jersey: Prentice-Hall.
- Ragaru, N., 2004. En quête de notabilité. Vivre et survivre en politique dans la Bulgarie post-communiste. *Politix*, 17(67), pp.71–99.
- Recchi, E., 1999. Politics as occupational choice: Youth self-selection for party careers in Italy. *European Sociological Review*, 15(1), pp.107–124.
- Ricci, P. & Porto Zulini, J., 2012. “Beheading”, Rule Manipulation and Fraud: The Approval of Election Results in Brazil, 1894–1930. *Journal of Latin American Studies*, 44(3), pp.495–521.
- Ricci, P. & Zulini, J.P., 2014. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, 57(2), pp.443–479.
- Ricci, P. & Zulini, J.P., 2013. Quem ganhou as eleições?: a validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), pp.91–105.
- Ritzer, G., 1975. Professionalization, bureaucratization and rationalization: the views of Max Weber. *Social Forces*, 53(4), pp.627–634.
- Santos, W.G. dos, 2013. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados*, 56(1), pp.9–37.
- Schwartzman, S., 1988. *Bases do autoritarismo brasileiro* 4th ed., Rio de Janeiro: Publit



Soluções Editoriais.

- Searing, D.D., 1987. New Roles for Postwar British Politics: Ideologues, Generalists, Specialists, and the Progress of Professionalization in Parliament. *Comparative Politics*, 19(4), pp.431–452.
- Simirenko, A., 1974. Professionalization of Politics and Tension Management : the Case of the Soviet Union. *The Sociological Quarterly*, 15(1), pp.20–31.
- Souza, M. do C.C. de, 2001. O processo político-partidário na Primeira República. In *Brasil em Perspectiva*. Bertrand Brasil, p. 368.
- Squire, P., 1997. Another look at legislative professionalization and divided government in the states. *Legislative Studies Quarterly*, 22(3), pp.417–432.
- Squire, P., 1992. Legislative Professionalization and Membership Diversity In State Legislatures. *Legislative Studies Quarterly*, 17(1), pp.69–79.
- Squire, P., 2008. Measuring the Professionalization of U.S. State Courts of Last Resort. *State Politics & Policy Quarterly*, 8(3), pp.223–238.
- Squire, P., 1993. Professionalization and Public Opinion of State Legislatures. *The Journal of Politics*, 55(2), pp.479–491.
- Staggenborg, S., 1988. The Consequences of Professionalization and Formalization in the Pro-Choice Movement. *American Sociological Review*, 53(4), pp.585–605.
- Telarolli, R., 1982. *Eleições e Fraudes eleitorais na República Velha*, Brasiliense.
- Tréanton, J.-R., 1960. Le concept de “ carrière .” *Revue Française de Sociologie*, 1(1), p.73.
- Vega, R.C. & Funk, R.L., 2011. La política como profesión. Cambio partidario y transformación social de la élite política en Chile. *Política y gobierno*, 18(1), pp.39–71.
- Viscardi, C.M.R., 2017. *Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*, Curitiba: CRV.
- Waters, M., 1989. Collegiality, bureaucratization, and professionalization: A Weberian analysis. *American Journal of Sociology*, 94(5), pp.945–972.
- Weber, M., 1994. The Profession and Vocation of Politics. In P. Lassman & R. Speirs, eds. *Weber: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 309–369.
- Wirth, J.D., 1982. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Wright Mills, C., 1968. *A elite do poder* 2ª., Rio de Janeiro: Zahar.
- Zulini, J.P., 2016. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do parlamento no regime de 1889-1930*. São Paulo: Universidade de São Paulo.